



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

SILVANA MARIA PEREIRA CAVALCANTE

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E AUTONOMIA FINANCEIRA: UMA
AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA FRANCISCA
CLOTILDE DE FORTALEZA/CEARÁ**

Fortaleza - Ceará

2012

SILVANA MARIA PEREIRA CAVALCANTE

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E AUTONOMIA FINANCEIRA: UMA AVALIAÇÃO
DO ATENDIMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA FRANCISCA CLOTILDE DE
FORTALEZA/CEARÁ

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado Profissional em Avaliação de
Políticas Públicas, como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre pela
Universidade Federal do Ceará- UFC.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria Dolores de
Brito Motta

Fortaleza - Ceará
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

C364v Cavalcante, Silvana Maria Pereira.
Violência contra a mulher e autonomia financeira: uma avaliação do atendimento do Centro de Referência Francisca Clotilde de Fortaleza/Ceará / Silvana Maria Pereira Cavalcante – 2012.
190 f.; il., enc.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2012.
Área de Concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais.
Orientação: Profa. Dra. Maria Dolores de Brito Motta.

1. Violência contra a mulher 2. Mulheres – condições econômicas 3. Políticas públicas - Brasil I.
Título.

SILVANA MARIA PEREIRA CAVALCANTE

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E AUTONOMIA FINANCEIRA: UMA AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA FRANCISCA CLOTILDE DE FORTALEZA/CEARÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre pela Universidade Federal do Ceará- UFC.

Aprovada em: 12/11/2012

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Dolores de Brito Motta (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a Maria Zelma de Araújo Madeira
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

AGRADECIMENTOS

A Deus, luz que ilumina os meus caminhos e me fortalece a cada amanhecer.

À minha mãe, Francinete Pereira por ser mãe, pai, amiga e irmã ao mesmo tempo, pelo amor, cuidado e todo apoio imprescindível nesta jornada.

Aos meus familiares, em especial as minhas irmãs Silmara Cavalcante e Silbênia Cavalcante; às minhas queridas “tias-mães”, Aida Pontes, Lourdete Pereira, Terezinha Pereira e a minha amável sobrinha Jéssica Cavalcante.

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Dolores Mota, pelos momentos únicos de reflexão, por sua postura provocativa e inspiradora e pela sabedoria na condução deste trabalho.

À professora Dr^a. Gema Galgani pela contribuição que teve desde início e que me ajudou a aperfeiçoar este estudo. À Prof^a. Dr^a. Zelma Madeira por aceitar fazer parte da banca examinadora, pela disponibilidade em contribuir com as reflexões.

Às amigas “*MAPIANAS*”: Ivana Leila Carvalho Fernandes, Neusa Freire Coqueiro e Kamile Lima de Freitas Camurça, pelas alegrias compartilhadas e pelas contribuições neste processo, vocês são *show*.

A todos/as que fazem o Centro de Referência Francisca Clotilde, pela solidariedade, durante a realização desta pesquisa; em especial, à Antônia Araújo, Catiulce Ribeiro, Daniele Freire, pela disponibilidade e a Ruth Aquino, pela seleção dos dados do Observatório.

Às mulheres atendidas no Centro de Referência, que abriram as portas das suas vidas com profunda generosidade.

Ao Mestrado Profissional de Avaliação de Políticas Públicas e Sociedade; aos estimados professores e professoras, em especial ao professor Alcides Gussi e Alba Maria Pinho de Carvalho por acreditarem em mim deste do momento da entrevista,

pelos fecundos e importantes debates em sala de aula; aos/as colegas de turma, com quem compartilhei momentos únicos.

Às amigas do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Fortaleza, com quem pude iniciar minha vida profissional, por terem me ajudado no começo dessa caminhada, em especial a Geórgia Santos, amiga admirável, que muito me incentivou e acreditou em mim.

Às minhas amigas “*UECIANAS*” de longas travessias: Aline de Freitas Dias Pinheiro, Larissa Adélia de Oliveira Gaspar, Marcela Sousa da Silva, Kelly Maria Gomes Menezes, Ana Virginia Fonseca Monteiro, Renata de Almeida Cavalcante, pela torcida e pela permanência da bela amizade.

Aos(às) amigos(as) do CREAS, pelas escutas cotidianas dos meus relatos e torcidas pelo andamento e término deste trabalho.

Às(os) amigas(os): Rosângela Ferreira, Fabiola Lima, Glédria Porto e Elisângela Sousa, Marcos Pinheiro e Cláudio Paiva que me apoiaram neste processo e a quem tenho profunda gratidão.

A todos/as pessoas que, direta ou indiretamente, acompanharam este meu percurso, o meu profundo e sincero agradecimento.

RESUMO

A violência contra a mulher é compreendida como um tipo de violência de gênero e não acontece aleatoriamente, mas resulta de construção social e cultural que privilegia o masculino. Essa construção culmina em desigualdades sociais entre os sexos, numa condição de submissão, subalternidade e dependência das mulheres aos homens também na esfera financeira. Nesse contexto, compreende-se que a autonomia financeira das mulheres em situação de violência é um fato desafiador e presente na realidade cotidiana destas. Dessa forma, este trabalho, visa, avaliar o atendimento realizado as mulheres atendidas no Centro de Referência Francisca Clotilde de Fortaleza, direcionando para ações realizadas no que concerne ao fortalecimento da autonomia financeira. Para tanto, a partir de uma abordagem qualitativa, guiada pelo método hermenêutico-dialético, utiliza-se como proposta a avaliação de processo em profundidade. Foram realizadas pesquisa documental e pesquisa de campo, procedendo a uma análise estatística simples dos dados do serviço, e interpretação hermenêutica das entrevistas com as profissionais e mulheres atendidas. Assim, com os dados, foi traçado o perfil recorrente das mulheres atendidas, e posteriormente realizada uma análise dos conteúdos expressos nos depoimentos das profissionais e mulheres. Fica posto então, que o eixo central das reflexões ocorre em torno de conhecer como o fluxo do serviço favorece para a construção da autonomia financeira das mulheres. Nesse contexto, ganha relevo o fato destas não efetivaram o fluxo proposto pelo serviço e realizarem estratégias outras para possuírem rendimentos, tornando visível a questão das políticas públicas em relação às possibilidades das mulheres articularem a vida profissional e privada no processo de construção da autonomia financeira. Evidencia-se ainda que ocorreram mudanças nas vidas das mulheres entrevistadas que, embora não tenham decorrido diretamente do fluxo do serviço, este realizou intervenções que se interligaram ao processo de construção da autonomia das mulheres de uma maneira ampla e conseqüentemente contribuíram no processo de rompimento da violência.

Palavras-chave: Avaliação. Violência contra a Mulher. Políticas Públicas. Autonomia Financeira.

ABSTRACT

Violence against women is a form of gender violence. It does not occur at random but as the result of a social and cultural process which favors the masculine and culminates in social inequalities between the genders expressed in a condition of submission, subordination and dependence of women on men, including financial dependence. Therefore, financial autonomy represents an important challenge for women regularly subject to gender violence. The objective of this study was to evaluate the service provided by a referral center in Fortaleza (Centro de Referência Francisca Clotilde) for victims of domestic or sexual violence, with emphasis on the development of financial autonomy. Using the hermeneutic-dialectic method and a qualitative approach, the process was evaluated in depth. Information on the service collected through a review of documents was submitted to simple statistical analysis, while information obtained through field interviews with professionals and attendees was submitted to hermeneutic interpretation. The data were used to draw a profile of the attendees and carry out an analysis of the contents expressed in the interviews. The central question of the study was to determine to what extent attending the referral center helps women develop financial autonomy. Many of the attendees were unable to complete the referrals made by the center but adopted alternative strategies to secure a source of income, suggesting the need for reviewing public policies designed to help women in their private and professional life through the development of financial autonomy. The attendees reported experiencing life changes, not as a direct result of the referrals made by the center, but indirectly through interventions favoring the building of autonomy in a wider sense and, consequently, contributing to mitigating gender violence.

Key words: Evaluation. Violence against women. Public policies. Financial autonomy.

LISTA DE TABELAS

| | | | |
|----------|---|------------------------------|-----|
| Tabela 1 | — | Atendimentos e Retornos..... | 125 |
| Tabela 2 | — | Tipos de Violência..... | 127 |
| Tabela 3 | — | Raça/Etnia..... | 129 |
| Tabela 4 | — | Número de Filhos..... | 130 |
| Tabela 5 | — | Idade..... | 131 |
| Tabela 6 | — | Escolaridade..... | 132 |
| Tabela 7 | — | Renda..... | 132 |
| Tabela 8 | — | Ocupação/Profissão..... | 183 |
| Tabela 9 | — | Encaminhamentos..... | 141 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------------------------|--|
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BIRD | Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento |
| CAPS | Centro de Atenção Psicossocial |
| CEDAW | Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher |
| CERAM | Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher |
| CIPEVM | Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher |
| CNDM | Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres |
| CNPM | Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres |
| CPM | Centro Popular da Mulher de Fortaleza |
| CRAS | Centro de Referência da Assistência Social |
| CREAS | Centro de Referência Especializado da Assistência Social |
| C. R. Francisca Clotilde | Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Sexual Francisca Clotilde |
| CTA | Centro do Trabalhador Autônomo |
| DASP | Departamento Administrativo do Serviço Público |
| DIEESE | Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos |
| DDM | Delegacia de Defesa da Mulher |
| FPA | Fundação Perseu Abramo |
| HABITAFOR | Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas |
| IDT | Instituto de Desenvolvimento do Trabalhador |

| | |
|-------|--|
| IBOPE | Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| NUDEM | Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher da Defensoria Pública do Estado do Ceará |
| ONGs | Organizações Não Governamentais |
| PAISM | Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher |
| PBF | Programa Bolsa Família |
| PNAD | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio |
| PND | Plano Nacional de Desenvolvimento |
| PPA | Plano Plurianual |
| SEMAS | Secretaria Municipal de Fortaleza |
| SENAC | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial |
| SINE | Sistema Nacional de Emprego |
| SNMPT | Secretaria Nacional de Mulheres do Partido dos Trabalhadores |
| SPM | Secretaria de Políticas para as Mulheres |
| SUAS | Sistema Único de Assistência Social |
| UMC | União das Mulheres Cearenses |

SUMÁRIO

| | | |
|-------|--|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 | AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: TRAÇANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA AVALIATIVA | 18 |
| 2.1 | Avaliação de Políticas Públicas: campo em construção..... | 18 |
| 2.2 | A importância da avaliação nas políticas com recorte de gênero..... | 33 |
| 2.3 | O percurso metodológico avaliativo: os caminhos da pesquisa..... | 40 |
| 3 | AS RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO: A MULHER NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS | 56 |
| 3.1 | A categoria gênero e patriarcado: contextualizando a violência contra a mulher..... | 56 |
| 3.1.1 | <i>Violência contra a Mulher: ampliando as reflexões</i> | 62 |
| 3.2 | A divisão sexual do trabalho: a conciliação do trabalho não remunerado e o remunerado..... | 71 |
| 3.3 | Mulher e autonomia financeira: um olhar sob as atuais configurações no âmbito doméstico e privado..... | 83 |
| 4 | POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER | 96 |
| 4.1 | Aspectos fundamentais para a compreensão das políticas públicas para as mulheres..... | 96 |
| 4.2 | Políticas Públicas para as mulheres: um olhar sobre as ações de enfrentamento à violência no Brasil..... | 104 |
| 4.3 | A rede de atendimento as mulheres em situação de violência em Fortaleza e o Centro de Referência Francisca Clotilde..... | 115 |
| 5 | A EXPERIÊNCIA DE AVALIAÇÃO NO CENTRO DE REFERÊNCIA FRANCISCA CLOTILDE | 124 |
| 5.1 | Os dados do Observatório: traçando o perfil e a demanda das mulheres atendidas..... | 124 |
| 5.2 | O fluxo do Centro de Referência Francisca Clotilde: as ações realizadas para fortalecer a autonomia financeira das mulheres..... | 137 |
| 5.3 | O processo de construção e/ou reconstrução da autonomia financeira das mulheres atendidas..... | 155 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 164 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 172 |
| | APÊNDICES | 179 |
| | ANEXOS | 182 |

1 INTRODUÇÃO

Neste percurso de construção da dissertação de mestrado, adota-se, como fenômeno de estudo, o atendimento realizado às mulheres em situação de violência na cidade de Fortaleza, direcionando para ações realizadas no que concerne ao fortalecimento da autonomia financeira.

Ao se estabelecer tal fenômeno, como objeto avaliativo, tem-se como discussão teórica a violência contra a mulher. A violência como objeto de estudo requer um grande esforço analítico, por tratar-se de um fenômeno complexo, principalmente, na sociedade brasileira que é bastante diferenciada e heterogênea. A difusão de princípios individualistas, a fragilidade da cidadania, o sentimento generalizado de injustiça, a falta de políticas sociais efetivas compõem o panorama brasileiro atual, que acarreta no fenômeno da violência em tipos diferenciados de manifestação.

A violência contra a mulher¹ é um exemplo de violência que se faz presente em nossa sociedade brasileira e configura-se como uma violação aos direitos humanos. Essa violência é um fato que está presente em todos os âmbitos da vida da mulher, ao longo de seu ciclo vital, podendo se manifestar sob diferentes formas e com inúmeras consequências.

Em 2009, foi realizada uma pesquisa pelo Instituto Avon em parceria com o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) e o Instituto Patrícia Galvão referente a percepções e reações da sociedade brasileira sobre violência contra a mulher. A pesquisa foi realizada em fevereiro de 2009, ocorreu em âmbito nacional, nas cidades com mais de 20 mil habitantes e capitais. Dentre muitas questões que tal pesquisa problematiza, merece destaque, neste momento, o percentual de 55% dos(as) entrevistados(as) que afirmam conhecer casos de agressões às mulheres. Outro dado importante refere-se ao percentual de 56% dos(as) entrevistados(as) que apontam a violência doméstica contra as mulheres como a problemática que mais preocupa as brasileiras dentro de casa. Esses dados demonstram que a violência contra a mulher é uma situação preocupante e muito frequente no Brasil.

¹ A violência contra a mulher se manifesta de diversas formas, tais como: Violência física, psicológica, moral, patrimonial e sexual. Mais adiante se discutirá sobre os tipos de violência. Para maiores informações acessar: http://expressaomulher.blogspot.com.br/p/violencia_28.html

Para fins deste estudo, aborda-se a violência contra a mulher sob a perspectiva de violência de gênero². A categoria gênero, geralmente, está relacionada a construções sociais do feminino e do masculino. Gênero é social e cultural. Este conceito não expressa necessariamente desigualdade entre homens e mulheres, embora, seja constante a tendência a reduzir o conceito à inferioridade de um dos sexos, historicamente a mulher. Assim, gênero é um conceito aliado aos estudos das relações referentes aos homens e às mulheres.

Nestes termos, gênero concerne, preferencialmente, às relações homem-mulher. Isto não significa que uma relação de violência entre dois homens ou entre duas mulheres não possa figurar sob a rubrica de violência de gênero. A disputa por uma fêmea pode levar dois homens à violência, o mesmo podendo ocorrer entre duas mulheres na competição por um macho. Como se trata de relações regidas pela gramática sexual, podem ser compreendidas pela violência de gênero. Mais do que isto, tais violências podem caracterizar-se como violência doméstica, dependendo das circunstâncias. Fica, assim, patenteado que a violência de gênero pode ser perpetrada por um homem contra outro, por uma mulher contra outra. Todavia, o vetor mais amplamente difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura (SAFFIOTI, 2004, p. 71).

Desta forma, a partir das construções sociais de gênero hegemônicas, há um predomínio da visão androcêntrica, isto é, visão em que o homem está como centro do mundo. Essa construção cultural culmina em desigualdades sociais entre homens e mulheres, em que perpetua uma condição de submissão, subalternidade e dependência das mulheres nas esferas financeira, emocional e social em relação aos homens. Em função também dessa construção histórica, a mulher teve ao longo da formação da sociedade brasileira uma vida mais reclusa, estando mais propícia a sofrer violência doméstica e familiar de seus companheiros, marido, irmãos, tios, avós etc. Segundo Saffioti (1999, p.83):

A violência doméstica tem lugar, predominantemente, no interior do domicílio. Nada impede o homem, contudo, de esperar sua companheira à porta de seu trabalho e surrá-la exemplarmente diante de todos os seus colegas por se sentir ultrajado com suas atividades extraluar; como pode ocorrer de a mulher queimar com ferro de passar a camisa preferida de seu companheiro, por que descobriu que ele tem uma amante.

Assim, para a estudiosa, o processo de territorialização do domínio não é somente geográfico, mas igualmente simbólico. Ainda a autora considera que a

² Ressalta-se que no decorrer do trabalho se aprofunda a discussão sobre a categoria gênero e violência de gênero, mediante o diálogo com especialistas tais como: Chauí (1984), Saffioti (1992, 1999, 2004b, 2004b), Santos e Izumino (2005).

violência doméstica apresenta pontos de sobreposição com a violência familiar, podendo aquela também atingir pessoas que não pertençam à família³, mas convivem, integralmente ou parcialmente, no domicílio do(a) agressor(a), como é o caso das(os) agregadas(os) e da empregada(os) doméstica(os). Do mesmo modo, a violência familiar também pode extrapolar o limite do domicílio.

Não há maiores dificuldades em se compreender a violência familiar, ou seja, aquela que envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consanguinidade e a afinidade [...] Um avô, cujo domicílio é separado do de seu neto, pode cometer violência, em nome da sagrada família, contra este parente (SAFFIOTI, 1999, p.83).

Compreendida na violência de gênero, a violência familiar pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais frequente o primeiro caso.

Assim, refletir a respeito da violência doméstica e familiar contra a mulher sob a ótica da violência de gênero é pensar um fenômeno complexo, que se apresenta permeado por questões culturais e sociais, que reforçam a opressão e submissão que as mulheres vivenciam em uma sociedade machista e patriarcal como a brasileira. Um fenômeno que independe de condição de classe, idade, raça ou etnia, isto é, atinge as mulheres nos mais diferentes espaços e nas suas mais diferentes particularidades. Violência que se apresenta, por muitas vezes, de maneira sutil, despercebida e por que não dizer invisível.

A divisão sexual do trabalho, por exemplo, reproduz um modelo perverso em que se firma uma dicotomia de um mundo público como privilégio e domínio dos homens e a manutenção de uma esfera privada que se delega às mulheres. Desta forma, no processo de reprodução social, as mulheres foram responsabilizadas pelo trabalho doméstico, assim como os homens foram responsabilizados provedores econômicos da família. Tal situação ocasiona para as mulheres diferenças nas condições de participação no mercado de trabalho, nas jornadas de trabalho e nas remunerações em relação aos homens.

³ A família ocidental moderna traz como modelo o grupo composto por marido, esposa e filhos, onde, o papel do pai identifica-se com o de pai biológico, fundado no controle de sexualidade feminina para garantir a paternidade biológica. Assim, nesse sistema os indivíduos pertencem a duas famílias a de origem e a de procriação. Segundo Bruschini (2000, p.63): *A realidade, porém, distancia-se bastante deste modelo nuclear ou conjugal predominante em nossa sociedade. O grupo tanto pode extrapolar o modelo, pela inclusão de parentes ou agregados, quanto nem mesmo realiza-lo, como casais que não possuem filhos, irmãos sem pais ou famílias nos quais um só dos cônjuges está presente.*

As mulheres, assim, historicamente, foram responsabilizadas por trabalhos como cuidar das crianças, preparar alimentos, realizar a limpeza da moradia, cuidar da higiene familiar, assistir os doentes, dentre outras tarefas domésticas que foram, durante muito tempo, *invisíveis* e desconsideradas do ponto de vista econômico como uma ação que contribui para a manutenção da vida e da força de trabalho. Segundo Rodriguez (2009, p.32):

Esta construção social da invisibilidade do trabalho das mulheres, ligada ao seu papel na reprodução da vida, realizadas no cotidiano através do controle de sua fertilidade e seu confinamento nos âmbitos privados está na base da consolidação dos papéis diferenciados por gênero nas sociedades patriarcais.

Essa invisibilidade do trabalho da mulher e o seu confinamento nos espaços domésticos acabam por ocasionar fossos entre homens e mulheres no que se refere à autonomia financeira, isto é, desiguais formas de inserção de mulheres e homens no mercado de trabalho, acarretando para as mulheres condições de opressão na esfera econômica e financeira. Isto porque, quando as mulheres passaram a se inserir no mercado de trabalho, foram responsabilizadas pelo duplo trabalho, ou seja, com o trabalho produtivo e trabalho doméstico. Aliado a esse fato, tem-se também o pensamento de que o trabalho profissional das mulheres deve ser sempre visto como complementar as atividades domésticas, ratificando a centralidade econômica masculina do patriarcado.

Nesse contexto, a mulher em situação de violência pode vivenciar duplamente situações de opressão, de um lado em razão da construção de ser mulher, em uma sociedade machista e patriarcal; de outro lado de possuir vínculos e condições subalternas na esfera do trabalho, ocasionando, por muitas vezes, uma dependência econômica em relação ao homem.

Compreende-se, assim, o lugar da mulher nestes atuais contextos, e, diante disso, o objeto de investigação desta pesquisa está essencialmente vinculado às atuais configurações sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil Contemporâneo. E com base nessa análise relacional, desenvolve-se uma abordagem no campo das políticas públicas, posicionada na dimensão política da democracia dos movimentos sociais para a construção de relações de gênero mais igualitárias.

Ressalta-se que a instigação desta pesquisa avaliativa é fruto de várias indagações e da experiência pessoal de dois anos e seis meses de contato diário

com mulheres que passaram por situações de violência, período no qual inicialmente se exerceu o cargo de estagiária de Serviço Social, e, posteriormente de Assistente Social no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Fortaleza. O interesse em investigar o tema ocorreu a partir dessa experiência aliada aos estudos temáticos. Assim, várias questões se fazem presentes, principalmente em relação às condições de vida das mulheres que passam por situação de violência.

Isto porque as mulheres em situação de violência buscam diversos serviços, na tentativa de romper com as situações de violência⁴, bem como de possuírem melhores condições de vida. Através da atuação como Assistente Social, pode-se perceber a dificuldade de encaminhar a mulher em situação de violência para a rede de atendimento no que se refere às ações que proporcionem a estas a construção e/ou fortalecimento da autonomia financeira. A precarização, por exemplo, de projetos e programas os quais tenham como público as mulheres que passaram por situação de violência e possuam como objetivo prioritário trabalhar a geração de renda é um dos fossos percebidos, que geram inquietações referentes às políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher.

Nesse contexto, surgem questões, tais como: Qual a relação existente entre a situação de violência das mulheres e a dependência financeira em relação ao seu companheiro? Qual a *rota crítica*⁵ percorrida pelas mulheres na busca de romper com a situação de violência e construir sua autonomia financeira? Quais são as alternativas e possibilidades oferecidas às mulheres que passam por situação de violência no que se refere a sua autonomia financeira a sua subsistência diária? Qual o fluxo de atendimento dessas mulheres?

Deste modo, a pesquisa de campo ocorreu em um serviço municipal de Fortaleza o qual trabalha no atendimento social às mulheres que passaram por

⁴ Acredita-se que a grande maioria das mulheres deseja romper com a situação de violência e não com seus companheiros. Sabe-se, no entanto, que para muitas mulheres, romper com a situação de violência é, necessariamente, por um fim nos relacionamentos com seus companheiros. Acrescenta-se ainda os casos em que as mulheres terminam com os companheiros, mas não conseguem romper com a situação de violência.

⁵ Meneghel, et. al. (2011, p. 744) entende que a rota crítica é a passagem da mulher por diversos equipamentos e serviços na tentativa de romper com a situação de violência, entendendo ainda que [...] a trajetória das mulheres que decidem romper com a violência é longa, marcadas por avanços e retrocessos, desprovida de apoio e em muitas situações, ocorrem revitimização causadas pelos serviços que deveriam cuidar delas.

situação de violência, o Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Sexual Francisca Clotilde⁶.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa com técnicas de observação participante, entrevistas com as profissionais do serviço e as mulheres atendidas, como também análises dos dados quanti-qualitativos do serviço. Referente às entrevistas das profissionais, teve-se como critério as categorias que trabalham atendendo diretamente as mulheres e que as encaminham para os serviços. Nas entrevistas das mulheres, o critério previamente definido foi o fato de que passaram por situação de violência, foram atendidas no C.R. Francisca Clotilde e encaminhadas a algum serviço que visava trabalhar a autonomia financeira.

A relevância desta avaliação situa-se em verificar se o Centro de Referência Francisca Clotilde tem um fluxo que permite às mulheres em situação de violência possuírem e construir estratégias para fortalecer seu processo de autonomia financeira.

Desta forma, esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: traçando os caminhos da pesquisa qualitativa, realiza-se uma reflexão em relação à avaliação de políticas públicas no Brasil, direcionando a respeito da importância de avaliação das políticas públicas com o recorte de gênero. Neste capítulo, também elabora-se o percurso metodológico avaliativo, onde se explicita os indicadores sociais construídos para a presente avaliação.

No segundo capítulo, intitulado As relações patriarcais de gênero: a mulher nos espaços públicos e privados trata da discussão referente à mulher nos espaços públicos e privados, direciona-se a discussão para a violência contra a mulher sob o enfoque da ordem patriarcal de gênero, a divisão sexual do trabalho e sobre a autonomia da mulher nas atuais configurações.

No terceiro, intitulado Políticas Públicas de Enfrentamento a Violência contra a Mulher, refere-se a uma análise do papel do Estado e dos movimentos sociais na construção de políticas públicas para o enfrentamento à violência contra a mulher, a trajetória dessas políticas no Brasil, a rede de enfrentamento à violência contra a mulher na cidade de Fortaleza e o Centro de Referência Francisca Clotilde.

⁶ Para melhor entendimento se refere ao serviço somente como Centro de Referência Francisca Clotilde ou C. R. Francisca Clotilde.

No quarto capítulo, intitulado A experiência de Avaliação no Centro de Referência Francisca Clotilde, reserva-se a análise dos resultados da pesquisa desenvolvida, com vistas a realizar a avaliação do serviço. Neste capítulo, se realizam também as análises dos dados quanti-qualitativos do C. R. Francisca Clotilde, as discussões referentes às percepções das profissionais e das mulheres atendidas, onde se estabelece conexões com os indicadores sociais construídos.

Por fim, nas considerações finais, apresentam-se os resultados obtidos quanto à avaliação do serviço, destaca-se que os mesmos permitem a compreensão das relações entre o serviço e as mulheres, bem como da rede de atendimento no atual contexto.

É nesse contexto que se realiza a referida pesquisa, onde se avalia o Centro de Referência Francisca Clotilde no que refere-se a autonomia financeira das mulheres que passam por situação de violência na cidade de Fortaleza. Entende-se, assim, que se trata de um fenômeno complexo cujo estudo interessa tanto àqueles(as) que vivenciam ou vivenciaram relações violentas, como àqueles(as) profissionais que trabalham cotidianamente com o fenômeno e desejam aprofundar seus conhecimentos na temática, como também que elaboram, implementam e avaliam as políticas públicas de enfrentamento a este tipo de violência.

2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: TRAÇANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA AVALIATIVA

O campo de avaliação de Políticas Públicas é um campo recente, em consolidação, e de grande complexidade analítica. No Brasil, existe uma cultura política em que não prioriza-se o planejamento, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas. No entanto, muito se avançou no sentido de problematizar o que seja avaliação, especialmente de políticas públicas.

Neste capítulo, tem-se o propósito de discutir sobre avaliação de políticas públicas, onde aponta-se alguns direcionamentos para as ações que trabalham o fortalecimento da autonomia financeira das mulheres que passam por situação de violência na cidade de Fortaleza. Convém, desta forma, discutir como esse tipo de avaliação vem sendo pensado no Brasil e como este campo está se tornando e/ou pode tornar-se um espaço de expressões democráticas.

2.1 Avaliação de Políticas Públicas: campo em construção no Brasil

A sociedade brasileira não possui uma prática de construção de espaços de avaliação, pois há uma cultura em que há forte presença de valores patrimonialistas e conservadores. No entanto, a avaliação de políticas públicas é uma discussão que tem se tornado emergente em nosso país e que assume um significativo nível de complexidade.

Indaga-se, assim: como a avaliação vem sendo pensada? Qual a contribuição dos processos avaliativos para a construção de práticas democráticas? Como a avaliação colabora para a elaboração de políticas públicas mais compatíveis com a realidade dos(as) autores(as) sociais?

Diante desses questionamentos, acredita-se que é necessária uma contextualização de como a avaliação de política, programas e projetos sociais vêm sendo pensadas⁷ e quais as contribuições que esta ferramenta traz para a construção de relações sociais mais igualitárias.

Holanda (2006) expressa que, embora, no Brasil, a avaliação seja um tema relativamente novo tanto na teoria como na prática, no cenário internacional, os

⁷ Não objetiva-se aqui realizar um longo histórico referente à como a avaliação vem sendo pensada, mas ressaltar momentos e ações importantes para refletir a avaliação na contemporaneidade.

conceitos e teorias que embasam essa prática remontam a mais de dois séculos. Considera ainda que, mesmo assim, os métodos e procedimentos avaliativos podem ser considerados recentes. Holanda (2006, p. 152) entende que:

Nas áreas de planejamento, acompanhamento e avaliação o Brasil dispõe de uma experiência ampla diversificada, embora ainda não consolidada. Observa-se uma grande variedade e descontinuidade nas tentativas de avaliar programas de governo. Por outro lado, as evidências e resultados dessas experiências raramente foram documentados e sistematizados.

Assim, o autor acredita que o governo brasileiro sempre deu destaque aos processos de formulação das políticas, programas e projetos, negligenciando, por muitas vezes, as etapas de acompanhamento e avaliação.

A ênfase no processo de planejamento no Brasil remonta ao Governo de Vargas, quando este criou o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e a formulação do Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional em 1939, que, posteriormente, foi substituído pelo Plano de Obras e Equipamentos em 1943. Em seguida, ocorreu o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek de 1956 e os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDS) dos governos militares de 1964 a 1985, no entanto, compreende-se que, durante este último período, o processo de planejamento foi profundamente esvaziado. Como exemplo, se tem que [...] *O IV PND, no governo Figueiredo, transformou-se num documento meramente formal, vazio de conteúdo e significado.* (HOLANDA, 2006, p. 153)

No governo de Sarney, aconteceu o I PND da Nova República que foi de 1986 a 1989, sendo o Plano de Metas um detalhamento do PND. Também se realiza o Programa de Ação Governamental que foi de 1987 a 1991.

No entanto, é com a Constituição de 1988 que ocorre avanços nos modelos de gestão pública, pois esta Constituição define um sistema de elaboração de Planos Plurianuais (PPA), que se integram às questões orçamentárias. A Constituição de 1988 também determina a obrigatoriedade de encaminhamentos dos relatórios sobre a aplicação dos planos de governo ao Congresso Nacional, bem como:

Art. 74. Os Poderes Legislativos, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:
I-Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da união. [...] (BRASIL, 1988).

Assim, se apresenta avanços no que se refere ao planejamento e avaliação de políticas, programas e projetos sociais no Brasil. Ainda de 1996 a 1999, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, ocorreu o Plano *Brasil em Ação*, que era composto por 42 projetos do PPA, considerados prioritários em termos de reforma do Estado e de desenvolvimento. Houve ainda o Plano Avança Brasil de 2000 a 2003, também no Governo de Fernando Henrique.

Em 2003, ocorreu a elaboração do Plano Plurianual (PPA) - Plano Brasil para Todos. Participação e Inclusão - para o período de 2004 a 2007, durante o Governo de Luíz Inácio Lula da Silva. No segundo governo de Lula, o período que corresponde de 2008 a 2011, ocorreu o Plano – Desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade. Atualmente, no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, ocorre o Plano Plurianual 2012-2015 - Brasil sem Miséria, que considera a avaliação como uma análise que visa fornecer subsídios para elaborar e implementar as políticas públicas.

Concorda-se que [...] *Esses avanços ainda são insuficientes e há um consenso no sentido de que o Brasil precisa progredir muito mais no campo de avaliação de programas e projetos sociais.* (HOLANDA, 2006, p. 159). Mas o que é avaliação? Qual a sua importância? Como ela vem sendo realizada no Brasil?

Há diversas definições referentes ao conceito de avaliação, algumas delas contraditórias. No Brasil, por exemplo, há uma grande variedade de conceitos e abordagens referentes ao que se entende por avaliação. Holanda (2006), em seu livro ***Avaliação de programas: conceitos básicos sobre a avaliação “ex-post” de programas e projetos*** traz diferentes conceitos sobre avaliação. Para o autor, avaliar:

[...] é julgar, estimar, medir, classificar, ponderar, aferir ou analisar criticamente o mérito, o valor, a importância, a relevância, a utilidade ou a prioridade de um projeto de investimento ou de um programa social, geralmente financiado com recursos públicos e voltado para resolver um determinado problema econômico ou social (HOLANDA, 2006, p.79).

O autor traz outras importantes definições em seu livro sobre avaliação. Tais como a de Boulmetis e Dutwin (2000 apud HOLANDA, 2006), que compreendem a avaliação como um processo sistemático de coleta e análise de informações para determinar se os objetivos foram ou estão sendo alcançados e com que intensidade, para assim tomar decisões.

Outro importante autor da discussão de avaliação é Rolando Franco. Para Cohen e Franco (1998, p.73), *Avaliar é fixar o valor de uma coisa; para ser feita se*

requer um procedimento mediante o qual se compara aquilo a ser avaliado com um critério ou padrão determinado. Assim, para os autores, a avaliação tem como pretensão comparar um padrão aspirado com certa realidade, que pode ser modificada, para alcançar efetivamente os objetivos propostos. Outra definição importante é a de que avaliação *mede até que ponto um programa alcança certos objetivos.* (BANNERS, DOCTORS e GORDON, 1975, p.13 apud COHEN e FRANCO, 1998, p.73).

Compartilha-se com a ideia de Ala Harja e Helgason (2000) de que não há um consenso em relação ao que seja avaliação e que existem muitas definições em relação ao conceito, no entanto, segundo os autores:

A avaliação de programa pode ser definida como uma análise sistemática de aspectos importantes de um programa e seu valor, visando fornecer resultados sociáveis e utilizáveis. (...) A avaliação de programa deve ser vista como o mecanismo de melhoria no processo de tomada de decisão, a fim de garantir melhores informações aos governantes, sobre os quais eles possam fundamentar suas definições e melhor prestar contas sobre às políticas e os programas públicos (ALA HARJA e HELGASON, 2000, p.5).

Assim, os autores defendem que as informações obtidas através da avaliação podem ser utilizadas para aperfeiçoar um programa ou criar outro, podem assim, aumentar a eficácia e eficiência do setor público, pois, utilizadas de forma adequada, permitem aos governos aprimorarem seu desempenho, suas responsabilidades e disposição de prestar contas. Defendem, assim, que não é uma tarefa fácil, visto que há outros mecanismos de *feedback*, além da avaliação, que também são usados no processo de aprimoramento da tomada de decisão.

A avaliação de políticas públicas, assim, envolve diferentes interesses e sujeitos, sendo esta considerada um mecanismo que proporciona mudanças sociais. Silva (2001) discorre sobre as diferentes as ordens para que ocorra a avaliação, de acordo com a autora:

As motivações para que se proceda avaliação de políticas e programas sociais são de diferentes ordens: de **ordem moral**, que se refere à exigência de probidade dos gestores na gestão do programa e, dos usuários na apropriação dos benefícios; de **ordem política**, que se refere a verificação dos propósitos da política ou programa em relação aos princípios de justiça minimamente aceitos bem como a possibilidade de as avaliações contribuírem para controle social dos programas sociais e servirem de instrumento de pressão social sobre o estado; de **ordem instrumental**, que se relaciona com a geração de informações para monitorar o programa; de **ordem técnica**, referindo-se à possibilidade de a avaliação contribuir para clarificação do problema social que motivou o programa, tendo em vista a construção de um referencial comum; para

correção, melhoria e avanço técnico do programa para melhor servir a população alvo e para identificação de resultados e impactos; de **ordem econômica**, tendo em vista a racionalização e melhor aplicação de recursos (SILVA, 2001, p.51).

Assim, a avaliação deve implicar a combinação das motivações de ordem moral, política, instrumental, técnica e econômica, pois os programas necessitam ser avaliados para se descobrir alternativas que potencializem o alcance dos objetivos procurados. Quando se avalia programas, projetos e políticas, colabora-se afim de que sejam realizadas decisões que permitam enfrentar os problemas ocorridos da melhor maneira possível. Ao se avaliar um programa ou uma política, busca-se, assim, alternativas para aprimorar as ações. Conforme Ala-Harja e Helgason (2000, p. 11), [...] *Ela auxilia os formuladores de políticas no julgamento do valor dos programas públicos, concorrendo para sua melhoria ou questionamentos, e, ainda, para o projeto de programas futuros.*

Embora se considere como ideal a combinação das diversas motivações, observa-se a ênfase que se tem historicamente nas motivações de ordem econômica. A avaliação que evidência as questões econômicas expõe se as ações das políticas públicas foram feitas de forma parcimoniosa, isto é, considera somente se a relação de custo e benefício foi realizada de forma eficiente. *O conceito de eficiência está associado à noção de “ótimo” (quantidades físicas mínimas de recursos requeridos para gerar uma certa quantidade de produto, assumindo a tecnologia como constante* (COTTA, 1998, p. 121). Historicamente, destaca-se, assim, a avaliação de eficiência⁸. Esse formato de avaliação é recorrente principalmente nas áreas sociais, não sendo neste caso o objetivo desta pesquisa avaliativa, embora se reconheça a importância deste tipo de avaliação. Segundo Ala-Harja (2000, p. 11):

A avaliação pode ajudar a identificar os meios mais eficientes e eficazes de se alcançar os resultados desejados e de manipular os gastos, de modo a facilitar o desenvolvimento de áreas de prioridade – e a contribuir para a descoberta do nível adequado de financiamento para programas e, até mesmo, para a priorização de cortes orçamentários que sejam necessários.

⁸ Ressalta-se, ainda os conceitos de eficácia e efetividade. Segundo Cotta (1998, p. 121): *Eficácia é o grau em que se alcançam os objetivos e metas do projeto na população beneficiária, em determinado período de tempo, independente dos custos implicados. Os conceitos de eficiência e eficácia diferenciam-se do conceito de efetividade, que corresponde à relação entre os resultados e os objetivos do projeto.*

Na motivação de ordem econômica, a avaliação auxilia na alocação de recursos e contribui para que os formuladores de políticas e os responsáveis pelo orçamento ajudem a melhorar a distribuição dos gastos. Nesse sentido, a avaliação subsidia a identificação das formas mais eficientes e eficazes de conseguir os resultados esperados e administrar os orçamentos, de modo a facilitar o desenvolvimento de novas áreas de prioridade e a reduzir custos desnecessários. Segundo Ala–Harja e Helgason (2000, p. 12):

As instituições que financiam e co-financiam os programas públicos geralmente requerem que os solicitantes dos financiamentos se submetam a avaliações regulares, por vezes conduzidas por essas próprias instituições de fomento (o Banco Mundial e a Structural Funds da União Européia).

No Brasil, a partir dos anos de 1990, as agências financiadoras internacionais, tais como: o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial, passaram a estabelecer, de forma mais criteriosa, a elaboração de métodos de avaliação dos projetos, programas e políticas por eles financiados. Ressalta-se que data a partir desse período a utilização da avaliação por parte da administração pública brasileira, no contexto da reforma do Estado, sendo as avaliações direcionadas a uma agenda neoliberal⁹, isto é, não comprometida com as demandas advindas das necessidades sociais da população, e sim, sendo utilizada para justificar a redução dos gastos do Estado com as políticas sociais.

Neste contexto, as organizações e instituições públicas consideram a avaliação de várias maneiras e a utiliza com diferentes finalidades e objetivos, acarretando em abordagens diversificadas. No entanto, para fins desse estudo:

[...] Recusa-se aqui a avaliação com mero propósito de controle, de fiscalização de amedrontamento e destaca-se o compromisso com valores éticos e com a não neutralidade, o que reafirma a perspectiva de mudança da política, com alteração da prática imediata dos programas sociais na direção desejada, tendo como referência as demandas sociais. (SILVA, 2001, p.51 e 52).

⁹ Pereira (2001) expõe que a partir dos anos de 1980 o neoliberalismo assumiu o lugar do keynesianismo. Segundo a autora, o neoliberalismo trata-se de uma doutrina política e ideológica que defende que o mercado é uma instância societária capaz de resolver os problemas humanos, isto é, trata-se de um liberalismo adaptado aos tempos atuais do capitalismo globalizado. Não se pretende aprofundar tal questão. No entanto, considera-se necessário destacar, neste momento que, esta agenda é um conjunto de medidas políticas econômicas que defende que o Estado não deve intervir na economia, defende a liberdade dos mercados, bem como defende a diminuição dos gastos com políticas sociais.

Assim, neste estudo, tem-se como horizonte a perspectiva de Silva (2001), de que o propósito da avaliação de políticas públicas tem a intenção de alterar as práticas e ações, tendo como parâmetros as demandas sociais advindas dos movimentos sociais.

Compartilha-se com o entendimento de que as avaliações de políticas públicas devem atingir no setor público uma dimensão política de grande importância e contribuir para a transparência dos impactos das atividades governamentais, bem como auxiliar a população a conhecer o que está sendo feito com o valor correspondente ao arrecadado pelos impostos, isto é, os gastos públicos. A avaliação, nesse sentido, pode contribuir com a transparência das ações públicas, tornando mais visível os impactos e as atividades governamentais, fazendo com que a sociedade tenha conhecimento do que está sendo realizado com as finanças públicas e apresentar alternativas para as políticas implementadas, configurando-se como um indispensável mecanismo de expressões democráticas. Segundo Cotta (1998, p. 103), *[...] Cabe lembrar ainda que, em ambientes democráticos, cresce a demanda da sociedade organizada pela transparência na gestão de recursos públicos, o que só é possível com a avaliação sistemática das ações empreendidas pelo Governo.*

Entende-se, assim, que uma das razões para avaliar as políticas públicas é a necessidade de planejamento e, conseqüentemente, a tomada de decisões políticas, contribuindo para o processo de conhecimento dos(as) autores(as) envolvidos(as) no gerenciamento, administração e implementação das políticas públicas, proporcionando, dessa forma, uma mudança na missão, nos objetivos estratégicos, nos procedimentos.

No entanto, ressalta-se, também, que muitas são as limitações das avaliações de uma maneira geral. Sabe-se que a realização da avaliação não garante que mudanças irão ocorrer em relação às políticas avaliadas, apesar desta ser um grande instrumento, que pode contribuir para a reconfiguração das políticas. Para gerar mudanças, a avaliação deve ser utilizada pelos movimentos sociais e setores organizados no sentido de *fazer pressão aos governos* para que as falhas identificadas sejam corrigidas, bem como para que as demandas apresentadas sejam supridas. Outra limitação ocorre em relação à divulgação das informações obtidas através da avaliação. Historicamente, não é comum apresentar os resultados obtidos à população de maneira geral, sendo necessário pensar ações

que incentivem a publicitação dos resultados alcançados. Pode-se atribuir a essa ausência de divulgação o fato de muitos gestores¹⁰ e administradores não quererem estar expostos aos julgamentos e críticas, não querendo, assim, estes estarem atrelados à noção de fracasso de tais políticas.

Para se ter êxito na avaliação, é necessário um planejamento prévio das ações a serem executadas, isto é, dedicar um tempo planejando ao processo avaliativo. Este planejamento deve possuir certa flexibilidade para que as avaliações possam ser modificadas em decorrência de outras necessidades e circunstâncias. No momento do planejamento, define-se os objetivos, verifica-se as informações disponíveis, como também os métodos de coleta e análise de dados. Também define-se cronograma, orçamento e as ações a serem realizadas com os resultados da avaliação. A importância do planejamento da avaliação ocorre em razão de propiciar um maior compromisso de intervir a partir dos resultados, ajudando, assim, a garantir a tomada de ações posteriores.

É nesta fase de planejamento da avaliação que se identifica as pessoas as quais devem ser envolvidas. Em uma avaliação de um programa social, diferentes são os autores que podem ser envolvidos. O público em geral, isto é, indivíduos, famílias e comunidades devem ser abrangidos, visto que, geralmente, são os(as) beneficiários(as) diretos(as) dos programas. Esse público deve ser envolvido em todo o processo avaliativo, entendendo os objetivos do programa, sua dimensão e a importância de se perceber como autor(a) do processo.

As instituições públicas estatais também são extremamente necessárias neste processo. Instituições que são responsáveis pela formulação de políticas, órgãos, seus gestores(as) e técnicos(as), isto é, componentes dos poderes executivo, legislativo, judiciário e todos os grupos de interesse que possam estar envolvidos direta e indiretamente nos programas.

É necessário também abranger Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicatos, conselhos, associações, bem como a mídia, através do rádio, televisão, jornais, revistas e internet, pois tanto as instituições como a mídia são formadoras de opinião e podem contribuir para uma avaliação efetiva. É essencial, nesse processo, envolver os financiadores do programa, as universidades e outras instituições de pesquisa científica, visto que a universidade é um espaço de construção de

¹⁰ Tal situação é recorrente principalmente em ano eleitoral, tal como a pesquisadora vivenciou durante o período da avaliação.

conhecimento. Para envolver os(as) autores(as) da avaliação, muito utiliza-se a prática de avaliação participativa. Segundo Barreira (2002, p. 62 e 63):

A denominação 'avaliação participativa' tem sido utilizada com sentidos bastante diferenciados. Para alguns a avaliação participativa consiste em uma pesquisa sistemática que se vale dos sujeitos envolvidos no programa para ampliar o espaço de reflexão sobre o processo e resultados avaliativos; para outros é a realocação do poder na produção do conhecimento e na promoção de mudança social.

No entanto, apesar da abordagem participativa geralmente contribuir de modo efetivo na avaliação, pode também implicar algumas deficiências. As dificuldades podem aparecer no que diz respeito ao conflito entre os interesses dos diversos atores abrangidos. Aqueles que estão envolvidos diretamente nas políticas podem mostrar-se relutantes a disponibilizar informações, principalmente se entenderem que os resultados das avaliações podem ser críticos quanto ao desempenho do programa, comprometendo negativamente a confiabilidade da avaliação. Compartilha-se com o entendimento de que a avaliação participativa traz contribuições positivas, sendo um instrumento de fortalecimento para expressões democráticas, pois, no sentido contrário, a avaliação pode se tornar um procedimento burocrático, formal, não favorecendo com mudanças para os usuários.

Percebe-se, assim, que refletir sobre a avaliação demanda um empenho analítico, pois muitas são as questões envolvidas nos procedimentos avaliativos. Como exemplo, pode-se citar a constante ausência de esclarecimentos sobre as diferenças entre a avaliação e o monitoramento.

O monitoramento é a análise contínua ou periódica do modo como se está executando uma ação em todos os níveis hierárquicos, geralmente realizada pela administração do órgão em que a política está sendo executada. No monitoramento, tenta-se garantir os calendários, os produtos e espera-se que estes sejam concretizados de acordo com as metas estabelecidas. Segundo Cohen e Franco (1998, p. 77):

Assim, enquanto o acompanhamento ou monitoramento é uma atividade gerencial interna que se realiza durante o período de execução e operação, a avaliação pode ser realizada tanto antes ou durante a implementação como ao concluir a mesma ou mesmo algum tempo depois, para quando se prevê que o projeto provocou todo o seu impacto. Por outro lado, a avaliação tanto interna como externa se ocupa com o modo, em que medida e porque tais pessoas foram beneficiadas.

Boulmetis e Dutwin (2000 apud PAULA, 2001, p.1) também discorrem sobre o assunto. Os autores compreendem que a avaliação e o monitoramento são processos com alvos diferentes. Enquanto o monitoramento é o acompanhamento do programa para identificar se ele está ocorrendo de acordo com o plano de ação e se está atingindo a população alvo, a avaliação é um processo sistemático de análise de dados para determinar se os objetivos tem sido ou estão sendo alcançados e, a partir daí, contribuir nas tomadas de decisões.

Compreende-se, assim, que o monitoramento e a avaliação são inter-relacionados, podendo ser desenvolvidos ao mesmo tempo. Segundo Holanda (2006, p. 61), [...] *O monitoramento pode ser considerado um segmento importante do processo de avaliação (um trabalho preliminar, mas não um substituto para a avaliação propriamente dita)*. Para o autor, o monitoramento tem uma postura passiva somente constatando, registrando e informando os acontecimentos, geralmente, utilizando processos informais, tendo assim um papel limitado em relação à avaliação.

No entanto, em algumas circunstâncias, o monitoramento apresenta desvios e falhas graves de execução das políticas. Nestas situações, o monitoramento já não é mais um processo passivo, pois, muitas vezes, estimula intervenções que melhorem o curso da ação. Assim, neste momento, o monitoramento pode ser confundido com a avaliação de processo, no entanto, eles apresentam diferenças, pois, enquanto o monitoramento é permanente, a avaliação de processo pode ser pontual. Holanda (2006) afirma ainda que geralmente o monitoramento é uma atividade interna, enquanto a avaliação de processo é de natureza externa. Contudo, em algumas ocasiões, o monitoramento pode ser externo, sendo realizado por representantes da instituição que financia os programas ou pela organização da sociedade civil.

A fim de não realizar reflexões distorcidas e pensar de forma esclarecida sobre a avaliação, instiga-se: Quais os tipos de avaliação? Como a avaliação vem sendo pensada metodologicamente?

A escolha das metodologias utilizadas está diretamente vinculada ao tipo de avaliação realizada. No entanto, para que a avaliação seja bem sucedida, é necessário que ocorra um rigor teórico-metodológico na condução da avaliação. Sabe-se que não existe um método ideal de condução de uma avaliação e que muitas são as abordagens e metodologias. Contudo, para obter êxito, é necessário adequar a avaliação ao objeto que deseja avaliar, as informações almejadas, aos

recursos disponíveis e ao uso pretendido para os resultados. Segundo Ala-Harja (2000, p.24):

A escolha de critérios para avaliação pode ser problemática em face do simples fato de que os objetivos dos programas públicos costumam ser múltiplos, vagos, ocultos, mutantes e até mesmo, conflitantes. Outra dificuldade é decidir se o foco deve estar apenas sobre a forma de alcance dos objetivos oficiais ou se deve adotar uma visão mais ampla, partindo para o estudo de todos os efeitos do programa. A última opção oferece um quadro mais abrangente do resultado do programa, mas é frequentemente mais complexa e demorada.

Assim, entende-se que os problemas metodológicos são inerentes a todas as abordagens de avaliação, visto que a escolha entre diferentes métodos de avaliação, os vários mecanismos de coleta e análise de dados podem ser utilizados, gerando percepções diferentes dos programas avaliados. Nesse sentido, para realizar uma avaliação, pode-se utilizar métodos quantitativos e qualitativos.

Existe uma importante discussão sobre as abordagens de métodos quantitativos e qualitativos de avaliação. Silva (2006) discute que, visto no primeiro momento, essas abordagens parecem ser consideradas opostas e inconciliáveis, no entanto:

Ao contrário o que deve haver na pesquisa social e, em particular na pesquisa avaliativa é uma articulação da dimensão quantitativa com a dimensão qualitativa, na perspectiva de que a realidade social também se expressa por quantidades, devendo seus significados serem interpretados numa perspectiva qualitativa. Ademais, o rigor científico não pode ser visto como exclusividade das abordagens quantitativas. Na pesquisa avaliativa, esse rigor, que significa a busca da objetividade, da confiabilidade e da validade dos conhecimentos produzidos, torna-se possível com a clareza das dimensões metodológicas, com um quadro teórico de referência sobre a especificidade da política, e com a operacionalização de variáveis, como conceitos que permitem analisar o fenômeno pretendido (SILVA, 2006, p.72).

Compartilha-se com a ideia da autora de que a abordagem qualitativa não deve excluir a abordagem quantitativa, devendo se ter cautela na articulação dessas abordagens, pois entende-se que a integração desses métodos podem trazer maiores contribuições à avaliação.

Diante da discussão, ressalta-se a importância, neste momento, de conhecer alguns tipos de avaliação, pois há várias formas de pensar a avaliação, estas que, geralmente, são classificadas de acordo com os critérios apreciados. Ao considerar, por exemplo, o momento em que a avaliação está acontecendo, entende Cotta (1998, p. 109) que, [...] *distinguem-se as avaliações ex-ante, realizadas antes que se*

inicie o programa ou projeto, das avaliações ex-post, realizadas ao longo da fase de execução ou após a conclusão do mesmo.

Ao ponderar os aspectos das políticas, programas e projetos, muitas são as classificações que as avaliações recebem. Um dos tipos de avaliação mais recorrente é a avaliação de resultados, que propõe a compreender se a intervenção por parte do governo realizou mudanças sociais de curto ou longo prazo. Aguilar e Ander-Egg (1995) expõem que o objetivo central deste tipo de avaliação é saber se o programa responde ou não às necessidades e aos problemas reais da população.

Em outras palavras, um programa ou projeto corretamente formulado em si mesmo poderia não ser efetivo ao não resolver de forma significativa a situação-problema que lhe deu origem, ao não guardar relação ou consonância com as necessidades que pretende satisfazer ou os problemas que pretende resolver. Por isso se trata de avaliar os resultados obtidos em termos de efeitos (sobre a população destinatária) e impactos (sobre o conjunto da população e o meio), isto é, de consecução dos fins propostos para resolver o problema (AGUILAR E ANDER-EGG, 1995, p.114).

A avaliação de resultados afere os resultados previstos dos efetivamente obtidos. Cotta (1998) também discute, de forma muito clara, quais são os objetivos deste tipo de avaliação. Segundo a autora:

O primeiro deles é indagar se houve alterações na situação-problema após a intervenção. Em caso afirmativo, deve-se estabelecer uma relação de causalidade entre tais alterações e certos atributos do programa ou projeto. Está é sem dúvida, a tarefa mais importante, e também a mais difícil. Se for constatada uma correlação positiva entre a intervenção e as mudanças na situação-problema, as hipóteses que informaram a elaboração do programa ou projeto podem ser consideradas válidas. Resta ainda descobrir se elas se aplicam a outras realidades ou se são verdadeiras apenas num determinado contexto (COTTA, 1998, p. 111).

Aguilar & Ander-Egg (1994 apud SILVA, 2001, p.57 e 58) denominam este tipo de avaliação como avaliação somativa. *[...] quanto às funções que a avaliação deve cumprir, considerando a avaliação somativa, referindo-se a estudos ou efeitos dos programas tendo em vista julgar se vale a pena ou não manter um programa [...].*

Ala-Harja e Helgason (2000) consideram que a avaliação somativa é dirigida com frequência quando o programa já está implementado há algum tempo, sendo, portanto também considerada avaliação ex-post. Entendem ainda os autores que esta avaliação tem como pretensão o estudo da eficácia do programa e o julgamento de seu valor geral.

Verifica-se, assim, que existem diversas definições referentes ao conceito de avaliação, o que geralmente ocasiona, na prática, que alguns tipos de avaliação sejam combinados. Como exemplo, considera-se que, para realizar esta pesquisa avaliativa, é necessário que o tipo de avaliação mais coerente seja a avaliação de processo em profundidade, isto é, o uso combinado da avaliação de processo que aponte traços de uma avaliação em profundidade.

A avaliação de processo é centrada no desenvolvimento do programa, pois interessa compreender se a intervenção por parte do governo está realizando mudanças sociais durante a execução das políticas públicas. Segundo Cotta (1998, p. 110):

A avaliação de processo diz respeito à dimensão de gestão. Sua finalidade é julgar se a intervenção está sendo implementada como planejado, se a população-alvo está sendo atingida, se o cronograma está sendo cumprido, se os recursos estão sendo usados com eficiência etc.. Trata-se, enfim, do acompanhamento sistemático da evolução das metas do programa ou projeto.

Assim, também se realiza uma pesquisa que aponte circunscrições de avaliação em profundidade na perspectiva de Rodrigues (2008), isto é, uma análise aprofundada de programas e projetos constitutivos de políticas públicas de caráter social. A avaliação em profundidade considera o contexto social, econômico, político e cultural, como também a importância da análise institucional, das relações de poder, dos interesses e valores que perpassam os processos de formulação e implementação das políticas. Segundo Rodrigues (2008, p. 10):

Ainda que falar em avaliação em profundidade possa expressar, num sentido metafórico, a imersão em uma particularidade do campo de investigação, saliento que o sentido aqui referido é o de abarcar a um só tempo as dimensões dadas tanto no sentido longitudinal – extensão no comprimento – como latitudinal – extensão na largura, amplitude. Assim, desta perspectiva, quanto mais mergulhamos na situação estudada, mais ampliamos o campo de investigação. Olhamos à frente e para os lados, acima e abaixo, porque a compreensão focada, direcionada, certamente a mais fácil, com certeza será sempre limitada. [...]

Certamente não é esta a proposta aqui focada. A perspectiva aqui apresentada, ao contrário, é de cautela e mesmo ceticismo quanto aos modelos de análise que buscam avaliar políticas públicas tomando como questões centrais, que orientam os instrumentos de coleta de dados, aquelas que dizem respeito única e exclusivamente ao que foi o fio condutor da formulação dessas políticas. É ainda mais cética em relação aos modelos universais, quando aplicados a contextos particulares, com total desconsideração das especificidades atinentes a cada situação e aos locais sobre os quais incidem políticas públicas formuladas nos longínquos centros de decisão, o que considero a ocorrência de um duplo distanciamento, cujo resultado são fortes omissões e/ou deslizes analíticos.

A avaliação em profundidade exige aproximações analíticas com abordagens processuais, multidisciplinares e interdisciplinares, que encarnem concepções de igualdade, de equidade e de justiça social como referência a circunscrever.

Assim, para melhor atingir os objetivos da avaliação, compreende-se a necessidade de realizar uma avaliação de processo em profundidade, isto é, uso combinado destes dois entendimentos sobre avaliação, visto que, para o presente estudo avaliativo, considera-se inviável as concepções de modelos fechados e universais. Acredita-se também que a proposta elencada pode contribuir para a superação de modelos clássicos de avaliação.

Entende-se ainda que a avaliação de processo em profundidade implica em uma pluralidade de procedimentos metodológicos, que abranja uma perspectiva de avaliação socioeconômica, cultural e política. Por se avaliar a política de enfrentamento à violência contra a mulher, que implica distintas dimensões, isto é, questões de ordem política, jurídica, social e econômica, acredita-se que este tipo de avaliação proporciona a ampliação de discussões. No entanto, sabe-se dos desafios e limites postos nesta avaliação, visto que, se trata de uma política pública que tem como objeto de intervenção um fenômeno complexo que requer um empenho de análise recorrente. Contudo, embora apresente limites e desafios, acredita-se que o estudo aponta novas possibilidades e perspectivas de pensar a avaliação de políticas públicas.

Acrescenta-se que, embora não se compartilhe com modelos clássicos de avaliação, não se renuncia conceitos e discussões importantes que proporcionam um alcance efetivo na avaliação de políticas públicas. Tais como o conceito de indicadores sociais. Questiona-se: Quais são os indicadores sociais para se avaliar programas sociais? E as políticas públicas de equidade de gênero? Quais são os indicadores na política avaliada em questão?

Os indicadores são instrumentos de grande importância para a avaliação de políticas públicas, pois geralmente apresentam uma variável quantitativa ou qualitativa que mede as concretizações de uma política, programa ou projeto tendo como referência os objetivos estabelecidos no planejamento social.

Os indicadores é uma medida quantitativamente que operacionaliza conceitos abstratos na análise e julgamento do mérito desempenho dos programas. É uma unidade que serve como referência tanto para a definição dos seus objetivos - na fase de planejamento e avaliação "ex ante"

– como para aferição de performance e resultados - nas fases de monitoramento e avaliação “ex post” (HOLANDA, 2006, p. 217).

Como nas pesquisas avaliativas de programas sociais, os objetos geralmente são situações, fatos complexos, processos, que não podem ser diretamente medidos, utiliza-se indicadores que admitam apreender manifestamente um fenômeno social que não pode ser medido de forma direta.

Aplicado à avaliação de programas sociais, poderíamos dizer que “o indicador é o sinal com o qual assinalamos os graus de uma coisa e as variações induzidas nelas (Martínez, 1972). Ou, mais precisamente, que os indicadores são “medidas específicas (explícitas) e objetivamente verificáveis das mudanças ou resultados de uma atividade.” Em outras palavras, os indicadores servem de padrão para medir, avaliar ou mostrar o progresso de uma atividade, com relação às metas estabelecidas, quanto à energia de seus insumos (indicadores de insumos), à obtenção de seu produto (indicadores de produtos) e a consecução de seus objetivos (indicadores de efeitos e produtos)” [...] (AGUILAR e ANDER-EGG, 1995, p. 102).

Para fins desta pesquisa avaliativa, utiliza-se o conceito de indicador social, que, geralmente, reflete as condições de nível de vida, os padrões de saúde, assistência médica e social da população. O aparecimento e crescimento do uso de indicadores sociais estão diretamente ligados à consolidação das ações de planejamento do setor público durante o século XX. É com o aperfeiçoamento de novas práticas de formulação e implementação de políticas públicas, a partir da metade da década de 1980, que esta discussão ganha respaldo nas universidades, nos centros de pesquisas e nos setores públicos. Segundo Jannuzzi (2004, p. 02):

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais. [...] Em uma perspectiva programática, o indicador social é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas.

Os indicadores sociais aproximam, sinalizam, demonstram em termos operativos as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas realizadas anteriormente. Contribui, assim, para esclarecer a realidade social e

nortear de maneira mais apropriada a análise, formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. *Na negociação das prioridades sociais, os indicadores sociais podem contribuir no apontamento da magnitude das carências a atender nas diversas áreas de intervenção.* (JANNUZZI, 2004, p. 02).

Sabe-se, contudo, que a escolha de indicadores sociais é complexa e que, quando realizada de maneira relevante e comprometida, potencializam-se as chances de êxito no processo de avaliação das políticas públicas, pois proporcionam resultados mais garantidos e confiáveis.

Diante de toda esta discussão, compreende-se que avaliar políticas públicas, na atualidade, é um grande desafio, posto que a avaliação situa-se em um cenário complexo de dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais.

Ressalta-se ainda que, quando se trata de uma política pública que tem como foco de intervenção mulheres que passam por situação de violência, o emaranhado das questões é potencializado, pois muitas são as tensões que permeiam a avaliação e em razão destas discussões, se refletirá adiante a importância de se avaliar políticas com este enfoque.

2.2 A importância da avaliação nas políticas com recorte de gênero

As políticas públicas, programas, projetos e serviços voltados para mulheres em situação de violência necessitam ser avaliados para descobrir alternativas que potencializem o alcance dos objetivos pretendidos, para se assumir decisões que permitam enfrentar os problemas ocorridos da melhor maneira possível e para proporcionar às mulheres a ruptura da situação de violência e a finalização do ciclo de violência¹¹.

¹¹ Descrito por Lenore Walker (2002), o ciclo da violência (ANEXO A) são situações de violência recorrentes no quais as mulheres passam. Lenore Walker (2002) considera que as interações violentas de um casal estão vinculadas ao aumento de tensão nas relações de poder estabelecidas e que as situações de violência são uma tentativa de restaurar o poder perdido. Segundo a concepção, esse ciclo de violência possui três fases distintas, as quais variam, tanto no tempo como na intensidade para o mesmo casal, contudo, não aparecem necessariamente em todos os casais. A fase um é o aumento de tensão, quando ocorrem pequenos incidentes de violência, o agressor mostra-se irritado, ocorrem discussões, atritos constantes. A fase dois é marcada pelo incidente agudo da violência, mais breve que a fase um essa fase é caracterizada pela incontrolável descarga de tensão acumulada na fase um. O que marca a diferença entre as fases é a gravidade com a qual os incidentes da fase dois são vistos pelo casal. Ocorre o incidente de violência que pode ser física isoladamente, ou acompanhada de violência psicológica, moral ou sexual. A fase três é o apaziguamento ou *Lua de Mel*, após a explosão da violência, o agressor sabe que seu comportamento foi inadequado e agressivo e tenta fazer as pazes. Geralmente, o

Sabe-se, no entanto, que historicamente há um empenho em estabelecer a violência contra a mulher como uma questão de cunho público, e que ainda há políticas públicas que muitas vezes não são pensadas como espaços de construção de direitos, bem como também ocorrem limitações na efetividade das leis e dos organismos de combate às desigualdades de gênero. Justifica-se, assim, investimentos direcionados a avaliar políticas públicas de violência contra a mulher com o enfoque nas relações patriarcais de gênero.

Assim, indaga-se questões como: Quais as experiências na área de políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher? E o que elas sinalizam? Qual a importância e a contribuição da avaliação para essas políticas? O que o marco legal estabelece em termos de avaliação?

Para pensar nas contribuições que a avaliação proporciona, é necessário compreender que o Estado reproduz e/ou modifica as relações de gênero, por meio de projetos, programas e serviços que compõem o leque das políticas públicas.

Prá e Cheron (2011) defendem a inclusão do recorte de gênero nas ações do governo, explicitando que as políticas públicas não podem ser neutras quanto às desigualdades sociais. Assim, as autoras compreendem a necessidade de uma concepção crítica das relações de gênero, no entendimento de que há subordinação do feminino ao masculino, resultando em considerar homens e mulheres de forma diferenciadas, sendo imperativo que as políticas coíbam as discriminações. Para tanto, implica realizar estratégias e mecanismos de controle social nas ações dos governos, que possam ter experiências de participação de homens e mulheres na definição de agendas, nos ciclos de deliberação, elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. No Brasil, a inserção do recorte de gênero acarretou na inclusão de organismos institucionais de defesa dos direitos das mulheres. Como exemplo, existem órgãos como a Secretaria de Políticas para as

agressor pede perdão e promete que não vai mais acontecer, muda de comportamento, demonstra arrependimento, presenteia a mulher. Esta fase parece ser mais longa que a fase dois, porém mais curta que a fase um. As fases desse ciclo se resumem no que Lenore Walker chama de dinâmica da violência. Considera ainda que a compreensão desse ciclo é muito importante para uma abordagem adequada, que permita aos profissionais não atuarem vitimizando a mulher e culpabilizando o homem, mas compreendendo as inúmeras interações e interdependência das relações violentas. Outra questão levantada refere-se de que nem sempre é possível identificar as fases de maneira estanque, pois à medida que a violência vai se tornando mais grave, pode haver redução ou desaparecimento da terceira fase. Para saber mais sobre o Ciclo da Violência descrito por Lenore. Walker consultar: BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência Intrafamiliar**- Orientação para a prática em serviço. Caderno de Atenção Básica, nº.8, Brasília, 2002.

Mulheres (SPM) que promove a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas direcionadas a modificar práticas e percepções.

Nesse sentido, a avaliação de políticas públicas para as mulheres configura-se como um instrumento de discussão das ações desenvolvidas pelos organismos estatais e pela sociedade civil, contribuindo para conferir a execução de compromissos adotados pelo Estado, que visam à equidade de gênero e a redução das desigualdades sociais. Assim, a avaliação deve ser capaz de sinalizar respostas para as perguntas chaves como: Há mudanças nas condições de vida das mulheres? Estas sinalizam para seu empoderamento?

Nesse enfoque, a avaliação identifica a execução dessas políticas referente aos direitos das mulheres, considerando práticas como satisfatórias ou com lacunas, como também subsidiando futuras ações governamentais.

O marco legal¹² brasileiro recente, que regulamenta e estabelece as linhas de ações das políticas públicas de violência contra a mulher, começa a sinalizar para a importância da sistematização de dados, do monitoramento e avaliação deste tipo de políticas.

Portanto, o primeiro passo realizado nesse sentido é a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República em janeiro de 2003, em que o Estado passa a assumir a responsabilidade de implementar políticas públicas que tenham como foco as mulheres, a concretização da cidadania e a igualdade de gênero. Em julho de 2004, aconteceu a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM), na qual foram apresentadas propostas para a elaboração do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004).

Muitas são as contribuições deste plano para o fortalecimento das políticas públicas para as mulheres. No entanto, ressalta-se, neste momento, as propostas de monitoramento e a avaliação. Segundo o I Plano Nacional:

O monitoramento e a avaliação do PNPM serão feitos por meio da articulação entre os diversos setores do governo. As prioridades, objetivos, metas e indicadores definidos no PNPM serão monitorados (terão acompanhamento contínuo) e avaliados durante toda a implementação das ações programadas (BRASIL, 2004, p. 86).

Assim, para monitorar e avaliar as ações, o Plano estabelece a criação de um Comitê coordenado pela SPM e formado por representantes de ministérios e de

¹² Não se pretende neste momento aprofundar todo o marco legal, convém, no entanto, citar as principais políticas de ações no enfrentamento à violência contra a mulher.

outras secretarias especiais. Esse comitê tem como atribuições garantir o cumprimento das ações e o alcance dos objetivos firmados no plano, sistematizar as informações recebidas contribuindo para informar ao governo e à sociedade o andamento das ações governamentais, bem como auxiliar os gestores públicos na tomada de decisões.

Estruturada a partir do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher traz outras contribuições no que se refere a pensar a avaliação. Ressalta-se, contudo, que se direcionam as ações para a perspectiva de monitoramento e sistematização dos dados. Convém ainda observar que o campo de avaliação é recente em nosso país, e que estes marcos legais trazem, por muitas vezes, o conceito de monitoramento como sinônimo de avaliação, o que contribui para que as experiências estejam direcionadas para ações com a perspectiva de acompanhamento e sistematização dos dados.

[...] é fundamental o **monitoramento** das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, ou seja, a avaliação sistemática e acompanhamento de todas as ações desenvolvidas nas áreas de prevenção, combate à violência contra as mulheres; e na assistência e garantia de direitos das mulheres em situação de violência (BRASIL, 2007a, p.13, grifo do autor).

Assim, embora, neste momento, a Política Nacional não estabeleça processos avaliativos diretos, passa a dar maior importância para o acompanhamento das ações realizadas pelas políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher, sinalizando um avanço na discussão. Ainda em 2007, é criado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento *da* Violência contra as Mulheres, um importante salto para a consolidação da política nacional, que também estipula intervenções no sentido de conhecer a realidade das mulheres que passam por situação de violência.

A fim de suprir esta lacuna, foram disponibilizados recursos no PPA 2008-2011 para a construção do Sistema Nacional de Informações sobre a Violência contra as Mulheres e para a consolidação do Observatório de Implementação da Lei Maria da Penha. Os dados fornecidos por esses dois instrumentos permitirão a construção de um banco de dados e informações estatísticas para subsidiar a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas de enfrentamento à violência. (BRASIL, 2007b, p.22).

Os recursos oriundos do Plano Plurianual (2008-2011) instituem ações como a criação de um Sistema Nacional de Informações Sobre Violência Contra a Mulher,

que contribui para a construção de um banco de dados na definição de indicadores de violência e da rede de atendimento às mulheres. Assim, a Secretaria de Políticas para as Mulheres inicia, a partir de 2008, a construção de um Observatório Nacional de Igualdade de Gênero pautado nos princípios e diretrizes do Governo Federal em parceria com a sociedade civil organizada. Lançado em 8 de março de 2009 e denominado como Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, este desenvolve seu monitoramento em torno de cinco amplos eixos: Indicadores, Políticas Públicas, Legislação e Legislativo, Comunicação e Mídia, e Internacional.

A metodologia adotada para a implantação do Observatório Brasil se concentra no levantamento de informações, indicadores e dados para a elaboração de diagnósticos; no monitoramento dos indicadores e das políticas e ações compreendidas no PNPM; no monitoramento da mídia sobre mulheres e gênero; e na elaboração de análises periódicas das informações e conteúdos concentrados no Observatório (BRASIL, 2010, p. 124).

O objetivo deste Observatório é contribuir para a promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres no Brasil, servindo de instrumento para a formulação e o aperfeiçoamento de políticas com recorte de gênero. Acredita-se que a construção de espaços como o observatório é um avanço, pois diante das dificuldades de estabelecer indicadores que retratam a condição de vida das mulheres, tem-se empenhos não só sentido de firmar indicadores, mas também esforços em dar visibilidade e fortalecer as ações do Estado Brasileiro.

No que refere-se a criação do Observatório da Lei Maria da Penha¹³, tem como finalidade monitorar a efetivação da legislação junto ao Judiciário, ao Executivo e à Rede de Atendimento às Mulheres.

O Observatório é formado por um consórcio entre organizações não-governamentais e núcleos de pesquisas de universidades públicas brasileiras (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Pará, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal do Rio de Janeiro), cuja coordenação é do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA). Tem como objetivo monitorar a implementação e a aplicação da legislação em todo o território nacional [...] (BRASIL, 2007b, p. 22).

¹³ A Lei nº 11.340, Lei Maria da Penha, que entrou em vigor no dia 22 de agosto de 2006, é uma Lei específica para julgar e enfrentar a violência doméstica e familiar contra a mulher. Esta Lei foi denominada como Lei Maria da Penha em homenagem a Maria da Penha Fernandes, cearense cujo marido tentou mata-la por duas vezes. Na primeira vez deu um tiro deixando-a paraplégica. Na segunda tentou eletrocutá-la. Ela tinha 38 anos e três filhas entre dois e seis anos de idade. Durante 20 anos lutou por justiça. O agressor de Maria da Penha ficou preso em regime fechado por apenas dois anos. Hoje ele encontra-se em liberdade.

Acrescenta-se que quanto à Lei nº 11.340, Lei Maria da Penha, a avaliação, o monitoramento de sua implementação estão previstos no texto legal. Deste modo, esta lei estabelece que as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher devem ter como diretrizes:

II- a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas; [...] (BRASIL, 2006b, Art. 8, II).

Além disso, as disposições finais da Lei asseguram a sistematização de estatísticas sobre o fenômeno, isto é, uma base de dados com o intuito de auxiliar o Sistema Nacional de Dados e Informações relativas às Mulheres. Compreende-se que o instituído na legislação converge com o previsto no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.

Observa-se, assim, que o marco teórico e o arcabouço legislativo, que embasa e referencia às ações direcionadas às mulheres que passam por situação de violência, são predominantemente atuações no sentido de sistematizar e registrar as informações da realidade dessas mulheres. Atribui-se este fato em razão da avaliação ser um campo em consolidação em nosso país, bem como das dificuldades do acesso às informações¹⁴ sobre a ocorrência das situações de violência contra a mulher, visto que, predominantemente, estas situações ocorrem com maior frequência nos espaços privados.

Sabe-se, assim, que tem-se avançado, mas ainda são poucas as avaliações na área de políticas públicas para as mulheres e, como o presente estudo afere as ações de fortalecimento da autonomia econômica das mulheres, destaca-se a experiência do Programa Pró-Equidade de Gênero.

O Programa Pró-Equidade de Gênero¹⁵ é uma ação do Governo Federal, que através da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

¹⁴ No Brasil, as Delegacias de Defesa das Mulheres (DDM) e a Central de Atendimento à Mulher que funciona através do número telefônico 180, são duas fontes oficiais de registros relacionado à violência contra a mulher.

¹⁵ Na primeira área, gestão de pessoas, se avalia indicadores da construção de igualdade de gênero nos procedimentos de gerenciamento dos recursos humanos das empresas que participam. São considerados aspectos de seleção, capacitação, treinamento, salários, planos de cargos e carreira, dentre outros. Na segunda área, se aprecia fatores como mecanismos de combate às práticas de discriminação, tal como ações de sensibilização nos relacionamentos da empresa. Para aderir ao

objetiva estimular a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na esfera do trabalho. O programa consiste na adesão voluntária de instituições que se comprometem a desenvolver ações em duas áreas: gestão de pessoas e cultura organizacional. Áreas em que as instituições passam por um processo de monitoramento e avaliação. Após este momento, as instituições que se destacam na proposta e na prática de ações inovadoras que objetivam a equidade de gênero, recebem o Selo Pró-Equidade de Gênero, instrumento que confirma o compromisso com a promoção da igualdade de gênero.

Acredita-se que esta experiência sinaliza a importância de pesquisas avaliativas para fomentar a igualdade de gênero e percebe-se que, neste contexto, alguns serviços começam a comprometer-se com ações avaliativas que identificam a necessidade de reformular as políticas. No entanto, sabe-se que grandes são as dificuldades encontradas no percurso avaliativo. Ao avaliar, por exemplo, as ações de fortalecimento da autonomia das mulheres em situação de violência, sabe-se como é difícil estabelecer indicadores, visto que, essas são duas grandes questões: violência e autonomia.

Para construção dos indicadores sociais desta pesquisa avaliativa, tem-se como orientação as ações que proporcionam às mulheres a ruptura da situação de violência e a finalização do ciclo de violência. Assim, os indicadores sociais de processo escolhidos são pensados a partir da perspectiva do indicador social de gênero, que é o acesso das mulheres em situação de violência aos recursos e oportunidades para geração de emprego e renda.

Evidencia-se, ainda, que a avaliação de políticas públicas de violência contra a mulher não pode considerar somente os aspectos objetivos da efetivação de leis, programas e projetos. Para ter êxito, cumpre considerar dimensões subjetivas, incluindo, na metodologia, a análise de elementos de caráter social e individual.

programa a empresa que participa preenche uma ficha perfil, onde se conhece os dados a respeito das condições de trabalho de homens e mulheres, as ações realizadas para promover a igualdade. Logo após, firma-se um Termo de Compromisso entre os representantes da empresa e o Comitê Pró-Equidade de Gênero, onde são estabelecidas as ações e estratégias internas que irão formar o Plano de Ação que é desenvolvido ao longo de um ano. Ao fim deste, avalia-se a empresa referente ao cumprimento do Plano de acordo com os critérios e as metodologias estabelecidas no momento em que foi firmado o Termo de Compromisso. O Comitê é formado por instituições governamentais, organizações não governamentais e sociedade civil. Este é encarregado de assistir a coordenação do Programa. Os(as) representantes dessas organizações, frequentemente, são de movimento de mulheres e feministas, bem como acadêmicos(as) que avaliam diretamente a implantação da política pública e desenvolvem sua metodologia.

A metodologia avaliativa é um importante instrumento neste processo, pois esta deve ser capaz de contemplar o complexo contexto econômico, político, social e cultural no qual está permeada a mulher que passa por situação de violência e busca autonomia financeira. Assim, se delineia adiante o percurso metodológico da presente avaliação.

2.3 O percurso metodológico avaliativo: os caminhos da pesquisa

A pesquisa é um processo de construção do conhecimento, que ocorre através de um conjunto de procedimentos e tem como meta principal gerar novos conhecimentos em um processo inacabado e permanente.

Para Minayo (1994), pesquisa nas ciências sociais é uma junção entre teorias, pensamentos e ações, onde a teoria é a explicação parcial da realidade e desempenha várias funções em relação ao estudo do objeto de investigação, dando um sentido a ele.

Na atual conjuntura, a pesquisa apresenta-se diante de diversas perspectivas de possibilidade e produção do conhecimento. Assim, neste contexto, faz presente uma proposta de conhecimento que indica novos caminhos do fazer científico. Um caminho que crítica à epistemologia abstrata e descontextualizada, busca, incessantemente, aproximar-se da realidade, construindo processualmente o conhecimento e o contextualizando culturalmente e politicamente. Segundo Carvalho (2009), pesquisar é aventurar-se em um caminho desconhecido, é desnaturalizar o que é dado como *natural*.

A fim de alcançar os objetivos propostos nesta avaliação, foi primordial a construção de um percurso metodológico, isto é, que estabelecesse um caminho para que a pesquisa conseguisse alcançar as discussões propostas e obter resultados. Assim, para fins de operacionalização desta pesquisa, fez necessário um conjunto de ações, isto é, a construção de uma metodologia. Sabe-se, contudo que a metodologia não é somente um conjunto de técnicas. A metodologia deve trazer [...] *consigo um conjunto de pressupostos sobre a realidade, bem como um instrumental, composto por uma série de conceitos, pelo treinamento do olhar e por técnicas de observação da realidade.* (VICTÓRIA, 2000, p. 33).

Para construção desta metodologia, compartilha-se com a ideia de Carvalho (2009) de construir um percurso metodológico em uma perspectiva ampla e plural.

Assim, parti-se da compreensão de que a violência contra a mulher é uma expressão social e cultural que requer grande esforço analítico, esforço que induz a construir formas de apreensão do real em suas especificidades.

Para tanto, também se fez necessário, delimitar o campo de pesquisa, os(as) autores(as) e as questões que movem a realizar este estudo.

As sujeitas desta pesquisa são as mulheres que conviveram maritalmente, passaram por situação de violência praticada por seus companheiros conjugais e são atendidas pelo Centro de Referência Francisca Clotilde, bem como também as profissionais que trabalham no serviço.

A escolha dessas participantes ocorreu em função de querer avaliar o atendimento realizado no C. R. Francisca Clotilde no que refere à construção da autonomia financeira das mulheres que passaram por situação de violência. Escolheu-se as mulheres que conviveram maritalmente com os companheiros e que buscam a autonomia financeira, por compreender que historicamente as mulheres são excluídas dos espaços públicos que direcionam a trabalhar a geração de emprego e renda, bem como por compreender que nos discursos das mulheres a dependência econômica, faz presente como um *forte* elemento para que elas permaneçam no relacionamento violento. Ressalta-se que não teve como critério de escolha a vivência de um tipo de violência específico, tais como violência psicológica, moral, patrimonial, sexual e física, mas, de que foi atendida no Centro de Referência Francisca Clotilde e encaminhada a algum serviço que visava trabalhar a autonomia financeira e/ou econômica.

A opção desse objeto ocorreu da reflexão de que ao serem atendidas por um centro de referência específico de atendimento, as mulheres que passam por situação de violência, mudanças podem e devem ser concretizadas¹⁶ no cotidiano das mulheres, visto que, este serviço tem um trabalho multidisciplinar e de articulação com a rede de serviços públicos. Assim, acredita-se que mudanças devem acontecer, não somente, mas também na esfera econômica, fortalecendo a autonomia financeira.

Assim, indaga-se: Qual a *rota crítica* percorrida pelas mulheres na busca de romper com a situação de violência e construir sua autonomia financeira? Quais as

¹⁶ Quando se refere a mudanças se faz referência de que estas devem ser proporcionadas pelas intervenções das Políticas Públicas, intervenção tanto referente à punição para os agressores, como de políticas públicas que propiciem as mulheres melhores condições de vida. Políticas Públicas na área de habitação, emprego, educação, saúde entre outras.

ações desenvolvidas no C. R. Francisca Clotilde no que se referem a oferecer às mulheres melhores condições de renda e autonomia financeira? De que maneira as ações trazem alternativas para que as mulheres se percebam como autoras de suas próprias vidas e possam construir/reconstruir sua autonomia financeira e possam ter uma vida digna longe de violência? As ações atendem às necessidades das mulheres?

Sabe-se que muitas são as dificuldades que as mulheres encontram para romper com as situações de violência. A dependência emocional, por exemplo, é justificada¹⁷ como um fator expressivo para que a mulher não rompa o relacionamento. As mulheres em situação de violência encontram dificuldades em romperem com parâmetros culturais que produzem/reforçam a submissão. Ocorrem dificuldades de romper com a visão que ainda prevalece na cultura da mulher como precipitadora, facilitadora e até responsável pela situação de violência.

No entanto, há necessidade de considerar o complexo contexto social, político e cultural no qual a mulher está presente, pois existem construções sociais de gênero que são, por diversas vezes, usadas como justificativas para reforçar a opressão e submissão que as mulheres vivenciam em uma sociedade machista e patriarcal. Interligada a esta cultura, há uma realidade de dependência financeira que as mulheres vivenciam em nossa sociedade.

Ao longo da história, mulheres têm sido responsabilizadas pelo trabalho doméstico, sendo os homens considerados os provedores econômicos da família. Esta situação ocasiona para as mulheres diferenças nas condições de participação no mercado, nas jornadas de trabalho, nas remunerações em relação aos homens. Tal fosso entre trabalho público remunerado do homem e da mulher acaba por ocasionar, assim, uma divisão sexual do trabalho com uma hierarquia de gênero que infelizmente é voltada para a desqualificação do trabalho feminino, socialmente desvalorizado e mal remunerado. Essa desqualificação resulta em desprestígio e má remuneração, em decorrência disto, atualmente, tem-se mulheres em condições de opressão na esfera econômica e financeira. Aliado a este fato, existe também a construção histórica de que o trabalho profissional das mulheres é sempre visto

¹⁷ É muito comum ouvir do senso comum de uma maneira geral que as mulheres permanecem no relacionamento por *gostam de apanhar*, compreende-se que essa fala é carregada de *mitos* e de falta de informação a respeito dos motivos pelos quais uma mulher permanece em uma relação violenta. Pensa-se assim que não há um entendimento do que seja dependência emocional, e os motivos pelo qual a mulher tem dificuldades de romper com uma relação violenta.

como complementar às suas responsabilidades domésticas, ratificando o patriarcalismo¹⁸.

Nesse contexto, a mulher em situação de violência se vê duplamente em uma situação de opressão; de um lado a opressão em razão de ser mulher, em uma sociedade machista e patriarcal; de outro lado a opressão de possuir vínculos e condições subalternas na esfera do trabalho, o que ocasiona, por muitas vezes, uma dependência econômica em relação ao homem.

Diante de toda essa discussão, como se trabalha com os significados das atitudes, valores e motivações das mulheres, esta pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa. Assim, se utilizou técnicas da pesquisa qualitativa por se considerar que esta metodologia foi a mais viável para a presente discussão. Segundo Minayo (1994, p.21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Compreende-se, assim, que o método qualitativo é apropriado para a presente pesquisa já que proporciona um conhecimento aprofundado sobre um determinado tema e que as técnicas desse método dão conta com sucesso do objetivo da pesquisa. Ressalta-se que esta pesquisa qualitativa tem como enfoque a avaliação de uma política pública.

Assim, como este trabalho tem o objetivo de discutir avaliação de políticas públicas, apontando alguns direcionamentos para as ações que trabalham o fortalecimento da autonomia financeira das mulheres que passam por situação de violência na cidade de Fortaleza, considera-se, como já explicitado anteriormente, que o tipo de avaliação mais coerente seja a avaliação de processo em profundidade. Visto que, esta avaliação é centrada nos mecanismos de desenvolvimento da política, interessa compreender que fatores facilitam ou dificultam a implementação de um atendimento que fortaleça a autonomia financeira das mulheres no âmbito da rede. O objetivo central deste tipo de avaliação é saber

¹⁸ Não pretende-se, neste momento, discutir sobre patriarcalismo, no entanto, é necessário expressar que segundo Saffioti (2004) patriarcalismo é o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens.

se o programa tem fluxo que permite as mulheres alcançar condições de promoção da sua autonomia financeira.

Acrescenta-se que, a proposta de uma avaliação em profundidade na perspectiva de Rodrigues (2008), implica em considerar a avaliação como análise extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional, colocando a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade como condições fundamentais para que se consiga alcançar os objetivos propostos na avaliação.

Rodrigues (2008) considera ainda que as ciências sociais e a antropologia possuem importância essencial para a área de estudos sobre políticas públicas. Entende que essas ciências contribuem, seja referente à visão crítica sobre a formulação e implementação das políticas, seja no fornecimento de instrumentos teóricos-metodológicos para a efetivação de estudos avaliativos sobre essas políticas. Ainda a autora:

[...] conclui-se, portanto, que o esforço para desenvolver uma avaliação em profundidade das políticas públicas deve ser empreendido **a partir de diferentes tipos de dados e informações**: questionários em novos e variados formatos; grupos focais que inovem em relação às propostas tradicionais; **entrevistas de profundidade aliadas às observações de campo**; **análise de conteúdo do material institucional com atenção ao suporte conceitual e às formas discursivas nele expressas**; abordagem cultural, com compreensão dos sentidos formulados, em diferentes contextos, sobre um mesmo programa; etc. (RODRIGUES, 2008, p.11, grifo nosso).

Assim, a pesquisa avaliativa, utilizou e apropriou da metodologia da pesquisa qualitativa. Para tanto, realizou-se o uso combinado de técnicas, pois a utilização coerente de mais de uma técnica, permitiu suprir possíveis lacunas e tornar mais completa a coleta de informações da pesquisa. *É preciso lembrar que as técnicas de pesquisa podem ser divididas em técnicas de coletas de dados, técnicas de registro de dados e técnicas de análise/interpretação de dados.* (VICTÓRIA, 2000, p. 61). Desta forma, nesta pesquisa, como trabalhou-se com mais de um interlocutor e pontos de vista, adotou-se mais de uma técnica de abordagem tais como: observação, diário de campo, entrevista.

O combinado de técnicas na pesquisa qualitativa não deve construir um modelo único, exclusivo, fechado, pois a pesquisa é uma ferramenta que movimenta a aptidão criativa do(a) pesquisador(a), a habilidade de arte e a capacidade para elaborar a metodologia adequada ao campo de pesquisa. Tal entendimento

compartilha com a ideia do que se entende como Rigor Criativo. Segundo Carvalho (2009, p.128):

Liberdade metodológica da constituição de caminhos, com pluralidade de recursos e estratégias: o rigor criativo implica, como conseqüências e exigência, a liberdade da criação, na plenitude da condição do ser sujeito de conhecimento. Implica a liberdade metodológica de constituir caminhos, sabendo apropriar-se das potencialidades de vias investigativas, da pluralidade de instrumentos e recursos.

Assim, o/a pesquisador(a) necessita ser criativo(a), utilizando a pluralidade de possibilidades e alternativas, construindo com coerência a metodologia a ser utilizada na pesquisa.

Destaca-se que esta pesquisa também tem uma dimensão bibliográfica. Esta oferece um conhecimento sobre o que tem escrito em relação ao tema. A pesquisa bibliográfica não pode ser considerada como mera repetição do que foi dito ou escrito sobre o assunto, mas, como um momento onde ocorre a propiciação do tema sob várias abordagens. Segundo Lakatos (1995, p.183):

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até os meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por algumas formas, quer publicadas, quer gravadas.

A pesquisa bibliográfica foi associada à pesquisa documental, já que se fez necessário um estudo de fontes documentais, principalmente da instituição em que ocorreu a pesquisa.

As fontes documentais mais utilizadas foram os dados do Observatório do Centro de Referência Francisca Clotilde, pois este centro possui a experiência de registro de dados quanti-qualitativos das mulheres atendidas, por meio do Observatório da Violência. Os registros foram utilizados como fonte documental de grande importância, pois, através destes, teve-se informações referentes às mulheres atendidas, tais como: idade, estado civil, grau de escolaridade, raça/etnia, número de filhos, renda, ocupação das mulheres, dentre outras informações que serviram de grande importância, já que, a partir dos registros, pode-se ter acesso tanto ao perfil das mulheres atendidas, bem como os encaminhamentos realizados. Assim, esta pesquisa, também tem direcionamento de análises quantitativas, pois,

apesar da proposta principal não ser a análise dos dados quantitativos, para fins de construção do perfil das mulheres atendidas, bem como a fim de levantar questionamentos e reflexões das ações e encaminhamentos do C. R. Francisca Clotilde, utilizou-se os dados quantitativos do Observatório.

Desta forma, a pesquisa documental é uma ferramenta que dar suporte a toda a discussão da pesquisa. Sobre pesquisa documental, Victória relata que [...] *São objeto de pesquisa documental os documentos oficiais (leis, regulamentos), pessoais (cartas, diários, autobiografias) públicos (livros, jornais, revistas, discursos).* (2000, p.73 e 74).

A pesquisa documental é uma boa fonte de informações, que quando aliada a outras técnicas de coleta de informações, complementa ou evidencia novos fatos e situações. No entanto, atenta-se que é necessário selecionar e classificar os documentos que parecem ser mais significantes para a pesquisa, para que não corra o risco de mergulhar numa grande quantidade de dados em que não consegue-se trabalhar e que pode desviar do foco da pesquisa. É necessário também que se esteja atento para questionar a validade das informações fornecidas com um olhar crítico, para contextualizar o momento em que o documento foi elaborado e fazer reflexões a respeito dos(as) autores(as) que os elaboraram. Assim, a pesquisa documental é utilizada como uma importante ferramenta na metodologia qualitativa e quantitativa, pois fundamenta teoricamente as discussões, levanta proposições e contribui de forma a construir um percurso metodológico numa perspectiva ampla.

São consideradas no desenvolvimento desta pesquisa, várias questões reflexivas relevantes, mas, delimita-se as categorias mais abrangentes e referenciais para o estudo. Assim, aborda-se as principais questões referentes à violência contra a mulher, autonomia financeira, políticas públicas e avaliação.

Também foi realizada uma pesquisa de campo. Este momento foi implicado na vivência de distintos momentos. O trabalho de campo é uma etapa essencial na pesquisa qualitativa, visto que a interação entre o(a) pesquisador(a) e os sujeitos pesquisados é fundamental. Como já citado, a pesquisa de campo ocorreu no Centro de Referência Francisca Clotilde.

A pesquisa de campo consiste na observação de fatos e fenômenos, na coleta de dados, no registro de informações que se consideram importantes para

analisá-las. Entretanto, não se deve confundir pesquisa de campo com a simples coleta de dados. Lakatos (1995, p.186) entende que:

As fases da pesquisa de campo requerem, em primeiro lugar, a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão [...].
Em segundo lugar, de acordo com a natureza da pesquisa, deve-se determinar as técnicas que serão empregadas na coleta de dados e na determinação da amostra, que deverá ser representativa e suficiente para apoiar as conclusões [...].
Por último, antes que se realize a coleta de dados é preciso estabelecer tanto as técnicas de registro desses dados como as técnicas que serão utilizadas em sua análise posterior.

Assim, de posse de um levantamento bibliográfico sobre o tema que permita uma clareza das questões pesquisadas, o trabalho de campo apresenta-se como fundamental, sendo um modo característico de coleta de novos dados para reflexão. Damatta (1987) expõe sobre a importância do trabalho de campo. Defende o autor que a pesquisa de campo proporciona ao(a) pesquisador(a) uma mudança na postura, *arrancando (grifo do autor) o mesmo de sua confortável poltrona e lançando-o em incertezas.*

[...] Tal mudança de atitude, ao fazer com que a antropologia deixasse de colecionar e classificar curiosidades ordenadas historicamente, transformou nossa ciência, conforme disse Malinowski, numa das disciplinas mais profundamente filosóficas, esclarecedoras e dignificantes para a pesquisa científica (cf. Malinowski, 1976;375), justamente por levar o estudioso a tomar contato direto com seus pesquisados, obrigando-o a entrar num processo profundamente relativizador de todo o conjunto de crenças e valores que lhe é familiar (DAMATTA, 1987, p. 144).

O trabalho de campo, nesta pesquisa, proporcionou um entendimento dos modos de vida das mulheres, com os seus valores, com os sistemas de significados das suas relações sociais.

Deste modo não há nenhum antropólogo contemporâneo que não tenha submetido a esta experiência tão importante quanto enriquecedora, seja do ponto de vista pessoal teórico ou filosófico. A base do trabalho de campo como técnica de pesquisa é fácil de justificar abstratamente. Trata-se, basicamente, de um modo de buscar novos dados sem nenhuma intermediação de outras consciências, sejam elas as dos cronistas, dos viajantes, dos historiadores ou dos missionários que andaram antes pela mesma área ou região. Esse contato *direto* dos estudiosos bem preparados teoricamente com o seu objeto de pesquisa coloca muitos problemas e dilemas e é, a meu ver, destes dilemas que a disciplina tende a se nutrir, pois é a partir dos próprios paradoxos que a antropologia tem contribuindo para todas as outras ciências sociais (DAMATTA, 1987, p. 147).

Percebe-se ainda que existem dificuldades para adentrar nos serviços de atendimentos as mulheres em situação de violência como um campo de pesquisa.

Neste processo, necessitou pensar estratégias¹⁹ para identificar o melhor caminho a percorrer na busca de traçar o desenho metodológico. As dificuldades ocorreram em razão das instituições específicas de atendimento as mulheres em situação, geralmente, possuírem um posicionamento de *resguardo (grifo nosso)* das mulheres, visto que estas, geralmente, vêm percorrendo a rota crítica em busca de romper com as situações de violência e, por diversas vezes, necessitam relatar as situações de violência nas quais viveram, sendo recorrente o sentimento de culpa, vergonha, impotência, medo, além de terem que se dirigir a inúmeros locais, contar e recontar suas histórias e terem a veracidade das informações questionadas. Existiu, assim, uma preocupação por parte das profissionais de que não ocorresse uma revitimização em relação às mulheres. Minayo (2000, p. 103) expressa referente à entrada em campo:

A estratégia de entrada em campo tem que prever os detalhes do primeiro impacto da pesquisa, ou seja, como apresentá-la, como apresentar-se, a quem se apresentar, através de quem, com quem estabelecer os primeiros contatos. O processo de investigação prevê idas ao campo antes do trabalho mais intensivo, o que permite o fluir da rede de relações e possíveis correções já iniciais dos instrumentos de coleta de dados. Por fim, terminada essa fase bastante prática, mas crucial para o desenvolvimento da investigação, serão estabelecidos os primeiros contatos e o calendário de viabilidade e realização da etapa empírica.

Assim, para adentrar em campo, nesta pesquisa, inicialmente se estabeleceu contato prévio com as profissionais do C. R Francisca Clotilde para identificar e expor os objetivos da pesquisa, bem como agendar o primeiro contato com o campo. Desta forma, foi que ocorreu à primeira ida ao serviço com o objetivo de apresentar-se à instituição e expressar formalmente os objetivos da pesquisa. Considera-se também que o fato da referida pesquisa ser no âmbito da avaliação de políticas públicas as dificuldades foram potencializadas, pois as pesquisas avaliativas, geralmente, causam por parte dos dirigentes, gestores e profissionais *receios (grifo nosso)*, já que os serviços recebem maior exposição ficando mais sujeitos aos julgamentos e críticas.

Assim, ao realizar esse primeiro momento de adentrar em campo, iniciou-se a técnica de observação. A observação, no entanto, não é uma observação comum, mas direcionada para descrição de uma realidade, uma observação participante. É o

¹⁹ Quando se refere a estratégias está se referindo, por exemplo, ao fato de se pensar formas de abordagem da pesquisa. Isto é, estratégias de adentrar no campo e contactar com as profissionais e mulheres atendidas.

que denomina-se como [...] *'estando lá' (BEING THERE), isto é, vivendo a situação de estar no campo; [...]* (CARDOSO, 1994, pg. 14).

A observação participante consiste na participação real do(a) pesquisador(a) com a comunidade ou grupo, onde o(a) pesquisador(a) obtém informações sobre a realidade dos(as) autores(as) sociais em seus próprios contextos. Assim, para Lakatos (1995, p.194): *Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste.* A observação participante é considerada parte essencial do trabalho de campo. Segundo Victória (2000, p.62):

A justificativa para o procedimento de observação está no pressuposto de que há muitos elementos que não podem ser apreendidos por meio da fala ou da escrita. O ambiente, os comportamentos individuais e grupais, a linguagem não verbal, a seqüência e a temporalidade em que ocorrem os eventos são fundamentais não apenas como dados em si, mas como subsídios para a interpretação posterior dos mesmos.

A observação é uma técnica de grande importância, pois propicia compreender a dinâmica dos atos, eventos e recolher elementos a partir da compreensão e sentido que os(as) autores(as) atribuem aos seus atos.

Dessa forma, utilizou-se a técnica de observação participante, pois esta proporcionou o contato direto com a dinâmica do C.R. Francisca Clotilde e com as mulheres que passaram por situação de violência, onde vivenciou-se os aspectos possíveis da sua relação com a instituição. Tal observação ocorreu através de idas à instituição, para observar a dinâmica de atendimento, compreender os fluxos estabelecidos com outras instituições e serviços, as relações estabelecidas entre as profissionais, e entre estas e as mulheres atendidas, bem como a compreensão que estas profissionais possuem a respeito das políticas públicas para as mulheres. O momento expressou-se como de grande importância já que é através da observação que pode-se compreender o não dito, o que não está explícito por aquelas que compõem o serviço, mas que se apresenta como algo de relevância.

Acrescenta-se, ainda, que houve participação no grupo temático da instituição, que é formado pelas mulheres em atendimentos. Os grupos temáticos são atividades em que duas profissionais da instituição coordenam. Estes têm a intenção de levantar questões referentes às diversas situações que as mulheres passam no cotidiano. Ressalta-se que embora esta vivência no grupo temático da instituição tenha ocorrido somente em uma ocasião, foi de fundamental importância

para a pesquisa, visto que a temática trabalhada correspondeu à questão da autonomia.

Utilizou-se também um diário de campo, onde ocorreu o registro de informações importantes relativas às conversas informais, costumes, falas, gestos, comportamentos, expressões. O diário de campo é um instrumental que possibilita a descrição das práticas, das percepções e experiências dos sujeitos da pesquisa. Minayo expressa (2010, p. 71):

O principal instrumento da observação participante é o diário de campo, que nada mais é que um caderninho, uma caderneta, ou um arquivo eletrônico no qual escrevemos todas as informações que não fazem parte do material formal de entrevistas em suas várias modalidades.

O diário de campo é um documento pessoal em que tudo pode ser registrado. As informações escritas no diário de campo possuem muita utilidade quando o(a) pesquisador(a) vai fazer a análise qualitativa.

Outra técnica que utilizou-se nesta pesquisa para a coleta de dados foi a entrevista, por possibilitar a obtenção de informações por meio das falas dos(as) atores(as) sociais. A entrevista, segundo Minayo (1994, p. 57): *[...] não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.* No caso da pesquisa qualitativa, ao contrário do que muitos pensam, é essencial o envolvimento do(a) entrevistado(a) com o(a) pesquisador(a). Referente à postura do(a) entrevistador(a). Chiozzi (2009, p.92) diz:

O entrevistador deve permanecer atento às comunicações verbais e atitudinais (gesto, olhar etc) sem qualificar os atos do informante, exortá-lo, aconselhá-lo ou discordar das suas interpretações, nem ferir questões íntimas, [...].

Ao realizar a entrevista deve-se manter na escuta ativa, recepcionando todas as informações prestadas, apresentando uma atitude disponível à comunicação.

Neste estudo, aplicou-se uma entrevista aberta, ou seja, orientada por pontos de interesse, já que, se propõe a compreender sistemas de valores, representações e normas. Acredita-se ser esta modalidade a mais indicada. Referente à entrevista aberta ou em profundidade Minayo (2010, p.64) expressa que *[...] o informante é convidado a falar livremente sobre o tema e as perguntas do investigador, quando*

são feitas, buscam dar maior profundidade às reflexões. Realizou-se entrevista aberta com as mulheres atendidas e as profissionais do C.R. Francisca Clotilde.

Nas pesquisas realizadas no Centro de Referência Francisca Clotilde, as entrevistas com as mulheres aconteceram por intermédio das profissionais, que forneceram o contato das mulheres. Assim, através dessa mediação, realizou-se contato com as mulheres, onde se expôs para estas os objetivos da pesquisa e pediu-se permissão para sua realização, assegurando-lhes o anonimato. Neste momento, foi apresentado para as mulheres o roteiro de entrevista, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A), onde esclareceu-se o objetivo da pesquisa avaliativa, ficando duas vias assinada, uma para a mulher, outra para a pesquisadora. As entrevistas foram gravadas, transcritas, e como escolha de critérios selecionou-se mulheres encaminhadas aos serviços no qual o C. R. Francisca Clotilde realiza parceria. Ressalta-se que a entrevista aberta é composta de um roteiro de perguntas. Referente ao roteiro de pesquisa:

O ROTEIRO DE ENTREVISTA difere do sentido tradicional do questionário. Enquanto este último pressupõe hipóteses e questões bastante fechadas, cujo ponto de partida são as referências do pesquisador, o roteiro tem outras características. Visando a apreender o ponto de vista dos atores sociais previsto nos objetivos da pesquisa, o roteiro contém poucas questões. Instrumento para orientar uma “conversa com finalidade” que é a entrevista, ele deve ser o facilitador de abertura, de ampliação e de aprofundamento da comunicação (MINAYO, 2000. p.99).

O roteiro de entrevista é assim um guia, não deve ser visto como um obstáculo, pois este apresenta um direcionamento ao(a) entrevistador(a), mas deixa aberta a possibilidade deste(a) potencializar o momento da entrevista a partir do surgimento de novas informações. Assim, como não pode-se prever todas as situações e condições de trabalho de campo, o roteiro é um instrumental de grande auxílio nesta pesquisa.

O roteiro de entrevista (APÊNDICE B) realizado com as mulheres foi composto por questões como: número de filhos, etnia, grau de escolaridade, ocupação, tempo de relacionamento, idade, renda. As perguntas das entrevistas versaram referentes: as situações de violência e as tentativas de rompimento do relacionamento, as motivações tidas para ir ao C.R. Francisca Clotilde, os atendimentos e encaminhamentos realizados, a situação financeira antes e depois do encaminhamento, as expectativas em relação ao serviço encaminhado, as dificuldades encontradas no cotidiano para construir a autonomia financeira e as

possíveis percepções de mudanças e contribuições no processo de construção da autonomia.

Realizou-se também entrevistas com profissionais da instituição. O roteiro da entrevista (APÊNDICE C) foi composto por questões como: a compreensão que as profissionais têm em relação à autonomia financeira das mulheres e a questão da violência, como estas avaliam as parcerias e o atendimento dos serviços nos quais as mulheres são encaminhadas, quais são as maiores dificuldades que estas encontram para implementar a política de enfrentamento à violência contra as mulheres, qual a importância da transdisciplinariedade das políticas públicas para as mulheres, o que pode ser feito para fortalecer o processo de autonomia financeira das mulheres que passam por situação de violência. Referente às profissionais consolidou-se entrevistas com a coordenadora da instituição, uma Assistente Social, uma Psicóloga, uma Socióloga e uma Educadora Social, isto é, representantes de categorias profissionais que realizam atendimentos no C.R. Francisca Clotilde. Ressalta-se que, em cada entrevista, foi disponibilizado o roteiro de entrevista à profissional, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A), onde esclareceu-se o objetivo da pesquisa avaliativa, sendo duas vias assinadas, uma para a profissional, outra para a pesquisadora.

Assim, acredita-se que, ao avaliar o atendimento do C.R. Francisca Clotilde em conjunto com as mulheres e as profissionais da instituição, existe maior alcance da pesquisa, sendo possível contrapor entendimentos, visões, bem como identificar possíveis entendimentos que se compartilham em comum.

Depois de coletados os dados, foram realizadas análises, interpelações e conclusões. Compartilha-se com a ideia de Cardoso (1994) de que é no momento final da produção do trabalho que a questão do conhecimento se torna mais crítica é o período em que o(a) pesquisador(a) de posse de suas anotações, observações e vivências constrói entendimentos a respeito da pesquisa. Segundo Cardoso (1994, p.14 e 15):

Devemos entender, assim, por Escrever o ato exercitado por excelência no gabinete, cujas características o singularizam de forma marcante, sobretudo quando o comparamos com o que se escreve no campo, seja ao fazermos nosso diário, seja nas anotações que rabiscamos em nossas cadernetas. E se tomamos ainda Geertz por referência vemos que na maneira pela qual ele encaminha suas reflexões, é o Escrever, 'estando aqui', portanto fora da situação de campo, que cumpre sua mais alta função cognitiva. Por quê? Devido ao fato de iniciarmos propriamente no gabinete o processo de textualização dos fenômenos sócio-culturais observados 'estando lá'. Já as

condições de textualização, i. e. de trazer os fatos observados (vistos e ouvidos) para o plano do discurso, não deixam de ser muito particulares e exercerem, por sua vez, um papel definitivo tanto no processo de comunicação inter-pares (i.e. no seio da comunidade profissional), quanto no de conhecimento propriamente dito.

Tal como expõe Cardoso (1994) é o momento de escrever *estando aqui* que o(a) pesquisador(a) vai construir o conhecimento a partir das observações do *estando lá*. Esta produção da escrita deve ser repetida quantas vezes se fizerem necessário, não somente para que a escrita do texto se aperfeiçoe, mas para que se consolidem entendimentos, descrições e análise dos fatos.

Foi neste momento que se construiu os indicadores sociais da pesquisa. Assim, por tratar-se de uma pesquisa avaliativa, escolheu-se indicadores sociais que sinalizassem as demandas das mulheres por serviços de fortalecimento da autonomia financeira, as ações realizadas pelo C. R. Francisca Clotilde no sentido de estabelecer um fluxo de atendimento com a área elencada, bem como as expectativas das mulheres sobre os serviços no qual foram encaminhadas. Ressalta-se que tratou de um exercício árduo, pois foi necessário empreender esforços analíticos para estabelecer indicadores sociais acerca da busca pela autonomia financeira feminina, e, conseqüentemente, a avaliação das ações realizadas.

Como critérios de escolha, ponderou-se a relevância para obter as informações necessárias para o processo avaliativo e a validade dos indicadores.

O primeiro indicador social construindo foi referente à demanda, isto é, a busca das mulheres em situação de violência atendida pelo Centro de Referência Francisca Clotilde por serviços que proporcionam a geração de emprego e renda. Assim, este indicador sinaliza como esta demanda se faz presente no C. R. Francisca Clotilde através dos dados quantitativos, mas precisamente através dos dados do observatório no que se refere ao perfil recorrente das mulheres atendidas.

Outro indicador escolhido foram as ações realizadas pelo Centro de Referência Francisca Clotilde para fomentar a autonomia financeira das mulheres, bem como os fluxos estabelecidos a fim de proporcionar oportunidades de geração de emprego e renda.

E por fim, escolheu-se um indicador social que sinalizasse as expectativas das mulheres sobre os serviços nos quais foram encaminhadas, isto é, se os serviços oferecidos estão compatíveis com as necessidades das mulheres,

ponderando os limites e as possibilidades para efetivação do encaminhamento, bem como as possíveis percepções de mudanças na vida destas.

Assim, a partir das escolhas desses indicadores sociais passou-se a manusear as informações obtidas na pesquisa avaliativa, onde estabeleceu-se possíveis conexões com as interpelações feitas e reportou-se ao indicador de gênero que norteia a pesquisa, isto é, o acesso e controle das mulheres em situação de violência aos recursos e oportunidades para geração de emprego e renda.

Minayo (1994) coloca que os passos para a operacionalização da pesquisa são: a ordenação dos dados, a classificação dos dados e a análise final. A ordenação dos dados é um momento de mapeamento de todos os dados obtidos no trabalho de campo. Neste momento, ocorreram a transcrição das entrevistas, sistematização das leituras de documentos e o resgate das observações registradas durante a pesquisa de campo.

A classificação dos dados é a fase em que se elaboram as categorias específicas de acordo com o que se considera relevante dos textos lidos. Isto é, as discussões são construídas a partir dos questionamentos feitos durante a pesquisa, tendo como base os fundamentos teóricos.

A análise final é a fase em que procura-se responder as questões da pesquisa com base nos objetivos, onde se estabelece uma articulação entre as informações coletadas e os referenciais teóricos da pesquisa, bem como se identifica possíveis respostas para os levantamentos de indicadores sociais propostos. É nesta fase em que trabalha-se mais intensamente os dados obtidos na pesquisa de campo.

Tal como Minayo (1994) indica, para a análise dos dados utilizou-se o método hermenêutico-dialético, pois, considerou-se o mais apropriado para a presente pesquisa, visto que, nesse método, os discursos dos atores sociais são situados em seu contexto para melhor serem compreendidos. Esse método propõe dois níveis de interpretação. O primeiro considera as determinações fundamentais, levando-se em conta a conjuntura socioeconômica e política na qual o grupo pesquisado está inserido. No segundo nível, se considera as observações dos costumes e das condutas, as comunicações individuais, os rituais, a análise das instituições.

Entende-se que, nessa direção, pode-se trabalhar os nossos sujeitos de pesquisa através de todas as implicações de ordem histórica, sociocultural, política, econômica e educacional, e assim, pode-se chegar ao conhecimento mais próximo

possível da realidade, em [...] *uma prática dialética interpretativa que reconhece os fenômenos sociais sempre com resultados e efeitos da atividade criadora, tanto imediata quanto institucionalizada.* (MINAYO, 2000, p. 232). Entende-se, ainda, que esse método compartilha com a proposta do tipo de avaliação escolhido, a avaliação de processo em profundidade, já que este tipo de avaliação também considera as implicações de ordem política, econômica, social e cultural.

Assim, realizado este primeiro momento em que estabeleceu-se os parâmetros avaliativos e traçou-se todo o percurso metodológico, considera-se essencial contextualizar teoricamente os pressupostos de discussões da pesquisa. No próximo momento, reflete-se, a partir das atuais configurações, as relações patriarcais de gênero e o lugar da mulher nessa conjuntura, isto é, se contextualiza a conjuntura social, cultural, política e econômica que permeia a mulher em situação de violência e dependência financeira.

3 AS RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO: A MULHER NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Para atender às expectativas, propostas, elegeu-se alguns elementos importantes que são constitutivos do fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher, como a reflexão sobre gênero, patriarcado, violência contra a mulher, divisão sexual do trabalho, bem como as novas configurações no âmbito doméstico e privado. Reflexões presentes durante todo o decorrer do trabalho, mas que se faz necessário discutir neste momento, com a intenção de estabelecer referencial teórico que fundamente a presente investigação.

3.1 A categoria gênero e patriarcado: contextualizando a violência contra a mulher

O uso do conceito de gênero foi discutido por diversos(as) teóricos(as), principalmente entre as feministas²⁰. Essa categoria, hoje, destaca-se com frequência no âmbito das Ciências Sociais, Antropologia, Sociologia e Psicanálise e o seu fortalecimento na década de 1970 deu-se pela abundante produção acadêmica referente ao sexo feminino, ganhando importante destaque no seio da dinâmica das relações sociais. Estudiosos(as) afirmam que as primeiras a usarem o vocábulo foram as feministas norte-americanas com o intuito de rejeitar o determinismo biológico subentendido no uso de termos como diferença sexual ou sexo²¹. Segundo Saffioti (2004a, p.107):

Diferente do que, com frequência, se pensa, não foi uma mulher a formuladora do *conceito de gênero*. O primeiro estudioso a mencionar e a conceituar *gênero* foi Robert Stoller (1968). O conceito, todavia, não prosperou logo em seguida. Só a partir de 1975, com o famoso artigo de Gayle Rubin, *mulher*, frutificaram *estudos de gênero*, dando, origem a uma ênfase pleonástica em seu caráter relacional e a uma nova postura adjetiva, ou seja, *a perspectiva de gênero*. (grifo da autora).

²⁰ As Feministas foram mulheres que participaram do movimento social feminista que busca a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Mais adiante irá discute-se sobre o feminismo e o movimento feministas.

²¹ Saffioti (1992) afirma que Michele Fernand realizou um levantamento extenso da literatura feminista francesa, tendo averiguado o recorrente uso do conceito de relações sociais de sexo. *A esse respeito, seria interessante sublinhar que, para muitas francesas, o próprio sexo não se inscreve puramente no terreno biológico, mas sofre uma elaboração social, que se pode negligenciar sob pena de naturalizar processos de caráter histórico* (Saffioti1992, p.183).

Essa mesma autora ressalta em nota de rodapé que Simone de Beauvoir, embora não tenha formulado o conceito de gênero, foi a primeira a sugerir a noção do conceito na seguinte frase: *Ninguém nasce mulher, mas se torna mulher*²², na opinião de Saffioti foi Simone de Beauvoir a precursora do conceito de gênero.

No Brasil, o conceito de gênero difundiu-se rapidamente na década de 1990, pois, no fim dos anos 1980, divulgava-se o artigo de Scott (**Gênero**: uma categoria útil de análise histórica), que foi traduzido em 1990 para o português, em que no próprio título destacava gênero como categoria analítica. Texto de grande contribuição teórica para os(as) que debatem a categoria gênero, o qual será brevemente ressaltado em alguns pontos que considera-se imprescindível.

Scott (1990) compreende que a categoria gênero foi durante muito tempo usada para identificar os traços de caráter sexual das pessoas. Assim, somente recentemente as feministas começaram a utilizar a palavra gênero, para buscar um sentido de expressar a organização social da relação entre os sexos.

Scott²³ (1990) aponta ainda que talvez o mais importante fosse o fato do conceito de gênero ser proposto por teóricas que consideravam que a pesquisa sobre mulheres modificaria essencialmente os paradigmas no interior de cada disciplina. Saffioti (2004a, p. 44 e 45), na qualidade de estudiosa do assunto, expressa:

Este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. *Gênero* também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (Lauretis, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (Scott, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (Flax, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também

²² Saffioti (1992) afirma que a chave dessa frase gira em torno do verbo *torna-se*. *Torna-se*, segundo a autora, significa passar de um estado para outro, isto é, transição do sexo (biológico) para o gênero (social). Segundo Saffioti (1992, p.189): *Por outro lado, é preciso reconhecer, com Butler (1988, p.130-1), que o movimento temporal deste tornar-se não segue uma progressão linear. A origem do gênero não é temporalmente discreta precisamente porque o gênero não é subitamente originado num certo momento no tempo, depois do qual ele adquire forma fixa. Em um importante sentido, não se pode traçar o gênero até uma origem definível, por que ele próprio é uma atividade criadora ocorrendo incessantemente.*

²³ Scott (1990) acrescenta ainda que as teóricas feministas tomaram as categorias gênero, raça e classe como eixo de análise para a desigualdade de poder. No entanto, para a autora ocorre uma ausência de base teórica mais sólida para as categorias gênero e raça, pois, enquanto a categoria classe se alicerça na teoria marxista da determinação econômica e da transformação histórica, as outras duas categorias não trazem em si esta fundamentação.

relações homem-homem e mulher-mulher (Saffioti, 1992, 1997b; Saffioti e Almeida, 1995); etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso; o gênero é a construção social do masculino e do feminino.

Para Saffioti (2004a), gênero é social e cultural, é algo construído socialmente. Esse conceito não expressa necessariamente desigualdade entre homens e mulheres, embora, seja tendenciosa a redução do conceito a inferiorizar um dos sexos, historicamente a mulher, muitas vezes a hierarquia é apenas presumida. Gênero, assim, é um conceito aliado aos estudos das coisas referentes aos homens e às mulheres. [...] *Entendido como imagens que as sociedades constroem do masculino e do feminino, não pode haver uma só sociedade sem gênero* (2004a, p.58).

Considera ainda que o conceito de gênero é muito mais amplo que o conceito de patriarcado, já que para a autora [...] *gênero deixa aberta a possibilidade do vetor dominação-exploração, enquanto os demais termos marcam a presença masculina neste pólo.* (SAFFIOTI, 2004a, p. 70).

Verifica-se que ao discutir o conceito de gênero, Saffioti (2004a) coloca em debate o conceito de patriarcado. Ressalta a autora que o grande problema teórico, consiste em uma interlocução apropriada e esclarecedora entre aquelas feministas que aderem o conceito patriarcado e as *fanáticas* pelo conceito gênero.

Para Saffioti (2004a), patriarcado é o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens, através de uma economia doméstica organizada, onde as mulheres são reprodutoras de trabalho, reprodutoras de herdeiros, objetos de satisfação sexual dos homens. A autora reflete que o abandono da categoria patriarcado significa uma perda do único conceito capaz de relacionar-se especificamente à sujeição da mulher. Saffioti²⁴ insiste no não abandono da categoria patriarcado e sintetiza o porquê da manutenção do conceito. Segundo a socióloga, o patriarcado (SAFFIOTI, 2004a, p. 57 e 58):

²⁴ É importante ressaltar que a estudiosa faz uma contestação que, embora, se verbalize que o patriarcado não mais existe ou está em seus últimos resquícios, o patriarcado de fato está muito bem vivo e em constante transformação. [...] *Se, todavia, se preferir fazer o cálculo a partir do fim do processo de transformação das relações homem-mulher, a idade desta estrutura hierárquica é de tão somente 2.603-4 anos. Trata-se, a rigor, de um recém-nascido em face da idade da humanidade, estimada entre 250 mil e 300 mil anos. Logo, não se vivem sobrevivências de um patriarcado remoto; ao contrário, o patriarcado é muito jovem e pujante, tendo sucedido às sociedades igualitárias* (SAFFIOTI, 2004a, p.60).

- 1-não se trata de uma relação privada, mas civil;
- 2- dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. [...];
- 3-configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade;
- 4-tem uma base material;
- 5-corporifica-se;
- 6-representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.

Saffioti (2004b) expressa que a teoria de gênero utilizada em substituição à do patriarcado é uma tentativa premente das teorias feministas de situar as mulheres em igualdade de condições com os homens.

Todavia a categoria dominada-explorada que conhece minuciosamente a engrenagem patriarcal, no que ela tem de mais perverso. Tem, pois, a obrigação de liderar o processo de mudança. Recusando-se, no entanto, a enxergar o patriarcado ou recusando-se a admiti-lo, a maioria das teóricas feministas dá alguns passos para trás (SAFFIOTI, 2004b, p. 43).

A autora compreende que negar o nome da dominação-exploração – *patriarcado* - é agir segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração. Acrescenta Saffioti (2004b, p. 44):

O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão de generalidade nem de neutralidade, e deixa propositadamente explícito o vetor da dominação-exploração. Perde-se em extensão, porém se ganha em compreensão. Entra-se, assim, no reino da História. Trata-se, pois dos regimes políticos tais como a falocracia, o androcentrismo, o viriarcado, a primazia masculina. É, por conseguinte, um conceito de ordem política.

Defende ainda que não se trata de abolir o uso do conceito de gênero, mas de banir sua utilização exclusiva. Questiona também o porquê este teve uma rápida penetração no pensamento acadêmico, bem como nos pensamentos das militantes feministas e em organismos internacionais. Para Saffioti (2004a, p. 132), tal fato ocorre em razão da categoria gênero ser mais *palatável* do que patriarcado e, por conseguinte, poder ser considerada *neutra*. Defende a autora:

1. a utilidade do conceito de gênero, mesmo porque ele é muito mais amplo do que o de patriarcado, levando-se em conta os 250 mil anos, no mínimo, da humanidade;
2. o uso simultâneo dos conceitos de gênero e de patriarcado, já que um é genérico e o outro específico dos últimos seis ou sete milênios, o primeiro cobrindo toda a história e o segundo qualificando o primeiro ou, por economia, simplesmente a expressão patriarcado mitigado ou, ainda, meramente patriarcado;
3. a impossibilidade de aceitar, mantendo-se a coerência teórica, a redutora substituição de um conceito por outro, o que tem ocorrido nessa

torrente bastante ideológica dos últimos dois decênios, quase três. (SAFFIOTI, 2004a, p. 132 e 133).

Saffioti (2004a) considera, assim, a importância do estudo patriarcado, mas, compreende que gênero é um conceito amplo e ideológico e que assim expressa uma discussão bem mais abrangente do que o conceito de patriarcado. Pois, enquanto patriarcado compreende relações hierarquizadas entre seres desiguais socialmente, o gênero, abrange também relações igualitárias. Estabelece, assim, que patriarcado é um caso específico de relações de gênero.

Santos e Izumino (2005) compreendem que a definição de patriarcado de Saffioti não dá conta da problemática da violência contra a mulher. Entendem que [...] *o paradigma do patriarcado deve ser abandonado, porque é insuficiente para explicar as mudanças dos papéis e do comportamento de muitas mulheres diante da violência* (SANTOS e IZUMINO, 2005, p.12).

Compartilha-se com a ideia de Santos e Izumino (2005) ao afirmarem que o fenômeno da violência contra a mulher implica inúmeras questões e de que precisa-se avançar nas reflexões sobre as diferenças conceituais. No entanto, para fins deste trabalho, não pretende-se *abandonar* (grifo nosso) o conceito de patriarcado, pois para discutir a autonomia financeira das mulheres, faz necessário ter a compreensão de que a histórica situação de opressão das mulheres também na esfera financeira ocorreu em razão destas terem sido responsabilizadas pela manutenção da esfera privada, bem como excluídas do âmbito público e responsabilizadas pelo trabalho doméstico. Assim, o conceito de patriarcado como um regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens, através de uma economia doméstica organizada, onde as mulheres são reprodutoras de trabalho (SAFFIOTI, 2004a) é necessária para fins desta discussão. No entanto, entende-se que o conceito de patriarcado *não dá conta* (grifo nosso) de todas as discussões referentes ao fenômeno da violência contra a mulher, sendo necessário dialogar com outros pensamentos, outros conceitos, para que assim, possa se contemplar as inúmeras questões que permeiam esta violência.

Scott (1990) também ressalta a importância do conceito patriarcado para os estudos do conceito de gênero. Para a autora, as teóricas do patriarcado centraram suas análises na subordinação das mulheres, questionando as desigualdades entre estas e os homens. Entende ainda que para algumas teóricas a *chave do patriarcado* (grifo da autora) encontrava-se no trabalho de reprodução das mulheres

e que a libertação das mesmas viria com as transformações na tecnologia da reprodução. Para outras, a resposta encontrava-se na própria sexualidade, onde se afirmava que as desigualdades entre os sexos têm sua origem na sexualidade.

Scott²⁵ afirma ainda que a definição de gênero tem duas partes e diversas subpartes que são ligadas entre si, mas que devem ser distinguidas na análise. O núcleo essencial repousa entre duas proposições, [...] *gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significados às relações de poder* (SCOTT, 1990, p.14).

No que refere-se ao primeiro caso, o gênero implica quatro elementos²⁶. Primeiro, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas, e com frequências contraditórias, exemplo Eva e Maria como signos da mulher na tradição cristã. Segundo, os conceitos normativos, como exemplos têm-se aqueles embutidos nas doutrinas religiosas, educativas, políticas, científicas, jurídicas que tornam a forma típica de oposição binária entre o masculino e o feminino como posição dominante e traduzida como única possível. Terceiro, as organizações sociais que fixam as noções e produzem uma aparência de permanência eterna na representação binária do gênero. E quarto e último, é a identidade subjetiva, sendo a maneira por meio da qual as identidades de gênero são construídas pelos sujeitos.

Na segunda proposição, gênero é uma primeira maneira de dar sentido às relações de poder, embora, não seja o único campo, foi o que mais contribuiu para garantir a produção dos significados de poder, nas tradições islâmicas e judaicas-cristãs. Para Scott (1990), são inúmeros os exemplos de laços explícitos entre gênero e poder, contudo, na maioria das vezes, a ênfase sobre gênero não aparece como uma dimensão decisiva da organização da igualdade e da desigualdade.

²⁵ Scott (1990) situa que as(os) historiadoras(os) feministas na tentativa de concretizar uma teoria de gênero têm feito uso de algumas abordagens, que são basicamente três. A primeira caracterizada por uma tentativa feminista compromissada em explicar as origens do patriarcado. A segunda identificada com a tradição marxista tem como eixo de ação as críticas feministas. E a terceira inspirada em diversas escolas da psicanálise para tentar esclarecer a produção e reprodução da identidade de gênero do sujeito.

²⁶ Como há pouco se citou nas palavras de Saffioti (2004, p.45) [...] *símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidades subjetivas* (SCOTT, 1988) [...].

A partir da influência da perspectiva de gênero de Joan Scott, os estudos sobre violência contra a mulher no Brasil passaram a usar expressão *violência de gênero*. Segundo Saffioti (2004a, p.71):

Fica, assim, patenteado que a violência de gênero pode ser perpetrada por um homem contra outro, por uma mulher contra outra. Todavia, o vetor mais amplamente difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura.

Não há maiores dificuldades em se compreender a violência familiar, ou seja, a que envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando em conta a consaguinidade e a afinidade. Compreendida na violência de gênero, a violência familiar pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais frequente o primeiro caso. A violência intrafamiliar extrapola os limites do domicílio. [...] a violência doméstica apresenta ponto de sobreposição com a familiar. Atinge, porém, também pessoas que, não pertencendo à família, vivem, parcial ou integralmente, no domicílio do agressor, como é o caso de agregadas (os) e empregadas (os) domésticas (os) [...].

Assim, para Saffioti (2004a), a violência de gênero, inclusive nas formas familiar e doméstica, não acontece aleatoriamente, mas resulta de uma organização social que privilegia o masculino. A autora entende ainda que, apesar de não absorver somente a condição de vitimização do gênero feminino, as mulheres estão mais propícias à violência doméstica e familiar.

Como já exposto anteriormente, ambiciona-se estudar violência contra a mulher sob uma perspectiva de violência de gênero, ou para melhor qualificar *na ordem patriarcal de gênero*, isto é, sob uma perspectiva de que as construções sociais de gênero acabaram por estabelecer um predomínio da visão androcêntrica, isto é, visão em que o homem/masculino está como centro do mundo, propiciando uma *naturalização* da violência contra a mulher. Contudo, entende-se que a violência contra a mulher é um fenômeno complexo, que requer inúmeras reflexões de ordem social, econômica e política, sendo assim, considera-se essencial uma discussão mais direcionada.

3.1.1 Violência contra a Mulher: ampliando as reflexões

Ao realizar um estudo analítico da palavra violência, verifica-se que o termo *vis* procede do latim e que, além de significar violência, refere-se também a rigor, a força e a potência. Discutir sobre violência requer um grande esforço analítico, no qual as Ciências Sociais contribuíram fortemente para o enriquecimento na análise da categoria. O crescimento e maior visibilidade da violência colocam novos

desafios para essas ciências, demandando uma reflexão distante do senso comum. Segundo Osterne (2008, p.26):

Para o senso comum, violência é sinônimo do uso da força física, psicológica ou moral para obrigar outra pessoa a fazer alguma coisa contra a sua vontade. É, também, percebida como forma de maltratar, causar constrangimento, tolher a liberdade, impedir a manifestação da vontade, ameaçar ou ir às vias de fato mediante atos de espancamento ou mesmo provocando morte. Poderá assumir a forma de coação, da imposição de domínio ou da violação de direitos essenciais.

O sentido da palavra violência geralmente apresenta um caráter difuso. Isto ocorre em função da natureza polissêmica do ato, pois trata-se de um conceito que refere-se aos acontecimentos que ocorrem em diversos âmbitos, cuja frequência é variável e que pode ser julgados das mais diversas maneiras.

Nesse sentido, compreende-se que discutir violência contra a mulher requer um amplo empenho de análise, fazendo necessária uma revisão das principais referências teóricas na área de violência contra a mulher.

A literatura sobre violência contra a mulher no Brasil tem origem no início dos anos de 1980. Tais estudos foram decorrentes das mudanças sociais e políticas que o país estava passando, tendo o movimento de mulheres um papel fundamental no sentido de dar visibilidade à violência contra a mulher.

Santos e Izumino (2005), em um artigo intitulado, ***Violência contra a Mulher e Violência de Gênero: Notas sobre os estudos feministas no Brasil***, discutem que:

Os primeiros estudos sobre o tema têm por objeto as denúncias de violência contra as mulheres nos distritos policiais e as práticas feministas não-governamentais de atendimento às mulheres em situação de violência. Em meados dos anos 80, com o surgimento das delegacias da mulher, passam a privilegiar as ações do Estado nas esferas da segurança pública e da Justiça. Empiricamente, pode-se afirmar que a tarefa primordial dessas pesquisas consiste em “[c]onhecer quais eram os crimes mais denunciados, quem eram as mulheres que sofriam a violência e quem eram seus agressores”. Esses estudos compartilham também as referências teóricas adotadas para compreender e definir o fenômeno social da violência contra as mulheres e a posição das mulheres em relação à violência (SANTOS e IZUMINO, 2005, p. 2).

Assim, as autoras defendem que são três as correntes teóricas que vieram estabelecer-se como referência aos estudos de violência contra a mulher. A corrente de dominação masculina, dominação patriarcal e a relacional.

A primeira é a que denomina-se de *Dominação Masculina*. Tal corrente define a violência contra a mulher como uma expressão de dominação da mulher pelo

homem, idealizando-a tanto como *vitima* quanto *cúmplice* da dominação masculina, o que resulta na anulação da autonomia da mulher.

A primeira corrente teórica que identificamos como uma das principais referências orientando as análises sobre violência contra as mulheres nos anos 80 corresponde ao famoso artigo de Marilena Chauí, intitulado “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”. Nesse trabalho, Chauí concebe violência contra as mulheres como resultado de uma ideologia de dominação masculina que é produzida e reproduzida tanto por homens como por mulheres (SANTOS e IZUMINO, 2005, p.3).

Chauí (1985), em seu artigo define violência como uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas com o fim de dominar, explorar e oprimir. A ação violenta trata o ser dominado como objeto e não como sujeito, este é silenciado e torna-se dependente e passivo. Assim, o ser dominado perde a autonomia, isto é, sua liberdade. Deste modo, Chauí (1985, p.35) expressa que:

Entenderemos por violência uma realização determinada das relações de força, tanto em termos das classes sociais quanto em termos interpessoais. Em lugar de tomarmos violência como violação e transgressão de normas, regras e leis, preferimos considerá-la sob dois outros ângulos. Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.

Chauí (1985), ao discutir sobre violência contra a mulher define a condição feminina como inferior à condição masculina, pois as diferenças entre masculino e feminino são transformadas em desigualdades hierárquicas através de discursos masculinos sobre a mulher. Ressalta-se ainda que o discurso masculino não contrapõe-se ao discurso feminino, pois tais discursos são proferidos tanto por homens como por mulheres. Desta forma, Chauí (1985) expõe que as mulheres são *cúmplice* (grifo da autora) da violência e assim, estas contribuem para a reprodução de sua dependência por serem instrumentos da dominação masculina.

Portanto, Santos e Izumino (2005), ao apresentarem as análises de Chauí como a corrente teórica que elas denominam como *dominação masculina*, posicionam:

[...] se por um lado concebemos, a exemplo de Chauí, que tanto os homens quanto as mulheres são agentes de reprodução dos papéis sociais, por outro lado, ao contrário desta autora, entendemos que as mulheres têm

autonomia e poder para mudar tais papéis e a situação de violência na qual porventura se encontrem, conforme nos vêm demonstrando novos estudos sobre violência e acesso a serviços públicos, especialmente no âmbito da Justiça (SANTOS e IZUMINO, 2005, p 15).

Assim, as autoras compreendem que esta corrente teórica acaba por anular a autonomia da mulher, bem como naturaliza a condição feminina. Contrapondo esta corrente, apresentam a segunda corrente teórica que é denominada como *Dominação Patriarcal*.

Santos e Izumino (2005) consideram que a corrente de Dominação Patriarcal é introduzida no Brasil pela socióloga Heleieth Saffioti. Influenciada pela perspectiva feminista e marxista, este pensamento compreende e entende a violência contra a mulher como uma expressão do patriarcado, onde a mulher é considerada como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino.

Nas palavras de Saffioti, 'o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico' (SANTOS e IZUMINO, 2005, p. 4).

Reflete-se, novamente, que Santos e Izumino (2005) entendem que a corrente de dominação patriarcal que tem como referência a definição de patriarcado de Heleieth Saffioti não dá conta da problemática da violência contra a mulher. No entanto, reafirma-se que não pretende-se abandonar o conceito de patriarcado, pois [...] *o patriarcado ou ordem patriarcal de gênero* [...] (SAFIOTTI, 2004b, p. 44) é um conceito essencial para a presente avaliação.

Ainda referente às discussões sobre violência contra a mulher, verifica-se que Santos e Izumino (2005) estabelecem como terceira corrente teórica a que se denomina de *Relacional*. Esta corrente relativiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina e entende a violência como uma forma de comunicação.

A terceira corrente teórica dos estudos sobre violência contra as mulheres relativiza a perspectiva dominação-vitimização. O principal trabalho que exemplifica essa corrente é de Maria Filomena Gregori, publicado no início dos anos 90 sob o título *Cenas e Queixas*. Com base em sua experiência como observadora e participante do SOS-Mulher de São Paulo entre fevereiro de 1982 e julho de 1983, a autora analisa as contradições entre as práticas e os discursos feministas na área de violência conjugal e as práticas das mulheres que sofrem violência. Segundo Gregori, o discurso feminista do SOS-Mulher concebe a mulher como vítima da dominação masculina que promove a violência conjugal. A libertação da mulher

depende de sua conscientização enquanto sujeito autônomo e independente do homem, o que será alcançado através das práticas de conscientização feminista. Gregori observa que, em oposição a essa perspectiva, as mulheres atendidas pelo SOS-Mulher não buscam necessariamente a separação de seus parceiros. A partir de entrevistas com as mesmas, a autora argumenta que elas não são simplesmente “dominadas” pelos homens ou meras “vítimas” da violência conjugal (SANTOS E IZUMINO, 2005, p.6).

A partir do trabalho *Cenas e Queixas*, Gregori (1993) recusa a abordagem sobre violência contra a mulher que tem como objeto as denúncias feitas pelas mulheres, isto é, a abordagem que tem como objeto a dualidade vítima-algoz, *encarnada* (grifo da autora) no momento da denúncia. Indica que há limites na visão jurídica da dualidade e assim como Chauí, Gregori entende que as mulheres são cúmplice, no entanto, não compreende essa cumplicidade como mero instrumento de dominação. A cumplicidade para Gregori ocorre no sentido de que a mulher é protagonista nas cenas de violência conjugal e representa-se como vítima e *não-sujeito* quando denuncia, isto é, na ocasião da queixa. No momento da queixa, a mulher reforça a reprodução dos papéis de gênero, e coloca-se em uma posição de vítima, porque desta forma obtém proteção e prazer.

O pensamento de Gregori demarca um importante período dos estudos feministas sobre violência contra a mulher, apesar de no primeiro momento os movimentos de mulheres terem reagido contra essa relativização. Uma das contribuições desta discussão foi a de que a partir deste momento alguns serviços passaram a discutir a cumplicidade da mulher na relação e começaram a usar a expressão *mulheres em situação de violência* (grifo nosso). Compartilha-se com Santos e Izumino (2008, p. 8) de que:

É necessário relativizar o modelo de dominação masculina e vitimização feminina para que se investigue o contexto no qual ocorre a violência. As pesquisas sobre o tema vêm demonstrando que a mulher não é mera vítima, no sentido de que, ao denunciar a violência conjugal, ela tanto resiste quanto perpetua os papéis sociais que muitas vezes a colocam em posição de vítima. O discurso vitimista não só limita a análise da dinâmica desse tipo de violência como também não oferece uma alternativa para a mulher.

Assim, apesar de entender, que a violência contra a mulher, sob a perspectiva da violência de gênero, sirva de base analítica para grande parte das discussões que faz presente durante toda a pesquisa avaliativa, compreende-se também a necessidade de relativizar essas discussões, visto que, trata-se de um fenômeno complexo que necessita de um grande esforço analítico. Acredita-se, que assim, se

tem *avanços* na referida pesquisa. Compartilha-se, ainda com o pensamento de Santos e Izumino (2005, p.14) de que:

[...] os estudos sobre violência contra as mulheres no Brasil têm feito importantes contribuições empíricas e teóricas para a visibilidade e a compreensão desse fenômeno. Os mapeamentos das queixas, os debates sobre a posição da “vítima” e as investigações sobre os sistemas policial e judiciário têm-nos revelado que a violência contra as mulheres é um sério problema na sociedade brasileira, merecendo a atenção, não apenas das ciências sociais, como também dos poderes políticos.

As discussões no campo da teoria e dos estudos da mulher irão repercutir em mudanças nas políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, pois começa a apresentar-se diferentes estratégias decorrentes de diferentes concepções sobre as teorias de gênero, mulher e conseqüentemente sobre violência contra a mulher.

Feito estas reflexões, pensa-se em também trazer algumas considerações de como as normas jurídicas estabelecem o conceito de violência contra a mulher, bem como também algumas conseqüências deste tipo de violência.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará²⁷, define a violência contra a mulher como *[...] qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.* (CIPEVM, 1994)

A Lei nº 11.340, Lei Maria da Penha, que entrou em vigor no dia 22 de agosto de 2006, é uma Lei específica para julgar e enfrentar a violência doméstica e familiar contra a mulher. Esta Lei definiu o conceito de violência doméstica e familiar em seu texto. Segundo o Art. 5º da Lei nº 11.340:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

²⁷ A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher é um instrumento internacional para proteger os direitos da mulher, em particular, prevenir, punir e erradicar qualquer ato de violência física, sexual ou psicológica da qual for vítima.

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.
Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

A Lei Maria da Penha utiliza o termo violência doméstica e familiar contra a mulher alargando seu significado. O espaço doméstico é compreendido como aquele em que a mulher costuma residir, podendo ocorrer ou não vínculo familiar e abrangendo também as pessoas esporadicamente agregadas. No que refere-se à família a lei considera como qualquer tipo de comunidade ou união formada por indivíduos que são ou consideram-se aparentados, não importando se os laços existentes entre as pessoas são naturais ou biológicos ou foram construídos pelo relacionamento humano por meio da adoção, do acolhimento ou da criação conjunta, bem como de outra forma de convivência que tenha sido estabelecida. Entende-se que pode haver também violência doméstica e familiar contra a mulher em qualquer relação íntima de afeto, não tendo importância o tempo de relacionamento afetivo ou a sua forma, abrangendo a lei os casados, conviventes, namorados, amantes ou *ficantes* (grifo nosso), isto é, pessoas que têm relação esporádica. Desta forma, o(a) agressor(a) e mulher não precisam morar ou terem morado juntos. O relacionamento homossexual entre mulheres também é abrangido pela lei e as empregadas domésticas também estão protegidas pela lei, embora alguns teóricos discordem sobre o tema.

A Lei nº 11.340, Lei Maria da Penha, reconhece, desta forma, que a violência doméstica e familiar é uma das formas de violação dos direitos humanos e que todas as mulheres, independente de suas muitas especificidades e diversidades, têm direito ao gozo dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. Essa Lei também definiu as formas da violência doméstica e familiar contra a mulher como sendo física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. De acordo com o Art.7º da Lei nº 11.340:

Art.7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I- a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II- a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaças, constrangimentos, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização,

exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III- a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV- a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V- a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

A definição dos tipos de violência contra a mulher a partir da Lei nº 11.340/06 é considerada como uma conquista, visto que, para o senso comum²⁸ é recorrente a definição de violência como somente aquela que está vinculada à lesão física.

Não se pode deixar de ressaltar que a violência contra a mulher é considerada um grave problema de saúde pública. Mulheres em situação de violência são usuárias assíduas dos serviços de saúde. Em geral, são tidas como *políqueixosas* (BRASIL, 2002, p. 42), por suas queixas vagas e crônicas e, muitas vezes, os exames apontam resultados normais. Assim, a violência afeta a saúde física, sexual e mental das mulheres e compromete severamente o seu desenvolvimento integral na sociedade. Estudiosos(as) declaram que os danos da violência são semelhantes aos causados por doenças como, câncer, tuberculose, doenças cardiovasculares e infecção pelo HIV. Fundamental é o trabalho multiprofissional realizado por profissionais de saúde qualificados(as), isto é, preparados(as) para ouvir com atenção e respeito os problemas das mulheres, para que se possa efetivamente diagnosticar, orientar e fazer os possíveis encaminhamentos.

Alguns autores também abordam o custo da violência doméstica para a sociedade, afirmando que a violência doméstica compromete o crescimento da região, afetando sua economia. Segundo Morrison e Buvinic (2000, p.13):

²⁸ É muito comum tanto as mulheres que passam por situação de violência, como o homem agressor não compreenderem que a ameaça é um crime e que se enquadra como um tipo de violência psicológica. Acredita-se que deve ser muito angustiante para uma mulher conviver sob ameaças constantes, temendo que a ameaça possa de fato se concretizar em uma agressão física ou morte.

A violência doméstica também afeta as possibilidades de crescimento da região. Mulheres vítimas de violência doméstica ganham muito menos do que aquelas que não sofrem maus-tratos, o que significa uma perda estimada de salário regional de 1,6 a 2% do PIB. As crianças que testemunham os maus-tratos sofridos por suas mães têm um desempenho escolar medíocre, o que limita não só as suas possibilidades futuras no mercado de trabalho, como também sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Esses autores abordam também que violência doméstica não é apenas uma questão feminina e sim um fenômeno que requer a implementação de políticas públicas, compreendendo este tipo de violência não como um assunto particular e não debatido fora do âmbito familiar, mas reconhecido como objeto de intervenção na esfera pública.

No Brasil, devido à cultura de que *em briga de marido e mulher ninguém mete a colher*²⁹, o Estado em relação à violência doméstica e familiar contra a mulher, historicamente pareceu atuar como um importante aliado das relações patriarcais, perpetuando a visão de que a violência contra a mulher é um assunto de âmbito privado. Assim, pensar como ocorreu a intervenção do Estado na questão da violência contra a mulher, faz refletir como esta foi percebida nos diferentes espaços e momentos, isto é, como vivenciou e vivencia os espaços domésticos e/ou privados e os espaços públicos.

Interpela-se, desta forma, questionamentos como: Como a mulher vem sendo pensada dentro do espaço doméstico e/ou familiar e dos espaços públicos? Como os *padrões (grifo nosso)* construídos favorecem para a reprodução de uma desigual divisão sexual do trabalho? Qual a relação entre essa divisão sexual do trabalho e as mulheres que passam por situação de violência?

Esses são alguns questionamentos que se realizam neste momento, os quais pretende-se efetivar algumas considerações no tópico posterior, bem como ressaltar a importância de um tema clássico nos estudos sobre mulheres e relações de gênero, a divisão sexual do trabalho doméstico, tema que pode ser desenvolvido a partir de diversas abordagens.

²⁹ Ditado popular que foi e ainda continua a ser muito usado no Brasil.

3.2 A divisão sexual do trabalho: a conciliação do trabalho não remunerado e o remunerado

O desafio, neste momento, é produzir uma reflexão sobre a divisão sexual do trabalho e o trabalho feminino, já que avalia-se um serviço que atende às mulheres em situação de violência e as encaminham para outras instituições a fim de que elas possam fortalecer o processo de autonomia financeira, algumas discussões teóricas são fundantes para que se consiga vislumbrar a realidade das mulheres.

Referente às relações de gênero, sabe-se que homens e mulheres não são resultados de uma destinação biológica, mas, sobretudo, de construções sociais. Isto é, homens e mulheres não são duas esferas separadas de indivíduos biologicamente diferentes, mas sim, dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. As relações sociais de sexo possuem uma base material, no caso o trabalho, e se manifestam por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada de divisão sexual do trabalho. Assim, a sociedade não pode ser pensada somente a partir das relações de classes sociais, mas deve ser pensada, igualmente, ao mesmo tempo, a partir das ligações com as relações entre os sexos desse mesmo sistema social.

Deste modo, diante da necessidade de refletir sobre as relações sociais de sexo, convém apreciar a mulher a partir de diferentes espaços. E a esfera familiar é um deles, visto que, a família é por excelência um lugar de construções sociais dos papéis da mulher na sociedade.

Bruschini (2000) expressa que vários são os conceitos³⁰ de família e que a diversidade destas definições consideram diferentes funções ao grupo familiar. Tais como a função econômica, onde a família consiste na produção, isto é, a unidade doméstica é compreendida como uma unidade de produção. A função socializadora onde a família é entendida como local de procriação e formação de personalidade das pessoas. E a função de reprodução ideológica em que o papel da família é de transmissão de hábitos, costumes, valores, padrões de comportamento.

Bruschini (2000) expõe ainda que na sociedade agrária e escravocrata do Brasil colonial o modelo de família predominante era a patriarcal, que realizava as funções econômicas e políticas, e onde ocorria uma forte hierarquia de papéis. Segundo Bruschini (2000, p. 68):

³⁰ Não pretende-se aqui estender-se sobre o conceito de família, no entanto, considera-se essencial compreender como a mulher foi percebida na família brasileira.

Subjugada dentro de uma estrutura opressiva e sexualmente assimétrica, a mulher foi descrita por Freyre como esposa dócil, submissa, ociosa e indolente, mas teria tido, segundo outros estudiosos mais recentes, importante papel na gerência do domicílio, comandando os escravos, zelando pela educação dos filhos e assumindo papel de chefe na ausência do esposo.

A família na sociedade escravocrata possuía uma distribuição extremamente rígida e um forte controle da sexualidade feminina. Com o aparecimento da urbanização e industrialização, mudanças acontecidas no século XIX, adveio o modelo de família conjugal, privilegiando as funções de procriação e disciplina do impulso sexual. A mulher começa a desempenhar atividades remuneradas em maior número e passa-se a valorizar a independência desta, contudo, não consegue-se alterar profundamente os papéis de gênero, nem a estrutura tradicional da família, pois, continua-se a reprimir a sexualidade feminina. Data dessa época também certo acesso de mulheres de classe média à educação e ao trabalho, estas que pela primeira vez principiam o questionamento do casamento e do lar que as reprime. Acrescenta-se ainda que:

Uma nova esposa, mais moderna, mais consciente, menos subjugada à tirania do marido, mas nem por isso menos dedicada ao lar e a família passa a ser valorizada. A maternidade ganha ares de profissão, baseada em habilidades altamente qualificadas e especializadas e se torna o valor central das mulheres nas famílias de classe média e alta (BRUSCHINI, 2000, p. 70).

Foi a partir da década de 1970 que a mulher começa a intensificar sua participação no trabalho remunerado em maior número e a ter maior acesso aos meios de contracepção. A mulher passa não só a ter maior ingresso no mercado de trabalho, como também a pleitear oportunidades iguais de trabalho. No que refere-se à democratização das técnicas anticoncepcionais, essas possibilitaram às mulheres diversificar suas experiências sexuais, desvinculando a sexualidade feminina de sua inexorável associação com a procriação. Além disso, passa a questionar-se sobre a estrutura opressiva familiar e a propor a sua transformação.

A partir dessa época também ocorre um crescente interesse pelo tema família, no entanto, as pesquisas sobre a temática tiveram um novo direcionamento, que foi sobre a condição feminina, visto que, este assunto teve destaque significativo a partir da segunda metade da década de 1970. E foi dentre as muitas discussões realizadas a partir da convergência com a temática família, que na época percebeu-

se a necessidade de articulação entre espaço de produção e o de reprodução, pondo em evidência a divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo. Essa divisão pode configurar de forma diferenciada em cada sociedade. Como característica fundamental ocorre a destinação prioritária dos homens ao espaço produtivo e das mulheres ao espaço reprodutivo e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de expressivo valor social agregado, tais como: políticas, militares, religiosas, etc.

Ressalta-se que a produção social de bens e a reprodução social de seres humanos convivem no seio de toda formação social; que esses espaços podem ser distintos, mas sempre relacionados um ao outro. Segundo Kartchevsky (1986, p. 25):

Compreendidas desta forma, a produção e a reprodução são indissociáveis. Não se pode pensar uma sem a outra: uma é a condição da outra. Curiosamente, no entanto, enquanto o bom senso ou a utopia recomendaria que a primeira fosse submetida à segunda como meio ao fim, e que os seres humanos produzissem bens para substituir e se perpetuar, que organizassem essa produção em função da reprodução, é o inverso que se produz historicamente e são as modalidades da produção que determinaram e determinam ainda as modalidades da reprodução.

Compreende-se que essa subordinação das esferas vincula-se numa outra subordinação - a das mulheres aos homens - a qual repousa na divisão sexual do trabalho. Essa classificação dos sexos na produção e na reprodução traduz, então, uma divisão sexual, que organiza assim as relações entre os sexos sobre uma base tanto política quanto econômica. Deste modo, a designação prioritária das mulheres para a reprodução sempre foi acompanhada de sua exclusão do campo sociopolítico. Segundo Kergoat (2009, p. 67 e 68):

Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que de mulher). Eles são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço, o que permite, segundo alguns (Héritier-Augé, 1984), mas não segundo outros (Peyre e Wiels, 1997), afirmar que existem dessa forma desde o início da humanidade. Esses princípios podem ser aplicados graças a um processo específico de legitimação – a ideologia naturalista-, que relega o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais, os quais remetem ao destino natural da espécie. No sentido oposto, a teorização em termos de divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuais são construções sociais, elas mesmas resultado de relações sociais.

A divisão sexual do trabalho não é um dado rígido e imutável. Se seus princípios organizadores permanecem os mesmos, a separação e a hierarquização, suas expressões, isto é, concepção de trabalho reprodutivo e lugar das mulheres no trabalho mercantil, modifica-se no tempo e no espaço. Visto que uma mesma tarefa, especificamente feminina em uma sociedade ou ramo industrial pode ser considerada tipicamente masculina em outros. Apesar, no entanto, do avanço na reflexão teórica, ainda é necessário alertar-se para a hierarquia implícita na divisão sexual do trabalho, para que se possa refletir as construções sociais que tendem a acabar por assumir uma perspectiva de divisão natural, justificadas pela questão biológica. Assim, torna-se essencial pensar a divisão sexual do trabalho, considerando a emergência de novas configurações que tendem a questionar a própria existência da divisão, isto é, problematizar de forma dialética, não em termos deterministas.

As primeiras análises dessa temática apareceram nas Ciências Sociais. A divisão sexual do trabalho foi objeto de estudos precursores em vários países, mas foi no início dos anos 1970 que ocorreu na França, sob o impulso do movimento feminista, uma onda de trabalhos que geraria rapidamente as bases teóricas desse conceito. *Para citar apenas dois corpos teóricos, temos o “modo de produção doméstico” (Delphy, 1998) e o “trabalho doméstico” (Chabaud- Rychter et al., 1985).* (KERGOAT, 2009, p. 69). Na época, a conceituação marxista³¹ era preponderante, no que denominava-se de *esquerda* (grifos da autora) e a grande maioria das feministas fazia parte da esquerda.

A iminência do feminismo como movimento social propicia condições necessárias para a legitimação da condição feminina como objeto de estudo. Desta forma, como já exposto, a existência desse movimento ocasiona uma produção teórica sobre mulher dentro das Ciências Sociais, que se amplia e se torna mais crítica. E, apesar de nem todos(as) os(as) pesquisadores(as) que discutem o tema se declararem feministas ou aderirem ao feminismo, a condição feminina se legitima como problema científico. E, à medida que o interesse pelo tema feminismo crescia em pesquisa e estudos, formavam-se grupos voltados para a reflexão e reivindicação política.

³¹ Quando se cita a conceituação marxista se faz referência aos conceitos de relações de produção, classes sociais definidas pelo antagonismo entre capital e trabalho assalariado e modo de produção.

Dentre muitos temas discutidos referentes à condição feminina, o tema trabalho foi privilegiado nos estudos de gênero. Isto porque, este assunto sempre foi predominante na teoria sociológica, bem como foi considerado pelo movimento feminista como *um potencial transformador* (BRUSCHINI, 2004, p.18). O feminismo brasileiro, que foi influenciado pelas vertentes norte-americana e europeia, entendia que:

[...] o trabalho remunerado era visto como a estratégia possível de emancipação da dona de casa de seu papel subjugado na família. Sarti lembra que a ideia de que a raiz da subordinação da mulher está na sua exclusão do mundo produtivo era o fundamento do feminismo, tanto em sua versão liberal, como naquela de inspiração marxista, constituindo uma referência importante para tornar o trabalho feminino um problema teórico. Herança da tradição marxista, continua Sarti, o feminismo brasileiro considerava a trabalhadora a principal agente de transformação da condição feminina, contribuindo para que o interesse pela pesquisa sobre mulher convergisse para o tema do trabalho de legitimidade garantida também na academia onde a análise do modo de produção na sociedade capitalista ocupava posição de prestígio (BRUSCHINI, 1994, p.18).

No Brasil, as primeiras discussões sobre o tema demarcam, a partir de 1978, com a iniciativa dos seminários *A Mulher na Força de Trabalho na América Latina e o Concurso de Pesquisas sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas* (BRUSCHINI, 1994, p.18). Ambos os eventos discutiram que os trabalhos realizados pelas mulheres não eram adequadamente percebidos pela teoria marxista³², pensava-se, assim, superar as insuficiências. Isto porque, o debate teórico em torno da questão do trabalho feminino acabava por reduzir a participação feminina na sociedade brasileira somente pela ótica da produção.

A partir da tomada de consciência do movimento feminista de que uma enorme massa de trabalho é realizada gratuitamente pelas mulheres, trabalho que era invisível, realizado não para si, mas para os(as) outros(as) e sempre em nome da *natureza feminina, do amor e do dever materno* (grifos nosso), a realidade das mulheres foi questionada. O movimento feminista denuncia essa realidade,

³² Kartchevsky entende que as tentativas de compreender o trabalho doméstico com o auxílio de categorias marxista de valor constituíram uma corrente que ela denomina como *economia política marxista do trabalho doméstico (grifo do autor)*. Segundo a autora (KARTCHEVSKY, 1986 p. 102): *De maneira geral, esses estudos – que caem frequentemente no erro de uma redução da teoria marxista do valor – como trabalho social –, tributários de uma abordagem de tipo ricardiana em termos de “medida” do valor concebido como uma simples quantidade – não conseguirão, num plano estritamente lógico, construir uma análise coerente que se inscreva, rigorosamente, numa problemática marxista*. Acrescenta ainda que alguns(a) teóricos(as) sugeriram que as lutas das donas de casas poderiam ser pela reivindicação do assalariamento do trabalho doméstico, no entanto, se reflete que tal fato poderia *confinar* ainda mais as mulheres no espaço doméstico e esta teria poucas oportunidades de ser na prática um sujeito político.

realizando a reflexão de que é necessário parar de executar o que conviria chamar de trabalho, e de atribuir somente às mulheres de forma automática a realização deste trabalho. Além do que, o movimento coloca em evidência o fato das atividades realizadas pelas mulheres não terem sido visualizadas e nem reconhecidas como trabalho durante muito tempo.

Assim, começa a refletir-se sobre a necessidade de ampliar o conceito de trabalho para que se pudesse considerar mais corretamente a amplitude de atividades indispensáveis à reprodução social que as mulheres realizam diariamente. Visto que, os conceitos e procedimentos metodológicos anteriores utilizados para medir o trabalho eram inadequados, pois baseavam-se nas atividades econômicas que os homens exerciam e acabava por ocultar a contribuição feminina.

Os métodos de coletar as informações sobre o trabalho se mostraram impróprios, ao ter como exemplo o modelo de trabalho regular, ininterrupto, em tempo integral e formalmente remunerado segundo os padrões da economia de mercado predominante nos países capitalistas, pois essas análises não davam conta dos países em que a organização econômica baseava-se nas atividades informais e agrícolas, de caráter descontínuo, como também de perceber a atividade econômica da mulher. Visto que, o trabalho feminino é marcado pela descontinuidade, pela interrupção de entradas e saídas no mercado, através das quais a mulher tenta realizar o equilíbrio entre as atividades produtivas e funções reprodutivas que lhe são socialmente designadas.

Assim, as pesquisas aos poucos passaram a desligar dessa referência obrigatória e passaram a analisar o trabalho doméstico como uma atividade com o mesmo peso do trabalho profissional. *Enquanto de um lado questionava-se o papel libertador da atividade remunerada feminina em países não desenvolvidos, de outro, alertava se para a ausência na maior parte dos trabalhos produzidos de referenciais ao papel reprodutivo da mulher.* (BRUSCHINI, 1994, p.20). Acrescenta ainda Bruschini (1994, p.20) que:

[...] Aqueles que prometem para as mulheres o fim das discriminações para os dias em que elas estiverem ocupando os mesmos postos que os homens dentro da produção remunerada cometem o erro básico de exaurir o trabalho no trabalho remunerado ao excluir desta categoria nobre grande parte das atividades laborais realizadas pela mulher. Falar de mulher e excluir o trabalho doméstico constitui, portanto, uma maneira de deformar a realidade cotidiana do sexo feminino.

O conceito de trabalho foi redefinido tanto do ponto de vista teórico quanto operacional, amplificando-se para considerar as atividades que fazem parte da vida cotidiana das mulheres e de outros indivíduos da sociedade. Desta forma, a análise do trabalho feminino, que era inicialmente centrada na incorporação da mulher no mercado, foi aos poucos apontando para a necessidade de considerar a mulher como uma pessoa que ocupa uma posição dentro de uma unidade doméstica e/ou familiar, esta que encontra-se inserida em uma estrutura social mais ampla. Ao percorrer a literatura sobre o tema, percebe-se que a primeira geração de estudos sobre a temática enfoca excessivamente a ótica da produção sem considerar o lugar que a mulher ocupa na estrutura familiar, e que as pesquisas tomam outro direcionamento quando passam a realizar a articulação entre o espaço produtivo e a família, pois começa a compreender-se que para a mulher a experiência do trabalho sempre acarreta na combinação das duas esferas ou por superposição ou por entrosamento. Assim, os estudos sobre o tema passam a atentar sobre os fatores culturais e simbólicos que também faz compreender a subordinação feminina quanto à inserção da mulher na esfera de reprodução familiar. Ainda Bruschini (1989, p. 4 e 5):

Na verdade, se for considerada como trabalho toda atividade socialmente necessária, o trabalho da mulher estará em toda parte: no preparo da comida, na limpeza das casas e das roupas, na organização e gerência do lar, na formação das futuras gerações e em inúmeros outros afazeres que só se tornaram visíveis com o amadurecimento dos estudos e pesquisas sobre a mulher.

Ressalta-se que há uma diversidade e ambiguidade de termos empregados para tornar visíveis todas às atividades realizadas pelas mulheres tais como: [...]– *trabalho doméstico, trabalho não remunerado, trabalho reprodutivo, trabalho na unidade doméstica, trabalho de cuidado não remunerado aos membros da família* – [...].(BRUSCHINI, 2007, p. 543). Conforme ainda Bruschini (2007, p. 543):

A PNAD define como afazeres domésticos a realização, no domicílio de residência, de tarefas (que não se enquadravam no conceito de trabalho) de: arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar tarefas para si ou para outro(s) morador(es); orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou menores moradores; limpar o quintal ou terreno que circunda a residência. A categoria “afazeres domésticos” abriga, portanto, uma ampla gama de atividades cuja diversidade, entretanto, não é devidamente detalhada nesses levantamentos oficiais.

Tal reflexão permite considerar simultaneamente as atividades realizadas na esfera doméstica e profissional, e pode-se refletir em termos de uma divisão sexual do trabalho, configurando-se em um salto de qualidade no tema. Segundo Kergoat (2009, p. 72):

Já vimos que a expressão “divisão sexual do trabalho” tem sentidos muitos diferentes e que várias remete a uma abordagem descritiva. [...] Mas falar em termos de divisão sexual do trabalho é ir mais além de uma simples constatação de desigualdade: é articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar essas atividades.

As pesquisas sobre divisão sexual do trabalho que dão ênfase na articulação entre a esfera da produção econômica e a esfera da reprodução trazem uma nova perspectiva de análise. Porquanto, demonstram que as atividades domésticas, além de serem desvalorizadas e discriminadas, impõem limites às oportunidades de trabalho oferecidas às mulheres no mercado de trabalho, cujas atividades se caracterizam por carreiras descontínuas, salários mais baixos e jornadas em tempo parcial. Bruschini (1989, p. 5) expressa que:

Outra questão se refere ao fato de que a mulher, mais do que o homem, tem sua participação no trabalho remunerado possibilitada ou constrangida, em maior ou menor escala, por características biológicas, pessoais, familiares e sociais que orientam e definem sua forma de participação na atividade produtiva.

A participação dos indivíduos do sexo feminino na produção social não se define apenas pelas condições do mercado, pela estrutura do emprego ou pelo nível de desenvolvimento da sociedade, mas também por sua posição na família e pela classe social a qual pertence o grupo doméstico. Filha, esposa ou mãe, a cada etapa do ciclo de vida familiar corresponderão determinadas necessidades e possibilidades de trabalho que, dadas as oportunidades oferecidas pelo mercado, definirão a situação da mulher em relação atividades produtivas. É somente na Ótica deste duplo movimento que se pode entender a composição da força de trabalho feminina, seus deslocamentos e reacomodações ao longo dos anos analisados.

Sabe-se, que compreender o trabalho feminino é entender como as mulheres se percebem no espaço doméstico e na estrutura familiar e como ela é vista pelos demais membros da família. Como já exposto há pouco, a família é historicamente um lugar de opressão para as mulheres, pois as construções sociais de gênero acabaram por reproduzir a ideia de que o local *a priori* da mulher é o espaço doméstico. Assim, muitas vezes, é designada às mulheres empregos de menor qualidade que irão contribuir para a manutenção de sua identidade doméstica, pois tolhidas nas suas carreiras profissionais e submetidas à pressão das normas

sexuadas de emprego, muitas mulheres acabam por priorizar investimentos pessoais na esfera privada.

Assim, alguns questionamentos se fazem necessário: Não será uma análise determinista e ingênua considerar que o trabalho remunerado feminino por si só consiga eliminar toda a situação de opressão econômica e social das mulheres? E as relações no contexto familiar? Ter como único foco de ação oportunizar as mulheres atividades remuneradas não é sobrecarregá-las com um duplo trabalho? Não faz necessário refletir sobre as construções sociais de gênero, que estabelecem determinadas atividades como sendo masculinas e femininas? As políticas públicas oportunizam a inserção em atividades remuneradas que desconstrói a reprodução dessa desigual divisão sexual do trabalho?

Como avalia-se sobre a possibilidade de autonomia financeira das mulheres em situação de violência doméstica, não compartilha-se com a ideia de que somente oportunizar as mulheres trabalho de atividades remuneradas irá superar a situação de subordinação financeira e/ou econômica. Visto que, entende-se que é necessário refletir sobre todo o contexto cultural, simbólico e social que as mulheres estão inseridas. Compartilha-se com o pensamento de que é necessário deixar as estruturas conceituais deterministas e utilizar a perspectiva de gênero como construção social, histórica e cultural que considera as relações de poder entre homens e mulheres.

Quando considera-se todo o complexo contexto em que estão inseridas as atividades domésticas femininas, as análises sobre o trabalho feminino rompem com as velhas dicotomias e tentam explorar a temática não somente através da articulação entre produção e reprodução, mas também a partir das relações sociais de gênero. Ao discutir o trabalho feminino articulado com a categoria gênero, se traz à cena os sujeitos homens e mulheres nos espaços produtivos e reprodutivos e se compreende que as relações de gênero acarretam relações diversificadas e simultaneamente relacionadas entre homens e mulheres diante de diferentes aspectos da vida social. Desta forma, a análise do trabalho feminino passa a compreender que as relações nestes espaços, também são construções sociais permeadas de poder e dominação, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e que tal fato acarreta na definição de esferas ditas como femininas e masculinas.

Nesse contexto, os estudos sobre a divisão sexual na família incidiram a dividir entre perspectivas mais e menos pessimistas quanto às possibilidades de igualdade de gênero alcançar a esfera privada. Referente ao trabalho remunerado Sorj (2004, p. 107) afirma:

O trabalho remunerado e o trabalho não-remunerado, realizado comumente por mulheres na esfera privada, são duas dimensões do trabalho social que se encontram intimamente ligadas. Essa constatação é uma das principais contribuições dos estudos de gênero e dos estudos feministas ao entendimento das relações de trabalho e família nas sociedades contemporâneas. De fato, até então prevalecia a noção de que a produção para o mercado e o trabalho doméstico seriam regidos por diferentes princípios, isto é, as regras do mercado se aplicariam à produção enquanto o trabalho doméstico seria, por assim dizer, um dote natural que as mulheres aportam ao casamento em troca do seu sustento. Por essa razão, o trabalho doméstico ficou por muito tempo invisível. Carente de um conceito que lhe conferisse existência social, só nas últimas décadas do século XX passou a ser problematizado e integrado aos estudos do trabalho.

Assim, apesar de evidenciar a ocorrência de um processo de reestruturação das relações de gênero nas mais variadas dimensões da vida social, identifica-se a resistência de velhas relações que se refere ao espaço doméstico. Muitos autores, por exemplo, discutem que a participação masculina nas rotinas domésticas vem aumentando, no entanto, a mudança é extremamente lenta. Os motivos pelos quais a esfera doméstica é um dos mais resistentes espaços à igualdade de gênero devem ser mais pesquisados, pode-se refletir, entretanto, de que esta esfera, mais do que qualquer outra, efetua o valor cultural de que o principal compromisso das mulheres é com a família, ou talvez o que esteja em questão, seja o fato de que os homens não tem nenhum interesse em modificar sua posição na esfera doméstica, pois, não teriam nada a ganhar. Araújo e Scalon (2005, p. 24) compartilham com este pensamento, como pode-se perceber:

De outra parte, o trabalho relacionado com a reprodução social permanece como algo fundamentalmente da esfera doméstica e de responsabilidade feminina. Todas as análises longitudinais apontam para a existência de mudanças no grau (maior) de envolvimento de homens e (menor) de mulheres no trabalho doméstico, porém num ritmo bem lento e mediado por um conjunto de outros fatores que parecem exercer influência tão ou mais substancial sobre as chances de mudanças. Embora o volume das atividades varie dependendo do país, é fato que permanece o padrão de divisão sexual do trabalho doméstico. Não se percebe, portanto, um processo de reorganização da vida – nas suas dimensões públicas e privada – que atenda à dinâmica predominante no período contemporâneo e, ao mesmo tempo, proporcione maior convivência e compartilhamento social.

Sorj (2004, p. 109) compreende que, no caso do Brasil, não pode-se ignorar as importantes transformações culturais e estruturais que estão acontecendo e suas consequências sobre o modelo dicotômico que aponta o homem como o principal provedor dos recursos para a família e a mulher como responsável pela esfera doméstica. Além das conquistas das mulheres por novos espaços de autonomia e desenvolvimento pessoal e da emergência de um novo *senso de justiça* (grifo da autora) que aprecia a igualdade de gênero, também ocorrem alterações de caráter estrutural que incomodam a tradicional divisão sexual do trabalho na família.

As mulheres tiveram conquistas de direitos legais, tendo uma maior inserção nos espaços públicos, melhoria de seu nível educacional, maior autonomia nas suas escolhas afetivas, redução da fecundidade, postergação da maternidade e o enfraquecimento da hierarquia de gênero nas relações conjugais com a possibilidade de *novos atributos* (grifo nosso) para os papéis femininos e masculinos.

O livro intitulado como *A mulher brasileira nos espaços público e privado* (2004), que tem como organizadores(as) Gustavo Venturi, Marisol Recamán e Suely de Oliveira, apresenta os dados de uma pesquisa³³ realizada no âmbito nacional com mulheres residentes nas áreas urbanas e rurais, acima de 14 anos de idade, em 2001. Um importante dado apresentado pela pesquisa são as percepções das mulheres sobre a divisão sexual do trabalho, pois se identificou a presença simultânea de valores que admitem a divisão sexual tradicional de papéis sexuais e de valores igualitários.

Referente à divisão sexual do trabalho doméstico, as percepções das mulheres não seguem um padrão, alguns itens pesquisados são mais consensuais, outros dividem as opiniões. O estudo aponta que, ao se perguntar, *Homens e mulheres deveriam dividir igualmente o trabalho doméstico?* (SORJ, 2004, p.110), os resultados indicam uma *concordância*³⁴ elevada, isto é, 87% das respostas concordam frente às 11% que discordam da afirmação, bem como 1% que não se posiciona.

³³ Este pesquisa, que foi realizada pela Fundação Perseu Abramo (FPA) em parceria com a Secretaria Nacional de Mulheres do Partido dos Trabalhadores (SNMPT), traz uma grande contribuição no que refere-se a conhecer as concepções, percepções, anseios e expectativas das mulheres brasileiras sobre os diversos aspectos de suas vidas.

³⁴ A autora do texto ao apresentar a palavra concordância, estabelece que esta é a soma de duas variação, tais como *concorda totalmente* e *concorda em parte*, bem como, *discorda totalmente* e *discorda em parte*, isto é, que há uma afinidade nas respostas tanto quanto à concordar, quanto à discordar.

Ainda referente à divisão sexual do trabalho a pesquisa realizada identifica que se pudessem escolher, pouco mais da metade das mulheres, isto é 55%, preferiam ter uma profissão, trabalhar fora e dedicar-se menos a família e as atividades domésticas. Aponta ainda que 38% escolheria dedicar-se mais às atividades domésticas e à família deixando a profissão e o trabalho fora de casa em segundo plano. Verifica-se que este resultado demonstra que há um número significativo de mulheres que desejam desenvolver uma atividade profissional e, conseqüentemente, reajustar a intensidade de sua participação na esfera doméstica. No entanto, ao serem indagadas sobre os custeios das despesas domésticas, isto é, quando perguntado: *É principalmente o homem que deve sustentar a família?* (SORJ, 2004, p. 209), os dados obtidos expressam que 65% das mulheres concordam com esta afirmação, 32% discordam e 3% não discordam nem concorda. As informações evidenciam que embora as mulheres desejem dedicar-se menos às atividades domésticas e possuir uma profissão, estas ainda consideram que o homem deve ser o principal provedor da família, isto é, as mulheres anseiam mudanças, no entanto, parecem não desejar mudanças profundas nas estruturas de relações sociais. Assim, compartilha-se com o pensamento de que:

[...] os ritmos de tais mudanças parecem seguir descompassados. Afinal, os dados apontam que a divisão sexual do trabalho doméstico e do mercado muda muito lentamente. Disso resulta a persistência da alta desigualdade na distribuição das mulheres na estrutura ocupacional, na renda e na distribuição das tarefas domésticas, fenômenos que se retroalimentam. (ARAÚJO e SCALON, 2005, p.151).

Indaga-se ainda: O que está implícito nessa contradição? Por que acha-se que deve existir igualdade nas tarefas domésticas, mas que o homem ainda deve ser o principal provedor do lar? Tal pensamento é decorrente do fato das mulheres possuírem condições subalternas na esfera do trabalho remunerado, ainda sendo o homem considerado o principal autor deste trabalho.

Sabe-se, no entanto, que vivencia-se um momento de profundas mudanças estruturais. Como uma das mudanças significativas cita-se o processo de reestruturação produtiva que vêm ocorrendo nas últimas décadas, este processo tem a proposta de disseminação de novas tecnologias de informação, novas práticas de gestão e de controle do trabalho, sendo um dos grandes fatores potencializadores da maior inserção das mulheres no mercado do trabalho.

Desta forma, apresentam-se novas conjunturas nas esferas públicas e privadas, o que convêm, assim, compreender como a mulher está inserida nesse atual contexto, bem como quais são as novas configurações nos espaços doméstico e do trabalho.

3.3 Mulher e autonomia financeira: um olhar sob as atuais configurações no âmbito doméstico e privado

A autonomia pode ser construída por diversas trajetórias, mas no caso das mulheres deve passar necessariamente por modificações nas fronteiras da vida pública e privada. Assim, pensar na autonomia das mulheres é refletir como atualmente as mulheres estão inseridas nos espaços privados e públicos, isto é, compreender como estas relações se expressam, quais são os desafios que as mulheres encontram para romper com as desiguais relações de gênero, não somente nos espaços privados, mas também nos espaços públicos tal como nas relações no mercado de trabalho. Assim, para fins de discussão deste estudo, compreende-se autonomia tal como indica Soares (2011, p. 281):

Entendemos a autonomia das mulheres como a capacidade de tomar decisões livres e informadas sobre sua própria vida, de maneira a poder ser e fazer em função de suas próprias aspirações e desejos, num determinado contexto histórico. O avanço da autonomia está relacionado ao avanço das mulheres na vida pública e privada, como garantia do exercício pleno de direitos. A falta de autonomia é resultado da má distribuição do poder, dos proventos, do uso do tempo, da falta de reconhecimento dos direitos das mulheres.

Ainda a autora compreende que são três as esferas da autonomia, são elas: física, econômica e de decisões. A autonomia física refere-se ao controle do corpo, de decisão sobre a saúde, reprodução, exercício da sexualidade e integridade física livre de violência. Já a autonomia de decisões alude em participar das deliberações que comprometem a vida coletiva e individual. E a autonomia econômica é correspondente à capacidade de possuir e controlar recursos econômicos, isto é, a possibilidade de produzir rendimentos próprios, administrar bens materiais e decidir sobre os recursos familiares. Assim, deseja-se:

[...] discutir a autonomia econômica das mulheres, entendendo esta autonomia como parte da condição para o exercício do poder de decisão das mulheres sobre suas vidas. A separação da discussão e o enfoque sobre um destes elementos que caracteriza a autonomia é realizado

somente do ponto de vista operacional, pois evidentemente entendemos que formam um corpo só (SOARES, 2011, p. 282).

Desta forma, as possibilidades de autonomia econômica das mulheres não passam somente pela via da conquista do trabalho remunerado, mas, embora acredite-se que seja ingênua a análise que defende que o trabalho remunerado proporciona às mulheres a superação da sua condição de subalternidade na esfera econômica, sabe-se que a conquista desses espaços traz a tona novas configurações de papéis sexuais.

No entanto, essas novas configurações não perpassam somente o contexto do trabalho feminino, mas das relações de gênero da família. Torna-se imprescindível analisar as mudanças e tendências atuais prevaletentes e como elas refletem na instituição familiar no contexto contemporâneo, marcado pela individuação da vida social.

Têm-se, assim, alterações nos tipos de arranjos familiares³⁵ e nos padrões de conjugalidade com famílias formadas por apenas um indivíduo, as famílias monoparentais, as compostas de casais do mesmo sexo e de casais sem filhos, ao mesmo tempo em que diminuíram as famílias extensas e as nucleares, constituídas de casal e filhos. Ainda referente às mudanças Araújo e Scalon (2005, p. 17) expressa que:

Vem aumentando também a idade média em que as pessoas se casam, principalmente as mulheres, e isso é um indicador de que outras questões, particularmente a profissional, adquirem relevância para os indivíduos. Muitos valores patriarcais estão em declínio, as escolhas das mulheres aumentaram e hoje, em geral, elas já podem criar seus filhos sozinhas ou optar por não ter filhos, sem que isso seja visto como negação de seu papel social.

O processo de individuação e a maior autonomia dos seres humanos viabilizaram mudanças nas relações do poder e enfraquecimento da ordem patriarcal de gênero. O aumento dos divórcios, as modificações nas normas jurídicas que norteiam a constituição dos laços conjugais são sinalizadores dos processos de mudanças. Estas alterações, de acordo com os contextos específicos, têm favorecido as mulheres, no entanto, não define a natureza das relações como menos conflitantes. Encontra-se, assim, aspectos contraditórios que ocasionam

³⁵ Segundo Lopes (1994, p. 17) *A família ainda se mantém, mas sob outros acordos e novas alianças, recombina-se numa diversidade de relações que cresce proporcionalmente ao número possível de negociações entre homens e mulheres e entre eles e seus filhos*. Assim, o autor considera que a família mantém-se, mas sua estrutura foi relativamente transformada.

impactos e estão conectados à família e às relações de gênero, e, uma das dimensões dessas contradições - o trabalho e seu lugar nas relações sociais - permanece gerando antigas e novas tensões. Como é o caso do acesso das mulheres aos trabalhos remunerados, tal como expressa Araújo e Scalon (2005, p.19):

Neste contexto, o acesso das mulheres ao trabalho pago permanece condicionado pela domesticidade das relações, como se fosse uma dimensão exterior às suas vidas. Já o acesso dos homens continua naturalizado, considerado um imperativo e percebido a partir de suas trajetórias, possibilidades de ganhos e de realização pessoal dentro do mundo do trabalho.

Diferentes dos homens, as oportunidades de contentamento das mulheres, além das imposições próprias das relações de trabalho, são definidas também pela conjuntura interna da família, já que a realização do trabalho doméstico e de cuidados é atribuída como parte da identidade elementar destas.

[...] o fato é que o domicílio e a família permanecem como espaço de produção material e de produção simbólica da vida cotidiana. E as mulheres continuam ocupando o lugar de responsáveis por essa produção, num mundo marcado pelo seu ingresso no trabalho pago e pelas exigências de sua contribuição financeira para a família (ARAÚJO e SCALON, 2005, p.19 e 20).

O maior ingresso das mulheres no trabalho remunerado ocasiona velhas e novas expressões de desigualdade, pois salários inferiores são pagos às mulheres, considerando que a renda obtida por elas é apenas complementar em relação à dos homens. No entanto, convém destacar que ao mesmo que ocorre a exigência do auxílio financeiro da mulher como uma renda complementar para a família, passa a se ter também famílias chefiadas por mulheres. Assim, a reflexão ocorre em torno de compreender o fato da renda da mulher ser considerada como complementar aos gastos da família, ao mesmo tempo em que acontece um crescente aumento de chefias femininas. O que esta situação sinaliza?

Estas situações sinalizam que dois fatos devem receber a atenção em relação à questão de gênero e trabalho no Brasil: o aumento do número de domicílios com chefia feminina e a ampliação constante da presença da mulher no mercado de trabalho. Segundo Diesse (2004, p. 01):

É difícil atribuir uma causalidade direta entre a entrada da mulher no mercado de trabalho e o aumento da chefia feminina de domicílios, principalmente porque ambos movimentos decorrem de inúmeras razões

que se ligam entre si: emancipação feminina, maior urbanização, aumento de importância do setor de serviços, importância da renda feminina para complementação da renda familiar, maior desagregação familiar e, até mesmo, opção pessoal, entre outros motivos.

Ainda, conforme o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2004), embora seja difícil atribuir uma razão direta entre o aumento da presença das mulheres no mercado de trabalho e o crescimento do número de lares chefiados pelas mulheres, é possível considerar algumas associações destes fatos. Uma destas seria a de que os domicílios chefiados por mulheres apresentam constantemente renda inferior, que os chefiados por homens, o motivo desta menor renda estaria vinculada ao próprio perfil da chefe³⁶ do domicílio, que frequentemente não possui cônjuge, tem baixa escolaridade, maior idade, como também devido às dificuldades de incorporação feminina no mercado de trabalho, onde geralmente apresenta alta taxa de desemprego e rendimentos menores. Assim, expressa-se ainda que o interesse pelo tema aumentou de acordo com a identificação de que os domicílios chefiados por mulheres estavam entre os mais pobres e que esse fato estava crescendo. Mas, o que seria Chefia Feminina? Como essa categoria foi pensada? Essa categoria expressa maior autonomia das mulheres?

Segundo Novellino (2003, p. 7), o sentido original de chefe de família nas pesquisas amostrais e nos censos era o da pessoa de referência, sendo utilizada para reconhecer as relações familiares no espaço do domicílio. Historicamente, as pessoas que respondiam e eram identificadas como chefes de domicílio eram os homens. Posteriormente, passa a identificar-se as características dos domicílios com as do seu *chefe*, tendo as mulheres ficando novamente invisíveis. Referente à questão econômica, entendia-se que a renda do chefe representava o rendimento do domicílio com um todo, e que todos os membros compartilhavam de um padrão de vida comum. De acordo com Novellino (2003, p. 7):

No entanto, a definição de 'chefe de domicílio' não é assim tão simples, porque tal posição pode ser atribuída ao provedor econômico do domicílio, àquele ou àquela que toma as decisões ou pode ser uma posição estabelecida a partir de estruturas familiares de poder ou de autoridade. Nesse contexto, as mulheres raramente são classificadas como chefes de domicílio mesmo sendo sua principal provedora econômica, quando há um homem como morador do mesmo domicílio, seja ele cônjuge, pai ou filho

³⁶ Alguns dicionários não reconhecem o substantivo no gênero feminino, no entanto, utilizou o substantivo feminino acreditando-se que a desconstrução das desigualdades de gênero também ocorre pela esfera gramatical.

mais velho. Portanto, a definição de chefe de família é problemática, podendo levar a resultados que, de fato, não venham a retratar a realidade. De acordo com UN (1984), pode-se encontrar três tipos de domicílios chefiados por mulher: (a) domicílios compostos por somente uma pessoa; (b) domicílios onde há mulheres e crianças, mas não homens adultos; (c) domicílios onde há homens adultos presentes mas onde devido à invalidez, desemprego, alcoolismo ou outros fatores, uma mulher é a principal provedora econômica.

Nesse sentido, compreender que a mulher somente pode ser considerada como chefe de um domicílio devido à impossibilidade do homem de assumir o provento da casa ou à ausência deste, é reafirmar os valores patriarcais nos quais o homem deve ser o principal provedor do lar; e a mulher, a responsável pelas atividades domésticas. O conceito de chefia feminina deve considerar não somente a questão econômica, mas também as *responsabilizações (grifo nosso)* que a mulher assume no contexto familiar e doméstico, pois, de outra forma, torna-se invisível a constante presença da mulher com um membro de referência na estrutura familiar.

Teve-se um salto qualitativo na perspectiva de gênero referente ao trato dos dados, quando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, por exemplo, passa a utilizar o conceito de *pessoa de referência* em substituição ao de chefe de domicílio, transferindo ao respondente a incumbência de nominar a pessoa, homem ou mulher, o responsável pelo domicílio. [...] *Essa mudança da perspectiva de gênero foi um salto importante, pois a noção de chefia, pela matriz cultural dominante, poderia ser mais facilmente atribuída à figura masculina do domicílio, marido ou pai.* (IPEA, 2009, p.5). Com este ganho, inicia-se a análise com mais propriedade dos domicílios em que ocorre a chefia feminina.

Segundo Dieese (2004), os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em 1992 demonstram que a chefia feminina estava presente em 19,3% dos domicílios, já em 2002 passou a ocorrer em 25,5% das residências, com um crescimento de 32,1%.

Ainda existem os dados de uma pesquisa mais recente realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) entre 2001 e 2009. Os dados divulgados no *Comunicado do Ipea nº 65: PNAD 2009 – Primeiras Análises: Investigando a chefia*

feminina de família.³⁷ (IPEA, 2009), identificou que o percentual de famílias brasileiras chefiadas por mulheres aumentou acerca de 27% para 35% nesse período.

Essas pesquisas demonstram que o número de domicílios chefiados por mulheres é um fato concreto no Brasil, que ainda necessita ser explorado. Ressalta-se ainda que esta conjuntura refere-se a uma situação mais própria das áreas urbanas³⁸.

Segundo Dieese (2004), os dados da PNAD realizado entre 1992 a 2002 sinalizam, que em 2002, da totalidade de mulheres chefes, 87,3% não tinha cônjuge, já para os homens, essa proporção era de 11,1%. Isto indica que, na grande parte dos domicílios onde os homens são os chefes, as responsabilidades de administração do lar eram divididas com outro membro do sexo oposto. No entanto, quando a responsabilidade familiar pesa sobre a mulher, na maioria dos casos, não constata-se o mesmo. Referente a estes dados, o boletim Dieese (2004, p. 14) acrescenta ainda que:

Outro aspecto perverso desse fenômeno é que as chefes de domicílio são, em grande parte, de uma geração em que muitas não haviam sido preparadas para assumir os múltiplos papéis que essa posição exige. Elas possuem um perfil mais maduro e baixa escolaridade *vis-à-vis* as demais mulheres e os chefes do sexo masculino.

Outro dado indicado pela pesquisa (DIEESE, 2004), foi o de que nos 25% dos domicílios mais pobres, pouco abaixo da metade são chefiados por mulheres, o que expressa uma realidade significativa de mulheres com rendimentos precários. O escasso nível dos rendimentos sinaliza as dificuldades pelas quais passam as mulheres, que lidam com um mercado de trabalho diferenciado em relação ao sexo feminino. Identifica-se, assim, o que se chama de feminização da pobreza. Segundo Novellino (2008, p.01):

³⁷ *Os Comunicados do Ipea têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações. Os Comunicados são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do Ipea.* (IPEA, 2009, p. 02).

³⁸ Segundo Dieese (2004, p. 2): Esse fenômeno ainda está muito concentrado na área urbana, uma vez que 86,9% dos domicílios na área rural eram chefiados por homens, em 2002. Na área urbana, 27,6% dos domicílios possuíam chefia feminina e 72,4%, masculina. Esta tendência se acentuou nas áreas metropolitanas, onde a proporção de chefes mulheres cresce para 31,2% [...].

A feminização da pobreza é entendida como um fenômeno no qual as mulheres vêm, ao longo das últimas décadas, se tornando mais pobres do que os homens. Este conceito foi introduzido pela estadunidense Diane Pearce em 1978 (Buvinic e Gupta,1994:24; Garfinkel e MacLanahan, 1986:13), a qual atribui este fenômeno ao aumento no número de famílias pobres chefiadas por mulher.

O conceito de feminização da pobreza surgiu, assim, em 1978 a partir de um artigo de Diane Pearce que considerava que o empobrecimento feminino estava relacionado somente à ampliação de famílias chefiadas por mulheres que não possuíam um homem com o papel de provedor. Recentemente a feminização da pobreza vem sendo entendida a partir da chefia feminina e da inserção das mulheres no mercado de trabalho, relacionado com as consequências das políticas econômicas neoliberais sobre a vida e o trabalho das mulheres. Os estudos também apontam o conjunto de mulheres mais vulneráveis ao empobrecimento, como as mulheres indígenas, as negras, as lésbicas, entre outras. Assim, entende-se que, embora a ausência masculina impele a mulher a prover o sustento da família, bem como aumenta seu trabalho no espaço doméstico, não é somente a partir da inexistência do homem no contexto familiar que se expressa a feminização da pobreza, mas também do fato de historicamente as mulheres possuírem postos de trabalho mais precarizados e com baixos rendimentos. Assim:

O persistente aumento da proporção de mulheres que buscam uma carreira profissional, aliado às mudanças na organização das famílias e no papel social das mulheres, sugere que a tendência de crescimento da chefia feminina possivelmente não irá se interromper tão cedo.

No entanto, os baixos rendimentos nos domicílios chefiados por mulheres resultam principalmente da baixa renda do trabalho obtido por estas chefes. Por isso, importa conhecer como a inserção das mulheres no mercado de trabalho viabiliza essas novas responsabilidades no lar. Os dados de mercado de trabalho apontam sempre que a crescente entrada da mulher na força de trabalho é marcada pela desigualdade de inserção, de remuneração e de oportunidades, com consequências diretas sobre a qualidade de vida de suas famílias, sejam elas chefes ou não (DIEESE, 2004, p. 10 e 11).

Há ainda uma discussão de que o empobrecimento não é algo meramente feminino e que chefes homens também estão vivenciando um processo de empobrecimento, enquanto chefes dos domicílios sem cônjuge, ou seja, passam de forma semelhante por baixa condição de renda. Segundo Novellino (2003, p. 02), [...] *Para alguns, a pobreza não atinge diferentemente homens e mulheres. Para outros, há sim diferença e se ela não se revela é porque os indicadores sociais utilizados não estariam sendo suscetíveis às particularidades de cada gênero.*

Assim, entende-se que os processos de reestruturação produtiva na economia vêm gerando situação das mais diversas vulnerabilidades, não somente as mulheres chefas de domicílios, mas também aos homens. No entanto, ao refletir sobre o grande aumento dos números de chefias femininas, se quer ressaltar a importância de olhar este acontecimento sobre a perceptiva da ordem patriarcal expressa nas relações de gênero. Ao discutir sobre o tema, se faz necessário compreender que devido às mudanças na esfera econômica, acontece o fenômeno do empobrecimento refletindo tanto para aos homens, como para as mulheres, no entanto, de formas diferenciadas, decorrentes da desigual relação de gênero em nossa sociedade brasileira, sendo a mulher a mais vulnerável ao empobrecimento.

Nesse contexto de vulnerabilidade, as mulheres têm sido alvo da titularidade dos Programas de Transferência de Renda, isto é, são responsáveis pela administração da renda. Como exemplo, ocorre no Brasil o Programa Bolsa Família³⁹ (PBF). Estudos apontam para a análise entre o programa e os impactos em relação à autonomia das mulheres. Há discussões que consideram que os programas tendem a sobrecarregar as mulheres em tempo e trabalho, visto que, reforça a concepção da mulher como mãe e cuidadora. Outras assinalam que o programa além de combater a pobreza das famílias, traz efeitos na vida das mulheres como: maior poder de compra, maior autoridade. A maior autoridade parece estar mais ligada ao poder de compra do que mudanças nas relações de gênero, no entanto, pode permitir que elas negociem posições no espaço doméstico. O tema é polêmico, contudo, há um consenso de que é necessário articular outras iniciativas que possibilite uma inserção econômica e maior autonomia para as mulheres a fim de combater a feminização da pobreza.

A feminização da pobreza é, assim, uma expressão das desigualdades de gênero, entretanto, outras configurações aparecem referente à mulher no contexto da chefia feminina.

Ressalta-se, novamente, que diferentes são as características que as famílias identificam uma pessoa do sexo feminino como responsável familiar. No entanto, a chefia feminina vem crescendo independente das características que considera-se e,

³⁹ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. A família recebe, através de um cartão magnético, um valor monetário que varia de acordo com a renda declarada e a composição familiar. Para conhecer mais sobre o PBF consultar: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>.

diante desse crescimento, visualiza-se outras situações em curso que merecem atenção, tal como o de famílias em que têm casais com ou sem filhos e onde a chefia é feminina. Segundo IPEA (2009, p. 9):

O fato de uma mulher ser identificada como principal responsável num contexto em que é a única pessoa adulta da unidade familiar ou a única pessoa adulta não-idosa, por exemplo, dificilmente pode ser lido como sinal de transformação das convenções sociais ou de empoderamento feminino. Já o fato de uma mulher ser reconhecida como responsável pela família na presença de um cônjuge do sexo masculino pode ser considerado novo na sociedade brasileira. Nesse caso, o tradicional arranjo casal com filhos com um homem como “cabeça do casal” passa a ser substituído por situações em que a mulher é tida como a pessoa de referência na casa.

Conforme ainda a pesquisa realizada pelo IPEA no ano de 2009, 14,2% dos casais com ou sem filhos eram chefiados pelas mulheres. O estudo levantou algumas hipóteses a respeito dos fatores que levam a identificar a mulher como chefe e considerou três possibilidades: [...] *a mulher ganha mais que o cônjuge; a mulher possui mais escolaridade; a mulher tem uma situação de trabalho mais estável.* (IPEA, 2009, p. 10).

O fato das mulheres serem as responsáveis pelas famílias onde ocorre a presença de um cônjuge pode estar sinalizando mudanças nas relações de gênero? As mudanças ocorridas indicam uma nova divisão sexual do trabalho? Ou sobrecarga de funções e atividades? Essa referência daria em razão da mulher melhor administrar os rendimentos da família, bem como a dinâmica interna familiar? Quais são os significados que perpassam estas situações? Como pensar a avaliação de políticas públicas para as mulheres diante de um contexto em que acontece diversos arranjos familiares e onde as mulheres ocupam as mais diversas posições na dinâmica familiar?

Segundo IPEA (2009, p.10) a primeira presumível possibilidade que seria a de que as mulheres ganham mais do que os homens, não foi confirmada na pesquisa. Pois os dados descritivos da PNAD indicam que a renda média do trabalho principal das mulheres chefas, embora seja a maior entre as mulheres nos diversos contextos familiares, representa em torno de 80% da renda dos homens cônjuges nos casais sem filho, bem como representa 73% da renda média dos companheiros em casais com filhos.

Referente à segunda hipótese, verifica-se que no ano de 2009 nas famílias formadas por casais com filhos, a média de anos de estudos das mulheres chefas foi

de 8,3 anos, enquanto seu cônjuge foi de 7,5 anos. Já os homens chefes no mesmo arranjo familiar tinham cerca de 7,0 anos de escolaridade e as mulheres cônjuge 7,6 anos. Entende-se que independente do lugar que as mulheres têm na família, estas possuem na média mais escolaridade que os homens. O estudo ressalta ainda que, nas famílias de casais com filhos em que as mulheres são as responsáveis, estas apresentam maior escolaridade, como também ressalta o fato dos homens cônjuges serem mais escolarizados que os homens chefes. (IPEA, 2009, p. 11).

Assim, a pesquisa compreende que os dados induzem a considerar que uma maior escolaridade não representa conseqüentemente que as mulheres tornam-se chefas de família, pois, do contrário, teria-se mais famílias chefiadas pelas mulheres.

A terceira hipótese aprecia se as mulheres apontadas como responsáveis estariam exercendo atividades remuneradas, enquanto seus companheiros não estariam, ou que, se ambos tivessem ocupação remunerada a posição da mulher seria a de melhor qualidade ou estabilidade. Segundo IPEA (2009, p. 13):

[...] Observando os casais com filhos em 2009, tem-se que 33,9% das mulheres chefes eram inativas – aposentadas, donas de casa ou em outra situação sem procurar emprego –, contra somente 10,2% de homens chefes inativos. As mulheres chefes ocupadas chegavam a 59,1%, enquanto 84,7% dos companheiros estavam na mesma situação. Nos casais com filhos chefiados por homens, 87,2% dos responsáveis pela família estavam ocupados e 2,6%, desocupados, e suas mulheres apresentavam valores de 55,6% e 5,1%, respectivamente.

Desta forma, os dados explanam que, independentemente da posição na família, os homens possuem graus de ocupação maiores do que os das mulheres. Entende-se ainda que a variável situação de ocupação não esclarece isoladamente a ocorrência das mulheres tornarem-se responsáveis pelos casais.

Nesta hipótese, também levanta-se a possibilidade da maior incidência da chefia feminina estar articulada com o fato das mulheres ocuparem atividades remuneradas de melhor qualidade. Os dados apresentam que 50,4% das mulheres chefas de casais com filhos ocupam posições compreendidas como de melhor qualidade, tais como: empregos de carteira assinada, funcionárias públicas e autônomas, já os homens, neste mesmo tipo de arranjo familiar, o índice é de 54,1%. Ainda referente aos arranjos familiares de casais com filhos:

[...] Para as mulheres cônjuges no mesmo tipo de arranjo, o percentual é de 43,9% em posições de melhor qualidade, contra 58,5% dos homens cônjuges. Assim, os homens, independentemente de sua posição na

família, em geral, ocupam melhores posições no mercado de trabalho do que as mulheres [...] (IPEA, 2009, p. 14).

Considera-se, assim, que o aumento de chefia feminina por si só não representa uma maior autonomia das mulheres na esfera econômica, pois os dados ilustram que esta situação não é acompanhada de mudanças qualitativas nos rendimentos das mulheres, nas condições de trabalho, bem como de uma diminuição do trabalho doméstico executado.

Entende-se que trabalhar a autonomia financeira é pensar como estas questões são interligadas. Sabe-se, por exemplo, que a ampliação do número de mulheres no mercado de trabalho não foi isenta de conflitos, pois as mudanças e inovações no processo produtivo, promovidas pelas tecnologias, não têm as mesmas implicações para homens e mulheres. Apesar dos avanços que as mulheres têm em relação ao mercado de trabalho, estas ainda vêm ocupando empregos precários, com baixos rendimentos, marcados pela terceirização e pela flexibilização, tendo restrições de tempo e mobilidade, o que acarretam em um menor número de horas ao trabalho remunerado. Assim:

[...] De um lado, a intensidade e a constância do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, que tem ocorrido desde a metade dos anos 1970, de outro, o elevado desemprego das mulheres e a má qualidade do trabalho feminino; de um lado a conquista de bons empregos, o acesso a carreiras e profissões de prestígio e a cargos de gerência e mesmo diretoria, por parte de mulheres escolarizadas, de outro, o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais (BRUSCHINI, 2007, p.538).

Nesse contexto, a mulher possui uma condição de empregabilidade marcada pela flexibilização. Flexibilidade que se apresenta sobre diferentes formas tais como: as mudanças na organização do trabalho e da produção, como também em relação ao tempo de trabalho, isto é, trabalho de meio período, em tempo parcial e redução da jornada.

Referente à flexibilização do tempo de trabalho, pode expressar-se que essa dinâmica encontra na divisão sexual do trabalho doméstico uma dupla justificação que se retroalimenta e perpetua as relações patriarcais. Isto é, tenta-se justificar que as mulheres *precisam (grifo nosso)* de uma jornada de trabalho menor para *dar conta do trabalho doméstico (grifo nosso)*, como também ainda tenta-se argumentar que o trabalho doméstico deve ser executado principalmente pelas mulheres não podendo esta disponibilizar de todo o seu tempo para trabalho remunerado. A

flexibilidade, assim, passa a ser marca predominante das mulheres no mercado de trabalho.

Outro reflexo da flexibilidade produtiva são os nichos profissionais específicos, pois as mulheres encontram mais possibilidades de empregos na prestação de serviços, nos setores com atividades sociais, em serviços comunitários, além da área de ensino e serviços médicos, ocupações que reafirmam as construções sociais de que as mulheres são *gentis e delicadas* (grifo nosso). Já os homens desempenham em maior número atividades do ramo industrial, sob a justificativa de que são fortes para os serviços prestados. No entanto, ocorreram conquistas de mulheres em espaços profissionais tidos historicamente como masculinos. Segundo Bruschini (2007, p. 549 e 550):

A inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, como é apontado em muitos estudos sobre o tema, tem sido caracterizada através do tempo pela marca da precariedade, que tem atingido uma importante parcela de trabalhadoras. Entretanto, no contraponto das ocupações precárias, mulheres instruídas, além de continuar marcando presença em tradicionais “guetos” femininos, como o magistério e a enfermagem, têm adentrado também áreas profissionais de prestígio, como a medicina, a advocacia, a arquitetura e até mesmo a engenharia, tradicional reduto masculino. Esta poderia ser considerada uma das faces do progresso alcançado pelas mulheres, no que tange à sua participação no mercado de trabalho.

As conquistas das mulheres nesses espaços abrem novas possibilidades, pois a presença destas em lugares tidos como masculinos, amplia o leque feminino para além dos guetos e contribui para alterar tradicionais práticas de divisão sexual do trabalho e desconstruir desigualdades sociais.

Indaga-se: E as mulheres que passam por situação de violência doméstica e possuem dependência econômica de seus companheiros? Quais as suas estratégias e alternativas econômicas? Como construir a autonomia financeira em uma sociedade marcada pela desigualdade nas relações de gênero tanto na esfera afetiva, como nos espaços públicos de trabalho? As políticas públicas direcionadas ao público feminino que passa por situação de violência e busca autonomia financeira são compatíveis com a realidade das mulheres? As ações perpetuam e reproduzem as tradicionais relações da ordem patriarcal de gênero?

Muitas são as reflexões que surgem ao expor o complexo cenário em que a mulheres estão inseridas atualmente. E, nesse sentido, reafirma-se que todas essas mudanças tanto na esfera familiar/privada, como na esfera produtiva/pública trazem

novas tensões e outras realidades. Justifica-se, assim, a formulação e execução de políticas públicas focadas especificamente para as mulheres em suas mais diversas especificidades: pobre, branca, negra, em situação de violência, jovem, velha, entre outras condições. Desta forma, não deve-se perder como foco o universo maior, que são as mulheres de uma maneira geral, mas necessita-se também dar conta das diversas particularidades que a mulher pode apresentar ao longo de seus ciclos de vida.

As políticas públicas devem intervir no sentido de combater a discriminação salarial e a segregação ocupacional que as mulheres passam. Mas, também deve-se compreender que a busca da mulher pela autonomia financeira não pode perpassar somente por ações de cunho monetário, mas também por práticas que consigam proporcionar a estas a construção de novas relações com seus companheiros, bem como na esfera doméstica, isto é, relações afetivas que não sejam permeadas pela ordem patriarcal de gênero, em que as mulheres tenham acesso ao emprego, a condições de produzir e comercializar com dignidade, a possibilidade de desenvolvimento pessoal e também o direito ao tempo livre.

Visto que, faz necessário pensar quais as ações direcionadas para as mulheres que passam por situação de violência e buscam a autonomia financeira, considera-se imprescindível discutir como os movimentos sociais e o Estado reflete e efetiva as ações direcionadas a este público.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Para discutir as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher faz necessário antes contextualizar como ocorreu o processo de construção de políticas públicas para as mulheres no Brasil de uma maneira geral. É indispensável entender como os movimentos sociais, em especial o movimento feminista e o movimento de mulheres, colaboraram para que o Estado reconhecesse este tipo de fenômeno como um objeto de intervenção pública. Entende-se, também, a importância de conhecer a trajetória histórica das políticas direcionadas às mulheres em situação de violência no Brasil e a atual rede de atendimento de Fortaleza. Convém antes, compreender aspectos fundamentais que contribuem para o debate, para a construção de espaços democráticos e conseqüentemente de políticas públicas para as mulheres.

4.1 Aspectos fundamentais para a compreensão das políticas públicas para as mulheres

Nas últimas décadas do século XXI registra-se o surgimento do campo de conhecimento denominado políticas públicas. Parece notório que pesquisadores de tantas disciplinas, tais como; economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas partilham interesses comuns na área e tem contribuído para avanços teóricos e empíricos. Segundo Souza (2006, p.24):

[...] Não existe, contudo, uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1990), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais aceita continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre políticas públicas implicam responder às seguintes questões: que ganham o quê, por quê e que diferença faz.

Essas definições sobre o que sejam políticas públicas acabam por focar no papel dos governos, sem considerar a articulação em torno das ideias, interesses e

as possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais, isto é, entre o Estado e a sociedade. Segundo Pereira (2001, p.222):

Política pública não é sinônimo de política *estatal*. A palavra “pública”, que acompanha a palavra “política”, não tem uma identificação exclusiva com o Estado, mas sim com o que em latim se expressa como *res pública*, isto é, *coisa de todos*, e, por isso, algo que compromete, simultaneamente, o Estado e a sociedade. É, em outras palavras, *ação pública*, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo e do mercado.

A autora expõe ainda que o termo política na palavra *política pública* tem como significado: planos, estratégias ou medidas de atuação coletiva, estabelecidos e realizados para atender autênticas demandas e necessidades sociais. Estabelece assim, que [...] *Política pública significa, portanto, ação coletiva que tem por função concretizar direitos sociais demandados pela sociedade e previstos nas leis*. (PEREIRA, 2001, p.223). Compreende-se, assim que é necessária uma discussão mais detalhada sobre políticas públicas de uma maneira geral, Estado e Sociedade Civil.

Pereira (2001) considera que três são as principais reflexões acerca do Estado. Aponta a autora que: o Estado não expressa um conceito universal e absoluto, isto é, ele não é igual em todos os momentos da história; que o Estado também não é criador da sociedade, e sim, criatura desta, embora procure impor-se à sociedade e dominá-la; e que existem diferentes concepções sobre o Estado e suas relações com a sociedade, como também sobre a sua natureza e função social. Deduz que o Estado não é neutro, pacífico e ahistórico e que o mesmo é uma arena de conflitos de interesses.

Ressalta-se que, para fins deste estudo, debruça-se no Estado na contemporaneidade. Destacando que demarca-se como Estado na Contemporaneidade o período das três últimas décadas, isto é, década 1980, 1990 e 2000. Pensar o Estado na contemporaneidade é articular várias dimensões da vida política, econômica, social e cultural, é trazer para o campo das discussões bases analíticas que melhor desvendam a expressão desta conjuntura.

No entanto, antes de debruçar [...] *no cenário da confluência histórica dos processos de democratização e de ajuste da nova ordem do capital nos últimos 20/25 anos*. (CARVALHO, 2006, p.118), faz necessário um entendimento sobre as

configurações do Estado no contexto da mundialização do Capital. É necessário compreender o processo de mundialização do capital em curso.

A partir de meados da década de 1980 e primeiros anos da década de 1990, acontece um crescimento grandioso das transações financeiras. Efetivamente, se apresenta a esfera financeira como uma dominância dos movimentos de mundialização da economia [...] *é nessa esfera que as operações do capital envolvem os montantes mais elevados, é aí que sua mobilidade é maior, é aí que aparentemente, os interesses privados recuperam mais completamente a iniciativa em relação ao Estado* (CHESNAIS, 1998. p.11).

Essa forma de mundialização do capital tem ligações diretas com outros elementos que servem de análise para melhor compreender o processo de ajuste da América Latina à nova ordem do capital. Destaca-se aqui alguns elementos essenciais do sistema capitalista mundial: novas características de acumulação, novo regime salarial, a distribuição de renda maior no país e no interior deles, o ressurgimento de rendimentos rentistas significativos e a repartição da poupança mundial entre os investimentos e as aplicações financeiras.

Ocorre, assim, o retorno dos países periféricos latino-americanos aos mercados financeiros internacionais, onde as políticas de liberalização/desregulamentação dos mercados permitem a entrada de capital estrangeiro. Assim, a nova configuração tem impactos sobre o modo de desenvolvimento dos países da América Latina, em uma lógica que privilegia o financeiro e o comercial em detrimento ao produtivo e ao social. A histórica dependência desses países vê se reconfigurada sob novas condições.

Esse novo momento do capitalismo, caracterizado pela mundialização com dominância financeira, acarreta em novas formas de acumulação e valorização do capital, [...] *dinheiro a render mais dinheiro, ou seja, D-D[...]*(Informação Verbal)⁴⁰, que não passa pelo processo industrial e apresenta uma nova forma de riqueza abstrata. Tem-se em curso também uma crescente vulnerabilidade do trabalho com fragmentação e precarização da força de trabalho, ocorrendo uma fragilização financeira do setor financeiro.

⁴⁰ Discussão realizada pela Professora Alba de Pinho de Carvalho em palestra realiza no Auditório da ADUFC em 2 de setembro de 2010.

Estas novas configurações nos países latino-americanos caracterizam-se como ciclo de ajuste destes países à nova ordem do capital. Segundo Carvalho (2006, p.119):

A rigor, este ciclo de ajustamento segue a propalada agenda do chamado “Consenso de Washington”, abertura da economia, liberalização comercial, entrada sem reservas do capital estrangeiro; privatizações; financeirização da economia, pesada reestruturação produtiva.

Compreende-se que as políticas de ajuste mostraram-se insuficientes para o desenvolvimento e/ou crescimento econômico apresentando graves contradições na América Latina. Ainda Carvalho (2006) expõe que está em curso na América Latina contemporânea transformações do Estado e resistências que buscam alternativas e se configuram como *governos de esquerda* (grifo da autora). A autora coloca que para melhor compreender os cenários da América Latina é necessário ter como *chave analítica* (grifo da autora) o entendimento de que as políticas de ajuste ocorrem em confluência com os processos de democratização. No entanto, ocorrem em toda a América Latina sob diferentes modos e ritmos. Segundo Carvalho (2006, p.122):

Com efeito, a confluência de dois projetos com perspectivas distintas gesta o tecido contraditório do Estado Latino-Americano, consubstanciando duas configurações estatais em confronto: o Estado Democrático, ampliado na relação com a sociedade civil pela via da política, viabilizando encontros pactos, parcerias, O Estado Ajustador, restrito e seletivo sob a égide do mercado, com a destituição e anulação da política face à difundida crença do “caminho único” com a impossibilidade de mudança.

Acontece assim um confronto desses dois projetos, em alguns momentos ora apresenta-se de maneira mais oculta; ora, de maneira mais explícita. Nos períodos de *milagres de estabilização* (grifo da autora), as políticas de ajuste restringem os espaços de lutas democráticas e afirmam-se, nos momentos de *crise*, os projetos de ajuste tornam-se insuficientes e ampliam-se as conquistas. Neste contexto de configurações estatais, afirma-se a predominância do Estado Ajustador, mas mantém-se delineamentos do Estado Democrático, ocorrendo inclusive conquistas legais.

A predominância do Estado ajustador traz à tona a expressão Reforma do Estado, usada para designar os processos de ajuste dos países aos fluxos mundializados do capital. [...] *De fato, é uma “Reforma Ajustadora”, ponto-chave na agenda estratégica do Consenso de Washington. E Washington e Wall Street*

permanecem “vigilantes” no sentido de garantir governos que viabilizem tais “Reformas Ajustadoras”. (CARVALHO, 2006, p 123).

Verifica-se que os países da América Latina vivenciaram em sua quase totalidade governos que submeteram à lógica neoliberal. Assim, o processo de democratização na América Latina é submetido às reformas dos processos de Ajuste Estrutural. Afirma-se nesse contexto um novo padrão de Estado. O Estado que está a serviço da rentabilidade do capital, um Estado efetivamente intervencionista, mas uma intervenção que adéqua-se as novas exigências do capital. Como bem coloca Carvalho (2006, p.127):

É com esse caráter gerencial a serviço da valorização do grande capital, que o Estado na América Latina configura-se como um Estado de baixa responsabilidade social. De fato, é um Estado que se minimiza no social, subordinando sua atuação as exigências de rentabilidade do capital.

Em decorrência, ocorre assim o agravamento da pobreza, violência nas suas formas mais extremas, uma precarização e fragmentação do trabalho, cortes com os gastos sociais como saúde, educação e assistência social, privatizações nos mais diversos setores.

E como esta situação vai rebater nas políticas públicas de uma maneira geral? E as políticas públicas que atendem as mulheres? Os processos em curso caminham no sentido de um fortalecimento ou de um enfraquecimento das desigualdades de gênero?

Observa-se que a nova ordem do capital com suas políticas econômicas e comerciais de liberalização têm colaborado para aprofundar as desigualdades de gênero. Considerando, por exemplo, a participação das mulheres no mercado de trabalho, Rodriguez (2009, p. 35) entende que:

A busca por mão-de-obra barata, que chegou junto com a flexibilização da legislação trabalhista, encontrou em muitos países e regiões, um incentivo nas desigualdades sociais, em particular as de gênero, para atrair os investimentos diretos. Desse modo, resultou evidente a funcionalidade das desigualdades, especialmente as de gênero, para a produção globalizada.

É possível considerar que as políticas econômicas e comerciais de liberalização progressiva têm colaborado para aprofundar as desigualdades de gênero, pois passa a ter a presença massiva de mulheres contratadas por salários baixos e condições precárias. As mulheres assim se viram em um *dilema (grifo nosso)*, pois, como já se vem discutindo, estas tiveram que aproveitar as

oportunidades decorrentes do mercado de trabalho e ao mesmo tempo em que foram encarregadas das responsabilidades do lar. Referente a esta desigualdade:

Dentro dessas perspectivas, justamente por sua condição desigual nas sociedades, as mulheres, em particular as pobres, enfrentaram com maiores dificuldades os processos de globalização e de liberalização econômica e, por isso, em muitos países elas estão entre os principais “perdedores”. Nos últimos anos, diversos estudos realizaram esforços consideráveis para desenvolver análises, vinculando as políticas comerciais, o combate à pobreza e a equidade de gênero. Assim, os resultados apontam para uma vinculação negativa de tais variáveis (RODRIGUEZ, 2009, p.35).

Assim, essa nova ordem do capital traz para as mulheres condições de trabalho de extrema precariedade, sendo estas submetidas aos trabalhos inseguros, péssimas condições sanitárias, entre outras dificuldades. Isto porque, nesta conjuntura, uma das vantagens oferecidas aos(as) investidores(as) estrangeiros(as) foi a disponibilização de contingentes de mão de obra barata, especialmente de mulheres, para empresas que produzem, na maioria dos casos, bens intensivos em trabalhos de baixa qualificação.

A lógica liberal, no entanto, não comprometeu as mulheres somente no que diz respeito à inserção e as condições de trabalho destas. A precária capacidade de prestação dos serviços públicos por parte dos governos ocasionou uma perda na provisão dos serviços do cuidado nos âmbitos domésticos e comunitários afetando as mulheres diretamente. Novamente Rodriguez (2009, p. 37) diz:

De fato, a privatização dos serviços essenciais e a redução de diversos benefícios sociais ainda repercutem fortemente no aumento do trabalho doméstico, na medida em que vários desses serviços e amparos vindos do setor público tendem a substituir ou a apoiar a realização das tarefas do cuidado, especialmente nos lares mais carentes. Por outro lado, está largamente provada a relação entre o acesso a tais serviços e a melhoria das condições de vida e superação das vulnerabilidades e da pobreza.

A prestação de serviços públicos como educação, saúde, saneamento, dentre outros serviços que afetam a qualidade de vida das famílias é fundamental para a diminuição da pobreza e é uma poderosa aliada das mulheres, pois diante da ausência de tais políticas ou de sua precarização, as mulheres se vêem obrigadas a ampliar suas jornadas de trabalhos com o intuito de diminuir os prejuízos. Em algumas situações as mulheres duplicam as jornadas de trabalho para compensar as carências dos serviços públicos, em outras situações são impendidas ao próprio

acesso ao mercado de trabalho devido ao tempo que lhe é necessário destinar as tarefas dos cuidados domésticos.

Dessa forma, podemos afirmar que a privatização dos serviços negociada nos acordos de comércio que buscam a liberalização progressiva dos serviços, entre eles os públicos e essenciais, é um elemento das políticas macroeconômicas que contribuiu para reforçar as desigualdades de gênero, especialmente nas camadas mais pobres da população (RODRIGUEZ, 2009, p.38).

Torna-se imprescindível apreciar as contribuições das políticas públicas em especial as prestações de serviços públicos de qualidade, tanto para o enfrentamento da pobreza e das desigualdades como também para a melhoria na qualidade de vida das mulheres.

Uma agenda pública a favor da igualdade não se restringe a nivelar as oportunidades. Estende-se também a procurar maior igualdade de resultados e de níveis de bem-estar. Ao Estado e às políticas públicas cabe, portanto, um papel decisivo na reversão da força inercial da desigualdade que se reproduz no seio dos mercados e das famílias. Isso implica um aumento sustentado do gasto social, avanços em matéria de institucionalidade social para melhorar a gestão pública e sistemas de transferências de rendimentos que derivam em claros efeitos re-distributivos (BÁRCENA, 2009, p. 24 e 25).

Defende-se, assim, a construção de um Estado capaz de promover a igualdade de direitos nas mais diversas esferas, entre elas nas questões de gênero. Um Estado que tenha um papel de protagonista, que favoreça a construções de espaços democráticos e relações mais igualitárias entre homens e mulheres. Para proporcionar espaços democráticos o Estado deve construir agendas estratégicas que representem a deliberação de amplos atores, como igualmente garantir que os anseios populares configurem-se como legitimidades políticas através de políticas públicas de médio e longo prazo.

Destaca-se, que embora o projeto de ajuste seja dominante, nesse contexto, ocorrem conquistas democráticas de grande importância. Conquistas não somente no plano jurídico-institucional, mas no âmbito da cultura política. Paolli e Teles (1994) fazem uma importante discussão referente ao projeto democratizante brasileiro. As autoras expõem que neste cenário de disputas de projetos, os movimentos sociais têm nos anos 1980 um importante papel nas reivindicações de direitos.

Para além desse registro estritamente político e sindical, os movimentos sociais se ampliaram e diversificaram, trazendo para o debate público um

amplo leque de temas e questões que traduzem uma litigiosidade sempre renovada, recobrando as mais diversas dimensões da vida social: questões relativas às discriminações de gênero, raça e etnia, ecologia e meio ambiente, violência e direitos humanos, passaram a compor, no decorrer da década, uma agenda pública de debates, projetando na esfera política concepções ampliadas de direitos e cidadania que incorporam as exigências de equidade e justiça nas dimensões societárias e culturais que afetam identidades, existências e formas de vida (PAOLLI e TELLES, 1994, p. 110).

Para Paolli e Telles (1994), o Brasil entra nos anos 1990 com uma *democracia consolidada* (grifo da autora), onde acontece o reconhecimento dos direitos de maneira formal, que ainda convive com certas violações dos direitos humanos. Nesse contexto, ocorre a tensão entre a constituição de espaços públicos e o recolhimento do Estado. De um lado, acontece a configuração de Estado mínimo, que tenta isentar-se como responsável pela garantia de direitos. Por outro lado, ocorre o avanço democrático, que avança na construção de espaços públicos. Assim, a construção de espaços públicos difundiu a [...] *consciência do direito a ter direitos* [...] (PAOLLI e TELLES, 1994, p.111). Espaços públicos que passam a ter mais efetivamente a participação da sociedade civil.

Demarca-se, assim, a importância dos movimentos sociais para a constituição de arenas públicas nas quais os conflitos ganham visibilidade. Tais movimentos reivindicam, não só a ampliação da noção de cidadania e direitos não limitados ao ordenamento institucional do Estado, como também apresentam e reivindicam experiências que possibilitem uma regulação social da economia pautada pelo reconhecimento e garantia de direitos. Movimentos que contribuem para a garantia e reconhecimento de novos direitos nessa nova ordem do capital. Assim, mesmo com todas essas configurações da lógica liberal que apresenta, onde percebe-se restringidas as possibilidades de uma atuação no social de uma perspectiva mais ampla, expressões democráticas fazem presente no cenário público, apontando para a construção de alternativas emancipatórias.

Deste modo, o movimento feminista e o movimento de mulheres contribuindo de forma efetiva para não só dar visibilidade às condições das mulheres nessa nova lógica do capital, como também demarcando espaços de direitos para estas. A visibilidade política e social do movimento feminista possibilitou o reconhecimento da violência contra a mulher como um problema de ordem política e social. No entanto, sabe-se que há muitas lutas a serem travadas, há muitos caminhos a serem percorridos, pois os processos de resistência necessitam cada vez mais estarem

organizados para que consiga-se produzir tensionamentos nessa nova ordem do capital e para que possa avançar na garantia de direitos. Desta forma, adiante, realiza-se uma discussão de como ocorreu o processo de reconhecimento por parte do Estado das políticas públicas para as mulheres, direcionando algumas ações de enfrentamento à violência contra a mulher, bem como o movimento feminista deu visibilidade a esta problemática.

4.2 Políticas Públicas para as mulheres: um olhar sobre as ações de enfrentamento à violência no Brasil

Diante da discussão de Estado, movimentos sociais e conquistas de direitos, considera-se necessário o debate sobre quais foram as intervenções do Estado no que refere-se à violência contra a mulher, bem como, também é imprescindível tecer sobre como os movimentos feminista e os movimentos de mulheres fizeram para dar visibilidade a este fenômeno.

Pensar nas políticas públicas para as mulheres, em especial nas políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, é refletir sobre o feminismo enquanto ação política. Segundo Buarque (2006, p. 8):

Feminismo é uma ação política das mulheres em favor da transformação das relações de poder entre os homens e mulheres, que incide na transformação da sociedade, através do combate às desigualdades, discriminações, opressões e explorações de sexo, com contribuições, teóricas e práticas, nos campos da organização política das leis, dos hábitos e costumes dos saberes e dos governos.

A mesma autora estabelece como marco teórico da ação feminista três grandes dinâmicas de atuação política, as quais são definidas como sendo: [...] *Feminismo da Igualdade; Feminismo da Diferença; e Feminismo de Governo, buscando defini-las, também, a partir de uma certa divisão cronológica.* (BUARQUE, 2006, p. 13). Entende ainda que esta divisão cronológica não é baseada em limites rígidos, onde se termina uma etapa e se inicia outra; mas, sim, compreende-se que os elementos destes momentos podem conviver e serem retomados sob uma nova configuração.

Buarque (2006) define o Feminismo da Igualdade como o período de conquista de direitos, estabelecendo-o cronologicamente num momento que ocorre entre o fim do Século XVIII e meados do século XX.

Nesse longo intervalo histórico, o **feminismo** concentrou esforços na denúncia das injustiças sociais cometidas contra as mulheres e na luta por conquistas dos direitos da democracia liberal, referenciados nos direitos garantidos aos homens: direito à educação formal em todos os níveis; direito ao trabalho formal; direito à propriedade; direito ao voto (BUARQUE, 2006, p. 13, grifo da autora).

Durante esse período, observa-se que a atuação feminista foi direcionada para a ampliação da participação das mulheres na sociedade e a sua inclusão na vida política, com a reivindicação do direito da mulher de ser votada e eleita. O feminismo da igualdade proclamava a ideia de que a subalternidade das mulheres na sociedade ocorria em razão à educação que lhes era atribuída, entretanto, o discurso apresentava incoerências, visto que este discurso ressaltava que as mulheres teriam atributos morais e afetivos que seriam naturais e biológicos no qual baseava-se sua essência. Não percebia-se que as diferenças existentes entre homens e mulheres são resultantes de processos culturais em que conferem valores aos indivíduos em razão da diferença de sexo.

Referente ao Feminismo da Diferença, que é estabelecido como ocorrendo entre os anos de 1960 a 1990, Buarque (2006) considera como um momento em que passa-se a discutir mais fortemente sobre natureza e cultura, isto é, começa-se a entender que as discriminações ocorridas às mulheres são resultantes da construção de valores culturais, defende-se assim o direito as diferenças.

A ideia de que a diferença constitui o ser humano distingue esse período do anterior, no qual acreditava-se que as mulheres eram todas iguais, pelo fato de partilharem o mesmo sexo. As formas de opressão das mulheres dependiam também de outras relações sociais. Assim, pertencer ao mesmo sexo não define a mesma condição de classe para todas as mulheres. Da mesma forma que compartilhar a mesma condição de classe, ou pertencer à mesma raça, não define o mesmo lugar na sociedade para homens e mulheres (BUARQUE, 2006, p.15).

Essa dinâmica de ação política passa a compreender que as relações nos espaços públicos e privados são extremamente relacionados e que são permeadas de poder. Percebe-se que o biológico não é um fator determinante para as diferenças e que as discriminações a que são submetidas às mulheres ocorrem através da reprodução de valores permeados na ordem patriarcal de gênero. Acrescenta-se ainda que a autora cita fatos que ela considera como destaque deste período, entre eles: a discussão sobre o espaço privado e o corpo da mulher; a

articulação entre as questões de raça, etnia e gênero; a denúncia recorrente da violência sexual e doméstica; dentre outras.

Buarque (2006) expressa ainda sobre o Feminismo de Governo, que corresponde ao período que ocorre a partir da década de 1990 até os dias atuais, tendo como foco de ação a conquista de espaços do governo, isto é, de formais nas estruturas do Estado.

Esse fenômeno se revela tanto pela busca feminista de criar estruturas e ocupar cargos dentro dessas estruturas, como, também, pela dependência que ainda tem a sobrevivência dessas estruturas e a indicação das mulheres para os seus cargos, de compromissos pontuais dos governantes, que, na sua maioria, é formada de homens que não reconhecem, como necessário à democracia, se constituir, na prática dos poderes, a igualdade entre homens e mulheres (BUARQUE, 2006, p. 19).

O Feminismo de Governo é, assim, caracterizado pela ação das mulheres em dividir com os homens os espaços de poder, pelo aumento de órgãos internacionais que trata das questões de gênero e desenvolvimento, pelos compromissos por parte de vários Estados-Nações em acordo internacionais, pela ampliação recorrente das Políticas de Cotas e de mulheres em cargos eletivos, dentre outras ações.

Ressalta-se que Buarque (2006) faz essa reflexão pensando feminismo enquanto ação política de uma maneira geral, não especificando esses momentos em todos os países, e sim, pontuando alguns exemplos de atuações. Interessa, no entanto, neste momento, pensar como as ações políticas feministas ocorreram no Brasil e conseqüentemente as intervenções realizadas no âmbito do Estado Brasileiro.

Segundo Bezerra (2006, p. 150) [...] a segunda *metade dos anos 1970 e início dos anos de 1980 marcaram a emergência e a visibilidade das mulheres como sujeitos políticos nos movimentos sociais e feministas, no Brasil*. Nesse período, o enfrentamento à violência contra a mulher obteve maior destaque em função de denúncias e mobilizações do movimento feminista, que deram visibilidade à questão da violência contra a mulher, inclusive nos meios de comunicação em massa.

No Brasil, foi na década de oitenta que teve-se a conquista dos primeiros instrumentos legais, em termos de políticas públicas para as mulheres. De acordo com Teles (2003, p.101):

Criaram serviços voluntários e autônomos de apoio jurídico, psicológico e social às vítimas por meio dos SOS - Mulher e Centro de Defesa. Perceberam o quanto as mulheres intimidadas se silenciavam diante das

agressões, espaçamentos, humilhações e ameaças, por medo, por falta de apoio. Organizaram a campanha: “O Silêncio é Cúmplice da Violência!”. Em seguida, o poder público criou o primeiro órgão voltado para tratar de políticas específicas as mulheres, o Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, impulsionou o Estado a reconhecer a discriminação e a violência de gênero. A Delegacia da Mulher foi criada (1985), e deu uma imensa visibilidade à demanda reprimida até então. Foi criado o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres pela Lei nº7353 de 29/08/1985, um órgão consultivo e sem caráter executivo, com o objetivo de promover políticas públicas, em âmbito nacional, para eliminar todas as formas de discriminação contra a mulher, construindo condições de igualdade de direito para o pleno exercício da cidadania.

No ano de 1983, o Ministério da Saúde lança o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher⁴¹ (PAISM) com o objetivo de reduzir a morbimortalidade da mulher e da criança. O objetivo do PAISM era de atender a mulher em sua integralidade, isto é, em todas as fases da vida, respeitando as necessidades e características de cada uma delas. Neste mesmo ano também é criado o Conselho da Condição Feminina de São Paulo. O objetivo do Conselho era apresentar um diagnóstico sobre a situação da mulher no Estado e sugerir a elaboração de uma política integral de enfrentamento das causas que sempre excluíram as mulheres do direito de exercerem sua cidadania. O Conselho, assim, propunha a formulação de políticas públicas que promovessem o atendimento integral às mulheres em situação de violência, abrangendo as áreas de segurança pública, assistência social e psicológica.

Em 6 de Agosto de 1985, é criada em São Paulo a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). Este serviço foi fruto dos protestos do movimento feminista e do movimento de mulheres contra o descaso com que o Poder Judiciário e os distritos policiais, que geralmente eram lotados por policiais do sexo masculino, lidavam com casos de violência doméstica e sexual nos quais a *vítima* era do sexo feminino. As delegacias da mulher deram visibilidade à violência contra a mulher, atraindo enorme atenção da mídia nacional e inclusive internacional, inspirando a criação de outras delegacias similares em todo o país e inclusive no exterior.

Ainda no ano 1985, é instituído o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM). O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, inicialmente⁴² vinculado ao Ministério da Justiça, tem como objetivo promover políticas que

⁴¹ Em 1991 houve a separação do Programa da Criança (PAISC) do PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher).

⁴² Em 2003, o CNDM passa a integrar a estrutura da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República.

visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. Referente aos Conselhos considera Blay (1999, p.148) que:

[...] constituem-se nas mais importantes experiências implementadas no campo das políticas públicas, representam a inclusão da perspectiva de gênero na gestão governamental, trata-se da criação e instalação de instâncias específicas voltadas para os direitos das mulheres.

Ainda a autora coloca que um dos fatores fundamentais que colaborou para a criação dessas instituições foi a Década das Nações Unidas para a Mulher que ocorreu no período de 1976 a 1985.

Outro marco importante nessa década é a aprovação da Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, respaldada no princípio de igualdade de gênero e no compromisso do Estado de criar mecanismos para o desestímulo e combate à violência doméstica. Assim sendo, a Constituição de 1988 é um marco na conquista dos direitos das mulheres, pois este instrumento expressa fundamentalmente a igualdade de direitos e os deveres de mulheres e homens (artigo 5º, I). Obtêm-se conquistas históricas como: o reconhecimento da igualdade de direitos entre homens e mulheres, a ampliação da licença maternidade para 120 dias e a licença paternidade que representa uma conquista inovadora na busca da igualdade de direitos, condições e oportunidades. A Constituição de 1988 inova quando reconhece a necessidade de o Estado coibir a violência ocorrida no âmbito familiar e quando admite os tratados e convenções assinados como parte do sistema normativo nacional. Como exemplo, acontece a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher⁴³ (CEDAW), ratificada pelo Brasil em 1984 com reservas, somente sendo retiradas essas reservas em 1994 quando ocorre a ratificação plena.

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher possibilitou a existência da chamada discriminação positiva, isto é, a adoção de medidas especiais de caráter temporário destinadas a acelerar a igualdade de fato entre homens e mulheres. Ao ratificar esta Convenção, os Estados-Partes assumem um importante compromisso: atuar, progressivamente, no sentido de eliminar todas as formas de discriminação relacionadas com o gênero,

⁴³ Esta convenção foi o primeiro instrumento internacional de direitos humanos, especificamente voltado para a proteção das mulheres.

obrigando-se a assegurar a efetiva equidade entre as mulheres e homens; significando dizer que os Estados subscritores devem criar políticas públicas igualitárias e/ou legislação que proíba qualquer espécie de discriminação contra a mulher.

A década de 1980, assim, pode ser analisada, numa primeira avaliação, como expressiva em termos de visibilidade, ações e conquistas legais para as mulheres. Bezerra (2006, p.153) aponta que:

A década de 80 pode ser considerada, numa primeira avaliação, como significativa em termos de visibilidade, lutas e conquistas legais para as mulheres. Entretanto, essas conquistas emergiram num cenário complexo e contraditório para a sociedade brasileira. Ou seja, num momento de crise do capital, e, ao mesmo tempo, avanço da globalização da economia do mercado, fortalecida mediante a implantação das Políticas de Ajuste Estrutural nos países do Primeiro e Terceiro Mundo, com forte tendência neoliberal.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, no ano de 1990, a Lei Orgânica Municipal, obrigou essas cidades a instituírem abrigos temporários para mulheres ameaçadas de morte por seus maridos, companheiros ou ex-maridos. Em nível municipal, foram criados alguns centros de referência de atendimento as mulheres em situação de violência. Ressalta-se que a construção de centros de referência para mulheres em situação de violência não ocorreu de uma forma unificada em todo o território nacional. Em Fortaleza, com gestão municipal, advém o Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Sexual Francisca Clotilde, que funciona desde março de 2006, local no qual ocorreu nossa pesquisa avaliativa. Na esfera Estadual ocorre o Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher que funciona desde 2004. Sobre esses espaços Farah (2004, p.62) considera que:

[...] são concebidos como lugares de recuperação da capacidade de inserção social das mulheres, em que estas recebem apoio para deixar a situação de vítima e superar experiências traumáticas de violência sexual ou doméstica recuperando sua auto-estima.

O papel dos centros de referência é apoiar, orientar, buscar as formas de fortalecimento da mulher, realizando atendimento e articulando os encaminhamentos para as demandas necessárias.

Em 1992, foi instalada na Câmara dos Deputados, em Brasília, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da violência contra a mulher, onde divulgou-se pela

primeira vez números da violência em âmbito nacional. Tal fato sinaliza que a violência contra a mulher passa a ser discutida com mais frequência no âmbito político.

Dois acontecimentos importantes ocorreram em 1993, o primeiro foi o I Encontro de Entidades Populares de Combate à Violência contra a Mulher, que reuniu 75 entidades, onde aprova-se a campanha *A Impunidade é Cúmplice da Violência*. O segundo foi o reconhecimento dos direitos humanos das mulheres na II Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena.

Outro grande avanço foi a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará. Essa convenção foi aprovada em 9 de junho de 1994, pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos e foi ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995. Pela primeira vez na história, admite-se que a violência cometida contra a mulher, *ainda que no âmbito doméstico (grifo nosso)*, interessa à sociedade e ao poder público. Esta Convenção também foi o primeiro tratado internacional a reconhecer que a violência contra a mulher independe de raça, classe, religião, idade ou qualquer outra condição. A Convenção de Belém do Pará estabelece que qualquer pessoa, grupo ou entidade não governamental pode apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos petições que contenham denúncias de violência cometidas contra a mulher. Cavalcanti (2008, p. 97) aponta também que [...] *Os Estados-Partes da Convenção de Belém do Pará convieram em adotar, “sem demora”, políticas destinadas a prevenir e erradicar a violência contra a mulher*. Assim sendo, aos Estados-Partes dessa convenção são conferidas responsabilidades, dentre as quais a missão de proteger as mulheres da violência perpetrada nos âmbitos público e/ou privado.

No ano de 1995, também ocorre a IV Conferência Mundial da Mulher⁴⁴, realizada pelas Nações Unidas, em Beijing. Este evento foi um avanço fundamental na evolução das conferências declaratórias para todas as mulheres, pois, a partir desta Conferência, chega-se a um consenso mundial sobre a necessidade de tornar concretas as ações, sendo aprovada uma Declaração e uma Plataforma de Ação com a finalidade de fazer avançar os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz para todas as mulheres.

⁴⁴ Esta conferência também é conhecida como conferência de Beijing.

A partir da IV Conferência Mundial da Mulher, se reconhece a discriminação histórica das mulheres e aqueles(as) que atualmente ignoram essa evidência e a necessidade de superá-la são considerados retrógrados(as).

Outra importante contribuição da Conferência de Beijing, que parece ter sido superada, refere-se à necessidade de optar entre constituir instituições específicas que trabalhem a promoção da mulher e realizar ações transversais que se encaixem nas políticas nacionais. Garcia e Gormiz (2005) defendem que este debate foi superado após a Conferência de Beijing.

Até o princípio dos anos 90, debatia-se sobre o risco de encapsulação do trabalho específico e da institucionalização de ações sobre a mulher; embora, por outro lado, seja seguro afirmar que a inscrição dessa temática nas políticas gerais nunca ocorreu por geração espontânea. Hoje, já é consenso mundial que duas coisas ainda serão necessárias por muito tempo: a) instituições e políticas específicas; e b) o desenvolvimento de ações transversais (GARCIA e GORMIZ, 2005, p.14).

Para as autoras, é consenso que hoje esse debate foi superado, tendo o reconhecimento de que tais ações se alimentam mutuamente. Pois é evidente que o fortalecimento das ações transversais ocorre de maneira mais fluida quando há um mecanismo nacional específico que as impulsionem, também é evidente que, fortalecidas as ações transversais, essas podem proporcionar a geração de políticas específicas.

Garcia e Gormiz (2005, p.16) também expressam que, durante a segunda metade do século XX, ocorreu uma transição que [...] *vai desde uma política de apoio às mulheres, com perspectivas frequentemente assistencial, até uma estratégia que considera as mulheres como sujeito de direitos e oportunidades no contexto mais amplo, que deve ser modificado*. Assim, as autoras expressam que esta transição significa a passagem da estratégia da Mulher no Desenvolvimento (MED) para a de Gênero no Desenvolvimento (GED). Na concepção MED, o foco é a mulher com o intuito de complementar o desenvolvimento e capacitar as mulheres para participarem no desenvolvimento. Em contrapartida o foco do GED está nas determinações de gênero e nos interesses estratégicos das mulheres. Referente às políticas com o foco nas determinações de gênero, Garcia e Gorniz (2005, p. 18) expressam que:

É importante assinalar que nesta orientação pode-se apreciar claramente uma evolução, especialmente durante os anos 90. Com efeito, em princípio, a análise de gênero acentuava o diagnóstico da situação das mulheres ou à

sua comparação com a dos homens. Depois, foi se agregando progressivamente a análise das relações de gênero o que, com frequência, traduziu-se em projetos de maior relação entre objetivos de desenvolvimento e equidade de gênero. De igual forma, o destaque inicial na igualdade entre gêneros foi deixando espaço para a ideia de equidade que busca a igualdade de oportunidades entre pessoas não necessariamente iguais. Também começou a se enfatizar que é necessário distinguir fatores diferenciados na própria população feminina, necessitando, portanto, de uma visão específica de cruzamentos fatoriais (classe, geração, ração, etnia, gênero etc).

Assim, as autoras entendem que, foi a partir da IV Conferência Mundial da Mulher, que se passa a ter políticas com um enfoque mais inclusivo, desconstruindo a ideia de que gênero é o mesmo que mulher. Desta forma, começa-se a almejar que as ações das políticas fossem absorvidas pelo conjunto da sociedade, e que estas produziam mudanças efetivas nas relações sociais.

Ao retomar o percurso histórico das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, evidencia-se, que no Brasil, em 1995, foi promulgada a lei nº 9.099, que cria o Juizado Especial Civil e Criminal. Os casos de ameaças e lesões leves, cometidos contra mulheres, eram encaminhados para os juizados especiais, onde o agressor, na maioria das vezes, era intimado a reparar seu dano fazendo doações de cestas básicas para instituições de caridades, medidas que findavam por demonstrar uma atitude de banalização dos casos de violência contra a mulher.

Nos anos de 1997, 1998 e 1999, foi proposta a construção de quinze Casas-Abrigos em todo o território nacional. As Casas-Abrigos são locais que oferecem moradia protegida e atendimento integral às mulheres em situação de risco de vida iminente, em razão de violência doméstica. As mulheres podem permanecer com os filhos por um período determinado. Durante esse período deve-se proporcioná-las condições necessárias para retomarem os cursos de suas vidas.

Evidencia-se que a partir da década de 1990 ocorre a participação do Estado Brasileiro em encontros, tratados internacionais e nacionais que versavam sobre um maior comprometimento na intervenção à violência contra a mulher, demonstrando um aspecto do que Buarque (2004) denomina como Feminismo de Governo.

No ano de 2003, durante o primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM), órgão com estatuto de Ministério, integrante da Presidência da República. Considerada uma das maiores conquistas brasileiras dos últimos tempos, em

relação ao papel do Estado na garantia de políticas públicas capazes de alterar as desigualdades de gênero, esta Secretaria representa uma conquista na compreensão de que as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher não devem contemplar somente o aspecto criminal, mas também, a articulação de diversas áreas. Teles (2003, p.111) aponta que:

As primeiras políticas públicas adotadas para enfrentar a violência de gênero nasceram sob o enfoque criminalístico tradicional, reproduzindo procedimentos existentes sem considerar as relações de gênero, raça/etnia que contextualizam as situações conflituosas entre homens e mulheres. Todo o atendimento tem se preocupado mais com o crime e suas provas cabais do que com as pessoas envolvidas, que passam a ter importância secundária. Setores como educação, saúde e assistência social passam ao largo da violência contra as mulheres, da compreensão das relações desiguais de gênero, raça/etnia e suas implicações na execução satisfatória das ações políticas.

A Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres evidencia a necessidade de trabalhar a gestão da transversalidade de gênero nas políticas públicas, no entanto, esta não isenta os demais Ministérios da inclusão da perspectiva de gênero na definição e execução de suas políticas. O principal objetivo da SPM é garantir a incorporação das questões de gênero no conjunto das políticas públicas através da articulação, avaliação das ações e apoio aos demais organismos governamentais.

A criação de órgãos como a Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres significa também a inclusão das mulheres nos espaços públicos, como bem indica Farah (2004, p.54): *[...] Além da ênfase na inclusão das mulheres como beneficiárias das políticas, reivindica-se a sua inclusão entre os “atores” que participam da formulação, implementação e do controle das políticas públicas.*

Essa Secretaria organiza em julho de 2004 a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – (I CNPM), que torna a afirmar o compromisso do Governo Federal com a formulação de uma política de gênero no país. Com base nos resultados desta Conferência, foi elaborado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), onde é traçado linhas de ação propostas para a promoção da igualdade de gênero.

O Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres possui como um de seus eixos o enfrentamento à violência contra a mulher, que por sua vez, define como objetivo a criação de uma Política Nacional (2007). A Política Nacional de

Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que foi criada a partir do Plano, tem por finalidade:

[...] estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional (BRASIL, 2007a, p. 02).

É sob o impacto do Movimento Feminista que acontece conquistas históricas para as mulheres brasileiras, tais como a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. A elaboração e a implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres incorpora ações destinadas à prevenção, à assistência e à garantia dos direitos da mulher em diferentes campos. O conceito central da Política é a integração dos serviços nas áreas de saúde, segurança, educação, assistência social, cultura e justiça, de forma a permitir às mulheres romperem com o ciclo da violência. Assim, esta política demarca em seu texto a necessidade de atentar-se para ação em conjunto com os diversos setores, destaca-se que:

O conceito de **enfrentamento**, adotado pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, diz respeito à implementação de políticas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões. [...] Portanto, a noção de enfrentamento não se restringe à questão do **combate**, mas compreende também as dimensões da **prevenção**, da **assistência** e da **garantia de direitos das mulheres**. (BRASIL, 2007a, p 11, grifo do autor).

Como exposto, esta Política tem como finalidade estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações no que refere-se à questão da violência contra a mulher. Assim, este mecanismo apresenta-se como uma referência para que as ações de enfrentamento à violência contra a mulher envolvam diferentes setores do Estado, no sentido de garantir os direitos das mulheres a uma vida sem violência.

Para dar maior concretude à Política Nacional, lança-se, em agosto de 2007 pela SPM, o I Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Tal Pacto consiste no acordo federativo entre o governo federal, os governos dos estados e municípios brasileiros no sentido de planejar e estabelecer ações que visem à consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

O Pacto Nacional divide-se em quatro áreas de atuação: consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e implantação da Lei Maria da Penha; combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e enfrentamento à feminização da AIDS e outras DST's; além da promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão.

A Política Nacional e o Pacto estabelecem diálogos com a Lei 11.340/2006, denominada de Lei Maria da Penha, que entrou em vigor no dia 22 de agosto de 2006. Esta é uma Lei específica para julgar e enfrentar a violência doméstica e familiar contra a mulher e foi sancionada em decorrência dos anseios das entidades militantes em defesa dos direitos das mulheres. Representa um marco na história de luta dos movimentos de mulheres e estabelece uma maior intervenção por parte do estado em múltiplos âmbitos, dando visibilidade as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher.

A partir da construção desses instrumentos, passa a ocorrer uma maior intervenção no que refere-se à violência contra a mulher com uma perspectiva multidisciplinar, que articula não só ações de cunho repressivo, mas de prevenção, assistência, dentre outras ações, com o intuito de estabelecer Redes de Atendimento.

Desta forma, entende-se a importância dessas redes de atendimento, no sentido de trabalhar a questão da violência contra a mulher numa perspectiva transversal, que contemplem amplamente as necessidades e direitos das mulheres. Assim, delinea-se no próximo tópico a rede de atendimento as mulheres em situação de violência na cidade Fortaleza.

4.3 A rede de atendimento as mulheres em situação de violência em Fortaleza e o Centro de Referência Francisca Clotilde

A construção de políticas de enfrentamento à violência contra a mulher na cidade de Fortaleza é fruto da organização política das mulheres na capital cearense. Não interessa neste momento traçar todo o percurso histórico das políticas na cidade de Fortaleza, no entanto, faz necessário compreender quais os serviços fazem parte da rede de atendimento e como ela estar organizada. Mas o que é Rede de Atendimento?

Segundo a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (BRASIL, 2007a, p. 14):

O conceito de Rede de atendimento refere-se à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção. A constituição da rede de atendimento busca dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e do caráter multidimensional do problema, que perpassa diversas áreas, tais como: a saúde, a educação, a segurança pública, a assistência social, a cultura, entre outros.

Tal como estabelece a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, a cidade de Fortaleza possui uma rede de atendimento às mulheres em situação de violência, composta de alguns serviços da esfera judiciária e de gestão das esferas municipal e estadual. Ressalta-se que compõe esta rede tanto serviços específicos de atendimento as mulheres em situação de violência, bem como serviços setoriais, tais como: saúde, habitação, educação, entre outros. Neste momento, interessa os serviços que atendem frequentemente às mulheres em situação de violência.

No âmbito judiciário ocorre: a Delegacia de Defesa da Mulher⁴⁵ (DDM), que funciona desde 1986, é o órgão responsável por investigar, apurar e tipificar os crimes. A DDM é responsável também pelos registros dos boletins de ocorrência (B.O), solicitação das Medidas Protetivas de Urgência⁴⁶, representação criminal e encaminhamento da guia do exame de corpo de delito ao Instituto Médico Legal.

⁴⁵ A Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Fortaleza está localizada na Rua Manuelito Moreira, nº12, Benfica. Dependendo do caso, a mulher é encaminhada da Delegacia diretamente para um Abrigo.

⁴⁶ As medidas protetivas de urgência são importantíssimas, pois, possibilita a mulher em situação de violência doméstica e familiar solucionar alguns problemas urgentes antes mesmo do processo criminal ser iniciado. Essas se dividem em: [...] *medidas protetivas de urgência que obrigam o(a) agressor(a), medidas protetivas de urgência à ofendida [...]* (BRASIL, Lei Maria da Penha, 2006). As que obrigam o(a) agressor(a) são: suspensão da posse ou restrição do porte de armas, afastamento do lar, proibição de determinadas condutas, como; aproximação e contato com a ofendida, os familiares e testemunhas desta, frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida, restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores e prestação de alimentos provisionais. Já as medidas protetivas de urgência a ofendida são: encaminhar à ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento, determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos e determinar a separação de corpos. A juíza pode determinar algumas medidas para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher. É importante ressaltar que, as medidas protetivas de urgência são aplicadas isoladamente ou em conjunto. Além disso, as medidas protetivas podem ser a qualquer momento substituídas por outras de maior eficácia. A juíza pode conceder novas medidas ou rever as já concedidas, sempre que se julgar necessário.

Outro órgão que faz parte da rede no setor judiciário é o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que foi criado a partir da Lei Maria da Penha, possui competência cível e criminal e é responsável por processar, julgar e executar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. As medidas protetivas, por exemplo, são encaminhadas para o Juizado da Mulher, onde ocorre à decisão judicial⁴⁷ acerca da concessão, concomitantemente é designada uma primeira audiência. Ainda, desde 2004, tem-se o Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher da Defensoria Pública do Estado do Ceará (NUDEM), instituição que presta assistência jurídica e gratuita e atua nas áreas cíveis, criminais e de família. Recentemente, foi inaugurado em Fortaleza, em junho de 2011, o Núcleo de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público do Estado do Ceará. Este núcleo tem o objetivo de atuar na garantia da transversalidade de gênero nas ações do Ministério Público, na formulação e implementação de políticas públicas, na adequada aplicação das leis, em capacitações e campanhas educativas referentes à violência contra as mulheres.

No que refere-se aos serviços oferecidos na cidade de Fortaleza que possuem a gestão na esfera estadual tem-se o Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher (CERAM), que funciona desde 2004. Este centro presta atendimento interdisciplinar, com uma equipe de médicos ginecologistas, psicólogas, assistentes sociais e enfermeiras. Sua estrutura física fica no mesmo local⁴⁸ em que funciona o NUDEM. Há ainda um abrigo estadual, denominado de Casa do Caminho, que acolhe as mulheres em situação de risco eminente, tanto da cidade de Fortaleza, como das demais cidades do Estado do Ceará. A Casa do Caminho é um abrigo para mulheres em situação de violência doméstica, com endereço em sigilo.

No que refere-se às ações e serviços realizados pela gestão do município de Fortaleza, necessário faz remeter a um importante equipamento, a Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres, criada no ano de 2005. Esta coordenadoria tem como referência de atuação a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

⁴⁷ Isto é, a Juíza defere a favor ou não das medidas. Ressalta-se ainda que após decisão judicial as medidas protetivas são encaminhadas à Coordenadoria de Cumprimento de Mandatos (Comam), que fica localizado no Fórum Clóvis Beviláquia (Avenida Desembargador Floriano Benevides, nº220, bairro Edson Queiroz). Os mandatos são distribuídos para os Oficiais de Justiça por meio de um sistema informatizado. Os Oficiais de Justiça devem intimar a mulher e o(a) agressor(a) das medidas protetivas, bem como, da audiência preliminar, devem também requisitar força policial caso necessite retirar o(a) agressor(a) de dentro da residência em que a mulher encontra-se.

⁴⁸ Tanto o NUDEM, quanto o CERAM está situado na Rua Francisco Pinto, nº 363, Benfica.

A criação da Coordenadoria de Mulheres de Fortaleza representa em termos políticos e institucionais um processo de reconhecimento da importância de políticas públicas específicas para as mulheres na capital cearense. A missão desta é coordenar, elaborar e implementar políticas públicas que contribuam de forma concreta na vida das mulheres e nas relações de gênero do município de Fortaleza. Segundo Alves e Viana (2008, p.25) os cinco eixos de ação da coordenadoria são:

EIXO 1 – Prevenção e assistência à mulher em situação de violência

Como organizador deste eixo, foi implantado o “Programa municipal de prevenção, assistência e atendimento à mulher em situação de violência doméstica e sexual”. Com um caráter permanente, o programa tem suas ações articuladas com várias secretarias, com equipamentos das diversas áreas de políticas sociais, além de promover campanhas de prevenção etc.

EIXO 2 – Saúde e equidade de gênero

Tem como objetivos propor, articular, monitorar e avaliar as ações de atenção integral nos vários ciclos vitais e nos vários níveis de complexidade, com foco nos direitos sexuais e direitos reprodutivos; assegurar a ampliação do olhar para além das questões reprodutivas, incorporando as dimensões de gênero e a autonomia das mulheres sobre o próprio corpo.

EIXO 3 – Inclusão e autonomia econômica

Visa desenvolver ações que promovam a autonomia econômica das mulheres, com a perspectiva do rompimento da divisão sexual do trabalho; com prioridade para as mulheres pobres, interferindo nos programas de desenvolvimento econômico da Prefeitura.

EIXO 4 – Participação e controle social

Pretende realizar ações que estimulem e garantam a participação das mulheres nos espaços de decisão e fiscalização das políticas públicas.

EIXO 5 – Educação e cultura não-discriminatórias

Sua missão é elaborar estratégias que diminuam as desigualdades entre mulheres e homens nas áreas de educação e cultura, buscando parcerias para promover a discussão e formação sobre os temas em questão, bem como facilitar o acesso das mulheres a essas políticas.

Cada eixo possui ações, serviços, projetos e programas que concretizam as intervenções da Coordenadoria na vida das mulheres. Ressalta-se que o eixo de prevenção e assistência à mulher em situação de violência tem como ações de maior porte o Centro de Referência Francisca Clotilde e a Casa Abrigo.

As políticas públicas para as mulheres de Fortaleza devem perpassar os eixos estabelecidos pela Coordenadoria, contemplando ações que visem oportunizar as mulheres melhores condições de vida, através da construção da rede de atendimento. Sabe-se, no entanto, que apesar de Fortaleza possuir uma Coordenadoria Especial de Políticas para Mulheres, tendo como um dos seus eixos a prevenção e assistência à mulher em situação de violência, verifica-se que muitas lutas necessitam ser travadas.

Assim, na esfera municipal ocorrem conquistas como a preferência para mulheres em situação de violência doméstica e/ou sexual na Lei Municipal nº 9.682/10, que estabelece o Programa de Locação Social⁴⁹, isto é, a prioridade no recebimento do benefício de aluguel social. Uma importante ação no que refere-se a reconhecer a importância de ações direcionadas as mulheres⁵⁰ em situação de violência por parte da Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR). No entanto, ainda percebe-se a necessidade de ter como prioridade as mulheres em situação de violência em outros programas habitacionais promovidos pela HABITAFOR, que conceda moradia.

No âmbito da assistência social existe os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) que são unidades de referência para efetivar a assistência social como política pública no âmbito da Proteção Social Básica e Especial, respectivamente. Em Fortaleza, há atualmente 24 CRAS, que são unidades de referência da proteção social básica e deve atuar como porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), organizando a oferta de serviços e ações nas áreas de vulnerabilidade e risco social. Já o CREAS possui serviços especializados para atender as famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, devendo atuar de modo articulado com a rede de serviços da assistência social, órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas, tendo como objetivo fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Em Fortaleza há atualmente 4 CREAS.

No que refere-se à área da saúde, existem alguns protocolos municipais de fluxos estabelecidos com o Hospital Gonzaguinha de Messejana, o Gonzaguinha do José Walter, o Hospital Nossa Senhora da Conceição, Maternidade Escola Assis Chateaubriand. Unidades hospitalares que funcionam como referência no atendimento a violência contra a mulher, onde são realizados atendimentos de pré-natal, partos, exames e procedimentos cirúrgicos. Outros serviços da área de saúde são o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), estes são organizados em CAPS Geral que atendem a demanda das mulheres que apresentam transtorno mental

⁴⁹ Este programa é destinado a prover moradia provisória para famílias em situação de vulnerabilidade social.

⁵⁰ É recorrente o número de mulheres que desejam sair da casa em que convivem com o agressor e não tem *para onde ir* (grifo nosso). Tal situação, muitas vezes, é decorrente da dependência financeira no qual estas mulheres passam. A ausência de ações nesse sentido não favorece para que a mulher rompa com a relação violenta.

complexo e quadro depressivo, CAPS infantil, que atende crianças e adolescente com transtornos mental e CAPS Álcool e Droga que atende pessoa com dependência química. Outro serviço da saúde são as Unidades Básicas de Saúde da Família, que realizam consultas médicas, aviamentos de receitas e distribuição de medicamento. Acrescenta-se, que recentemente, em julho de 2012, o Hospital da Mulher iniciou suas atividades de atendimento. Este Hospital que tem como público específico, as mulheres, com proposta de atendimento ambulatorial em diversas especialidades, bem como internações.

E por fim, no âmbito municipal, tem-se a Casa-abrigo e o Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Sexual Francisca Clotilde. A Casa-Abrigo funciona desde novembro de 2006 é um local que oferece moradia as mulheres que estão em risco de morte iminente e não tem um local para permanecer. O serviço é sigiloso e temporário e deve proporcionar as mulheres reunir condições necessárias para romper com as situações de violência e retornar o curso de suas vidas.

No que refere-se o C.R. Francisca Clotilde, este foi inaugurado no dia 8 de Março de 2006 e é um dos equipamentos vinculados⁵¹ à Coordenadoria Municipal de Política das Mulheres em Fortaleza. Como já apontado, a pesquisa avaliativa ocorreu neste serviço municipal que trabalha no atendimento social as mulheres que passaram por situação de violência. O Centro de Referência estabelece como objetivo da política de atendimento, ações para que as mulheres possam romper com as situações de violência e reunir condições para restabelecer seu cotidiano, preconizando oferecer à mulher em situação de violência um atendimento qualificado e humanizado. Segundo Alves e Viana (2008, p.76):

O Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Sexual Francisca Clotilde (C.R. Francisca Clotilde), como vimos, é um equipamento público municipal que desenvolve trabalho multidisciplinar de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e/ou sexual no município de Fortaleza, Estado do Ceará. Seu principal objetivo é, portanto, contribuir para a consolidação do programa de combate à violência sexista por meio de estratégias de atendimento que

⁵¹ O Centro de Referência Francisca Clotilde é vinculado a Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres, isto é, suas ações são pensadas e definidas a partir desta coordenadoria. Seu recurso prove do Governo Federal e a fonte pagadora da instituição ocorre através da Secretaria Municipal de Fortaleza (SEMAS), isto, por que, o Centro de Referência Francisca Clotilde é um serviço da Proteção Social Especial, segundo a tipificação da Política Nacional de Serviços Socioassistenciais. Para maiores informações acessar: [http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras/documentos/Tipificacao%20de%20Se](http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras/documentos/Tipificacao%20de%20Servicos%20Socioassistenciais.pdf)

objetiva o fortalecimento da mulher e a compreensão e prevenção dessa violência, bem como da articulação da rede de serviços públicos para atendimento às mulheres.

O Centro de Referência Francisca Clotilde de Fortaleza é um serviço do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher e objetiva promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência. Este espaço deve desempenhar a função de articulador dos serviços que agregam a rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica.

Diante da importância dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, da ausência de padronização dos procedimentos de seu funcionamento e da necessidade de ter os dados e informações a respeito desta problemática é que no ano de 2006 foi constituída, pela Secretaria Nacional de Política para as Mulheres, uma Norma Técnica de Padronização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher.

A Norma Técnica é um referencial de atuação em âmbito nacional que estabelece diretrizes, atribuições e padrões gerais de funcionamento dos Centros de Referência. Nesse sentido, tal como estabelece a Norma Técnica dos Centros de Referência, deve-se articular os equipamentos e os serviços da rede de atendimento para que as necessidades da mulher em situação de violência sejam prioritariamente consideradas. A Norma Técnica considera que:

Uma rede de atendimento à mulher pressupõe a existência de uma política pública de atenção à violência de gênero, impulsionadora dos agentes locais e facilitadora ou mobilizadora das relações entre órgãos-governamentais e não governamentais, que ao mesmo tempo atribua a um órgão específico o papel de articulador dos serviços, fomenta ações intersetoriais e crie condições favoráveis à implementação e à continuidade do trabalho. O Centro de Referência deve desenvolver estratégias de integração e complementaridade entre serviços de atendimento à violência de gênero, para a criação ou fortalecimento de redes municipais e/ou regionais de atenção a mulheres em situação de violência, buscando elaborar e propor a institucionalização de gestão da rede (BRASIL, 2006a, p.20).

Desta forma, os Centros de Referências são serviços que tem como missão proporcionar às mulheres a sua inserção nas demais políticas públicas, objetivando a superação da situação de violência na qual passam ou passaram, visando oferecer-las condições para que possam romper com o ciclo da violência.

Assim, como estabelecido pela Norma Técnica de Padronização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher, devido à complexidade do fenômeno da violência contra a mulher, inicialmente o atendimento no C. R. Francisca Clotilde consiste na estratégia de acolhimento feito por dupla de profissionais⁵², numa perspectiva multidisciplinar. A finalidade desse primeiro contato é a *escuta da dor* (ALVES e VIANA, 2008, p. 76). Nesse momento, é feita uma abordagem da problemática apresentada pela mulher, como também a abertura do prontuário para a coleta de informações quanti-qualitativas acerca do caso atendido. Essas informações alimentam o Observatório e servem de base para atendimentos futuros. Sobre a intervenção do Equipamento, Alves e Viana (2008, p. 76) relatam:

Aborda a complexidade do fenômeno da violência sexista nos seus diversos desdobramentos cotidianos, os quais tanto se expressam sob a necessidade de restabelecimento da saúde psico-física, do resgate da auto-estima e da quebra do ciclo de violência no qual tais mulheres se encontram inseridas, quanto exigem a intervenção sobre necessidades estruturais (habitação, saúde, trabalho, profissionalização) que as mulheres vivenciam nos processos de empobrecimento, exclusão social e em outras experiências da cultura patriarcal e machista.

Neste momento do atendimento, as mulheres também são orientadas juridicamente em referência aos seus direitos, nas áreas social, jurídica, psicológica e de saúde de forma mais ampla, ou ainda em outras áreas. A equipe também pode apresentar as opções de atendimento e encaminhamento, informando os próximos procedimentos.

A equipe do C.R. Francisca Clotilde é formada por uma coordenadora geral e uma coordenadora adjunta, duas psicólogas, uma assistente social, duas advogadas, uma educadora social, uma socióloga responsável pelo Observatório, quatro recepcionistas, três apoios administrativos, três profissionais dos serviços gerais, sete guardas-municipais, quatro seguranças de empresa privada e uma motorista. O horário de funcionamento do serviço compreende de segunda a sexta de 8:00 às 20:00 horas e nos fins de semana e feriados de 8:00 às 18:00 horas, tal como indicam a norma técnica de que deve funcionar fora do horário regular de trabalho.

As ações do serviço são organizadas em dois campos de atuação: atendimento e prevenção. Referente aos atendimentos concentra-se ações como: articulação com a rede de atendimento, encaminhamentos e acompanhamentos,

⁵² Geralmente são Assistentes Sociais, Psicólogos(as) e Educadores(as) Sociais.

onde este último desdobra-se em acompanhamentos psicológico, jurídicos, social. As ações de prevenção desdobram-se em oficinas realizadas pelas profissionais na rede de atendimento, tais como: Delegacia de Defesa da Mulher, CRAS, Unidades de Saúde e Hospitais e Escolas. Também são realizadas campanhas no serviço, em alusão ao dia 25 de novembro, dia internacional da não-violência contra a mulher. Esta trata de uma campanha permanente, isto é, constantemente ocorrem ações que faz referência ao dia internacional da não-violência.

A grande maioria das mulheres são usuárias dos serviços públicos e geralmente tomam conhecimento do Centro de Referência através de outros locais. Apesar de muitas vezes essas mulheres não conhecerem todos os seus direitos, elas, geralmente, têm buscado outros serviços de atendimento, tanto no âmbito jurídico, como no âmbito da assistência, saúde, dentre outros, isto é, delegacias, juizados, instituições de saúde e casas-abrigos.

Desta forma, o objetivo deste serviço deve contemplar, dentre outras ações, o fortalecimento da autonomia financeira das mulheres, oportunizando às mulheres a construção/reconstrução da sua condição financeira. Assim, a escolha por este espaço ocorreu em razão de compreender que há uma necessidade de identificar e avaliar quais são as contribuições que este serviço tem oferecido para que as mulheres possam romper com as situações de violência e *reconstruir sua vida* (grifo nosso), principalmente no que refere-se a sua autonomia financeira.

Diante disso, pondera-se como estão sendo executadas as ações referentes à questão da dependência econômica das mulheres que passam por situação de violência, discussões estas que foram realizadas inicialmente a partir dos dados quanti-qualitativos do observatório do Centro, bem como das técnicas de metodologia qualitativa.

5 A EXPERIÊNCIA DE AVALIAÇÃO NO CENTRO DE REFERÊNCIA FRANCISCA CLOTILDE

Diante da discussão feita, realiza-se a avaliação do Centro de Referência Francisca Clotilde no que refere-se às ações que visam fortalecer a autonomia financeira das mulheres. A análise é feita com referência nos indicadores sociais de processo construídos na metodologia. Assim, neste momento, avalia-se as ações do C.R. Francisca Clotilde e identifica-se a demanda por serviço de geração de emprego e renda, os fluxos realizados e as expectativas das mulheres referentes aos serviços encaminhados.

5.1 Os dados do Observatório: traçando o perfil e a demanda das mulheres atendidas

Como trata-se de uma pesquisa avaliativa, considera-se essencial a análise de documentos institucionais. Um dos documentos mais utilizados nesta pesquisa avaliativa foram os dados fornecidos pelo Observatório. O Observatório da Violência contra a Mulher compõe uma das ações estratégicas do Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Sexual Francisca Clotilde e funciona desde o período que o Centro iniciou suas atividades. O registro das informações fornecidas pelas mulheres, bem como a sistematização deste, é uma atividade que tem como intuito a construção de um banco de dados a respeito da violência contra a mulher na cidade de Fortaleza.

Os dados são registrados de acordo com as informações de fontes primárias, ou seja, pelo discurso apresentado das mulheres que são atendidas. A coleta dos dados é feita através do prontuário de atendimento e permite conhecer o perfil da mulher atendida, a caracterização da violência, os encaminhamentos realizados, dentre outras situações.

Para fins de avaliação, esta pesquisa utiliza, neste momento, os dados fornecidos pela instituição de março de 2006, período de inauguração do Centro, até agosto de 2011⁵³. O Observatório atualmente possui 33 campos de registro de coleta

⁵³ Ressalta-se que a disponibilização desses dados foi realizada logo após o período de inserção no Centro de Referência Francisca Clotilde e que o serviço só tinha disponibilizado os dados até

de dados. No entanto, para fins deste estudo, considera-se como essencial para análise as informações referentes ao quantitativo dos primeiros atendimentos e retornos, os tipo de violência, a raça e etnia, a escolaridade, a idade, o número de filhos, a renda, a ocupação/profissão das mulheres e os encaminhamentos realizados a estas para serviços que trabalham o fortalecimento de autonomia financeira.

Assim, ao analisar os dados de atendimentos e retornos (Tabela 1 – Atendimentos e Retornos), observa-se que de março de 2006 até agosto de 2011 foram registrados no Centro de Referência Francisca Clotilde 8.045 atendimentos, dos quais 2.536 foram atendimentos em que as mulheres estavam no serviço pela primeira vez e 5.509 foram retornos.

Tabela 1 – Atendimentos e Retornos

| Ano | 1ª Vez | Retorno | Total |
|------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| 2006 | 805 | 810 | 1615 |
| 2007 | 409 | 606 | 1015 |
| 2008 | 470 | 1012 | 1482 |
| 2009 | 549 | 1835 | 2384 |
| 2010 | 303 | 1246 | 1549 |
| 2011(até agosto) | 114 | 629 | 743 |
| Total de Atendimentos | 2536 | 5509 | 8045 |

Fonte: Observatório do Centro de Referência Francisca Clotilde (2011).

Referente a estes dados, observa-se que no primeiro ano de funcionamento (2006) o número de atendimentos é muito próximo do número de retornos e que com o passar dos anos há um crescimento de retornos e um decréscimo de atendimentos de primeira vez. Tal fato foi expresso pelas profissionais que em certo período as intervenções passaram a ser no sentido de fortalecer as ações de acompanhamento, pois, garantir somente o primeiro atendimento não é estratégico para que as mulheres rompam com as situações de violência. Observa-se a importância do registro de dados para a avaliação de processo das políticas públicas, pois compreende-se que as profissionais não fazem a análise imediata dos dados e, sim, vão repensando a forma de intervir. Em entrevista realizada com a profissional do serviço, esta evidenciou:

agosto de 2011, bem como ainda não tinha disponibilizado os dados referentes ao ano de 2012. Percebe-se, assim, a dificuldade de sistematização dos dados referente a violência contra a mulher.

[...] para pensar e repensar essas posturas que a gente costuma dizer. Que posturas são essas? São os protocolos, os fluxos, não só de encaminhamentos, mas de acompanhamento das mulheres. Nós temos centrado muito nessas questões aqui, não só encaminhar, não só dizer: toma agora tu resolve, não [...]. (Profissional 1)

As técnicas afirmaram que o serviço passou por um momento de *amadurecimento* em que recorrentemente foram revistas as práticas profissionais. Tal amadurecimento foi proporcionado pelos dados colhidos no observatório, onde este mostra-se um instrumento essencial para repensar algumas questões no direcionamento das ações dos serviços, pois, é a partir do acesso as informações das mulheres que a instituição repensa⁵⁴ intervenções e estratégias de atendimentos e/ou atuação. Percebe-se, ainda, que este entendimento é algo comum entre as profissionais:

[...] Então, é isso, a gente vem **amadurecendo** o olhar e algumas práticas. A gente vem modificando com as experiências é um processo mesmo de **amadurecimento** do trabalho. A gente tem muita formação, muita capacitação, por isso que as coisas estão em processo de mudança o tempo todo. A metodologia? Sim, ela foi modificando, os princípios básicos são praticamente os mesmos, mas o modo de fazer é que vem mudando, né? [...]. (Profissional 2, grifo nosso)

Eu acho massa aqui, por exemplo, o observatório, quando a gente chegou à gente jogavas os dados, mas não via muito aquilo, a leitura realmente daquilo. Hoje não, os dados estão muito mais próximos da gente. Através dos dados, a gente percebe a regional 4 está precisando mais de atendimento tal. Está vindo tanto por cento de tal lugar e tal lugar, mas daquele lado não vem ninguém, não sei quanto meses não vem ninguém. Então vamos lá fazer uma oficina. Então, você vai dando realmente subsídio para preparar uma política como todo, mas de agir de forma localizada. Então esse **amadurecimento**, eu concordo, mudou muito a qualidade do atendimento. (Profissional 4, grifo nosso)

Acrescenta-se que o amadurecimento citado parece se referir também referente aos conceitos. Ao analisar os registros dos tipos de violência⁵⁵ (Tabela 2 - Tipos de Violência), pode-se identificar que as práticas de violência mais recorrentes são a violência psicológica (4.759). No entanto, observa-se, ainda, que no ano de 2006, a violência física é mais recorrente do que a psicológica e é, a partir deste

⁵⁴ Como parte desse processo foi citado a necessidade do Centro fazer visitas domiciliares, pois inicialmente as profissionais não realizavam tal ação, atualmente estas atividades ocorrem com a finalidade de reaproximar as mulheres ao serviço. Outra questão evidenciada a partir da coleta dos dados foi a necessidade de realizar intervenções, geralmente oficinas ou rodas de conversas, nos espaços mais próximos a mulheres, isto é, em equipamentos sociais diversos que a mulher recorre diariamente. Verifica-se, assim, como o monitoramento dos dados e a avaliação do processo de intervenção contribui para alterar as práticas.

⁵⁵ Ressalta-se, novamente que segundo a Lei nº 11.340 as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher são violência física, violência psicológica, violência moral, violência sexual e violência patrimonial. Para melhor compreensão dos tipos de violência olhar páginas 68 e 69.

ano, quando ocorre a implementação da Lei Maria da Penha, que ocorre o maior número de registro da violência psicológica e moral em detrimento da violência física. Não objetiva-se compreender todas as relações que perpassam as informações decorrentes dos tipos de violência, mas, ressalta-se que tal fato pode sinalizar uma compreensão de que, após a implementação da Lei Maria da Penha, as mulheres passaram a vivenciar mais situações de violência psicológica e moral, em razão dos homens e da sociedade de uma maneira geral compreenderem como violência somente atos de agressão física, naturalizando os outros tipos de violência e, como consequência, estas passam a ser tornar mais presentes no cotidiano das mulheres. Outra possibilidade levantada é que com a implementação da Lei Maria da Penha há uma ampliação na sociedade referente ao entendimento sobre o que é violência contra a mulher, visto que, a mídia, os meios de comunicação e a sociedade de uma maneira geral, começam a discutir mais frequentemente sobre os tipos de violência. Tal situação pode proporcionar à mulher a percepção de que ela vivencia outras situações de violência que não é somente a física. Acrescenta-se, ainda, que uma possibilidade não descarta a outra, isto é, que tanto pode estar acontecendo mais frequentemente outros tipos de violência, como pode estar ocorrendo uma ampliação do entendimento da mulher de outras formas de violência.

Tabela 2 – Tipos de Violência

| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | TOTAL |
|-------------------------------------|------|------|------|------|------|------|-------|
| Psicológica | 479 | 420 | 662 | 1354 | 1277 | 567 | 4759 |
| Moral | 202 | 245 | 622 | 1273 | 1110 | 437 | 3889 |
| Física | 506 | 315 | 536 | 927 | 830 | 354 | 3468 |
| Sexual | 49 | 34 | 147 | 140 | 187 | 142 | 699 |
| Urbana Sexual | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 3 |
| Patrimonial | 0 | 0 | 0 | 571 | 551 | 271 | 1393 |
| Não caracteriza violência doméstica | 47 | 55 | 15 | 11 | 17 | 0 | |
| Em branco | 24 | 15 | 17 | 2 | 5 | 38 | 101 |

Fonte: Observatório do Centro de Referência Francisca Clotilde (2011).

Observa-se, também, o crescimento de mulheres que passaram por situação de violência sexual, a partir do ano de 2008, bem como o recorrente atendimento as mulheres que passaram por situação de violência que não caracteriza-se como

doméstica até o ano de 2010, cessando no ano de 2011. Referente aos conceitos de violência, foram relatadas algumas considerações.

[...] O Centro é específico para o enfrentamento à violência contra a mulher. Então, desde 2006 que a gente participa desse processo, dessa criação, dessa implementação. O Centro vai passar por um momento em que alguns conceitos vão ser **amadurecidos** aqui dentro, algumas coisas em relação à violência, elas vão ter outra concepção que a gente não tinha [...]. (Profissional 1, grifo nosso)

[...] Nessa construção, a gente construiu uma metodologia, né? Mas a gente também foi **amadurecendo** muito o olhar. Anteriormente, o centro atendia todos os tipos de violência contra a mulher e isso vai tirando a gente do foco. Então, a gente vem trabalhando: Qual é a nossa missão? Qual é o nosso papel? Quem é o nosso público? [...] (Profissional 2, grifo nosso)

Assim, o *amadurecimento* anunciado refere-se às discussões realizadas no C. R. Francisca Clotilde, a partir da coleta dos dados, bem como da atuação do serviço, onde visualiza-se que o serviço avalia o processo de intervenção das ações. A partir dessa discussão, passa-se a delimitar que o acompanhamento do serviço deve ser essencialmente as mulheres que passam e/ou passaram por situação de violência doméstica e sexual de seus companheiros. Isto porque, no início das atividades, o Centro recebia mulheres com demandas diversas que não se caracterizam como violência doméstica e/ou sexual, demandas tais como: violência institucional, orientações sobre pensão alimentícia e benefícios assistenciais diversos. O serviço passa, então, a refletir sobre o processo de intervenção, compreendendo a necessidade de estabelecer limites no que refere-se a outras demandas. Desta forma, as profissionais expressam que não *negam* o atendimento inicial às mulheres que não tenham vivenciado violência doméstica, no entanto, delimita-se que, após a escuta, a mulher deve ser encaminhada para outros órgãos que possam realizar encaminhamentos necessários à demanda apresentada.

Referente aos tipos de violência, verifica-se, ainda, a ausência de registro de violência patrimonial nos anos de 2006, 2007 e 2008, bem como o registro crescente da ocorrência deste tipo de violência a partir de 2009. O registro destes dados também faz parte do processo de repensar a violência contra a mulher, pois começa a ampliar-se a perspectiva de violência patrimonial. De acordo com as profissionais entrevistadas, o serviço amplia o entendimento de violência patrimonial, entendendo também situações em que as mulheres possuem uma renda e é explorada financeiramente. Como exemplo, foram citados casos em que a mulher custeava o vício do companheiro, bem como casos em que a única renda de todo o contexto

familiar provém do trabalho remunerado das mulheres, sendo que elas também executam as atividades domésticas não remuneradas.

Acrescenta-se que, ao avaliar as ações do serviço referente à autonomia financeira, tal fato não significa necessariamente que interessa somente às mulheres que vivenciaram situações de violência patrimonial, pois estas não essencialmente tiveram ou tem dependência econômica dos companheiros. Isto porque, a compreensão de violência patrimonial perpassa não somente o entendimento de omissão por parte dos homens na construção da autonomia financeira e da sobrevivência das mulheres, mas também atos de retenção, subtração ou destruição de objetos.

Diante dessa discussão, não foca-se em uma violência específica, mas nos serviços oferecidos às mulheres que precisam fortalecer sua autonomia financeira como uma estratégia para superação da violação que vivenciaram. Em outros termos, considera-se como indicador a busca das mulheres pelos serviços que visam oferecer o fortalecimento de sua autonomia financeira, isto é, a demanda apresentada.

Ao analisar as informações atinentes à raça/etnia (Tabela 3 – Raça/Etnia), percebe-se que o número mais expressivo de mulheres referiram-se como morena totalizando 946 mulheres, seguido daquelas que declararam-se brancas, que totalizam 882. Logo após, vêm as mulheres de raça/etnia parda (310), negras (259), morena clara (115), indígena (40), morena escura (5), bem como o registro de 3 mulheres mulatas, uma cabocla e uma cafuza. Ao ponderar estes dados, verifica-se que, ao somar o número de mulheres negras, morenas, morenas clara, morenas escura, mulatas, cabocla e cafuza, o resultado corresponde a 1.330 mulheres, equivalente a mais de 50% do número total de mulheres que declararam sua raça/etnia.

Tabela 3 – Raça/ Etnia

| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | TOTAL |
|---------------|------|------|------|------|------|------|-------|
| Branca | 214 | 239 | 142 | 150 | 91 | 46 | 882 |
| Negra | 80 | 62 | 31 | 47 | 36 | 3 | 259 |
| Morena | 331 | 196 | 108 | 194 | 88 | 29 | 946 |
| Morena Clara | 44 | 41 | 13 | 8 | 7 | 2 | 115 |
| Morena Escura | 3 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 |

Fonte: Observatório do Centro de Referência Francisca Clotilde (2011).

Tabela 3 – Raça/ Etnia (continuação)

| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | TOTAL |
|-----------|------|------|------|------|------|------|-------|
| Parda | 59 | 52 | 70 | 72 | 43 | 14 | 310 |
| Indígena | 11 | 11 | 7 | 9 | 1 | 1 | 40 |
| Mulata | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Cabocla | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Cafuza | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Em branco | 26 | 19 | 23 | 7 | 10 | 1 | 86 |

Fonte: Observatório do Centro de Referência Francisca Clotilde (2011).

Visualiza-se, assim que a classificação do serviço ocorre da mesma forma que está estabelecido no IBGE, não reconhecendo algumas classificações, para além do que é instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como consequência da miscigenação no Brasil. Os registro de dados no serviço não possui um olhar crítico sobre a história de miscigenação do país, não reconhecendo as mulheres que declararam-se como pardas, preta, morena, morena clara, morena escura, por exemplo, como parte da miscigenação da população negra do Brasil com outras raças e etnias.

Analisa-se, conseqüentemente, que a raça/etnia de mulheres frequentemente atendidas é de afro-descedentes, onde sabe-se que o nosso país tem uma dívida histórica no que diz respeito ao acesso dessa população a direitos sociais, sendo um grupo de mulheres mais vulneráveis a sofrer violência. Sabe-se que é uma questão de gênero, mas quando somada à da raça, aumenta ainda mais as possibilidades de passar por situações de violência.

Ao deter-se sobre os dados dos números de filhos das mulheres (Tabela 4 – Número de Filhos), percebe-se que mais comumente as mulheres possuem dois filhos (779), seguido daquelas que possuem um filho (679), que possuem três filhos (441), que não possuem filhos (227). Percebe-se, também, um número considerado de mulheres que tem quatro filhos (193) e mais de quatro filhos (156). Há ainda dados em brancos (232) e de mulheres que encontravam-se gestantes (14).

Tabela 4 – Número de Filhos

| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | TOTAL |
|------------------|------|------|------|------|------|------|-------|
| Nenhum | 90 | 79 | 42 | 7 | 2 | 7 | 227 |
| 1 Filho | 179 | 160 | 112 | 135 | 68 | 25 | 679 |
| 2 Filhos | 229 | 175 | 116 | 155 | 71 | 33 | 779 |
| 3 Filhos | 150 | 104 | 66 | 75 | 32 | 14 | 441 |
| 4 Filhos | 58 | 57 | 22 | 27 | 25 | 4 | 193 |
| Mais de 4 Filhos | 56 | 34 | 23 | 20 | 18 | 5 | 156 |
| Não Informou | 20 | 25 | 46 | 79 | 53 | 9 | 232 |
| Grávida | 7 | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 14 |

Fonte: Observatório do Centro de Referência Francisca Clotilde (2011).

Este quadro evidencia que da totalidade de mulheres atendidas no C. R. Francisca Clotilde, o número mais expressivo é de mulheres que possuem dois filhos (779). No entanto, ao somar aquelas mulheres que possuem três filhos, quatro ou mais de quatro observa-se que o resultado (790) corresponde a um número significativo de mulheres que possuem mais de três filhos. Pode-se, ponderar, assim, que há possibilidades destas mulheres utilizarem grande parte de seu tempo em atividades domésticas em razão do número acentuado de filhos.

Já correspondente à idade das mulheres (Tabela 5 - Idade), as informações demonstram que o maior número de mulheres atendidas é referente à faixa etária de 25 a 35 anos (943), seguido da faixa etária que vai de 36 a 50 anos (891) e posteriormente da faixa etária de 19 a 25 anos (489). Há também um número significativo de mulheres com a faixa etária acima de 51 anos (217), informações em branco (100), mulheres com a faixa etária de 12 a 18 anos (66) e o registro de mulheres com menos de 12 anos (2).

Tabela 5 - Idade

| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | TOTAL |
|------------------|------|------|------|------|------|------|-------|
| Menos de 12 Anos | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| 12 a 18 Anos | 28 | 7 | 9 | 9 | 11 | 2 | 66 |
| 19 a 25 Anos | 151 | 132 | 67 | 87 | 36 | 16 | 489 |
| 26 a 35 Anos | 270 | 217 | 163 | 163 | 97 | 33 | 943 |
| 36 a 50 Anos | 263 | 194 | 161 | 146 | 92 | 35 | 891 |
| Acima de 51 anos | 51 | 64 | 21 | 42 | 32 | 7 | 217 |
| Em branco | 44 | 19 | 21 | 3 | 9 | 4 | 100 |

Fonte: Observatório do Centro de Referência Francisca Clotilde (2011).

Observa-se que o número mais expressivo de mulheres atendidas no C. R. Francisca Clotilde corresponde à faixa etária de 26 a 35 anos, período no qual as mulheres tendem a encontrar maiores facilidades e incentivos para inserção no mercado de trabalho formal e desenvolvimento de habilidades. No entanto, também há um número relevante de mulheres que encontram-se na faixa etária de 36 a 50 anos, sinalizando que o serviço, também possui um público de atendimento de mulheres com faixa etária considerada *elevada* (grifo nosso), onde, geralmente, encontra-se maiores dificuldades para inserção no mercado de trabalho. As informações demonstram, ainda, que existem mulheres atendidas com idade superior a 51 anos de idade, o que sinaliza novamente sobre as possibilidades de encontrarem dificuldades para inserção no mercado de trabalho formal, visto que, este geralmente tendência a preferir mulheres com a faixa etária baixa.

Referente aos dados de escolaridade das mulheres atendidas (Tabela 6 – Escolaridade), as informações da tabela mostram que da totalidade de mulheres atendidas até agosto de 2011, 90 não são alfabetizadas, 173 possui o ensino fundamental incompleto I, 133 o ensino fundamental I completo, 816 o ensino fundamental II incompleto, 233 o ensino fundamental II completo, 254 o ensino médio incompleto, 559 o ensino médio completo, 140 superior completo, 7 possuem graduação e 86 respostas em branco.

Tabela 6 - Escolaridade

| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | Total |
|--------------------------------|------|------|------|------|------|------|-------|
| Não Alfabetizada | 22 | 23 | 9 | 24 | 9 | 3 | 90 |
| Ensino Fund. I Incompleto | | | 51 | 66 | 43 | 13 | 173 |
| Ensino Fund. I Completo | | | 28 | 65 | 34 | 6 | 133 |
| Ensino Fund. II Incompleto | 341 | 270 | 88 | 75 | 30 | 12 | 816 |
| Ensino Fundamental II Completo | 72 | 60 | 38 | 37 | 19 | 7 | 233 |
| Ensino Médio Incompleto | 81 | 52 | 30 | 50 | 32 | 9 | 254 |
| Ensino Médio Completo | 125 | 144 | 88 | 111 | 61 | 30 | 559 |
| Superior Incompleto | 25 | 25 | 19 | 28 | 12 | 8 | 117 |
| Superior Completo | 29 | 35 | 26 | 28 | 15 | 7 | 140 |
| Pós-Graduação | 1 | 2 | 0 | 2 | 1 | 1 | 7 |
| Em branco | 17 | 24 | 22 | 11 | 11 | 1 | 86 |
| TOTAL | 713 | 635 | 399 | 497 | 267 | 97 | 2608 |

Fonte: Observatório do Centro de Referência Francisca Clotilde (2011).

Entende-se, assim, que o público recorrente de mulheres atendidas no serviço possui baixa escolaridade, pois, ao somar o número total de mulheres que possuem até o ensino médio incompleto, obtém-se 1.699 mulheres, o que corresponde a aproximadamente 65, 1% do total de mulheres que informaram a sua escolaridade.

Já no que refere-se à renda das mulheres, as informações (Tabela 7 – Renda) demonstram que na sua maioria a média de salário ocorre entre um a dois salários mínimos (806), seguido daquelas que declararam possuir renda de menos de um salário mínimo (593), logo após as que declararam rendimentos de dois a três salários mínimos (348), de três a cinco salários mínimos (224), de cinco a dez salários (134) e mais de dez salários (66). Há, ainda, um número significativo de mulheres que declararam não possuir nenhum tipo de renda (112) e aquelas que não informaram e não souberam informar a renda (283).

Tabela 7- Renda

| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | Total |
|----------------------------|------------|------------|------------|------------|-----------|-----------|------------|
| Sem Renda | 30 | 36 | 12 | 14 | 7 | 13 | 112 |
| Menos de um salário mínimo | 193 | 114 | 78 | 127 | 55 | 26 | 593 |
| De um a dois salários | 263 | 295 | 123 | 112 | 85 | 18 | 806 |
| De dois a três salários | 99 | 82 | 66 | 70 | 25 | 6 | 348 |
| De três a cinco | 62 | 51 | 38 | 45 | 22 | 6 | 224 |
| De cinco a dez | 31 | 41 | 21 | 33 | 6 | 2 | 134 |
| Ensino Médio Completo | 125 | 144 | 88 | 111 | 61 | 30 | 559 |
| Mis de dez salários | 10 | 14 | 9 | 13 | 19 | 1 | 66 |
| Não informou/ não soube | 93 | 84 | 64 | 18 | 24 | 0 | 283 |
| Branco | 5 | 2 | 14 | 58 | 10 | 25 | 114 |

Fonte: Observatório do Centro de Referência Francisca Clotilde (2011).

Analisa-se que as mulheres que não informaram ou não souberam declarar a renda, decorre do fato destas não possuírem uma renda direta e de não terem acesso direto ao valor da renda do contexto familiar, rendimento que provavelmente é de outro membro.

Ressalta-se que as profissionais afirmaram que nos momentos de análise dos dados, passaram a identificar que muitas vezes a renda declarada pelas mulheres é

correspondente a de seus companheiros ou de outros membros da família⁵⁶ e que, dentro da renda declarada, há uma parte que geralmente é administrada pelas mulheres.

Outra discussão levantada é de que geralmente na totalidade da renda administrada pelas mulheres, há uma parcela que é utilizada em função dos demais membros da família⁵⁷ e outra consumida em razão dos gastos pessoais das mulheres. Assim, o serviço passa a deter-se, a partir de 2011, mais precisamente, na renda nas quais as mulheres têm acesso direto e utilizam em benefício próprio.

É possível perceber que há dificuldade em precisar na renda que é informada pela mulher o valor que é utilizado para si e para o restante dos membros familiares. Observa-se, também, que há dificuldade em identificar a parcela da renda gerada pelas mulheres, visto que algumas executam trabalhos que geram renda no próprio espaço doméstico, bem como aquela parcela da renda que advém de benefícios sociais, como o Programa Bolsa Família.

Como já explicitado, as informações do observatório são declaradas pelas próprias mulheres, deixando aberta às interpretações diversas advindas de novos arranjos familiares e dos diferentes tipos de dinâmicas. No entanto, acredita-se que deve existir maior definição e precisão de conceitos para que se possa atingir a realidade dessas mulheres e conseqüentemente direcionar de forma mais efetiva os encaminhamentos compatíveis com as necessidades.

Diante de todas essas questões, verifica-se que predominantemente a renda das mulheres atendidas fica em torno de um a dois salários mínimos, levando em consideração que, muitas vezes, essa renda é proveniente de seus companheiros e ela é utilizada em benefícios de outros membros da família. Pode-se, assim, apontar que as condições socioeconômicas de grande parte das mulheres que passam por situação de violência e são atendidas pelo Centro de Referência Francisca Clotilde são vulneráveis.

Concernente à ocupação das mulheres atendidas (Ver ANEXO B, Tabela - 8 - Ocupação/Profissão), os dados demonstram que há uma diversidade de ocupação/profissão declarada pelas mulheres. No entanto, a ocupação alegada da maioria das mulheres nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009, é do lar, com os valores respectivos

⁵⁶ Acredita-se que esta renda pode vir dos seus genitores, dos genitores do cônjuge, de um(a) filho(a), entre outros membros familiares.

⁵⁷ As profissionais alegam que é comum, em famílias chefiadas por mulheres, o custeio da dependência química do companheiro e do filho por parte da mulher.

de 143, 112, 85 e 70 mulheres. Observa-se ainda que, nesses anos, não aparecem a categoria dona de casa e que as duas categorias, do lar e dona de casa, aparecem no ano de 2010. Identifica-se ainda que o somatório das duas categorias equivale à ocupação mais exercida pelas mulheres no ano de 2010. Outro fato que observa-se é que, no ano de 2011, ocorre somente a categoria dona de casa, sendo esta ocupação a mais declarada neste ano. Verifica-se, assim, novamente, a necessidade de maior precisão nos conceitos, visto que, geralmente, as duas categorias são consideradas sinônimas, as profissionais devem analisar as declarações para compreender os significados contidos e para que os encaminhamentos realizados sejam coerentes com a realidade das mulheres.

Identifica-se que independentemente da categoria trabalhista, a ocupação mais declarada refere-se a atividades executadas no âmbito da esfera doméstica. Isto é, as mulheres executam trabalhos de tipos domésticos, que reafirmam a clássica divisão sexual do trabalho. Ressalta-se que, geralmente, as mulheres que expressam ser dona de casa ou do lar não possuem remuneração em razão do trabalho executado. No entanto, o número de mulheres que declararam não ter renda (Tabela 7) não corresponde à ocorrência de mulheres que declaram ser dona de casa ou do lar (Ver Anexo, Tabela 8), o que evidencia novamente que há mulheres que declararam rendimentos que não correspondem à execução de seus trabalhos remunerados, e sim, possivelmente de seus companheiros ou de outros familiares, bem como rendimentos que advêm de benefícios sociais.

Pode-se examinar que a segunda ocupação mais declarada é a de empregada doméstica, sendo declarada nos anos de 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011 respectivamente por 99, 74, 48, 51, 26 e 19 mulheres. Logo após, percebe-se a ocorrência expressiva de diarista, costureira, vendedora e professora.

Em número menos significativo, mas recorrentemente expressado, aparecem ocupações como estudante, cabeleireira, manicure e lavadeira. Há, ainda, mulheres que declararam-se autônomas, pensionistas, aposentadas e um enorme tipo de atividades trabalhistas que se qualificam como prestação de serviços.

Acrescenta-se à discussão a quantidade significativa de mulheres que afirmaram estarem desempregadas em todos os anos respectivamente (47, 40, 24, 25, 9, 14). Observa-se que estas mulheres parecem possuir uma identidade profissional e no momento do atendimento, não estavam exercendo atividades trabalhistas remuneradas. Diferentemente, pode-se concluir das mulheres que

alegaram ser do lar, dona de casa, em que as declarações parecem girar em torno de ser/pertencer a uma ocupação, vista mais como uma *obrigação natural* (grifo nosso), do que ter/possuir uma atividade trabalhista.

Já no que refere-se às profissões em que a mulher precisa possuir ensino superior para exercer e que tendem a serem melhores remuneradas, analisa-se que essas estão presentes em todos os anos declarados, no entanto, em frequência pouco significativa, entre elas estão: administradora, advogada, assistente social, bibliotecária, enfermeira, farmacêutica, fisioterapeuta, fonoaudióloga, pedagoga, professora e psicopedagoga.

Através destes dados, percebe-se que a grande maioria das mulheres atendidas pelo Centro de Referência Francisca Clotilde executa um trabalho ligado às atividades domésticas, na esfera privada, trabalho que, historicamente, reproduz um modelo de dicotomia de um mundo público como privilégio e domínio dos homens e a manutenção de uma esfera privada que delega-se às mulheres.

Observa-se, também, que dentre as profissões declaradas nota-se que em sua grande maioria estão ofícios nos quais são considerados historicamente como nichos profissionais femininos, onde identifica-se que as mulheres procuram e/ou encontram mais oportunidades de empregos na área de ensino, serviços médicos, prestação de serviços e em setores com atividades sociais, contribuindo para reafirmar as construções sociais da ordem patriarcal de gênero de que as mulheres são dóceis e frágeis.

A apreciação dos dados do observatório foi realizada para recorrer que embora considere-se, assim como as profissionais do serviço, que a busca pela autonomia financeira possa não ser a principal demanda apresentada nas falas das mulheres, os dados sinalizam que o perfil predominante da mulher atendida no serviço é aquela de baixa escolaridade, que possui em média acima de dois filhos, que não executa nenhuma atividade remunerada ou executa uma ocupação/profissão de baixa remuneração. Assim, ao defender que o perfil recorrente do serviço é este, não se quer afirmar que as mulheres que possuem autonomia financeira não passam por situação de violência ou que ao alcançarem estas não irão mais passar por situação de violência, mas, quer se expressar que é mais comum esse perfil procurar os serviços públicos e que é necessário ter a compreensão de que são indispensáveis ações que trabalhem a autonomia econômica das mulheres.

Os dados assim indicam que existe uma demanda no que refere-se à necessidade de construir ou fortalecer a autonomia financeira das mulheres que passam por situação de violência e são atendidas no C. R. Francisca Clotilde. Entende-se, ainda, que estas mulheres podem ter passado por diversos tipos de violência (física, psicológica, patrimonial, moral e sexual), pois a dependência financeira da mulher não perpassa somente as relações de ordem econômica, mas também está compreendida dentro das relações culturais, sociais e políticas, isto é, decorre também da construção social e cultural de que a mulher não possui habilidade para as coisas públicas.

Pondera-se que referente ao primeiro indicador social de gênero, isto é, no que concerne a demanda pelos serviços, percebe-se que, pelos dados informados, justifica-se a necessidade de encaminhamentos das mulheres atendidas no Centro de Referência aos serviços que trabalhem a geração de emprego e renda e conseqüentemente o fortalecimento da autonomia financeira.

Como essa pesquisa avalia o serviço no que refere-se a fortalecer a autonomia financeira das mulheres atendidas, os dados do observatório traz grandes informações para refletir as ações do Centro de Referência Francisca Clotilde no que remete a pensar e construir estratégias para inserir as mulheres em serviço de geração de emprego e renda. Assim, no próximo tópico analisa-se os dados do observatório e o fluxo estabelecido pelas profissionais do serviço para se intercalar entendimentos que as profissionais expressaram durante as entrevistas realizadas.

5.2 O fluxo do Centro de Referência Francisca Clotilde: as ações realizadas para fortalecer a autonomia financeira das mulheres

Neste momento, objetiva-se discutir essencialmente as considerações das profissionais a respeito das demandas pelos serviços de geração de emprego e renda, do entendimento destas sobre a relação entre violência contra a mulher e questão da autonomia financeira, bem como as parcerias e os fluxos estabelecidos na área elencada.

Como se estabelece como indicador social as ações realizadas pelo C. R. Francisca Clotilde para fomentar a autonomia financeira, bem como os fluxos estabelecidos a fim de proporcionar oportunidades de geração de emprego e renda,

acredita-se que, a partir das falas das profissionais, pode-se compreender como estas refletem sobre a relação entre a situação de violência e a autonomia financeira e conseqüentemente estabelecem parcerias e fluxos.

Fica notório que o perfil recorrente de mulheres atendidas no Centro de Referência Francisca Clotilde é de mulheres que possuem, dentre outras demandas, a necessidade de fortalecimento da autonomia financeira. Embora, a dependência financeira não seja único motivo pelo qual a mulher permanece na relação violenta, fica evidente, através das discussões dos dados do observatório, que a resolutividade dessa demanda pode ser uma importante estratégia para que as mulheres possam romper com as situações de violência ora estabelecidas.

Destaca-se que em relação às concepções das profissionais sobre a mulher em situação de violência e a dependência financeira foi perceptível que estas têm um entendimento amplo sobre violência contra a mulher e que não consideram a questão da dependência econômica como o principal fator para a mulher permanecer na relação violenta.

[...] São muitas as questões, a dependência financeira é só uma parte disso tudo. (Profissional 2)

[...] eu percebo que não é só isso, que sempre tem outros quês a mais. Mesmo quando isso é muito pertinente, quando é tipo assim um pilar fundamental, tem outras coisas. Eu percebo, dessa forma. Para mim, nunca foi só a questão financeira, por mais que: ah, ele não me deixou trabalhar, não sei o quê. Nunca é só isso, tem a questão do envolvimento sentimental com aquela pessoa [...]. Então, nunca é só a questão financeira. É importante? É, com certeza, por que tem aquela história da autonomia, não adianta ela conseguir ter um marido que a respeite e a trate com dignidade, divida as atividades domésticas e ajude a cuidar do filho, mas diga para ela: você não vai trabalhar fora de casa. Você vai depender do meu dinheiro. Você só vai comprar quando eu te der. Entendeu? E a mesma situação, entende? Para mim, essa questão financeira ela existe, não posso dizer que não, estaria mentido gigantescamente. Mas, eu não vejo só isso, eu não escuto só isso. Tudo isso, faz com que a gente perceba que não é só a questão da dependência financeira. Entender que a questão da violência perpassa, exclusivamente, pela questão financeira é um erro e isso acontece como muitas pessoas. (Profissional 3)

Às vezes, eu acho um mito muito grande, sabe? Lógico, autonomia e emprego digno, para não ter um subemprego é outra coisa, mas a gente atende tantas mulheres que são chefe de família e elas é que sustentam até a cachaça dos homens e tal. Que melhor administra a renda e que nem por isso elas rompem com a violência, entendeu? Eu acho que é um fator para mudar no movimento da violência sim, com certeza é um fator chave, mas, não é o principal. Eu não acho que seja, a minha opinião. Porque, tem várias mulheres que sustentam a casa é mesmo assim são agredidas, naturalizam. (Profissional 4)

Observa-se que há as profissionais com o entendimento de que é necessário desconstruir a percepção de que as mulheres permanecem na relação violenta somente por depender financeiramente do companheiro. As profissionais possuem, assim, uma ampla visão da violência contra a mulher, tendo como plano de fundo a sociedade patriarcal, isto é, de que as relações de ordem patriarcal de gênero ocasionam uma condição de sujeição das mulheres aos homens. Foi possível perceber, assim, que há uma compreensão das questões culturais construídas nas esferas de gênero e que intervêm no sentido de desconstruir concepções naturalizadas de subordinação das mulheres nos espaços públicos e privados.

Tudo tá na cultura, né? Quem é que ficou para cuidar da casa, do filho e do marido? A mulher, o peso tá todo nela [...]. (Profissional 1)

A gente é educada a ser mãe, os meninos não são educados a serem pai, né? Se eles pudessem ter as experiências domésticas que as mulheres têm dentro da infância, talvez, hoje eles fossem companheiros melhores, maridos melhores, pais melhores. Saberiam como é a vida doméstica, eles não sabem, eles sabem da vida de fora. O homem foi educado para viver fora de casa e a mulher para dentro. Então, assim, se houvesse esse trabalho de modificação da raiz mesmo, na educação das crianças, uma questão sexista, né? [...] Não é natural nada disso, foi construído, tudo isso foi construído. (Profissional 2)

Então, a gente vive no mundo machista sim! [...] a gente só quer mostrar que ele não bate nela só porque tá bebendo. Ele bate nela, porque tem ela como coisa, como propriedade e ela não tá ali porque gosta de apanhar, ela tá ali porque gosta dele, porque ela tá envolvida, porque pensa nos filhos dela, ou porque as pessoas falam que ela tem que aguentar por algum motivo. (Profissional 3)

[...] trabalhar essa questão cultural que é a outra coisa que eu acho muito difícil [...] ela é mesma uma cultura machista, patriarcal de mais. (Profissional 4)

Percebe-se que as profissionais compreendem as dificuldades das mulheres de romperem com as situações de violência, do retorno constante ao relacionamento violento não somente por questões financeiras, mas, por receio de repressões por parte do companheiro, como também devido a construções sociais e culturais em que a violência contra a mulher é naturalizada. Analisa-se que estas intervêm sob uma perspectiva de que as mulheres vivenciam o ciclo de violência, já expressado aqui em outro momento, como aquelas situações de rompimento e retornos ao relacionamento violento.

No entanto, visualiza-se pelas falas expressas que a equipe compreende a importância das mulheres construírem a autonomia financeira como algo que pesa significativamente no que refere-se à possibilidade da mulher romper com a situação

de violência. As profissionais entendem assim que há necessidade de estabelecer e oferecer estratégias para que as mulheres possam construir ou reconstruir sua autonomia financeira.

[...] então, ela é mais um elemento e ela é um elemento forte. (Profissional 2)

Muitas mulheres que tã em situação de violência, elas não têm renda, não têm nenhum tipo de renda. Então, elas querem continuar aquela relação por conta disso. Então, eu acho que é muito importante a autonomia financeira, a mulher ter o seu dinheiro, ter a sua renda. Estimula a mulher a sair daquela relação. Eu acho que isso é muito importante, porque pelo que a gente atende aqui, muitas mulheres ficam no relacionamento, porque não pode criar o filho só. Aquelas mulheres que têm renda, que têm algum tipo de renda, mesmo que seja pouco, mas têm alguma coisa, elas são mais encorajadas a sair da relação [...]. (Profissional 5)

A partir da vivência em campo e dos dados do observatório, verifica-se a ausência de programas específicos executados pelos profissionais do C. R. Francisca Clotilde que trabalhem a autonomia das mulheres em situação de violência, isto é, não há projetos específicos para esta problemática. Ressalta-se, contudo, que tal como estabelece a norma técnica de uniformização dos centros de atendimentos às mulheres, esses serviços são locais que devem inserir as mulheres em outras instituições, sendo essencialmente um espaço de articulação da rede de atendimento.

Assim, diante da ausência de projetos específicos que trabalhem a geração de emprego e renda, bem como a partir da coleta e análise dos dados do observatório, as profissionais realizam a reflexão de que é necessário inserir as mulheres em serviços que fortaleçam a autonomia financeira. Assim, as profissionais realizaram parcerias com alguns serviços com o objetivo de incluir as mulheres em atividades que gerem emprego e renda. Estas parcerias foram realizadas por iniciativas das profissionais do C. R. Francisca Clotilde, geralmente pelas coordenadoras. As parcerias mencionadas referem-se às pactuações de que as mulheres atendidas pelas profissionais seriam encaminhadas e inseridas nos serviços disponíveis, já que é necessário trabalhar a autonomia financeira e fortalecer as mulheres no processo de ruptura do relacionamento violento.

Atenta-se que foi exposta a dificuldade de estabelecer parcerias com as instituições devido aos preconceitos e mitos que construiu-se historicamente em relação à mulher que passa por situação de violência. As profissionais ressaltaram que a grande maioria dos serviços, programas e projetos que trabalham a geração

de emprego e renda evidenciam, geralmente, somente o direcionamento mercadológico, isto é, a rentabilidade dos serviços, e acabam por considerar que a mulher em situação de violência não possui potencialidades para superar a situação de violência que vivencia e, conseqüentemente, não apresenta-se como uma pessoa que desenvolva habilidades e competências para executar serviços diversos. As dificuldades de parcerias são percebidas na fala da profissional:

[...] no começo era muito difícil procurar a gente para fazer alguma parceria, ou coisa do tipo a gente era que corria atrás. Muitas vezes, pensam que a mulher só precisa do atendimento aqui e pronto não precisa de outra coisa, né? Não precisa de outro tipo de encaminhamento. (Profissional 5)

Recorrente é para o Centro de Referência a necessidade de sensibilização para que as parcerias não visem somente à rentabilidade e lucro das empresas, instituições e serviços, mas também proporcionem às mulheres condições de inserção no mercado do trabalho.

Desta forma, durante o período de funcionamento do Centro de Referência Francisca Clotilde, firmaram-se parcerias com alguns serviços que serão expostos adiante. Depois de firmada as parcerias, as técnicas do serviço passaram a encaminhar aquelas mulheres que apresentavam em sua fala *traços (grifo nosso)* de dependência econômica em relação aos seus companheiros, bem como as mulheres que, mesmo não trazendo esta necessidade na sua fala, apresentavam ao longo do acompanhamento esta demanda.

Para compreender a dinâmica das parcerias estabelecidas, dos fluxos e encaminhamentos realizados, recorre-se novamente aos dados do observatório. O registro desses encaminhamentos é de fundamental importância, pois é através da experiência de coleta e análise de dados quanti-qualitativos que as profissionais realizam reflexões referentes aos atendimentos. Os registros destes dados devem proporcionar uma maior aproximação da realidade das mulheres e como conseqüência um atendimento qualificado, que dê respostas concretas na vida destas, identificando-se as demandas que se fazem como prioritárias, bem como se as parcerias estabelecidas estão proporcionando respostas.

Tabela 9- Encaminhamentos

| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | Total |
|--------------------------------------|----------|-----------|----------|-----------|-----------|----------|------------|
| PROJOVEM | 1 | 3 | 0 | 2 | 0 | 0 | 6 |
| SENAC | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 |
| SINE | 0 | 11 | 0 | 39 | 7 | 2 | 59 |
| Curso de Mulheres Pedreiras | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Centro do Trabalhador Autônomo (CTA) | 0 | 0 | 0 | 1 | 64 | 5 | 70 |
| TOTAL | 4 | 14 | 0 | 44 | 71 | 7 | 140 |

Fonte: Observatório do Centro de Referência Francisca Clotilde (2011).

Como observa-se na Tabela 9-Encaminhamentos, as parcerias realizadas ocorreram com o PROJOVEM, SENAC, SINE, Curso de Mulheres Pedreiras, Centro do Trabalhador Autônomo (CTA). Convém, assim, expressar de forma geral o que é cada um desses serviços.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) é um programa do Governo Federal, sendo executado em Fortaleza pela Secretaria Municipal da Assistência Social, através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

O público alvo⁵⁸ em Fortaleza são os(as) adolescentes com idade entre 15 a 17 anos, cujas famílias fazem parte, em sua maioria, do Programa Bolsa Família. Ao engajarem-se no Projovem Adolescente os jovens recebem um auxílio que é vinculado ao benefício do Programa Bolsa Família.

O PROVOJEM tem duração em média de 18 meses e é um serviço socioeducativo que tem como objetivo possibilitar aos(as) jovens sua inserção, reinserção e permanência na escola, criar mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária, instigar a participação juvenil e desenvolver atividades, que, no futuro, facilitem sua inserção no mundo do trabalho. As atividades ocorrem semanalmente e são organizadas em grupos de no mínimo 15 e no máximo 30 jovens, sendo acompanhado(a) por um (a) orientador(a) social e supervisionado(a) por um(a) profissional do CRAS. Ocorrem atividades que visam desenvolver habilidades gerais para o trabalho, tais como a capacidade comunicativa e a inclusão social, como também ações de arte-cultura e esporte-lazer.

⁵⁸ O PROVOJEM se dividem em 4 modalidades: Projovem adolescente; Projovem Urbano; Projovem Campo; Projovem Trabalhador. Para conhecer mais sobre o Projovem Adolescente consultar: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/projovem>.

No que refere-se aos encaminhamentos realizados (Tabela 9-Encaminhamentos), observa-se um número consideravelmente pequeno de mulheres encaminhadas para esse programa, onde identifica-se que o número total corresponde a seis mulheres e que em alguns anos (2008, 2010, 2011) nenhuma mulher foi encaminhada. Atenta-se que o público-alvo do Projovem, que é de 15 a 17 anos, corresponde a um número pouco significativo do perfil de mulheres atendidas no C. R. Francisca Clotilde. Isto é, do total de mulheres atendidas, somente 66 mulheres possuem idade que vai de 12 a 18 anos, período de idade que abrange o público-alvo do Projovem. Tal fato pode evidenciar os poucos encaminhamentos realizados. Observa-se que este programa não foi mencionado por nenhuma das profissionais, sinalizando que não há fluxo recorrente para este serviço.

Já o curso mulheres pedreiras faz parte do Projeto de Inclusão Produtiva⁵⁹ para beneficiárias do Programa Bolsa Família e tem o propósito de inclusão social, através de benefícios sociais de geração de emprego e renda. O curso destina-se a qualificar as mulheres na área de construção civil. O Projeto Inclusão Produtiva também é realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza (SEMAS) em parceria com a Coordenadoria de Mulher de Fortaleza.

Observa-se que somente três mulheres (Tabela 9-Encaminhamentos) foram encaminhadas ao curso de mulheres pedreiras no ano de 2006, não sendo mais encaminhadas nos outros anos posteriores. Apesar desses encaminhamentos terem acontecido de forma pontual, estes foram citados como algo positivo pelas profissionais, principalmente, porque o curso rompe com tradicionais construções sociais e culturais de que as mulheres não possuem habilidades para espaços ditos como masculinos.

⁵⁹ O Projeto Inclusão Produtiva promove ações que possibilitem a inserção das pessoas no mercado de trabalho, contribuindo para a diminuição da dependência de programas e benefícios dos governos federal, estadual e municipal, gerando trabalho e renda. Em Fortaleza o programa é destinado às mulheres atendidas pelo Programa Bolsa Família, para que elas garantam sua autonomia, alcançando mais qualidade de vida para suas famílias. Previsto para durar em média seis meses, o projeto geralmente é dividido em duas etapas: formação básica e qualificação profissional. A formação básica, que consta de aulas de economia solidária e organização social, tem o enfoque nas lutas de melhoria de vida das mulheres e com duração prevista de um mês. Já a qualificação profissional se divide em quatro modalidades: culinária (panificação e culinária básica; compotas e geleias; docinhos e biscoitos), confecção (moda masculina; moda feminina e roupas íntimas), serviços (eletricista; bombeira hidráulica; manutenção de computadores) e construção civil (pintora; pedreira).

[...] Então, assim, eu tive a experiência de contratar uma dessas mulheres pedreiras, do inclusão produtiva, para fazer um muro em casa. Essa que foi fazer o serviço na minha casa, né? Ela: - Aí me chamam de tudo, né? Que eu quero ser homem, de sapatão, daquilo outro, mas, eu quero saber se eu tô ganhando meu dinheiro, se eu tô ajudando a minha família e mais se eu tô fazendo alguma coisa pelo mundo. (Profissional 2)

Esse, como é? Que tem na prefeitura? Que é mulheres pedreiras. O inclusão produtiva. Eu acho que esse curso fez muito com que a mulher se fortalecesse e trabalhasse, ter a sua própria renda de alguma forma. O inclusão produtiva. Inclusive, tem mulheres que foram atendidas aqui, mulheres pedreiras, que tava trabalhando no Hospital da Mulher, na construção do Hospital da Mulher [...]. (Profissional 5)

Ressalta-se novamente que os programas Projovem e o curso mulheres pedreiras são executados pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Desta forma, as profissionais realizam os encaminhamentos ao CRAS, especificando que as mulheres devem ser inseridas nos programas elencados, bem como em outras atividades de interesse da mulher e disponíveis no serviço. Verifica-se, assim, que as parcerias ocorrem em relação ao CRAS, isto é, aos serviços ofertados pelo Centro de Referência da Assistência Social. Referente à estas parcerias:

[...] tinha um CRAS que era parceiro e ligava para a gente, para nos indicarmos as mulheres. Então, assim foram várias etapas desse processo. Na época deu certo, não era regulamentado, aí depois tentou se regulamentar, aí foi na época que parou o inclusão. (Profissional 4)

Embora, o quantitativo dos encaminhamentos não seja um número expressivo, as parcerias com os CRAS é vista como positiva pelas profissionais. Percebe-se a tentativa de realizar fluxos em que as mulheres tenham prioridade nos projetos, programas ofertados pelo CRAS, no entanto, as falas expressas sinalizam as dificuldades de estabelecerem fluxos em razão das descontinuidades dos programas e projetos.

Já o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) é uma instituição de educação profissional com caráter privado e sem fins lucrativos. A missão do SENAC é de educar para o trabalho em atividades do comércio de bens, serviços e turismo. O SENAC⁶⁰ forma e capacita profissionais para o mercado de trabalho, oferecendo vagas de cursos. A oferta de cursos é dividida em sete eixos tecnológicos. O eixo Ambiente, Saúde e Segurança possui cursos nas áreas de saúde, imagem pessoal e beleza, meio ambiente e segurança no trabalho. O eixo de Apoio

⁶⁰ Para conhecer mais sobre o SENAC, consultar: <http://www.ce.senac.br/osenac.php#>

Educacional tem cursos de tecnologia educacional. O eixo de Gestão e Negócios há cursos para a área de comércio, gestão e idiomas. Já no de Hospitalidade e Lazer as vagas são para capacitações de turismo e hospitalidade, gastronomia e segurança alimentar. O eixo de Infraestrutura possui cursos de conservação e zeladoria. O de Produção Cultural e Design capacitações na área de artes, comunicação, design e moda. E por fim, o eixo de Informação e Comunicação com cursos de informática e telecomunicações. O SENAC dispõe ainda de um banco de oportunidade, que faz o cadastramento das pessoas que concluíram os cursos da programação ofertada, este banco de dados visa orientar e encaminhar ao mercado de trabalho.

Referente aos encaminhamentos realizados ao SENAC, observa-se um número diminuto de encaminhamentos realizados (Tabela 9-Encaminhamentos), visto que, somente foi realizado dois encaminhamentos ao SENAC. Ressalta-se, contudo, que esta parceria foi referenciada nas entrevistas por uma profissional como satisfatória.

[...] Aí, o que é que eu estava fazendo antes, no ano passado. Esse ano não deu. Eu pegava a lista de todos os atendimentos e ligava para saber se a mulher estava empregada ou não, se ela estava desempregada quais eram as experiências profissionais dela. Aí, a gente tentava entrar em contato com o SENAC para encaminhar para curso, ter a prioridade de vagas [...]. O SENAC tem, há pouco tempo tinha. Eles mandam a lista para a gente e a quantidade de pessoas que podem entrar em cada curso. (Profissional 4)

Já o Sistema Nacional de Empregos (SINE) é um serviço público, realizado pelo Ministério do Trabalho por meio de convênios com Estados e Municípios. O SINE promove a intermediação de mão-de-obra, implantando serviços⁶¹ e capacitação profissional através dos postos de atendimento⁶². Os postos de atendimentos informam as vagas de emprego para as mais diversas áreas de atuação e atendem principalmente trabalhadores(as) em situação de desemprego que buscam uma oportunidade de recolocação no mercado de trabalho formal, bem como pessoas em busca do primeiro emprego. Em Fortaleza, as ações do SINE são executadas pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalhador (IDT)⁶³.

⁶¹ As unidades do SINE também prestam serviços referentes ao seguro desemprego, emissão de carteira de trabalho.

⁶² Em Fortaleza há 5 postos de atendimento do SINE, são eles: Centro; Aldeota; Barra do Ceará; Parangaba e Messejana. Para saber mais sobre o SINE, consultar: <http://www.sineidt.org.br/Principal.aspx>.

⁶³ O Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, qualificada pelo Governo do Estado do Ceará como Organização Social, responsável pela

As mulheres, ao serem encaminhadas, realizam o cadastro nas unidades de atendimento. Diariamente, há disponibilidade de diversas vagas de emprego, onde as mulheres devem entrar em contato ou retornar pessoalmente ao SINE cadastrado para sondar a existência de vagas do seu interesse. Caso identifique uma vaga de emprego que deseja concorrer, a mulher recebe as instruções e a carta de encaminhamento. No entanto, essa convocação não significa que a mulher está empregada, pois fica a cargo do(a) empregador(a) decidir sobre a contratação. A mulher, geralmente, passa por um processo de seleção, que varia para cada empregador(a). O SINE é assim um serviço que viabiliza a contratação de empregados no mercado formal, disponibilizando vagas em áreas diversas.

Ao analisar os dados de encaminhamentos (Tabela 9-Encaminhamentos) realizados ao SINE, verifica-se que o Centro de Referência Francisca Clotilde não encaminhou nenhuma mulher no ano de 2006, encaminhou 11 mulheres no ano de 2007, nenhuma mulher no ano de 2008, 39 mulheres no ano de 2009, 7 mulheres no ano de 2010 e 2 mulheres até agosto de 2011, totalizando o número de 59 mulheres encaminhadas ao SINE. Este serviço, em comparação aos outros citados, apresenta um número significativo de encaminhamentos. Referente a esta parceria:

O próprio SINE, a gente já encaminhou para fazer inscrição lá. Pessoas que têm uma experiência como agente administrativo a gente encaminhou para lá, com ensino superior e uma série de outras profissões. (Profissional 1)

Acredita-se que esta parceria apresenta o número significativo em razão das profissionais identificarem maiores oportunidades das mulheres conseguirem ter um retorno mais rápido e efetivo nos encaminhamentos realizados. Visto que o SINE disponibiliza vagas diariamente, aumentando as possibilidades das mulheres de conseguirem um trabalho remunerado no mercado formal. Outra possibilidade levantada, para se ter um número expressivo de encaminhamentos ao SINE, pode ser de uma maior adesão por parte das mulheres aos encaminhamentos propostos, isto é, uma maior aceitação, já que os benefícios deste encaminhamento podem ser imediatos, tal como a possibilidade de inserção no mercado de trabalho formal, bem como por tratar-se de um serviço conhecido nacionalmente.

Referente ao Centro de Trabalhador Autônomo (CTA), sabe-se que este também é um projeto ligado ao Instituto de Desenvolvimento do Trabalhador (IDT). O CTA visa possibilitar aos(as) trabalhadores(as) autônomos(as) a prestação de serviços em domicílios, empresas e condomínios, gerando ocupação e renda a estes(as) trabalhadores(as). O CTA desenvolve um trabalho de orientação aos(as) profissionais autônomos(as), que participam de palestras e cursos, além de realizar acompanhamento frequente da atuação profissional do(a) trabalhador(a) na execução dos serviços.

Ao serem encaminhadas para o Centro de Trabalhador Autônomo, as mulheres passam por uma avaliação psicológica, onde a psicóloga as encaminha para um curso de capacitação, tais como: acompanhante, cozinheira, costureira, faxineira, garçoneiro, lavadeira, passadeira. A capacitação, geralmente, tem duração de um mês. Após esta capacitação, o/a instrutor(a) que é responsável faz uma análise sobre o desenvolvimento das mulheres no decorrer do curso e endossa que estas podem desenvolver atividades referentes às capacitações nas quais participaram. Depois de passar pela capacitação, as mulheres realizam um cadastro no qual seus dados trabalhistas ficam disponíveis para as pessoas que desejam contratar os serviços. Ao serem solicitadas para um serviço, as mulheres dirigem-se até o CTA, onde o projeto entrega uma carta de encaminhamento com os dados aonde elas irão desenvolver o trabalho. A carga horária dos serviços é de 9 horas diárias com o valor tarifado de R\$ 48,00 reais, sendo de responsabilidade da pessoa que contrata a mulher o custeio dos gastos com a alimentação e o deslocamento desta mulher até o local de serviço.

Ao analisar os dados disponibilizados, referentes aos encaminhamentos (Tabela 9 - Encaminhamentos) realizados pelo Centro Referência Francisca Clotilde ao CTA, verifica-se que ocorrem encaminhamentos a partir do ano de 2009, onde encaminhou-se uma mulher; no ano de 2010, foram 64 mulheres e cinco mulheres no ano de 2011. Este serviço é o que apresenta número mais significativo de encaminhamentos. Sobre a parceria com o CTA, as técnicas expressaram:

O CTA a gente encaminha, por que é um serviço que nós temos avaliado que dá certo, que é bom para as mulheres, para um grupo de mulheres [...].
(Profissional 1)

[...] um ponto positivo, faz com que ela se fortaleça e através de fortalecimento faz com que ela saia do ciclo da violência. É a parceria que a

gente tem com o CTA é boa. De vez em quando a gente tá indo lá da palestra, falar sobre o que é violência. (Profissional 5)

Acredita-se ainda que o maior número de encaminhamentos realizados ao CTA pode ocorrer em razão deste serviço ter uma dinâmica que pode proporcionar às mulheres a realização de atividades outras que são responsabilizadas. Isto é, as mulheres ao se depararem com a possibilidade de encaminhamentos podem preferir serem encaminhadas ao CTA, por assim, poder conciliar as atividades trabalhistas remuneradas com as atividades que lhe são atribuídas dentro do contexto familiar e doméstico, já que o Centro do Trabalhador Autônomo não configura-se com uma atividade remunerada formal em que as mulheres devem dispor de grande parte do seu tempo.

É possível perceber através dos dados (Tabela 9-Encaminhamentos) que em todas as parcerias realizadas há uma instabilidade numérica dos encaminhamentos realizados, isto é, não há uma equivalência de fluxo de um ano para outro. Observa-se, também, que o número total de encaminhamentos realizados, isto é, o somatório destes até agosto de 2011, corresponde a 140 encaminhamentos, expressando um número pouco significativo de ações realizadas, sobretudo, quando compara-se ao número total de mulheres atendidas até a data citada que corresponde a 2536 mulheres (Tabela 1- Atendimento e Retornos), isto é, aproximadamente 5,5% do total de mulheres encaminhadas. Ainda, referente aos números de encaminhamentos aos serviços, levanta-se aqui a discussão sobre o registro e alimentação desses dados, pois se considera essencial o cuidado nos registros de dados e informações, bem como os armazenamentos, visto que, o número de encaminhamentos registrados parecem não condizer com a fala das profissionais de que os encaminhamentos a estes tipos de serviços são constantes.

Foi possível identificar que de uma maneira geral as profissionais avaliam as parcerias realizadas como positivas, compreendendo que as atividades realizadas geram emprego e renda, isto é, o desenvolvimento de habilidades trabalhistas, bem como favorece a construção do processo de autonomia financeira das mulheres.

Essas parcerias são fundamentais para que as mulheres possam tá rompendo com essas dificuldades econômicas, né? Tá de certa forma respirando um pouco mais aliviada e dizer: - Olha tudo bem, resolvi essa questão aqui, mas a violência ela continua. Aí, ela vai refletir em cima da violência. Porque, não dá para ser pensado com tudo ao mesmo tempo, aí você vai pensando aos poucos, resolver a questão econômica e a violência

permanece, vou refletir agora essa violência sobre outra perspectiva, outra possibilidade. (Profissional 1)

[...] assim como o SENAC e o CTA é muito tranquilo, o inclusão produtiva também [...] (Profissional 4)

[...] melhora, melhora muito, a partir do momento que a mulher sai para trabalhar fora, ela já se valoriza mais. Muda completamente a cabeça dela em relação à antes, quando ela trabalhava só em casa, teve mulheres que a gente atendeu aqui, que quando chegaram eram muito debilitadas, não ia trabalhar, não trabalhava porque achavam que não conseguiam, só podia trabalhar dentro de casa [...] (Profissional 5)

Ressalta-se que as profissionais também destacam como algo construtivo das parcerias as intervenções realizadas nos espaços em que ocorreram as parcerias, isto é, nos CRAS, CTA, SENAC e SINE. Geralmente, essas ações são rodas de conversas ou oficinas, onde as profissionais realizam momentos com as mulheres que estão nos espaços de parceria. Nesta ocasião, ocorrem orientações sobre os tipos de violência contra a mulher, a Lei Maria da Penha e sobre a Rede de Atendimento a mulher em situação de violência.

[...] nós fazemos uma atividade que é no próprio CTA. Lá no próprio CTA, a gente fazia uma roda de conversa para conversar com as mulheres, ou uma oficina em uma tarde. (Profissional 1)

As oficinas externas que a gente vai muito. Eu posso tá no CRAS falando de Bolsa Família, mas também falando de violência, liga a política das mulheres, ligar ao enfrentamento da violência e a política de assistência social. Então, as mulheres estão lá, lá no CRAS, vendo sobre o Bolsa Família, mas vendo como o Bolsa Família pode ser importante no enfrentamento à violência fazendo esse link as duas políticas, então, eu acho isso uma coisa legal. (Profissional 4)

Essas ações são vistas como proveitosas pelas técnicas, pois estas consideram como uma forma do C. R. Francisca Clotilde dar uma contrapartida aos serviços que realizam as parcerias, bem como potencializa o momento em que diversas mulheres procuram os serviços públicos tais como CRAS, CTA e SINE.

No entanto, as profissionais também expressam as dificuldades encontradas para efetivarem os atendimentos, as parcerias e os fluxos estabelecidos. A dificuldade mais apontada foi referente aos recursos financeiros da instituição, o que prejudica a qualidade do atendimento e impossibilita ou limita ações próprias do Centro de Referência Francisca Clotilde no fortalecimento da autonomia financeira das mulheres, tais como projetos que trabalhem a geração de emprego e renda e sejam coordenados pelas profissionais ou pela Coordenadoria de Políticas para as Mulheres de Fortaleza.

[...] A gente não tem orçamento próprio, então, tudo passa questão financeira também. Não tem como enfrentar só com a boa vontade e com determinação, com vontade de fazer as coisas mudarem, precisa investimento. (Profissional 2)

Os limites financeiros da instituição, que a gente sabe que tem. Essa é a única sala com ar condicionado. Você for fazer o atendimento de uma hora a mulher já tá passando mal de dor de cabeça. Então, a gente sabe que tem esses limites mesmo, de manutenção e nossa manutenção também. (Profissional 4)

Como exposto anteriormente, embora o Centro de Referência Francisca Clotilde seja um órgão ligado a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres de Fortaleza seus recursos provêm do Governo Federal por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza, isto é, da política de assistência social.

Outra questão apontada foi a dificuldade das mulheres atendidas de retornarem ao C. R. Francisca Clotilde e de efetivarem os encaminhamentos propostos pelas profissionais. Visualiza-se que a equipe do serviço vem amadurecendo a intervenção e utiliza estratégias para proporcionar às mulheres os encaminhamentos necessários. Assim, devido à fragilidade na qual a mulher encontra-se, geralmente, no primeiro atendimento, considera-se atualmente que não é apropriado realizar todos os encaminhamentos neste momento. Isto porque, muitas vezes, esta acaba por não concretizar nenhum dos encaminhamentos propostos e também não retornam ao Centro de Referência Francisca Clotilde. Tal como se percebe na fala:

[...] não é bom à gente fazer muitos encaminhamentos de uma vez só no primeiro atendimento, porque a mulher não faz nenhum. Você faz só o essencial, por exemplo, a mulher chega aqui às vezes ela vem com um monte de demanda, a gente marca um retorno, para que? Para ela voltar ao Centro de Referência, por que o ideal não é só que ela venha daquela vez, não. Por exemplo, ela vem com a demanda jurídica, social de bolsa família, aí quer a separação. Três encaminhamentos: defensoria pública, DDM e CRAS. Aí, se agente for fazer os três encaminhamentos para ela corre o risco dela não fazer nenhum dos três e nem retornar ao CRM. Então a gente vai no mais essencial, que é o que? O Registro do B.O. Que é o mais essencial. Então, o que é que a gente faz, encaminha ela para a delegacia, e pede para ela retornar e a gente vê os encaminhamentos para ela resolver o restante. (Profissional 5)

Como estratégia de atendimento as profissionais geralmente realizam o encaminhamento que se faz mais urgente no primeiro momento, para que a mulher possa se fortalecer do processo de ruptura da violência, retornar ao C. R. Francisca Clotilde para acompanhamento e realizar os outros encaminhamentos decorrentes

de suas outras demandas. Compreende-se que propor à mulher que esta efetive todos os encaminhamentos no primeiro contato com serviço acaba por sobrecarregá-la em uma ocasião que ela geralmente encontra-se debilitada psicologicamente, socialmente e economicamente. Assim, os encaminhamentos referentes ao processo de fortalecimento da autonomia financeira da mulher, geralmente, são realizados em momentos posteriores do acompanhamento, o que evidencia um dos motivos pelos quais ocorre um número diminuto de encaminhamentos realizados aos serviços de geração de emprego e renda, pela dificuldade de retorno destas ao Centro de Referência Francisca Clotilde para acompanhamento.

A partir deste contexto, entende-se que o quantitativo de mulheres encaminhadas pode não corresponder ao quantitativo de mulheres inseridas em programas, pois as mulheres que passam por situação de violência encontram dificuldades outras de efetivarem os encaminhamentos, tais como: podem não dispor de tempo, visto que, são sobrecarregadas com as tarefas domésticas, como podem não dispor de recursos financeiros para locomoverem-se até os serviços, bem como muitas encontram-se emocionalmente vulneráveis.

Foram identificadas dificuldades também referentes à Rede de Atendimento, pois foi exposta a ausência de sensibilização, por parte dos profissionais que estão nos serviços nos quais as mulheres são encaminhadas, bem como dos gestores.

A gente precisa da rede funcionando para dar esse suporte, principalmente, no atendimento, e a gente se depara com problemáticas que são bens estruturais, né? (Profissional 2)

A rede é uma possibilidade, é um limite ao mesmo tempo, vai depender não é da instituição, eu já percebi isso, mas de quem tá lá, a forma como olha, se é sensível ou não, por isso eu acho muito importante à sensibilização dos profissionais [...]. (Profissional 4)

Ressalta-se também a descontinuidade dos projetos e dos programas, algumas vezes em razão da falta de sensibilidade para as questões que permeiam a mulher em situação de violência. Remete-se este entendimento aos dados do observatório, pois, como pode-se observar, o número de encaminhamentos mais significativo foi para o CTA e o SINE, o que apreciar-se que estes são serviços em que comumente não possuem descontinuidade nas ações, diferente dos projetos como o PROJOVEM, Curso de Mulheres Pedreiras e o SENAC em que há inconstância nas disponibilidades de vagas.

Durante as entrevistas, também foram expressas e identificadas algumas estratégias para melhorar as ações do Centro de Referência Francisca Clotilde. As profissionais expressaram como alternativa de melhoria das ações o estabelecimento de prioridade para as mulheres em situação de violência em diversos projetos e programas que trabalham a geração de emprego e renda. Outra questão muito pontuada é a necessidade de retomar as parcerias, pois parece ser imperativo a sensibilização constante para essas questões com a rede de atendimento.

[...] tem que melhorar qualquer parceria em plano municipal e autonomia e questão econômica e financeira tem que melhorar. Eu acho que poderia melhorar as parcerias! Acho, não só o CTA, SENAC, mas outras, entendeu? Deveria ter outras que desse esta abertura também. (Profissional 2)

[...] Mas, poderia ter algum projeto dentro do bolsa família para as mulheres cadastradas no Bolsa Família ou pelo menos com o NIS normal para essas mulheres serem incluídas e terem prioridades, tipo foi uma coisa que a gente tentou já foi atrás. É por exemplo, tem cinco vagas de capacitação para operador de micro sei lá o que. Qualquer coisa, se naquela região, naquele CRAS tem três mulheres que gostariam e cinco mulheres, sendo que três delas ou duas estão em situação de violência que fossem dadas prioridade para elas. (Profissional 4)

As profissionais entendem ainda que a certeza de primazia para as mulheres em situação de violência pode ser uma estratégia para garantir a inclusão destas nesses espaços.

Outro ponto expresso como estratégia para otimizar as ações é a necessidade de buscar outros espaços, serviços e parcerias. Visto que as profissionais possuem um entendimento do imperativo de parcerias diversas que contemplem as várias demandas que as mulheres podem apresentar. As técnicas expressaram ser cuidadosas com os anseios trabalhistas distintos das mulheres atendidas e que tentam não fixar-se em uma parceria somente, atentando-se para as diferentes possibilidades que podem apresentar-se para a mulher, bem como tentam identificar o encaminhamento que pode ser mais efetivo. Observa-se:

[...] Mas, tem outro grupo que a gente precisa tá é articulando para a entrada no mercado de trabalho, né? Que é o grupo de mulheres que não tem interesse em fazer aquilo que o CTA tá oferecendo, pretendem fazer outra coisa e gente precisa ir buscando outros espaços para tá incluindo essas mulheres aí [...]. (Profissional 1)

[...] Enfim, com essa lista a gente conseguia encaixar melhor cada mulher e como elas são pessoas que estão tentando reconstruir sua vida, eu tento um olhar de tá vendo, com o que aquela pessoa gosta de trabalhar, com

que ela se identifica, com o que ela já trabalhou se aquilo é ou não uma dificuldade no rompimento do ciclo da violência e aí vai encaixando essa mulher no que for possível. (Profissional 4)

[...] Então, a gente procura levar primeiro para a capacitação, para inclusão dos grupos do CRAS para depois trabalhar essa questão. Quando a mulher tem mais condições, aí ela já estudou, já tem o inglês aquilo outro, aquilo outro, a gente faz o currículo dela, orienta que ela deve fazer o currículo, entendeu? Aí já vai vendo uma coisa que seja pelo menos, não é que ela vai ganhar bem, mas é a questão mesmo da dignidade. (Profissional 5)

Observa-se que há uma preocupação em direcionar para as mulheres os encaminhamentos que sejam eficazes, a fim de considerar os limites e as potencialidades da condição da mulher. Visualiza-se que nesta postura de cautela em encaminhar as mulheres para serviços que melhor se adequem as suas condições, as profissionais compreendem que há espaços que ainda não foram traçados estratégias e fluxos, mas que seriam essenciais no sentido de oportunizar resultados favoráveis na construção da autonomia financeira. Como se visualiza:

[...] outra coisa que eu acho é estimular a economia solidária nos bairros, ter grupos mesmo, eu acho muito interessante, tanto é que ultimamente a economia solidária ter crescido muito em Fortaleza, com a questão de gênero. Porque, a questão de gênero acaba puxando estas outras discussões, como a de violência contra a mulher, não só gênero. Então, eu acho a economia solidária uma porta muito larga ainda que a gente não conseguiu aproveitar plenamente, mas que pode ser trabalhado. (Profissional 4)

Então, para mim autonomia financeira não é só colocar a mulher, dar curso para as mulheres faxinar, ou ser lá, as tarefas domésticas, as funções tradicionais das mulheres. A gente pode oferecer, por exemplo, curso de piloto para as mulheres, para as mulheres pilotar avião, por que não? Sabe, assim, essas profissões que a gente não imagina, mulheres astronautas. (Profissional 2)

Assim, compreende-se que as técnicas visualizam a necessidade de outras possibilidades de ações e serviços para as mulheres, tal como a economia solidária e espaços que não reproduzam a tradicional divisão sexual do trabalho. Entende-se que é fundamental romper com a tradicional divisão sexual do trabalho, isto é, desconstruir que há uma destinação prioritária dos homens ao espaço de produção e das mulheres ao espaço de reprodução como estratégia essencial nesse processo. No entanto, pela fala das profissionais, foi possível identificar que as mulheres atendidas, ao se depararem com a possibilidade de encaminhamento a serviço de geração de emprego e renda, acabam por optar por cursos, capacitações e vagas de trabalho que reproduzem a lógica da tradicional divisão sexual do trabalho.

[...] é tão difícil isso, por que, por exemplo, o público que a gente atende, elas não se veem capaz de, elas se veem capazes para essas coisinhas, né? Raramente vem uma e diz: eu não quero não, eu queria fazer um curso de telemarketing, queria terminar meu segundo grau, porque eu tive filhos e não pude mais estudar, né? Então assim, como ainda é cruel nesse sentido, a sociedade ainda é cruel com as mulheres. (Profissional 2)

Atenta-se, no entanto, que tal como a profissional expressou muitas destas mulheres não se percebem com capacidade de desenvolverem outras habilidades, bem como por não dispor de novos e/ou outros espaços na rede de atendimento para que as elas possam desenvolver novas e/ou outras habilidades que não reproduzam construções sociais de subalternidade.

Em relação aos novos espaços, identifica-se que estes não são somente ações que trabalhem a geração de emprego e renda, mas também outras políticas tal como de Habitação. Isto porque, algumas mulheres ao romperem com as situações de violência, precisam afastar-se da moradia em que residem com os companheiros, sendo, nestes casos, a moradia a primeira demanda que se faz urgente às mulheres.

[...] Agora, a gente vai tentar garantir o retorno da HABITAFOR. Inclusive, a gente já desenhou algumas conversas e já conseguimos algumas prioridades, sem ser uma lista formal, por que a gente tá querendo que agora ela se torne prioridade mesmo, as mulheres em situação de violência. É uma questão que objetiva, se a mulher tá na casa abrigo e não tem de forma alguma, aí você vai perceber e vai identificar a partir da história da mulher, não tem como ela sair da casa abrigo se não tiver para onde ir, isso é real. Vai botar a mulher no meio da rua? Claro que não vamos fazer isso. Mas até onde é positivo elas ficarem no abrigo? Até que se defina a questão econômica da mulher. Por isso é que a gente acha essa questão da HABITAFOR fundamental. (Profissional 1)

É fundamental outras parcerias. Por exemplo, se não tivesse a parceria com a HABITAFOR? O que fazer com uma mulher que não tem casa ou tem sua casa, mas tem que sair de casa? [...] (Profissional 3)

Percebe-se que nestas situações o engajamento em serviço que gere emprego e renda pode não ser suficiente para construção da autonomia financeira e suprir a demanda de moradia. No entanto, também percebe-se que as profissionais entendem que a construção da autonomia das mulheres não deve transcender somente pela inserção em políticas públicas, mas que deve perpassar também por lugares de poder, espaços políticos e culturais em que se possa estabelecer a autonomia, não somente pela esfera econômica, mas a autonomia de uma maneira ampla. Entende-se, assim, que há uma compreensão da necessidade de

desconstruir relações sociais de gênero em que as mulheres são sobrecarregadas de funções domésticas, bem como de que há esferas separadas para o gênero masculino e feminino.

É difícil as mulheres ocuparem esses espaços da criatividade, não só do poder, mas da criatividade, da expressão, né? Então, assim, na minha opinião, as mulheres precisam ocupar outros espaços diferentes dos que foram ditos como tradicionais para ela. (Profissional 1)

Eu tô falando da política, porque é uma coisa representativa, mas espaço de poder ainda é dos homens e não das mulheres e a gente precisa ocupar esses espaços, né? Nas universidades, nas grandes cooperações, já tem, mas as mulheres chegam em casa e vão ter que fazer a comida, ou então, saber da empregada se ela fez a comida que ele queria, né? Então, assim, é muito interno, culturalmente. [...] Eu acho que a gente precisa querer mais para as mulheres, autonomia financeira é muito mais do que dar esses cursos, nada contra as instituições que trabalham dessa forma, mas é como eu tava te dizendo os espaços que anteriormente era só de homens e passam a serem ocupados pelas mulheres, eles causam um impacto e o impacto é necessário para romper cultura, né? (Profissional 2)

[...] Por isso que a gente e a coordenadoria não foca só nesse processo de autonomia financeira, mas mesmo que esteja falando de autonomia financeira falar de autonomia como um todo é o empoderamento mesmo da mulher, que ela é capaz de fazer o que ela quer. (Profissional 4)

As profissionais compreendem que fortalecer o processo de autonomia financeira das mulheres atendidas requer realizar ações que trabalhem a geração de emprego e renda, mas também trabalhar com as mulheres as questões que permeiam a sua permanência na relação violenta, refletindo com estas a condição de feminino em uma sociedade patriarcal. Entende-se, assim, que as intervenções devem perpassar a questão financeira da mulher, mas também as de ordem cultural, política e social. Percebe-se que há uma necessidade de inserir a mulher em espaços no campo sociopolítico e com expressivo valor social agregado, onde estas geralmente foram excluídas e simultaneamente foram ocupadas pelos homens.

Pode-se ponderar que referente ao segundo indicador social de gênero instituído que foi referente às parcerias e os fluxos, verifica-se que há ações direcionadas a fomentar a autonomia financeira das mulheres, bem como fluxos estabelecidos a fim de proporcionar oportunidades de geração de emprego e renda, embora estes sejam instáveis e não sinalizem quantitativamente ações de peso numérico.

Pensando desta forma, adiante aborda-se a partir da própria fala das mulheres como estas percebem a necessidade de encaminhamentos para esses

serviços, isto é, quais as perspectivas, os percalços e as potencialidades encontradas na busca de construir a autonomia financeira.

5.3 O processo de construção e/ou reconstrução da autonomia financeira das mulheres atendidas

Neste momento, objetiva-se discutir as considerações das mulheres atendidas no Centro de Referência Francisca Clotilde referente aos serviços de geração de emprego e renda. Isto porque, se estabelece como indicador social a expectativa das mulheres referentes aos encaminhamentos realizados. Assim, pondera-se se os serviços oferecidos estão compatíveis com as necessidades delas, identifica-se os limites e potencialidades para a efetivação do encaminhamento, e, conseqüentemente a construção de sua autonomia financeira, bem como as percepções de mudanças no seu cotidiano.

Para efetivar a proposta avaliativa, como já foi explicitado no percurso metodológico, realizou-se entrevistas com as mulheres atendidas. Objetivava-se entrevistar uma mulher para cada serviço encaminhado, isto é, Projovem, Curso de Mulheres Pedreiras, SENAC, SINE e CTA. No entanto, tal opção ficou impossibilitada, visto que, alguns encaminhamentos realizados datam dos primeiros anos de funcionamento do C. R. Francisca Clotilde, assim, algumas mulheres já não se fazem mais presente em acompanhamento no serviço o que, conseqüentemente, verificou-se que os contatos fornecidos já não eram referentes as mulheres que tinham sido atendidas.

Para concretizar as entrevistas realizou-se um levantamento⁶⁴ das mulheres que foram encaminhadas aos serviços no ano de 2011 e 2012. A escolha por entrevistar as mulheres encaminhadas nestes anos também foi realizada devido à recomendação das técnicas do C.R. Francisca Clotilde, que possuem um entendimento das dificuldades de retorno das mulheres aos serviços. Pela vivência de campo, também observou-se esta dificuldade como característica própria da política de atendimento as mulheres em situação de violência. Isto porque, as mulheres tendem a se afastarem dos serviços durante os períodos de apaziguamento do ciclo da violência e considerarem que as situações de violência

⁶⁴ Teve-se acesso aos arquivos referente aos encaminhamentos realizados aos serviços.

cessaram. As mulheres também dificilmente retornam aos serviços, porque muitas voltam a conviver com o companheiro, sentindo receio e vergonha de comparecer no serviço.

A gente tem essa dificuldade de trazer as mulheres para cá, né? Muitas por isso, porque não querem se vê nessa condição e é um peso muito grande você ser taxada como vítima de violência. (Profissional 2)

Uma das maiores dificuldades que eu acho, é que às vezes as mulheres não querem. A mulher procura nossa ajuda mais às vezes ela não dá continuidade, ela recua, né? Às vezes, ela volta para o agressor [...] as mulheres começam e quando chega no tempo ela recua, ela não volta, ela muda de celular, ela muda de endereço e para gente isso é uma grande dificuldade. Muitas vêm e depois de dois anos volta, porque tem vergonha, teve um dia aí que eu atendi uma mulher de 2006, elas sempre voltam [...]. (Profissional 4)

Como expressão desta dificuldade, observa-se que para concretização desta pesquisa, agendou-se inicialmente entrevista com oito mulheres, onde estas não compareceram. Foi necessário mais de um contato para sensibilizá-las sobre a importância delas no processo de construção da pesquisa avaliativa. Compreende-se que estes são os próprios percalços da pesquisa, como também da política de acompanhamento à mulher em situação de violência e diante desta condição realizou-se, assim, entrevistas com três mulheres encaminhadas aos serviços de geração de emprego e renda. Das entrevistas realizadas com as mulheres encaminhadas, uma foi realizada no espaço do C. R. Francisca Clotilde e duas foram realizadas em espaços públicos, em que as mulheres acordaram serem entrevistadas por já estarem nesses locais para resolverem questões outras.

Inicia-se analisando a situação financeira das mulheres antes de serem encaminhadas. Percebe-se, assim, que estas já possuíam um posicionamento de administrar a renda da família quando conviviam com os companheiros, isto é, os rendimentos, as despesas domésticas, como também possuíam outras atividades no contexto familiar e doméstico que as tornam como membro de referência na estrutura familiar.

Ele trabalhava com caipirinha e aquelas bicicletas cargueira que anuncia loja. Nunca me ajudou. Passava o dia deitado, se levantava só a noite para ir vender caipirinha, quando chegava era morto de bêbado. Tudo que eu conseguia ele quebrava tudo dentro de casa. Sempre foi eu, o homem e a mulher da casa. Eu que sou o pai e a mãe. (Mulher 1)

[...] ele nunca me ajudou com nada, sempre quem mantinha a casa, os meninos era eu. Ele nunca trabalhou, até hoje não trabalha. (Mulher 2)

Verifica-se, ainda, que os rendimentos das mulheres, geralmente, provêm do Programa Bolsa Família e, mesmo podendo ser consideradas como chefas de família ou pessoa de referência, essa situação não traduz que estas vivenciavam autonomia financeira e que esse fortalecimento não se fazia necessário, isto é, as ações nesta esfera tornam-se imprescindíveis, assim como outras ações que favoreçam a ruptura das situações de violência.

As mulheres, assim, saem em busca de ajuda para superar as situações de violência. Estas expressaram que, por várias vezes, tentaram romper com esta situação e retornavam ao companheiro por acreditar que este poderia mudar o comportamento agressivo. Foi necessário acionar os mecanismos jurídicos de proteção às mulheres, isto é, Lei nº 11.340 - Lei Maria da Penha, através da Delegacia de Defesa da Mulher, Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, bem como percorrer a rede de atendimento, o Centro de Referência Francisca Clotilde e outros serviços⁶⁵ para conseguirem romper com as situações de violência. Assim, estas chegam até o C.R. Francisca Clotilde por intermédio da própria rede de atendimento, quando geralmente estão vivenciando constantemente situações de violência e encontram-se debilitadas emocionalmente.

Eu tava precisando muito de ajuda eu tava desorientada. Eu tava pensando me matar sabe? Porque eu não aguentava mais. Eu não tava aguentando [...] (Mulher 1)

[...] A saída do ciclo de violência, né? Eu sofria muito na companhia do pai dos meus filhos. Tentava romper, aí ele me agredia, me ameaçava e eu com medo voltava. Várias vezes, ele me jurava de morte, eu com medo voltava para dentro de casa. Foi lá que eu acordei para a realidade. (Mulher 2)

Eu já fui várias vezes lá. Foi no tempo que eu tava, assim, se separando dele que eu ia. Às vezes, voltava e ia na delegacia de novo, porque ele me batia de novo, era assim. (Mulher 3)

As mulheres, assim, quando buscam o C. R. Francisca Clotilde, geralmente, possuem uma demanda difusa, isto é, estão em busca de apoio para romperem com as situações de violência ora vivenciadas, precisando geralmente de intervenções que ocorram em vários aspectos de suas vidas, tais como emocional, psicológica, cultural e financeira. A demanda difusa refere-se ao fato destas não conseguirem visualizar quais as possibilidades, alternativas e estratégias podem ser pensadas

⁶⁵ Duas das três mulheres entrevistadas estiveram no Abrigo de Mulheres, Unidades de Saúde, dentre outros serviços citados.

neste momento. Embora elas procurem os serviços, parecem não saber qual caminho percorrer e vão percebendo, a partir do contato com o serviço, as possibilidades que podem ter para superar as situações de violência.

Eu gostei, eu gostei. Fui bem recebida, elas me orientaram, o que elas puderam fazer por mim, elas fizeram. Aqui, eu também fui ajudada com cesta básica e me encaminhou para fazer o Bolsa Família. Eu não tinha não, é tanto que eu tenho pouco tempo que eu recebo. Aqui me mandou também negócio de casa minha vida, mas eu não consegui nada lá. (Mulher 1)

Elas me atenderam muito bem, me ajudaram com cesta básica, quando eu tava necessitando, no colégio dos meninos. Na mudança do colégio. Elas procuraram a regional daqui da Messejana. Para ajeitar os colégios. Foram vários atendimentos. (Mulher 2)

Eu achei muito bom, porque todas às vezes que eu precisava, eu voltava lá. Eu gostava. Por que aqui eu moro sozinha, não tenho ninguém não. Só é eu e minha filha. Aí lá atende a gente muito bem. Dá conforto a gente. Eu me sentia segura também. (Mulher 3)

Assim, ao cogitar com as mulheres as possibilidades de encaminhamentos para sua situação, isto é, ao expor para estas a rede de atendimento, bem como ao se realizar reflexões a respeito s contextos social e cultural nos quais vivenciam, estas parecem ir aos poucos identificados quais são suas possibilidades e alternativas para superarem a situação de violência.

Neste processo de acompanhamento e levantamento das demandas das mulheres, ressalta-se, assim, o momento em que os encaminhamentos para os serviços de geração de emprego e renda são realizados. As mulheres expressaram que os encaminhamentos ocorreram na primeira ou segunda ida delas ao serviço. De acordo com as falas das mulheres ao ser realizado os encaminhamentos para os serviços de geração de emprego e renda, estas são motivadas a efetivarem os encaminhamentos e conseqüentemente desenvolverem um trabalho remunerado.

Elas me disseram para eu ir lá, que tinha vários e eu ia escolher um. É isso, mas não tinha específico não. Disseram: Você vai chegar lá e já vão encaminhar, você vai escolher o que você quer fazer, para você de lá já começar a trabalhar, mas eu não fui. (Mulher 1)

Ela me encaminhou para lá. Só que elas não dizem o que é que tinham. Lá no SINE e que elas falam, mostram uma folha para a gente escolher, qual é o curso que é [...]. (Mulher 3)

No entanto, parece não se ter clareza, por parte das profissionais, dos cursos realizados periodicamente. Isto evidencia que essa ausência de informação deve ocorrer em razão das descontinuidades dos cursos ofertados. Tal ausência de

informação pode gerar na mulher um sentimento de insegurança em relação às possibilidades de efetivar os encaminhamentos propostos, em um contexto em que a mulher geralmente já vivencia constantes condições de incertezas.

Percebe-se, no entanto, que as mulheres constroem expectativas em relação aos encaminhamentos realizados, onde se evidencia o desejo destas de desenvolverem atividades trabalhistas remuneradas.

Eu gosto de trabalhar, eu não sei o que eles iam mandar. Mas, eu queria trabalhar ou na área de hotelaria ou então trabalhar com comidas essas coisas, sabe? Eu gosto. (Mulher 1)

Tinha, tinha expectativa de arranjar, né? Um trabalho, passei muitos meses aqui aperreada com um bocado de menino pequeno, sem ter nada, até que agora arranjei. (Mulher 2)

Fui eu que pedi, porque eu disse para elas que tava sem trabalho. Eu pedi um encaminhamento para o SINE, por lá é mais fácil, né? De conseguir um encaminhamento. (Mulher 3)

Ao depararem-se com a possibilidade de inserção em trabalho remunerado as mulheres parecem no primeiro momento acreditarem que não possuem opção ou condição de escolha para trabalhar, isto é, consideram que necessitam aceitar a alternativa que se faz presente no momento.

Para mim vê se eu conseguia um trabalho, qualquer que fosse. Eu queria era trabalhar. Ter condição de trabalhar [...] (Mulher 1)

Porque, a moça disse que eram os mais rápidos, eu tive que querer, não tinha outra opção. (Mulher 3)

Isto, porque para as mulheres torna-se urgente uma atividade que gere renda, que lhe forneça a subsistência diária, pois na sua grande maioria estas permanecem com os(as) filhos(as) e são responsabilizadas por estes(as), principalmente quando possuem faixa etária compatível com a idade escolar. A geração imediata de uma renda lhe proporciona, assim, a possibilidade de iniciar um novo momento em que elas possam gerar, possuir e administrar rendimentos longe das situações de violência.

Verifica-se, também, que as mulheres se veem compelidas a aceitar trabalhos remunerados que conciliem com as atividades domésticas e da família que lhe são responsabilizadas, bem como serviços que reproduzem a clássica divisão sexual do trabalho.

Não, carteira assinada eu não queria. Assim, eu trabalho com venda dessas coisas e tal e para mim eu queria uma coisa que desse para mim cuidar dos meus filhos. Eu trabalhando, mas cuidando deles entendeu?! Que não precisasse eu passar o dia todo fora longe dos meus filhos. Porque eles são de menor e meus filhos eles são muito assim o que eu já passei, o que eu tô passando. Eles são muito nervosos, entendeu? Então, se eu passar muito tempo longe de casa, eles:- Aí minha mãe morreu. Ele matou a minha mãe. Entendeu? Então, eu preciso estar sempre com eles [...]. (Mulher 1)

Lá no CTA, eu tava mais era procurando doméstica. Eu me dou muito bem nessa linha. (Mulher 2)

Foi só chegar lá e eu falei com a moça lá, me atendeu e marcou para fazer o curso. Parece que era lavadeira e passadeira que eu ia fazer. (Mulher 3)

Ao serem indagadas sobre outras possibilidades de encaminhamentos, sobre outras atividades nas quais elas gostariam de executar, as mulheres permanecem a afirmar que optariam por cursos e/ ou trabalhos que reproduzem a tradicional divisão sexual do trabalho.

Uma atividade que desse para eu aprender, vamos supor, a fazer pães, salgados, essas coisas. Tipo um curso para mim aprender a fazer e eu fazer na minha casa e sair vendendo próximo a minha casa, entendeu? (Mulher 1)

Para mim hoje, também pode ser diarista. Cursos, eu acho que seria o certo. (Mulher 2)

Tinha vontade de outra coisa. Tinha outras melhores, assim de serviços gerais. De um emprego melhor. (Mulher 3)

Foi também perceptível que na urgência de possuir proventos as mulheres, mesmo sem conhecer, citam ações com características das atividades realizadas na economia solidária. Atividades em que estas possam desenvolver um trabalho e gerar renda própria direta para elas.

A gente pode trabalhar para crescer. Assim, eu adoro trabalhar no comércio essas coisas. Eu queria um curso para mim aprender a fazer salgado, fazer pães, essas coisas e com o meu curso eu ia fazendo pouquinho, fazendo ali, eu ia comprando meus materiais, minhas coisas e eu vou construindo uma coisa para mim, entendeu? Eu gosto assim. (Mulher 1)

Tem um curso que eu tenho vontade de fazer, forno e fogão. É como é que chama negócio de comida. (Mulher 2)

Analisa-se que as mulheres entrevistadas que foram encaminhadas ao CTA, embora, tenham criado expectativas, não efetivaram os encaminhamentos. Compreende-se que no primeiro momento as expectativas foram construídas em

cima da necessidade imediata de ter um rendimento. Observa-se, ainda os motivos pelas quais estas não efetivaram os encaminhamentos.

Aqui, elas me deram só um papel para minha fazer uns cursos, mas eu não pude. Porque. tanto eu não tinha como pagar as passagens, como o bebê ainda não tava em creche, não tinha com quem deixar ele. A minha filha de doze anos é de menor não podia ficar com ele. E eu não podia sair e deixar minhas crianças só em casa, nessa situação aí. (Mulher 1)

Eu não cheguei a ir, por falta de meio de transporte, né? Eu não tinha como ir, elas me deram o encaminhamento duas vezes, mas eu não fui por falta de transporte para ir. (Mulher 2)

Eu fui lá, marquei para fazer o curso, aí depois eu não fui, porque foi o tempo que eu arranjei as faxinas, porque eu tava parada e ainda tinha que ter esse curso ainda. Lá custar parece dois meses de curso. Aí apareceu as faxinas para mim ir eu preferir ficar nas faxinas e desistir. Aí eu não fui, nem fui no dia que tava marcado para começar, não fui não. (Mulher 3)

As mulheres possuem dificuldades de efetivarem os encaminhamentos pelo excesso de questões a serem definidas, pela fragilidade dos vínculos familiares e comunitários nos quais se encontram no momento em que procuram os serviços, questões como responsabilização das atividades domésticas, custeios com os gastos de locomoção até o serviço, bem como urgência de retorno de rendimentos foram citados como impedimentos.

Apesar das mulheres não terem concretizado os encaminhamentos direcionados, elas buscam a realização de atividades remuneradas. Identifica-se, que as mulheres acabam criando estratégias outras para possuírem rendimentos.

Meu carrinho se você vê lá, na pracinha que eu trabalho, eu não tinha meu carrinho. Você pensa que eu fui atrás de pedir isso, aquilo? Não, o que foi que eu fiz? Eu não tinha um tostão, eu peguei fui na padaria, próximo a minha casa. Aí eu deixei a identidade, o endereço e perguntei a dona se ela poderia me vender um bolo, mas eu não tinha como pagar a ela, eu ia deixar meus documentos. Eu disse a ela: - Olha, eu tenho minhas crianças dentro de casa, eu não quero que você me dê nada, eu não tô lhe pedindo nada, a única coisa que eu quero que você ajude. Com quê? Eu vou lhe deixar os meus documentos aqui, que é para você me vender esse bolo, eu vou vender e venho lhe pagar. Não, tudo bem. Ela mesma cortou o bolo e eu vendi. Eu sei que no dia eu vendi cinco bolos dela. Aí eu paguei todos os bolos, peguei meus documentos, peguei o dinheiro. O que eu fiz com o dinheiro? Aí eu tirei o do material. O que foi que eu fiz? Comprei um tacho para mim. Aí pronto, aumentou. Hoje em dia, eu tenho meu carrinho. Isso durou só um mês. Aí pronto, comprei um carrinho pra mim. Eu disse assim, não adianta e ficar chorando me lamentando. E o que adianta você me dar hoje e amanhã, eu não vou ter para os meus filhos. Então, eu fiz isso, meus filhos me pedindo as coisas, eu não tinha. Aí apareceu uma senhora que queria vender um carrinho de lanche, comprei dela e disse eu não tenho o dinheiro todo, se você quiser me vender eu vou pagando aos poucos. Ela me vendeu. Comprei um tacho, hoje eu tenho meu carrinho de lanche, eu vendo sexta, sábado e domingo. (Mulher 1)

É porque foi assim, depois que eu sai de casa abrigo. Aí, vim aqui para Messejana no dia 06 de Janeiro, vai fazer um ano agora. Eu vim para cá na doida, não tenho família, não tenho ninguém aqui. Eu vim para cá com os 8 filhos. Aluguei uma casa aqui. Tô pagando com o Bolsa Família, R\$ 250,00. E arranjei um emprego com a vizinha. Hoje, eu trabalho de segunda a sábado numa casa de família. (Mulher 2)

Eu tô só na lavagem de roupa, arranjei com uma ex-patroa. Só que é muito difícil a mulher chamar e quando ela não me paga na hora, ela passa um mês, quinze dias para me pagar, por que ela também não tem assim muitas condições também. É o jeito eu fazer, pelo menos ela fica me devendo, mas tem um dinheiro garantido, ela me paga. (Mulher 3)

As estratégias são concretizadas a partir do fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitários e da efetividade das demandas das mulheres nas demais políticas públicas. As mulheres buscam, assim, por conta própria resolutividade para as suas questões financeiras, a partir do convívio com familiares e a comunidade, bem como a rede pública de serviços sociais. Identifica-se que para fomentar a autonomia financeira das mulheres as ações devem perpassar outras políticas, tais como educação, habitação, dentre outros serviços que afetam a qualidade de vida das mulheres. Nesse contexto, evidencia-se a importância das políticas públicas sociais que tendem a suprir as atividades que são responsabilizadas às mulheres.

Agora dava bom para mim, porque meu filho já tá na creche. Ele entra 7:00 horas da manhã e sai as 5:00 horas da tarde. Aí dava para mim fazer, porque minha filha, todos eles estudam a tarde, o bebê já sai de manhã só chega na tarde. Agora já dá para mim fazer um curso, entendeu? (Mulher 1)

Os meninos até não empatam não. Estudam, fazem reforço de manhã e estuda à tarde. (Mulher 2)

Eu tenho a menina pequena e não tinha quem ficasse, eu tinha que ficar em casa cuidando dela. Não tinha quem ficar e eu tava sem trabalhar, tinha que pagar para poder ficar. Aí por isso eu não trabalhava. Aí foi o tempo que eu consegui uma vaga na creche, aí eu botei ela e foi quando eu consegui trabalhar. [...] Porque, hoje ela é do colégio, de manhã vai para o colégio e de tarde ela vai para uma escolinha, onde ela passa o resto da tarde, aí fica até cinco horas, que é o tempo que eu chego do trabalho. (Mulher 3)

Verifica-se que as mulheres entrevistadas que são atendidas e acompanhadas pelo C. R. Francisca Clotilde visualizam sua atual situação como favorável, pois estas romperam com a situação de violência que vivenciaram.

Para mim, muito bom. Muito bom mesmo. Poderia tá melhor tanto assim, financeiramente também. Não tá melhor, porque assim, é para eu tirar para

o aluguel, água, luz, alimentação tudo é de lá que eu tiro, então não tem como aumentar a renda. Eu moro de aluguel. (Mulher 3)

Para mim hoje tá bom, graças a Deus, não moro no que é meu não, porque é alugado. Tô trabalhando, tô vencendo, né? Graças a Deus. Meus filhos estão estudando, todos estão estudando. Para mim hoje tá bom. Tá ótimo. (Mulher 2)

Mudou muito. Mudou porque vivia em violência, guerra, apanhando. Não tinha local certo para mim ficar. Um dia dormia no canto, outro dia no outro e agora eu tô no meu canto, não é meu, mas eu tenho meu canto certo para mim ficar ali. (Mulher 3)

Identifica-se que para as mulheres a questão da moradia é presente como um elemento importante no processo de rompimento da situação de violência e na possibilidade de construção da autonomia financeira, pois, como geralmente estas permanecem com os filhos, as despesas com a moradia é um componente a mais de gasto das mulheres.

Assim, ao estabelecer como indicador social as expectativas das mulheres referentes aos serviços de geração de emprego e renda, isto é, se os serviços disponibilizados estão compatíveis com as necessidades das mulheres atendidas, compreende-se a complexidade da questão e conseqüentemente do fluxo, visto que são presentes questões outras interligadas diretamente nesse processo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica e familiar contra a mulher é uma questão em permanente debate dentre os mais diversificados grupos sociais que buscam o enfrentamento e a superação das situações de violência em que a mulher historicamente vem sendo submetida. A Rede de Atendimento à mulher em situação de violência é uma conquista da luta dos segmentos populacionais, constitui um grande avanço, mas muito ainda há que se fazer no sentido de sua efetivação. Desta forma, o processo de construção desta avaliação foi instigante e bastante desafiador, pois demanda uma compreensão articulada entre diversos saberes, bem como depara-se diante de um fenômeno muito complexo, que impulsiona um grande esforço analítico.

Assim, na finalização da pesquisa avaliativa, sabendo dos limites desta, pensa-se que não teve-se como ambição compreender todas as implicações decorrentes do fenômeno da violência contra a mulher e a autonomia financeira. No entanto, propõe-se a contribuir com algumas considerações acerca da Política de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher na Cidade de Fortaleza e a busca pela autonomia financeira das mulheres atendidas no Centro de Referência Francisca Clotilde, bem como de proporcionar algumas reflexões futuras.

Neste contexto, evidencia-se que o Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Sexual Francisca Clotilde possui, assim como estabelece a política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher e a norma técnica de uniformização dos centros de referência de atendimento, o registro dos dados das mulheres atendidas e dos atendimentos realizados, através do Observatório.

O Observatório consiste em conhecer a realidade destas e apresenta uma importância para a apreensão da problemática da violência doméstica contra a mulher, pois, através dos elementos coletados, a equipe do serviço repensa conceitos, ações, bem como estratégias de atendimento e fortalecimento das mulheres que passam por situação de violência, sinalizando um *amadurecimento* na perspectiva de acompanhamento. As profissionais percebem-se em um processo, onde questões são repensadas, não sendo diferente assim, nas questões de autonomia financeira.

No entanto, embora o Centro de Referência venha realizando reflexões, identifica-se a premência de maior definição e precisão de alguns conceitos e categorias coletadas. Visto que, as informações colhidas são expressas diretamente pelas mulheres, torna-se imperativo compreender os significados contidos nas declarações em um contexto permeado por relações de ordem patriarcal de gênero, onde as mulheres atendidas vivenciam situações de subordinação na esfera social, cultural, política e econômica. Neste contexto, verifica-se que os conceitos de renda, ocupação/profissão necessita melhor serem decodificados, pois também é a partir destes entendimentos que os encaminhamentos são realizados, sendo imprescindíveis que estes sejam compatíveis com a realidade das mulheres e direcionados para seus anseios.

Aponta-se também a importância do registro de dados para além de desenhar o perfil das mulheres, mas também na construção de indicadores sociais que apresentem respostas das ações realizadas às mulheres, isto é, a sistematização de dados no sentido de captar as mudanças proporcionadas às mulheres após as intervenções concretizadas.

Outra questão evidenciada é que embora a mulher em situação de violência atendida não tenha como principal demanda o fortalecimento de sua autonomia financeira, ao analisar os dados socioeconômicos, verifica-se que o perfil predominante é de mulheres de baixa renda, com mais de dois filhos e que não possuem ocupação/profissão ou estas são de baixa remuneração. Identifica-se, ainda, que as mulheres entrevistadas já tinham um posicionamento de administrar a renda da família, como também possuíam outras atividades que as tornavam membro de referência na estrutura familiar ou chefe da família, mesmo quando conviviam com os companheiros. Percebe-se, ainda, que os rendimentos das mulheres, geralmente, provêm do Programa Bolsa Família e que mesmo sendo consideradas como chefas de família ou pessoa de referência, torna-se fundamental o fortalecimento da autonomia financeira como elemento para favorecer o processo de rompimento da situação de violência. Neste sentido, se estabelece o indicativo da premência de estratégias e ações que fomentem a construção e/ou fortalecimento da autonomia financeira das mulheres que passam por situação de violência e são atendidas na instituição elencada.

No que refere-se a esta problemática compreende-se que o serviço não nega a necessidade de ações que trabalhem a autonomia financeira e que há uma

tentativa de desmitificar a permanência das mulheres no relacionamento somente por questões econômicas. Atenta-se para uma linha tênue, pois ao tentar desmitificar tal situação, pode-se cair no erro de não provocar ações que tenha peso quantitativo e qualitativo para os serviços de geração de emprego e renda. Ressalta-se que não se deseja que as intervenções sejam somente na esfera financeira, mas quer se reiterar a importância da existência de atuações nesta área como uma estratégia imprescindível no processo de ruptura da violência.

A partir da vivência em campo e dos dados do observatório e das entrevistas realizadas, identifica-se a ausência de programas específicos do C. R. Francisca Clotilde que trabalhem a autonomia das mulheres em situação de violência, isto é, não há projetos específicos para esta problemática. No entanto, justifica-se tal ausência em razão do Centro de Referência Francisca Clotilde ser fundamentalmente um espaço de articulação da rede de atendimento, tal como é estabelecido na norma técnica de uniformização desses serviços. Acredita-se, entretanto, que os projetos e programas podem não ser executados diretamente pelas profissionais da instituição, mas que podem ser gestados, monitorados, coordenados e pensados por este espaço, bem como pela Coordenadoria da Mulher de Fortaleza, devido à sensibilização que as profissionais possuem, bem como por conhecerem a problemática cotidianamente. Contudo, sabe-se que a realização de ações passa pelas esferas de aceite dos órgãos gestores que devem ser sensibilizados com a questão e compreenderem a importância destas para o rompimento da situação de violência. Acrescenta-se ainda a esta ausência de projetos e programas a insuficiência de recursos, o que prejudica a qualidade dos atendimentos e impossibilita ou limita ações próprias do C. R. Francisca Clotilde.

Entretanto, ao se levantar como indicador social as parcerias e os fluxos estabelecidos, verifica-se que há iniciativas por parte das profissionais no que refere-se à demanda aqui elencada, sendo tal fato perceptível através das parcerias estabelecidas durante o histórico do Centro de Referência Francisca Clotilde.

Ficam evidentes as dificuldades de estabelecer parcerias e fluxos, tanto devido às questões culturais construídas a respeito das mulheres que passam por situação de violência, bem como devido à ausência de sensibilização dos serviços e o direcionamento mercadológico destes, que visam somente à rentabilidade dos lucros. No entanto, mesmo diante das dificuldades, o C.R. Francisca Clotilde enquanto órgão de articulação da rede de atendimento, consegue realizar parcerias

com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Sistema Nacional de Emprego (SINE) e o Centro do Trabalhador Autônomo (CTA).

Referente às parcerias, observa-se a inconstância dos encaminhamentos aos serviços e o número diminuto em alguns projetos tais como: o SENAC, o PROVOJEM e o Curso Mulheres Pedreiras. Entretanto, este último, embora tenha sido realizado somente três encaminhamentos, é considerado como efetivo pelas profissionais, pois não reproduz a tradicional divisão sexual do trabalho.

Já o CTA e o SINE apresentam maiores números de encaminhamentos, no entanto, identifica-se uma variação de números de encaminhamentos de um ano para outro. Acredita-se ainda que devido à constância de vagas de emprego e de cursos ofertados, bem como por serem reconhecidos nacionalmente, há uma maior adesão das mulheres em receberem os encaminhamentos para estes serviços.

Os dados do observatório sinalizam que há um fluxo de encaminhamentos, identifica-se através dos números de mulheres encaminhadas aos serviços de geração de emprego e renda. No entanto, verifica-se que há inconstância nestes, embora, o perfil recorrente das mulheres atendidas sinalize para a necessidade de ações que fortaleça a autonomia financeira.

Atribui-se, dentre outras questões, que o número diminuto dos encaminhamentos ocorre devido à descontinuidade dos projetos, o que, conseqüentemente, ocasiona um menor aceite por parte das mulheres nas propostas de encaminhamentos. Outra questão encontrada foi a dificuldade de fazer com que as mulheres retornem ao C. R. Francisca Clotilde, para realização de um maior número de ações.

Atrelado a essa inconstância de fluxo, identifica-se que muitas mulheres acabam por não concretizarem os encaminhamentos propostos. Desta forma, compreende-se que os números de mulheres encaminhadas não correspondem à realidade da quantidade de mulheres que de fato concretizaram as ações. Insiste-se, assim, na necessidade de provocar um maior número de encaminhamentos. Ressalta-se, contudo, que não se deseja que as intervenções sejam somente no nível de estratégias numéricas, mas sabe-se que ao provocar um maior número de encaminhamentos acarreta-se em maiores probabilidades de acesso das mulheres aos serviços de geração de emprego e renda.

Referente ao momento em que o encaminhamento é realizado, identifica-se que devido à rotatividade de cursos ofertados pelos locais parceiros, as profissionais geralmente não estão apropriadas da oferta de capacitações e das vagas de emprego disponíveis no momento, o que pode ocasionar uma sensação de insegurança para as mulheres e criar uma expectativa não condizente com as necessidades destas. Visto que, foi perceptível que as expectativas das mulheres estão mais direcionadas para geração imediata de emprego e renda, o que não visualiza-se em algumas parcerias. Assim, torna-se imprescindível a tentativa de estabelecer que nas parcerias realizadas sejam feitos protocolos de fluxo, que se tenha a existência de um sistema em que as informações referentes às capacitações e as vagas sejam constantemente atualizadas, bem como as informações sobre o processo no qual a mulher deve passar para efetivar o encaminhamento, tais como: período de capacitação; documentação; condicionalidades; dentre outras informações. Isto é necessário para que o encaminhamento seja realmente adequado com a realidade e as necessidades das mulheres.

Outro ponto observado referente ao momento dos encaminhamentos e que as profissionais afirmam que ao realizá-los, tentam identificar as limitações e potencialidades das mulheres atendidas, objetivando direcionar os encaminhamentos mais apropriados.

Neste sentido, ganha dimensão a sensibilidade das profissionais, tanto no cuidado para garantir que as mulheres tenham acesso aos espaços em que costumeiramente elas vêm ocupando e que são mais receptíveis a receberem as mulheres, como de uma abordagem que reconhece a necessidade da mulher ocupar outros espaços. Entretanto, atenta-se que devido à descontinuidade dos projetos, programas e ao número diminuto de parcerias, pode-se correr o risco de reduzir as ações de encaminhamentos a somente um serviço, que geralmente reproduz a clássica divisão sexual do trabalho. Atrelado a estas dificuldades está o fato das mulheres se reconhecerem mais comumente e serem compelidas a desempenhar funções da tradicional divisão sexual do trabalho, o que gera uma tensão na elaboração de propostas de políticas, programas e projetos de geração de emprego e renda. Pois, ao mesmo tempo em que considera-se necessário desbravar novos espaços e outras perspectivas de trabalho, é necessário enfrentar o desafio de usufruir da aprendizagem tradicional das mulheres, sem repetir todas as formas

tradicionais de relações de gênero. Visto que esses são espaços que, ainda com impasses, se mostram mais disponíveis no sentido de estabelecer parcerias.

Analisa-se ainda que nesta postura de prudência em encaminhar as mulheres para serviços que melhor se adequem as suas condições, as profissionais compreendem que também há espaços que ainda não foram delineados estratégias e fluxos, mas que podem ser essenciais no sentido de oportunizar resultados favoráveis na construção da autonomia financeira. Tal entendimento comunga com algumas expectativas das mulheres, destacando-se a economia solidária, em que as mulheres, mesmo sem conhecer profundamente, se reconhecem desenvolvendo trabalhos dotados de características próprias dessa forma de produção, identificando ainda como uma forte estratégia para favorecer a construção da autonomia financeira.

Compreende-se também que não é estratégico realizar o encaminhamento nos primeiros contatos com a mulher, isto porque, a sobrecarrega de atribuições, no momento em que ela já possui questões outras para resolver, ou seja, a mulher apresenta uma demanda difusa, imersa nas possibilidades e nos limites que sua condição de ser mulher apresenta-se no momento. Entende-se que, geralmente, este é período no qual ela está vivenciando situações de violência constante, onde ela não visualiza suas potencialidades para desenvolver trabalhos remunerados. No entanto, parece que, passada as constantes situações de violência, esta mulher começa a visualizar e desejar desenvolver trabalho remunerado e é este momento que o encaminhamento deve ser pensado em conjunto com ela, pois muitas desejam desenvolver atividades remuneradas, solicita o encaminhamento, mas acabam por não efetivá-los.

A não efetivação dos encaminhamentos está atrelada as questões da dinâmica familiar das quais são responsabilizadas e ao fato dos serviços oferecidos não suprirem as expectativas que elas possuem. As expectativas das mulheres, geralmente, são de serviços que lhe proporcionem retorno imediato, visto que, geralmente, permanecem com os(as) filhos(as) e são responsabilizadas por estes(as), principalmente, quando possuem faixa etária compatíveis com a idade escolar. Nesse contexto, pondera-se que serviços como o SINE podem suprir as expectativas das mulheres, que é de rendimentos imediatos, diferente do CTA, Curso Mulheres Pedreiras e do SENAC, em que as mulheres necessitam primeiramente passar por um processo de capacitação.

Recai assim, numa dupla questão, ao encaminhar as mulheres para serviços com retornos imediatos, corre-se o risco de inseri-las em trabalhos precários e de baixa remuneração, já encaminhá-las para serviços em que estas passem por processo de cursos e capacitações, corre-se o risco destas não efetivarem. Reafirma-se, assim, que os encaminhamentos devem ser pensados em conjunto com a mulher, refletindo junto com estas as suas limitações e potencialidades.

Identifica-se, ainda, que, embora as mulheres não concretizem os encaminhamentos direcionados a elas, estas buscam a realização de atividades remuneradas. As mulheres buscam outras estratégias para fortalecer os seus rendimentos, nas várias possibilidades de arranjos familiares e de vizinhança. As estratégias são pensadas a partir dos vínculos familiares e comunitários, que lhe proporcionam a extensão de potencialidades. Neste contexto, ganha dimensão as políticas públicas que contribuem para que as mulheres possam articular a vida profissional e privada, tais como creches e escolas de tempo integral, entre outras facilidades da reprodução do cotidiano.

A não efetividade do encaminhamento sinaliza, assim, a necessidade de repensar as parcerias e traçar novas estratégias de intervenção, visto que considera-se essencial fortalecer mais a atuação, para se ter mais peso nas ações. Pois acredita-se ainda que, embora o Centro de Referência Francisca Clotilde não tenha como objetivo principal fortalecer a autonomia financeira das mulheres, o atendimento pode avançar no sentido de estabelecer ações específicas, tais como projeto de parceria em que as mulheres tenham acesso ao crédito, dentre outras ações em que possa se estimular espaços coletivos de aprendizagem.

Evidencia-se ainda que ocorreram mudanças nas vidas das mulheres entrevistadas e, embora, estas não tenham decorrido em razão dos encaminhamentos realizados pelo Centro de Referência Francisca Clotilde aos serviços de geração de emprego e renda, as ações do C. de R. Francisca Clotilde contribuíram para a ruptura das situações de violência. Isto porque, ocorreram intervenções em outras esferas, relacionadas à aquisição de benefícios sociais, a rede de ensino público, a orientações jurídicas, bem como intervenções na esfera emocional, psicológica e cultural das mulheres, que acabam por estar interligadas diretamente ao processo de construção da autonomia da mulher de uma maneira ampla, e, conseqüentemente, contribuíram de forma imprescindível no processo de rompimento da violência.

Compreende-se, assim, que fomentar a autonomia financeira das mulheres requer tempo para que estas possam fortalecer o seu processo de rompimento da situação de violência, mas também requer ações de imediato, em um contexto em que estão presentes construções culturais que as responsabilizam pelos cuidados da família e de todas as questões domésticas, onde a autonomia financeira deve perpassar por outros espaços que não seja somente o de geração de emprego e renda, mas também dos filhos e da moradia. Assim, as ações podem ser iniciadas a partir da necessidade de renda da mulher, mas deve aos poucos ganhar outras dimensões em que a mulher pode ir descobrindo nesse processo. Acredita-se que deve ser no decorrer do processo que a mulher possa se ver como sujeito capaz de construir um novo posicionamento no relacionamento e na esfera doméstica e conseqüentemente a possibilidade de buscar dentre outras possibilidades a sua autonomia financeira.

Acrescenta-se, ainda, os limites desta pesquisa avaliativa, pois não se teve as considerações das mulheres que efetivaram o encaminhamento, já que acredita-se ainda que a concretização destes deve gerar produtos e/ou efeitos para estas.

Para finalizar, compreende-se a complexidade da questão e conseqüentemente do fluxo, visto que, fazem presente questões outras interligadas diretamente à condição de ser mulher na contemporaneidade. Ao pensar e estabelecer as parcerias, por exemplo, deve se levar em consideração o contexto social, cultural e econômico no qual as mulheres encontram-se. No entanto, a despeito de todas as dificuldades e limitações, as experiências de intervenções apontaram aspectos positivos muito importantes para o processo de rompimento das situações de violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. O processo de avaliação: aspectos-chaves do ponto de vista metodológico. In: AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de serviços e programas sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, p. 83-106, 1995.

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção as melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**. Brasília; EANP, ano 51, n. 4. out./dez. 2000.

ALVES, Maria Elaine Rodrigues; VIANA, Raquel (Orgs.). **Políticas Públicas para as mulheres de Fortaleza: Desafios para a igualdade**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

ANGELIM, Fábio Pereira. A importância multidisciplinar face à complexidade da violência doméstica. In: LIMA, Fausto Rodrigues de; SANTOS, Claudiene. (Coords.) **Violência doméstica: vulnerabilidade e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2009.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ARRETCHE, Marta. Tereza da Silva Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais, p. 29-39, 1998.

BARCENA, Alicia. **A hora da igualdade**. In: BRASIL. Presidência da República. Secretária de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2009. Edição Especial da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. Avaliação Participativa de Programas Sociais. 2. ed. São Paulo: Veras Editora, 2000.

BEZERRA, Tereza Cristina Esmeraldo. Mulheres e políticas públicas: uma análise sob a ótica das lutas pela construção da cidadania. In: **O público e o privado**. Fortaleza: UECE, ano 4, n. 8. jul./dez. 2006.

BLAY, Eva Alterman. Gênero e políticas públicas ou sociedade civil, gênero e relações de poder. In: SILVA, Alcione; LAGO, Mara; RAMOS, Tânia (Orgs.). **Falas de gênero: teorias, análises e leituras**, Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999.

BRASIL, **Constituição (1998)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, Senado, 1988.

_____. Ministério da Saúde. **Violência Intrafamiliar**. Orientação para a prática em serviço. Caderno de Atenção Básica, n. 8, Brasília: 2002.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2004.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica de Uniformização. Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2006a.

_____. **Lei nº 11.340/06**. Senado Federal. 2006b.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2007a.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2007b.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Tema: autonomia econômica, empoderamento, e inserção das mulheres no mercado de trabalho. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, jul. 2010. Edição Especial.

BRUSCHINI, Cristina Aranha. **Tendências da força de trabalho feminino brasileiro nos anos 70 e 80**: algumas comparações regionais. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1989.

_____. Trabalho Feminino: trajetória de um tema, perspectiva para o futuro. In: **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, v. 2, n. 3, p.17-32, 1994.

_____. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO, Maria Amélia. (Org.) **Infância e Violência Doméstica**: fronteiras do conhecimento. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. In: **Caderno de Pesquisa**. v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

BUARQUE, Cristina. Introdução ao Feminismo. In: VANIN, Iole Macedo; GONÇALVES, Terezinha. (Orgs.) **Caderno de textos gênero e trabalho**. Salvador: Redor, 2006.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Olhar, ouvir, escrever**. In. Aula Inaugural. IFCH-UNICAMP, abril, p. 5-27, 1994.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Transformações do Estado na América Latina em Tempos de Ajuste e Resistências: Governos de esquerda em busca de alternativas. In: CARLEIAL, Adelita Neto (Org.) **Projetos Nacionais e Conflitos na América Latina**. Fortaleza: Ed. UFC, Ed. UECE, UNAM, 2006.

_____. O exercício do ofício da pesquisa e o desafio da construção metodológica. In: BAPTISTA, Maria Manuel (Org.). **Cultura: metodologias e investigação**. Lisboa: Ver o Verso Edições, 2009.

_____. Políticas Públicas e o Dilema de Enfrentamento das Desigualdades: uma olhar crítico sobre a América Latina no século XXI. In: PIRES, Fernando. (Orgs.). **Poder e Políticas Públicas na América Latina**. Fortaleza: Ed. UFC, Ed. UECE, UNAM, 2010.

_____. Políticas Públicas no Presente: o desafio de assegurar o bem-estar coletivo em tempos de mal-estar. Auditório ADUFC, 2 de setembro de 2010. (Palestra)

CATTANEO, Nathalie; HIRATA, Helena Sumiko. Flexibilidade. In: HIRATA, Helena Sumiko. et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. Unesp, p. 106-111, 2009.

CAVALCANTI, Stella Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica: análise artigo por artigo da Lei Maria da Penha, nº11.340/06**. 2ª. ed. Salvador: Juspodivm, 2008.

CHAUÍ, Marilena. Participando sobre mulher e violência. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

CHESNAIS, François. (Coord). Introdução Geral. In:_____. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

CHIOZZI, Antônio. Da Pesquisa Qualitativa; Coleta de dados Qualitativos. In:_____. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 10ª. ed. São Paulo: Cortez, p. 77-106, 2009.

COHEN, Erneston; FRANCO, Rolando (Orgs.). **Avaliação de projetos sociais**. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CONNEL, Raewyn. William. Como teorizar o patriarcado. **Educação e Realidade**, Porto Alegre: v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: **Revista do Serviço Público**, v. 49, n. 2, abr./jun, p.105-126, 1998.

DAMATTA, Roberto. O trabalho de campo. In:_____. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, p.143-173, 1987.

DIEESE, Boletim. **A mulher chefe de domicílio e a inserção feminina no mercado de trabalho**. Março 2004. Edição especial. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: 23 de mai. 2012.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, v.12, n. 1, 2004.

FROTA, Maria Helena Paula. Interpretando a categoria gênero de Joan Scott. In: FROTA, Maria Helena Paula; OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. (Orgs.). **Família, gênero e geração**: Temas Transversais. Fortaleza: UECE, 2004.

_____. O femicídio no Ceará: machismo e impunidade? Uma pesquisa em andamento. In: **O público e o privado**. Fortaleza: UECE, ano 4, n.8, jul./dez. 2006.

GARCIA, Ana Isabel; GORMIZ, Enrique. A conceituação de Gênero nas Políticas de Desenvolvimento Pós Beijing. In: MIRANDA, Carlos; COSTA, Cristina. (Orgs.). **Desenvolvimento Sustentável e Perspectiva de Gênero**. Brasília: IICA, 2005.

HIRATA, Helena Sumiko. et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

HOLANDA, Antônio Nilson C. **Avaliação de programas**: conceitos básicos sobre a avaliação “ex-post” de programas e projetos. Fortaleza: ABC Editora, 2006.

IPEA, PNAD 2009. Primeiras análises: investigando a chefia feminina de família. Brasília: IPEA, n. 65, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101111_comunicadoipea65.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2012.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais na avaliação e formulação de políticas**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2004. Mimeo.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena Sumiko. et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. Unesp, p. 67-75, 2009.

KARTCHEVSKY, Andrée. et. al. **O sexo do trabalho**. Tradução de: Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LOPES, José Rogério. Das famílias “desestruturadas” às famílias “recombinadas”: transição, intimidade e feminilidade. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano 15, n. 46, dez. 1994.

MADEIRA, Maria. Zelma de Araújo; MOTA, Maria. Dolores de Brito. **Feminino e Femicídio**: estudos sobre relações de gênero, violência, feminilidade e cultura. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2010.

MENEGHEL, Stela Nazareth. et. al. Rotas Críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande Do Sul. **Caderno Saúde Pública**. Rio de Janeiro: v. 27, n. 4, abri. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2011000400013&script=sci_arttext>. Acesso em: 13 jun. 2012

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) Coleção Temas Sociais. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. O desafio do conhecimento. **Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 7° ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2000.

_____. (Org.) Coleção Temas Sociais. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30° ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MORRISON, Andrew; BUVINIC, Mayra; SHIFTER, Michel. Violência nas Américas: um plano de ação. In: MORRISON, Andrew; BIEHL, Maria. (Org.) **A família ameaçada: violência doméstica nas Américas**. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. Tradutor Gilson Baptista Soares.

NOVELLINO, Maria. Salet. Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza: origens e tendências atuais. In: **Seminário Internacional de Educação Intercultural, gênero e movimentos sociais**. 2, Florianópolis, *Anais...*, 2003. p.1-11. Disponível em: <<http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/36-of8c-st2.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

_____. Chefia feminina de domicílio como indicador de feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres pobres. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

OEA (Organização dos Estados Americanos). **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher**. Convenção do Belém do Pará, 1994.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. O sentido e as especificidades da violência contra a mulher no contexto das relações sociais de gênero. In: **O público e o privado**. Fortaleza: UECE, ano 4, n. 8, jul./dez., 2006.

_____. **Violência nas relações de gênero e cidadania feminina**. Fortaleza: UECE, 2007.

PAULA, Luiz Antônio Maciel de. Marco teórico sobre avaliação e monitoramento. In: VI Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Buenos Aires, Argentina: 5-9 de nov. 2001.

PAOLLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil Contemporâneo. In: DAGNINO, Evelina Moreira (Org.). **Os anos 90: Política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, p.103-115, 1994.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Estado regulação social e controle democrático. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira (Orgs.). **Política social e democracia**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

PERROT, Michelle. Mulheres, poder e história. In: **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**, Tradução de: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESQUISA IBOPE- INSTITUTO AVON. **Percepções e reações da sociedade sobre violência contra a mulher**. 2009. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/nucleo/dados/pesquisa-avon-violencia-domestica-2009.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2012.

PRÀ, Jussara Reis; CHERON, Cibele. Aportes da Metodologia Feminista e de Gênero ao Monitoramento de Políticas Públicas no Brasil. In: **IV Seminário Nacional de Ciência Política**. [S.l]: 2011. UFRGS. Disponível em <http://www6.ufrgs.br/sncp/4SNCP/FORUM_GeneroDHCid/CibeleCheron.pdf> Acesso em: 19 jul. 2012.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas sociais. **Revista de Avaliação de Políticas Públicas**. Fortaleza: UFC, v.1, n. 1, jan./jun., p.7-15, 2008.

RODRIGUEZ, Graciela S. **A autonomia das mulheres e a reprodução social: o papel das políticas públicas**. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2009. Edição Especial da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (Orgs.) **Uma questão de Gênero**, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. Já se mete acolher em briga de marido e mulher. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação Seade, v.13, n. 4, out./dez., p.82-91, 1999. Número especial: A violência Disseminada.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004a. Coleção Brasil Urgente.

_____. Gênero e patriarcado: violência contra mulheres. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Suely de, (Orgs). **A mulher nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004b.

SALES, Teresa. Raízes da Desigualdade social na cultura política brasileira. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, ano 9, n. 25, jun. 1994.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e Violência de gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. In: **Revista Estudios Interdisciplinares de América Latina y El Caribe**. Israel: Universidade de Tel Aviv, vol. 16, n. 1, p.147-164, 2005.

SCOTT, Joan. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.16, n. 2, jul./dez, p. 5-22,1990.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: _____. (Org.). **Avaliação de Políticas e Programas Sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras, p. 37-93, 2001.

_____. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: _____. (Org.). et. al. **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Veras, São Luiz: GAEPP, p. 89-177, 2008.

SOARES, Vera. Mulher, Autonomia e Trabalho. In: BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e Trabalho não-remunerado. In: VENTURINI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely. (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Revista Sociologias**. Porto Alegre: UFRGS, ano 8, n. 16. jul./dez., p. 20-45, 2006.

SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. (Orgs.), **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo15; UNB, 1999.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003. Coleção Primeiros Passos, n. 314.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely. (Orgs.). **A mulher nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

VITÓRIA, Ceres Gomes. et al. **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____

Informo que sou voluntária no fornecimento de informações à pesquisadora Silvana Maria Pereira Cavalcante, discente do curso de Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC), que está realizando a pesquisa denominada: “**Violência contra a mulher**: uma avaliação do Centro de Referência Francisca Clotilde da cidade de Fortaleza no que se refere à construção da autonomia financeira das mulheres”, que tem por objetivo avaliar o atendimento do C.R Francisca Clotilde no que se refere às alternativas de construção da autonomia financeira das mulheres que passam por situação de violência. Vale ressaltar que a pesquisa poderá trazer uma contribuição importante para a compreensão da violência contra a mulher. A mesma será dada por meio de entrevista que será realizada nas salas de atendimento, assegurando privacidade à entrevistada.

Estou ciente de que terei os direitos abaixo assegurados:

- Estou sabendo que as minhas informações serão gravadas;
- As informações ditas por mim durante a entrevista serão utilizadas somente para objetivos da pesquisa;
- As informações ficarão em segredo e eu não serei identificada;
- Tenho a liberdade de abandonar a qualquer momento a pesquisa;
- Em nenhum momento serei prejudicada no atendimento no referido Centro;
- A aluna pesquisadora fica a disposição para qualquer esclarecimento a qualquer momento durante o andamento da pesquisa;
- Informo que entendi o que me foi explicado pela pesquisadora, e concordo em participar da pesquisa.

Fortaleza, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Participante

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA UTILIZADO COM AS MULHERES ATENDIDAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA FRANCISCA CLOTILDE

Perfil Social:

| | |
|---------------|--------------------------|
| Nome: | Idade: |
| Etnia: | Número de Filhos: |
| Estado Civil: | Tempo de Relacionamento: |
| Ocupação: | Cargo: |
| Renda: | Grau de Escolaridade: |

- **Sobre a percepção da violência doméstica e familiar**

Quantas vezes você tentou romper o relacionamento? E por que retornou das outras vezes?

Como você rompeu com a situação de violência e como era sua situação financeira antes de romper?

- **Sobre a concepção das mulheres em relação ao Centro:**

Como você tomou conhecimento do Centro de Referência? Quais foram as motivações para ir até o serviço?

Quais foram as atividades você participou no Centro de Referência?

Como você avalia o atendimento no Centro de Referência? E os encaminhamentos realizados?

- **Sobre a compreensão da questão econômica e a autonomia financeira:**

Você foi encaminhada para algum serviço de geração de emprego e renda? Como você avalia o atendimento realizado pelo serviço? Atendeu as suas expectativas?

Como você avalia sua situação hoje e quais as percepções de mudanças?

O que você considera que poderia ser melhorado para fortalecer o processo de autonomia financeira das mulheres que passam por situação de violência?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA UTILIZADO COM AS PROFISSIONAIS DO CENTRO DE REFERÊNCIA FRANCISCA CLOTILDE

Nome:

Formação Profissional:

Cargo:

- **Sobre as experiências profissionais:**

Qual foi a sua primeira experiência de trabalho com mulheres em situação de violência? Desde quando trabalha com isso?

Você pode falar um pouco do histórico do centro de referência?

- **Sobre as percepções de violência contra a mulher e autonomia financeira:**

Quais as ações que você considera de maior relevância nas políticas públicas para as mulheres?

Quais são em sua opinião as maiores dificuldades que você encontra para implementar a política de enfrentamento à violência contra a mulher?

Como você visualiza a questão das mulheres em situação de violência e a dependência financeira?

O que você considera que pode ser feito para fortalecer o processo de autonomia financeira das mulheres que passam por situação de violência?

- **Sobre os fluxos do Centro de Referência e Autonomia Financeira:**

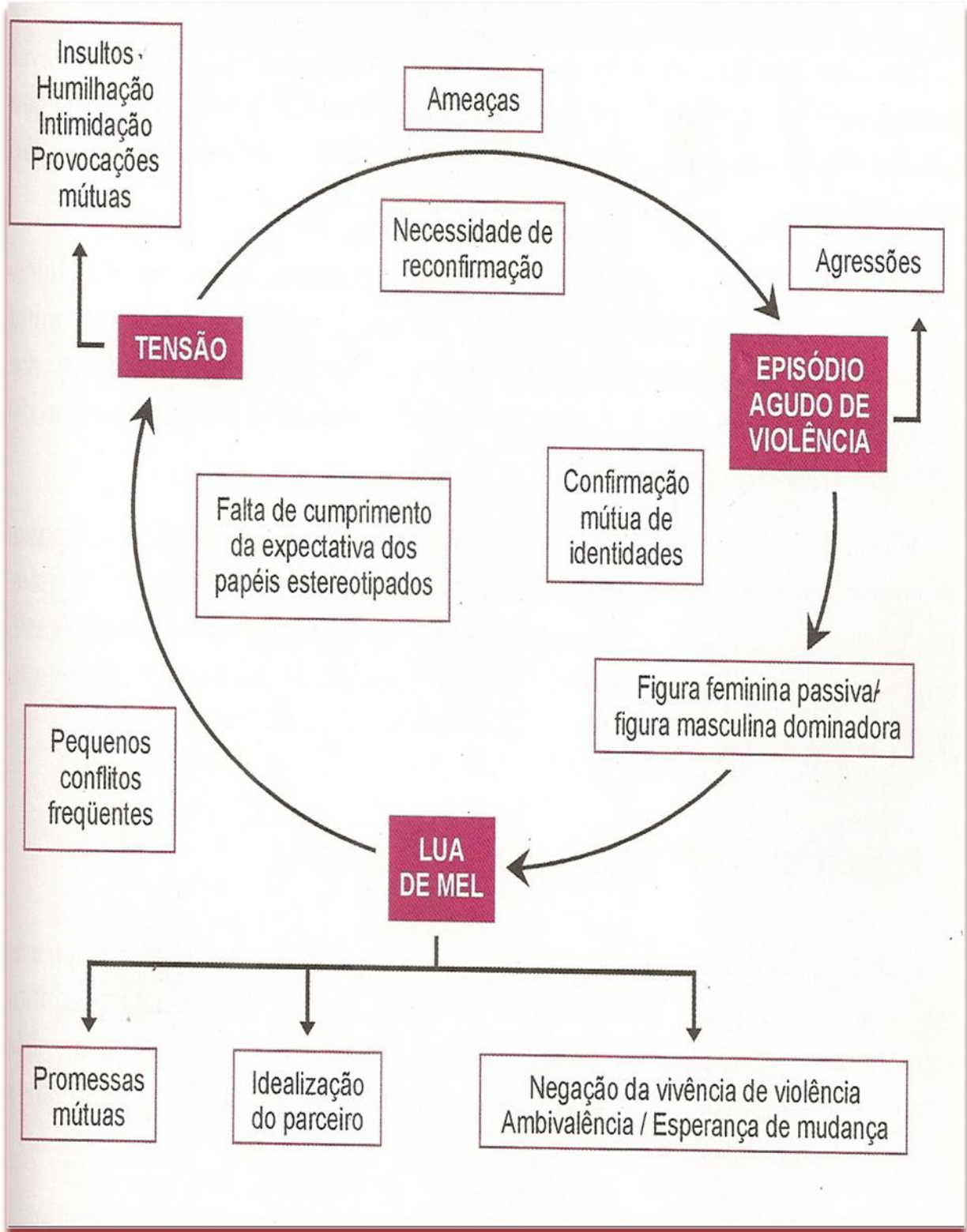
Quais são as atuais ações do Centro de Referência? Quais são os seus limites e seus avanços?

Qual o objetivo das parcerias entre o Centro de Referência e os serviços de geração de emprego e renda? Como você avalia essas parcerias?

Qual em sua opinião a importância da transdisciplinariedade das políticas públicas para as mulheres? O que você considera que poderia melhorar

ANEXO A – CICLO DA VIOLÊNCIA

Ciclo da Violência descrito por L. Walker Apud BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência Intrafamiliar-** Orientação para a prática em serviço. Caderno de atenção básica, nº.8, Brasília, 2002.



ANEXO B – TABELA 8 – OCUPAÇÃO/PROFISSÃO

Tabela 8 - Ocupação/Profissão- Anos 2006, 2007

| | 2006 | | 2007 |
|-----------------------------|------|-----------------------------|------|
| Acabadora | 2 | Acabamento de Confeção | 2 |
| Acabamento de Confeção | 1 | Administradora | 2 |
| Acompanhante de Idosos | 2 | Agente Administrativo | 1 |
| Agente Administrativo | 1 | Agente Sanitarista | 3 |
| Agente Sanitarista | 1 | Agricultora | 1 |
| Agricultora | 1 | Ajudante | 1 |
| Ajudante de Produção | 2 | Aposentada | 12 |
| Aposentada | 3 | Artesã | 13 |
| Área de Saúde | 1 | Artista Plástica | 1 |
| Arquivista | 1 | Assessora de Juventude | 1 |
| Artesã | 8 | Assistente Social | 2 |
| Artista Plástica | 2 | Atendente | 4 |
| Assistente Social | 3 | Atendente de Lanchonete | 1 |
| Atendente | 1 | Autônoma | 7 |
| Atendente de Lanchonete | 2 | Auxiliar Administrativo | 2 |
| Autônoma | 18 | Auxiliar de Acabamento | 1 |
| Auxiliar Administrativo | 2 | Auxiliar de Banco de Sangue | 1 |
| Auxiliar de Contabilidade | 3 | Auxiliar de Confeitaria | 1 |
| Auxiliar de Costureira | 3 | Auxiliar de Contabilidade | 2 |
| Auxiliar de Cozinha | 2 | Auxiliar de Costureira | 3 |
| Auxiliar de Creche | 1 | Auxiliar de Cozinha | 6 |
| Auxiliar de Dentista | 1 | Auxiliar de Enfermagem | 3 |
| Auxiliar de Enfermagem | 7 | Auxiliar de Escritório | 2 |
| Auxiliar de Escritório | 2 | Auxiliar de Laboratório | 1 |
| Auxiliar de Farmácia | 1 | Auxiliar de Produção | 4 |
| Auxiliar de Serviços Gerais | 20 | Auxiliar de Salão | 1 |
| Auxiliar de Vendas | 1 | Auxiliar de Serviços Gerais | 2 |
| Babá | 2 | Auxiliar de Odontologia | 2 |
| Balconista | 2 | Babá | 2 |
| Bordadeira | 4 | Balconista | 2 |
| Cabeleireira | 10 | Bibliotecária | 1 |
| Camareira | 5 | Bordadeira | 1 |
| Cantora | 1 | Cabelereira | 8 |
| Castanheira | 6 | Camareira | 2 |
| Catadora de lixo | 2 | Cantora | 1 |
| Comerciante | 19 | Castanheira | 3 |
| Comércio | 1 | Comerciante | 15 |
| Consultora Óptica | 1 | Comerciária | 2 |
| Consultora Telemar | 1 | Conferente de Fatura | 1 |

Fonte: Observatório do Centro de Referência Francisca Clotilde (2011).

Tabela 8 - Ocupação/Profissão -Anos 2006, 2007 (continuação)

| | 2006 | | 2007 |
|----------------------------|------|----------------------------|------|
| Coordenadora de clínica | 1 | Conserta sapatos | 1 |
| Coordenadora Escolar | 1 | Consultora de Negócios | 1 |
| Costureira | 64 | Coordenadora Escolar | 1 |
| Cozinheira | 7 | Copeira | 2 |
| Dançarina | 1 | Costureira | 34 |
| Decoradora de Ambientes | 1 | Cozinheira | 7 |
| Demonstradora | 1 | Culinária | 1 |
| Depiladora | 1 | Desempregada | 40 |
| Desempregada | 47 | Despachante | 1 |
| Diarista | 45 | Diarista | 25 |
| Digitadora | 1 | Digitadora | 2 |
| Do Lar | 143 | Do Lar | 112 |
| Doceira | 1 | Doméstica | 74 |
| Doméstica | 99 | Economista | 1 |
| Educadora | 5 | Educadora | 4 |
| Enfermeira | 1 | Esteticista | 1 |
| Engomadeira | 1 | Estudante | 18 |
| Esteticista | 2 | Executiva | 1 |
| Estudante | 38 | Faccionista | 1 |
| Facção de Gráfica | 1 | Faxineira | 7 |
| Farmacêutica | 1 | Fiscal | 1 |
| Faxineira | 1 | Fonoaudióloga | 1 |
| Feirante | 1 | Frentista | 1 |
| Fisioterapeuta | 1 | Funcionária Pública | 3 |
| Funcionária Pública | 5 | Guarda Municipal | 1 |
| Gari | 1 | Garçonete | 4 |
| Gerente de Vendas | 1 | Historiadora | 1 |
| Lavadeira | 5 | Inspetora de Qualidade | 1 |
| Manicure | 10 | Lavadeira | 4 |
| Massoterapeuta | 1 | Manicure | 12 |
| Merendeira | 1 | Marisqueira | 1 |
| Micro Empresária | 5 | Metalúrgica | 1 |
| Não Informou | 41 | Micro Empresária | 2 |
| Operadora | 1 | Não Informou | 20 |
| Operadora de caixa | 3 | Operadora de caixa | 5 |
| Operadora de máquina | 1 | Operadora de cobrança | 1 |
| Operadora de telemarketing | 4 | Operadora de Serviços | 1 |
| Pedagoga | 1 | Operadora de telemarketing | 3 |
| Pensionista | 4 | Operária | 3 |
| Prestadora de Serviços | 1 | Pedagoga | 2 |
| Professora | 15 | Pensionista | 5 |

Fonte: Observatório do Centro de Referência Francisca Clotilde (2011)

Tabela 8 - Ocupação/Profissão – Anos de 2006, 2007 (conclusão)

| | 2006 | | 2007 |
|---------------------------|------|----------------------------|------|
| Promotora de vendas | 1 | Psicóloga | 1 |
| Recepcionista | 5 | Professora | 24 |
| Recicladora | 1 | Promotora de vendas | 3 |
| Recuperação de Crédito | 1 | Propaganda Médica | 1 |
| Representante de Serviços | 1 | Psicopedagoga | 1 |
| Revendedora Avon | 1 | Recepcionista | 5 |
| Secretária | 2 | Recicladora | 2 |
| Serigrafista | 1 | Representante Comercial | 1 |
| Serviços Gerais | 6 | Repositora (Mercantil) | 1 |
| Supervisora de Produção | 3 | Revendedora | 1 |
| Técnica de Enfermagem | 4 | Revisora | 2 |
| Telefonista | 1 | Sacoleira | 1 |
| Vendedora | 35 | Saladeira | 1 |
| Vendedora Autônoma | 5 | Secretária | 2 |
| Zeladora | 5 | Selecionadora de amêndoas | 1 |
| | | Selecionadora de castanhas | 1 |
| | | Serviços Gerais | 6 |
| | | Técnica de Enfermagem | 3 |
| | | Técnica de Informática | 1 |
| | | Telefonista | 1 |
| | | Vendedora | 27 |
| | | Vendedora Autônoma | 4 |
| | | Vocalista de banda | 1 |
| | | Em branco | 5 |

Fonte: Observatório do Centro de Referência Francisca Clotilde (2011)

Tabela 8 - Ocupação/Profissão – Anos de 2008, 2009

| | 2008 | | 2009 |
|-------------------------|------|-------------------------|------|
| Acompanhante de Idosos | 1 | Acabamento de Confecção | 1 |
| Advogada | 1 | Acompanhante de Idosos | 2 |
| Administradora | 2 | Agente Administrativo | 1 |
| Agente Administrativo | 1 | Agente sanitarista | 1 |
| Ajudante | 1 | Agricultora | 3 |
| Aposentada | 9 | Ajudante | 3 |
| Área de Saúde | 1 | Aposentada | 6 |
| Artesã | 1 | Agente de Saúde | 1 |
| Artista Plástica | 1 | Artesã | 2 |
| Atendente | 3 | Artista Plástica | 1 |
| Atendente de Lanchonete | 4 | Assessora | 1 |

Fonte: Observatório do Centro de Referência Francisca Clotilde (2011).

Tabela 8 - Ocupação/Profissão – Anos de 2008, 2009 (continuação)

| | 2008 | | 2009 |
|-----------------------------|------|-----------------------------|------|
| Autônoma | 8 | Ambulante | 2 |
| Auxiliar Administrativo | 2 | Assistente Social | 1 |
| Auxiliar de Costureira | 4 | Atendente | 5 |
| Auxiliar de Enfermagem | 5 | Autônoma | 6 |
| Auxiliar de Laboratório | 1 | Auxiliar Administrativo | 7 |
| Auxiliar de Produção | 1 | Auxiliar de Acabamento | 2 |
| Auxiliar de Serviços Gerais | 6 | Auxiliar de Costureira | 1 |
| Auxiliar de Vendas | 2 | Auxiliar de Cozinha | 1 |
| Babá | 4 | Auxiliar de Creche | 1 |
| Balconista | 2 | Auxiliar de Enfermagem | 3 |
| Bibliotecária | 1 | Auxiliar de Escritório | 2 |
| Bioquímica | 1 | Auxiliar de Laboratório | 1 |
| Bordadeira | 1 | Auxiliar de Produção | 2 |
| Cabeleireira | 10 | Auxiliar de Serviços Gerais | 3 |
| Cantora | 1 | Babá | 8 |
| Castanheira | 2 | Aluguel de Roupas | 1 |
| Catadora de lixo | 1 | Auxiliar de supervisão | 1 |
| Comerciante | 5 | Analista de Crédito | 1 |
| Comerciária | 3 | Balconista | 2 |
| Conferente de Fatura | 1 | Bordadeira | 1 |
| Coordenadora de Vendas | 1 | Cabeleireira | 12 |
| Copeira | 2 | Confeiteira | 1 |
| Costureira | 23 | Camareira | 4 |
| Cozinheira | 2 | Castanheira | 2 |
| Desempregada | 24 | Catadora de lixo | 3 |
| Diarista | 11 | Cobrador | 1 |
| Do Lar | 85 | Comerciante | 6 |
| Doméstica | 48 | Comerciária | 3 |
| Educadora | 2 | Contadora | 1 |
| Enfermeira | 2 | Copeira | 1 |
| Esteticista | 1 | Costureira | 48 |
| Estudante | 18 | Cozinheira | 5 |
| Faxineira | 4 | Cuidadora de Idosos | 2 |
| Feirante | 1 | Desempregada | 25 |
| Frentista | 1 | Diarista | 27 |
| Funcionária Pública | 3 | Do Lar | 70 |
| Garçonete | 1 | Doméstica | 51 |
| Lavadeira | 1 | Dona de Casa | 9 |
| Manicure | 9 | Educadora | 2 |
| Massoterapeuta | 1 | Estudante | 2 |
| Micro Empresária | 1 | Empresária | 1 |
| Não Informou | 13 | Faxineira | 6 |
| Operadora de caixa | 3 | Fonoaudióloga | 1 |

Fonte: Observatório do Centro de Referência Francisca Clotilde (2011).

Tabela 8 - Ocupação/Profissão- Anos de 2008, 2009 (conclusão)

| | 2008 | | 2009 |
|-------------------------|------|----------------------------|------|
| Operadora de máquina | 1 | Frentista | 1 |
| Operária | 1 | Funcionária Pública | 1 |
| Pensionista | 1 | Gari | 1 |
| Professora | 12 | Guarda Municipal | 2 |
| Psicopedagoga | 1 | Garçonete | 6 |
| Recepcionista | 3 | Jornalista | 1 |
| Recicladora | 1 | Lavadeira | 3 |
| Representante Comercial | 1 | Manicure | 8 |
| Revisora | 1 | Musicista | 1 |
| Secretária | 2 | Modelista | 1 |
| Seccionadora | 1 | Micro Empresária | 3 |
| Serviços Gerais | 2 | Não tem | 1 |
| Técnica de Enfermagem | 1 | Operadora de caixa | 1 |
| Vendedora | 22 | Operadora de telemarketing | 3 |
| Vendedora Autônoma | 1 | Outros | 2 |
| Vigia | 1 | Operária | 1 |
| Zeladora | 5 | Pensionista | 1 |
| Em branco | 11 | Professora | 14 |
| | | Promotora de vendas | 1 |
| | | Recepcionista | 3 |
| | | Representante Comercial | 1 |
| | | Repositora (Mercantil) | 1 |
| | | Revendedora | 1 |
| | | Secretária | 1 |
| | | Supervisora de Produção | 1 |
| | | Técnica de Enfermagem | 6 |
| | | Turismóloga | 2 |
| | | Vendedora | 27 |
| | | Venda de doces e salgados | 1 |
| | | Vigia | 1 |
| | | Em branco | 9 |

Fonte: Observatório do Centro de Referência Francisca Clotilde (2011).

Tabela 8 - Ocupação/Profissão – Anos de 2010, 2011

| | 2010 | | 2011 |
|-------------------|------|------------------------|------|
| Aposentada | 7 | Acompanhante de Idosos | 1 |
| Agente de viagem | 2 | Agente Administrativo | 1 |
| Agente de Saúde | 1 | Agente de Saúde | 2 |
| Artesã | 2 | Agrônoma | 1 |
| Ambulante | 2 | Ajudante de Marmitaria | 1 |
| Assistente Social | 1 | Ambulante | 1 |

Fonte: Observatório do Centro de Referência Francisca Clotilde (2011).

Tabela 8 - Ocupação/Profissão – Anos de 2010, 2012 (continuação)

| | 2010 | | 2011 |
|-----------------------------|------|-----------------------------|------|
| Atriz | 1 | Aposentada | 8 |
| Atendente | 2 | Assessora de Comunicações | 1 |
| Autônoma | 8 | Assistente Administrativo | 1 |
| Auxiliar | 1 | Atendente | 2 |
| Aposentada | 7 | Acompanhante de Idosos | 1 |
| Agente de viagem | 2 | Agente Administrativo | 1 |
| Agente de Saúde | 1 | Agente de Saúde | 2 |
| Artesã | 2 | Agrônoma | 1 |
| Ambulante | 2 | Ajudante de Marmitaria | 1 |
| Assistente Social | 1 | Ambulante | 1 |
| Atriz | 1 | Aposentada | 8 |
| Atendente | 2 | Assessora de Comunicações | 1 |
| Autônoma | 8 | Assistente Administrativo | 1 |
| Auxiliar | 1 | Atendente | 2 |
| Auxiliar de Confeitaria | 1 | Autônoma | 4 |
| Auxiliar de Costureira | 2 | Auxiliar de Produção | 1 |
| Auxiliar de Enfermagem | 3 | Auxiliar de Serviços Gerais | 1 |
| Auxiliar de Serviços Gerais | 2 | Cabeleireira | 2 |
| Auxiliar de Odontologia | 1 | Comerciante | 6 |
| Babá | 2 | Comerciária | 1 |
| Balconista | 1 | Costureira | 9 |
| Caixa | 1 | Cozinheira | 4 |
| Cabeleireira | 8 | Desempregada | 14 |
| Cobradora | 1 | Diarista | 6 |
| Comerciante | 1 | Digitadora | 1 |
| Confecção | 1 | Doméstica | 19 |
| Comerciária | 2 | Dona de Casa | 26 |
| Contadora | 1 | Esteticista | 1 |
| Copeira | 1 | Estilista | 1 |
| Costureira | 18 | Estudante | 9 |
| Cozinheira | 6 | Farmacêutica | 1 |
| Cuidadora de Idosos | 1 | Faxineira | 2 |
| Desempregada | 9 | Fiscal | 1 |
| Diarista | 13 | Funcionária Pública | 1 |
| Digitadora | 1 | Gerente Comercial | 1 |
| Do Lar | 25 | Lavadeira | 1 |
| Doméstica | 26 | Manicure | 4 |
| Dona de Casa | 15 | Manipuladora | 1 |
| Educadora física | 1 | Mobilizadora Social | 1 |
| Educadora | 2 | Operadora de caixa | 1 |
| Estudante | 9 | Operadora de telemarketing | 2 |
| Empresária | 2 | Prestadora de Serviços | 1 |
| Faxineira | 6 | Professora | 1 |

Fonte: Observatório do Centro de Referência Francisca Clotilde (2011).

Tabela 8 - Ocupação/Profissão- Anos de 2010, 2011 (conclusão)

| | 2010 | | 2011 |
|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|
| Funcionária Pública | 4 | Promotora de vendas | 1 |
| Garçonete | 1 | Recepcionista | 1 |
| Manicure | 7 | Recicladora | 2 |
| Massoterapeuta | 1 | Servente | 1 |
| Modelista | 1 | Serviços Gerais | 2 |
| Mobilizadora Social | 1 | Supervisora | 1 |
| Não Informou | 9 | Supervisora de Vendas | 1 |
| Não tem | 1 | Técnica de Enfermagem | 1 |
| Operadora | 1 | Vendedora | 7 |
| Pensionista | 1 | Vendedora Autônoma | 2 |
| Policial Civil | 1 | Zeladora | 1 |
| Professora | 9 | Em branco | 5 |
| Promotora de eventos | 1 | | |
| Promotora de vendas | 1 | | |
| Recepcionista | 1 | | |
| Recicladora | 1 | | |
| Serviços Gerais | 5 | | |
| Técnica de Enfermagem | 1 | | |
| Técnica laboratório | 1 | | |
| Telefonista | 1 | | |
| Vendedora | 11 | | |
| Zeladora | 1 | | |
| Em branco | 18 | | |

Fonte: Observatório do Centro de Referência Francisca Clotilde (2011)